Índice

1. Atividades do emissor
1.1 Histórico do emissor 1
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas 3
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais 20
1.4 Produção/Comercialização/Mercados 23
1.5 Principais clientes 46
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal 47
1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior 51
1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira 52
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG) 53
1.10 Informações de sociedade de economia mista 57
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante 58
1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital 59
1.13 Acordos de acionistas 61
1.14 Alterações significativas na condução dos negócios 62
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas 63
1.16 Outras informações relevantes 64
2. Comentário dos diretores
2.1 Condições financeiras e patrimoniais 71
2.2 Resultados operacional e financeiro 80
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases 83
2.4 Efeitos relevantes nas DFs 84
2.5 Medições não contábeis 87
2.6 Eventos subsequentes as DFs 94
2.7 Destinação de resultados 95
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs 96
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados 97
2.10 Planos de negócios 98
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional 102
3. Projeções
3.1 Projeções divulgadas e premissas 103
3.2 Acompanhamento das projeções 104

Índice

4. Fatores de risco
4.1 Descrição dos fatores de risco 105
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco 126
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado 127
4.4 Processos não sigilosos relevantes 130
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes 138
4.6 Processos sigilosos relevantes 139
4.7 Outras contingências relevantes 140
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado 141
5.2 Descrição dos controles internos 147
5.3 Programa de integridade 151
5.4 Alterações significativas 158
5.5 Outras informações relevantes 159
6. Controle e grupo econômico
6.1/2 Posição acionária 160
6.3 Distribuição de capital 163
6.4 Participação em sociedades 164
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico 165
6.6 Outras informações relevantes 166
7. Assembleia geral e administração
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal 167
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal 171
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração 172
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal 174
7.4 Composição dos comitês 188
7.5 Relações familiares 196
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle 197
7.7 Acordos/seguros de administradores 202
7.8 Outras informações relevantes 203
8. Remuneração dos administradores
8.1 Política ou prática de remuneração 208

Índice

8.2 Remuneração total por órgão 221
8.3 Remuneração variável 225
8.4 Plano de remuneração baseado em ações 227
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações) 236
8.6 Outorga de opções de compra de ações 237
8.7 Opções em aberto 238
8.8 Opções exercidas e ações entregues 240
8.9 Diluição potencial por outorga de ações 241
8.10 Outorga de ações 242
8.11 Ações entregues 247
8.12 Precificação das ações/opções 248
8.13 Participações detidas por órgão 249
8.14 Planos de previdência 250
8.15 Remuneração mínima, média e máxima 251
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização 253
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração 254
8.18 Remuneração - Outras funções 255
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada 256
8.20 Outras informações relevantes 257
9. Auditores
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração 270
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores 271
9.4 Outras informações relevantes 272
10. Recursos humanos
10.1A Descrição dos recursos humanos 273
10.1 Descrição dos recursos humanos 274
10.2 Alterações relevantes 275
10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados 276
10.4 Relações entre emissor e sindicatos 278
10.5 Outras informações relevantes 279
11. Transações com partes relacionadas
11.1 Regras, políticas e práticas 280

Índice

11.2 Transações com partes relacionadas 282
11.2 Itens 'n.' e 'o.' 289
11.3 Outras informações relevantes 297
12. Capital social e Valores mobiliários
12.1 Informações sobre o capital social 298
12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras 300
12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil 301
12.4 Número de titulares de valores mobiliários 302
12.5 Mercados de negociação no Brasil 303
12.6 Negociação em mercados estrangeiros 304
12.7 Títulos emitidos no exterior 305
12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas 306
12.9 Outras informações relevantes 308
13. Responsáveis pelo formulário
13.0 Identificação 309
13.1 Declaração do diretor presidente 310
13.2 Declaração do diretor de relações com investidores 311
13.3 Declaração do diretor presidente/relações com investidores 312

1.1 Histórico do emissor

A Companhia teve sua origem a partir de um bureau de serviços, denominado SIGA - Sistemas Integrados de Gerência Automática Ltda., criado em 1969 pelo Sr. Ernesto Mário Haberkorn. O bureau prestava serviços gerais na área de informática e desenvolveu um sistema que permitia o gerenciamento empresarial centralizado, cuja finalidade principal era a automação de processos administrativos. Em 1983, com o surgimento dos microcomputadores, foi fundada a Companhia, sob a denominação social de Microsiga Software S.A., unindo os sócios Sr. Ernesto Mário Haberkorn e Laércio Cosentino, ex-CEO da Companhia. A Companhia tinha o objetivo de elaborar softwares para esses computadores pessoais e, posteriormente, passou a atuar no mercado de softwares de gestão empresarial integrada, acessíveis às empresas de pequeno e médio portes.

A partir dos anos 90, várias decisões estratégicas foram tomadas visando estruturar a Companhia para o crescimento sustentável, com a criação do ambiente necessário para assumir a liderança de mercado que a Companhia conquistaria no final da década seguinte.

Algumas decisões e eventos que merecem destaque são:

1990: abertura da primeira franquia.

1997: abertura da primeira unidade no exterior, a Microsiga Argentina.

2003: aquisição de ativos da empresa Sipros, no México, e abertura da Microsiga México.

2005: aquisição da Logocenter S.A.; recompra da participação da Companhia; admissão da BNDES Participações S.A. – BNDESPAR como sócia da Companhia.

2006: abertura de capital na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBOVESPA), atualmente denominada B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, no Novo Mercado (nível mais alto de Governança Corporativa), aquisição da RM Sistemas S.A., e constituição das atividades de consultoria empresarial da Companhia.

2008: incorporação da Datasul S.A.;

2009: alteração do objeto social da Companhia com a inclusão da atividade de “concessão de franchising”, conforme AGE datada de 16/04/2009; criação das franquias “Full TOTVS” envolvendo as Franquias TOTVS e Datasul;

2013: a aquisição da PC Sistemas S.A., aquisição da PRX Soluções em Gestão Agroindustrial Ltda., aquisição da RMS Software S.A., aquisição da Seventeen Tecnologia da Informação em Informática Ltda. e aquisição da Neolog Consultoria e Sistemas S.A.;

2014: aquisição da Virtual Age Soluções em Tecnologia Ltda.;

2015: aquisição da Bematech S.A. e incorporação da P2RX Soluções em Software S.A.;

2016: alienação de 100% da sua participação no capital social da Companhia Resultados em Outsourcing Ltda. , empresa focada na prestação de serviços de BPO (*Business Process Outsourcing*) de Recursos Humanos, para a Propay S.A. Aquisição de participação minoritária pela TOTVS México e Companhia da empresa russa National Computer Corporation;

2017: lançamento da plataforma de inteligência artificial (Carol) e lançamento do iDEXO que é um instituto com o propósito de conectar startups, empreendedores e desenvolvedores para a criação de novas soluções de negócios;

2018: consolidação do plano de sucessão da Companhia e o anúncio da chegada de Dennis Herszkowicz em substituição ao fundador da Companhia, Laércio Cosentino, que por sua vez foi eleito Presidente do Conselho de Administração;

2019: revisão do plano estratégico de longo prazo da Companhia, com a venda das operações de hardware adquiridas da Bematech e primeiros passos para a construção de um ecossistema em 3 dimensões (segmentos operacionais) com o objetivo de digitalizar os negócios dos clientes, sendo composta pelas dimensões de: (i) Gestão, na qual a TOTVS é líder em sistemas e plataformas para gestão de empresas para 12 segmentos de mercado; (ii) Business Performance, com portfólio de soluções focadas em aumentar as vendas, competitividade e desempenho dos clientes; e (iii) Techfin, com o objetivo de facilitar o acesso dos clientes a serviços financeiros por meio de soluções de crédito, gestão de caixa e pagamentos integradas as soluções de Gestão e baseadas em Big Data. A Companhia realizou uma oferta subsequente de ações (Follow-on) captando um total de R$1,066 bilhão, os quais foram direcionados em sua totalidade para operações de fusões e aquisições. Durante 2019, a Companhia adquiriu a Supplier S.A. (operação finalizada durante o exercício de 2020) e a Consinco S.A.;

2020: conclusão da aquisição da Supplier Participações S.A, reforçando e consolidando a estratégia da dimensão

1.1 Histórico do emissor

de Techfin, e a aquisição da Tail Target, empresa SaaS especialista em inteligência de dados omnicanal. As ações da Companhia passaram a integrar a carteira do IBrX 50, índice da B3 formado pelas 50 ações com maior negociabilidade do mercado acionário brasileiro e, nessa mesma linha, as ações da Companhia entraram na composição da categoria *middle cap* dos índices MSCI Brazil, MSCI Latin America e MSCI Emerging Markets;

2021: Realização de oferta subsequente de ações (*Follow-on*) com a consequente captação de R$1,443 bilhão, com o objetivo de destinar os recursos para aquisições de empresas que possam contribuir com a execução de sua estratégia. Ainda, as ações da Companhia passaram a integrar a carteira do Índice GPTW da B3, reforçando o foco da Companhia em práticas ESG e de seu esforço em promover as melhores práticas no mercado de trabalho. Por fim, a Companhia seguiu sua estratégia de fortalecimento do ecossistema de 3 dimensões, em especial na consolidação da dimensão de Business Performance com a aquisição da RD Station, líder em software de automação de marketing digital. Outro destaque foi a celebração de sociedade com a B3 para a criação da Dimensa S.A, empresa com foco em soluções de Gestão para o mercado financeiro e de fintechs e a ampliação de portfólio com os lançamentos de novos produtos em Techfin; e

2022: Assinatura de Contrato com o Itaú Unibanco S.A. para criação de uma Joint Venture, cujo o fechamento da Operação ocorreu em 31 de Julho de 2023 após as aprovações regulatórias e o cumprimento de todas as condições precedentes aplicáveis, que objetiva operar uma plataforma digital de serviços financeiros para pequenas e médias empresas, através da integração de uma gama completa de serviços financeiros. Tal integração ocorrerá de forma nativa aos sistemas de gestão TOTVS, facilitando a contratação, distribuição e definição de condições com o uso inteligente de dados transacionais. Foram também realizadas 7 aquisições, sendo elas: (i) Inovamind, Mobile2you, Vadu e RBM pela Dimensa S.A.; (ii) Gesplan e Feedz na dimensão de Gestão; e (iii) Tallos na dimensão de Business Performance.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Visão Geral

Somos uma das maiores Companhias de tecnologia e software da América Latina, de acordo com o estudo "*Market Share: All Software Markets, Worldwide, 2022*", emitido pela Gartner em abril de 2023. Com soluções que vão muito além dos tradicionais softwares de gestão ("**ERP**"), estamos há 40 anos ajudando empresas de todos os portes a digitalizar os seus negócios. Temos uma base instalada de aproximadamente 70 mil clientes, operando principalmente no Brasil e com presença em mais de 40 países. Atualmente, cerca de um-terço das companhias listadas na B3 são clientes da Companhia (empresas ativas listadas na B3 que possuem ações ordinárias e/ou preferenciais).

Temos como propósito "melhorar o resultado das empresas", por meio da tecnologia, crescendo suas operações, alavancando e tornando seus negócios mais rentáveis. Para isso buscamos digitalizar os negócios dos clientes através de sistemas e plataformas para gestão de empresas e oferecendo serviços financeiros e soluções de business performance em 12 setores da economia . Estamos transformando o cenário competitivo através da criação de um ecossistema inovador e pioneiro, baseado em três dimensões estratégicas ("**3D**"): (i) Gestão – com nosso portfólio de plataformas abertas e soluções, conectadas e personalizáveis de ERP, RH e Verticais; (ii) Techfin – ampliando, simplificando e barateando o acesso a crédito e demais serviços financeiros; e (iii) Business Performance – construindo um portfólio de ferramentas digitais que impulsione a competitividade, desempenho e vendas dos nossos clientes. Esse novo modelo de negócios ajudou a expandir consideravelmente o tamanho do nosso mercado endereçável, abrindo uma ampla gama de novas possibilidades de atuação. A figura abaixo sintetiza a visão da Companhia em relação ao ecossistema 3D.

Figura: Ecossistema 3D

Na dimensão de Gestão, nosso portfólio engloba softwares de gestão, soluções para a área de recursos humanos, desde folha de pagamento até gerenciamento do capital humano, e soluções verticais para diversos segmentos de mercado. Segundo a Gartner, somos líderes absolutos nesse segmento e um dos três maiores players da América Latina, entregando a robustez necessária para suportar a digitalização de nossos clientes. Trata-se de um segmento que segue em expansão, com aproximadamente 30% das novas assinaturas de *Software as a Service* (SaaS) vindo de novos clientes, o que demonstra que esse mercado ainda está longe da maturidade.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Um de nossos principais diferenciais é o nosso modelo integrado de vendas e distribuição, baseado em unidades próprias e franquias, permitindo presença, proximidade e um atendimento ágil e eficaz a nossos clientes. No Brasil, contamos com 5 filiais regionais (São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Minas Gerais e Rio Grande do Sul), 2 unidades focadas (Large Enterprise e Setor Público), 44 territórios franqueados (atendidos por 12 franquias consolidadoras) e 9 centros de desenvolvimento (São Paulo, Belo Horizonte, Joinville, Porto Alegre, Florianópolis, Cascavel, Assis, Ribeirão Preto e Goiânia). Além disso, temos 4 filiais no exterior (Argentina, Colômbia, Estados Unidos e México) e 2 centros de desenvolvimento (Estados Unidos e México). Nossa operação de vendas baseia-se no conceito de multicanalidade – 70% da originação de leads ocorre através de canais digitais, e o mesmo é válido para mais de 90% dos processos de implementação e mais de 85% dos processos de suporte.

Na dimensão de Techfin, estamos no início da jornada que visa a transformar a TOTVS TECHFIN S.A. na principal plataforma financeira para as PMEs, facilitando o acesso a serviços financeiros por meio de soluções integradas de crédito, gestão de caixa e pagamentos baseadas em Big Data. A aquisição da Supplier no final de 2019 foi o primeiro passo para a nossa atuação em originação e distribuição de crédito por meio de fornecedores afiliados, uma atividade com potencial de *cross-selling* com a nossa base de clientes da dimensão de Gestão. Em 2022, foi dado mais um importante passo com o anúncio de uma Joint Venture com o Itaú Unibanco S.A.(cujo o fechamento da Operação ocorreu em 31 de Julho de 2023), com racional estratégico de combinar os esforços entre a maior empresa de tecnologia e o maior conglomerado financeiro do país, unindo a expertise da TOTVS em sistemas de gestão (ambientes nos quais as empresas gerem suas informações transacionais) à expertise financeira do Itaú, que conta com capacidade de funding em larga escala e em condições competitivas. Em 2022, atingimos uma produção de crédito de R$10,8 bilhões, crescimento de 11% em relação a 2021. Ao mesmo tempo, atingimos a taxa de inadimplência superior a 90 dias de 1,5%, cerca de 170 pontos-base abaixo da média brasileira.

Já na dimensão de Business Performance, a Companhia busca oferecer um amplo portfólio focado em ajudar os clientes a aumentarem seu desempenho, suas vendas e tornarem-se mais competitivos em seus segmentos de negócio. Em março de 2021, foi realizada a aquisição da RD Station, principal ferramenta de automação de marketing digital e vendas do mercado, ampliando a relevância de nossa oferta de soluções de Business Performance. De forma complementar, as soluções e parcerias para *digital commerce* ajudam a alavancar as vendas *online* e integração da cadeia de produção de nossos clientes. Nessa dimensão, a receita de 2022 teve um incremento de 31% na comparação com 2021, considerando a receita da RD Station de janeiro a maio de 2021, não consolidada pela TOTVS, sendo que a receita recorrente representou mais de 98% do total da dimensão.

Essa transformação estratégica baseada em um ecossistema de 3 dimensões ampliou significativamente o mercado endereçável da Companhia e acelerou o crescimento da receita, visto que as. soluções SaaS da dimensão de Gestão, juntamente com as soluções de Techfin e Business Performance, considerando a receita não auditada da RD Station de janeiro a maio de 2021, foram responsáveis por mais de 43% da receita total e 57% do crescimento ano contra ano da receita de 2022. Mesmo assim, a Companhia mantém um duplo mandato com foco em crescimento de receita e também de rentabilidade.

Adicionalmente, em janeiro de 2020 a ação da Companhia passou a compor o índice IBOV, assim como os índices MSCI, em dezembro de 2020, o IBrX 50 da B3, a partir de 2021 e o GPTW da B3, a partir de 2022, tornando a Companhia a primeira empresa de tecnologia a figurar nos mais importantes índices de ações do mercado brasileiro. Essa conquista reflete a posição de liderança da Companhia e o reconhecimento do momento que atravessa, fruto de nossa estratégia, execução operacional e nível de governança corporativa.

A Companhia segue focada em se tornar o “Trusted Advisor” dos clientes, através da inovação, que para a TOTVS, é fazer algo novo e diferente, que agregue valor. A criação do ecossistema de 3 dimensões é exatamente isso: uma estratégia singular, que permitirá ampliar a proposta de valor em um modelo dificilmente replicável, multiplicando o addressable market, e reforçando a própria dimensão de Gestão.

Por meio da tecnologia, a Companhia continuará focada em ajudar as empresas a alavancarem seus negócios, a se tornarem mais rentáveis, crescendo suas operações e melhorando continuamente seus resultados. Pois este é

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

o seu propósito: melhorar o resultado das empresas, acreditar que todo mundo pode crescer e trabalhar junto para isso, ou seja, acreditar no Brasil que faz!

A tabela abaixo apresenta, para os períodos apontados, os principais indicadores financeiros e operacionais consolidados da Companhia:

Em milhões de reais (exceto percentagens)	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de	
	2022	2021
Receita Líquida Consolidada[1]	4.040,1	3.175,8
Receita Recorrente Consolidada[2]	3.255,6	2.470,9
Lucro Líquido	523,3	374,0
EBITDA Ajustado[3]	959,6	789,0
ARR Consolidada[4]	**4.004,6**	**3.074,2**

[1] Receita Líquida (Non-GAAP), incorpora o conceito de Receita de Techfin Líquida do Custo de Funding na consolidação das receitas da Companhia.
[2] Compreende subscrição de software, suporte técnico e evolução tecnológica. Para mais detalhes sobre a Receita Líquida de Software Recorrente.
[3] O EBITDA Ajustado é uma medição não contábil elaborada por nós que corresponde ao EBITDA ajustado pelo prejuízo líquido da operação descontinuada, pelos gastos com transações de M&A, ajustes de M&A à valor justo, pela Perda (Ganho) na Baixa de Ativos e pelo crédito tributário, que, na nossa visão, não fazem parte das operações normais do negócio e/ou distorcem a análise do nosso desempenho. Para mais detalhes sobre o EBITDA Ajustado ver item 2 deste Formulário de Referência.
[4] A receita recorrente anualizada (ARR) corresponde à receita líquida anualizada da somatória dos contratos vigentes no período desconsiderando os efeitos de carências temporárias

Oportunidades de Mercado

Mercado de Software no Brasil (Gestão e Business Performance)

Segundo o estudo Market DataBook, da Gartner, publicado em março de 2023, o Brasil se encontra entre os 12 maiores mercados de TI no mundo, apresentando gastos em torno de 65,9 bilhões de dólares, dos quais 9,4 bilhões de dólares representam investimentos em software. Entretanto, o investimento em TI e software no Brasil ainda é relativamente menor do que os países mais desenvolvidos e da maioria dos principais mercados de TI. Com base em informações do Banco Mundial, o Brasil concentra aproximadamente 3% da força de trabalho global e 2,3% do PIB global, no entanto os dispêndios com software representam em torno de 1,2% dos gastos globais, evidenciando que o mercado brasileiro de software ainda não está maduro e ainda tem muito espaço para crescimento. Os gráficos abaixo mostram essa diferença em relação a outros países e à média de países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE):

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Fonte: Banco Mundial, OCDE, TOTVS

Apesar do uso de TI e *software* ser relativamente baixo em comparação a países mais desenvolvidos, o Brasil já apresenta elementos que indicam boas perspectivas para o crescimento do investimento em TI no futuro. Segundo pesquisa da Hootsuite e dados da OCDE, a população do Brasil apresenta altos níveis de consumo de serviços pela internet, e de uso de mídias sociais com propósito empresarial ficando no topo do ranking entre países desenvolvidos, da média mundial e da média dos países da OCDE, conforme os gráficos a seguir:

Fonte: Hootsuite 2022, OCDE 2021

A Companhia acredita que existam 3 principais drivers de crescimento do mercado de software no Brasil. O **primeiro driver** é a baixa penetração de mercado. Estatísticas do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (CETIC) e da OCDE sobre o nível de utilização de ERP e CRM no Brasil e no mundo mostram que o mercado brasileiro, de uma forma geral, possui menor penetração do que países da OCDE. Os dados de penetração no Brasil combinados com dados do IBGE indicam uma estimativa do

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

volume de empresas (mais de 3 milhões) que ainda não adotam *software* (ERP/CRM) em suas operações.

Fonte: CETIC (TIC Empresas 2021), Estatísticas da OCDE, IBGE

O **segundo driver**, é o maior potencial de uso em mercado já penetrado. Mesmo as empresas que já utilizam ERP no Brasil, gastam menos em software do que a média das empresas de muitos países da OCDE.

Fonte: Banco Mundial, Estatísticas da OCDE, Análises TOTVS

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

O **terceiro driver** é o potencial de participação de software no gasto com TI. Dados mostram uma correlação positiva entre o gasto com TI e a relevância de software sobre o Gasto Total com TI em cada país, ou seja, conforme os países amadurecem e passam a investir mais em TI, consequentemente o investimento em software se torna mais representativo dentro do total de gastos em TI.

Fonte: Banco Mundial, Análise TOTVS

No Brasil, observa-se uma baixa participação no gasto com software em relação ao Gasto total de TI em comparação com outros mercados líderes de TI, o que evidencia um alto potencial para expansão de investimentos em software no Brasil.

Fonte: Gartner, 2022

Mercado de Techfin no Brasil

O mercado brasileiro de crédito pessoa jurídica (PJ), apesar de ainda ser um mercado bastante concentrado nos principais bancos (Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Itaú Unibanco, Santander e Bradesco), que atualmente são responsáveis por 61% de toda a carteira de crédito PJ de 2023, vêm ano a ano observando uma queda mportante nessa concentração.

Mudanças regulatórias para aumentar a competição nesse mercado, o surgimento e crescimento de novas tecnologias, dentre outros fatores, vêm abrindo espaço para a atuação e crescimento de novos *players* explorando

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

nichos de mercado nos quais os *players* tradicionais não conseguem explorar com qualidade e/ou possuem altos custos.
Esse panorama cria uma oportunidade para a Companhia atuar no segmento Techfin, sem esquecer de nosso DNA de tecnologia, como uma empresa de software. A Companhia se posiciona como Techfin em vez de FinTech, para oferecer soluções para simplificar, aumentar o acesso e diminuir o custo de produtos financeiros, incluindo soluções de pagamentos e crédito para seus clientes. O nosso segmento de Techfin pode se alavancar: (i) da nossa expertise e *know-how* de soluções digitais e tecnológicas, (ii) da nossa habilidade de coletar e analisar o alto volume de dados, (iii) da nossa capacidade de lançar novos produtos para se adaptar às necessidades do usuário, (iv) da nossa plataforma de distribuição robusta em todas as regiões no Brasil, (v) do nosso acesso a uma ampla base de clientes recorrentes ao longo da cadeia produtiva e (vi) de nossa marca bem estabelecida. Essas soluções podem ser, inclusive, oferecidas em parcerias com *players* do setor financeiro, sejam eles consolidados ou novos entrantes, que possuem conhecimentos complementares como expertise do produto, conhecimento do ambiente regulatório e análise de risco dos clientes.

Além disso, o acesso a uma ampla base de clientes em que suas operações são intermediadas e suportadas pelos sistemas da Companhia, aliada a uma tendência de digitalização das empresas e pressão por ganhos de eficiência e aumento de resultado, cria uma oportunidade para que a Companhia desenvolve soluções para aumentar a performance dos seus clientes a partir da análise de seus dados, incluindo, por exemplo, medidas para aumentar vendas em determinadas situações ou gerenciar melhor os recursos da empresa.

Mercado Endereçável Total - Potencial Ecossistema de 3 dimensões (3D)

A Companhia estima que existe um potencial de mercado de software endereçável à Companhia no Brasil de aproximadamente R$83 bilhões, em 2021, dividido em: (1) R$35,7 bilhões do mercado de Gestão; (2) R$47,3 bilhões do mercado de Business Performance, ambos quando as empresas brasileiras atingirem um nível de maturidade de TI observado nos países da OCDE. Esse potencial pode ser explorado de diferentes maneiras, seja através de oportunidades de *up-selling, cross-selling*, e atuação dentro do mercado não penetrado.

Já no segmento de Techfin, a Companhia estima que exista um potencial de mercado endereçável de R$162,3 bilhões, quando todas as empresas do Brasil contratarem crédito conforme o nível de endividamento oneroso médio daquelas que já contratam hoje. Este potencial poderá ser explorado através da nossa estratégia de nos tornarmos uma plataforma única de crédito e pagamentos para nossos clientes de pequeno e médio porte.

Fonte: IDC e análise TOTVS

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

As oportunidades aqui evidenciadas somadas à positiva trajetória do setor de TI que tem apresentado histórico de crescimento acima da média da economia brasileira reforçam a nossa visão de que o mercado brasileiro é uma importante fonte de crescimento e oportunidade para a Companhia. Além disso, o tamanho dos novos mercados e seu potencial de crescimento demonstram que a Companhia não necessita ser dominante neles para que o crescimento proveniente dos novos segmentos seja relevante.

Pontos Fortes e Vantagens Competitivas

Posição de liderança e marca

Somos uma Companhia multinacional brasileira líder no mercado de ERP no Brasil com 55% de *market share*, de acordo com o estudo "*Market Share: All Software Markets, Worldwide, 2022*" da Gartner. Estimamos que a receita agregada dos nossos clientes representa, aproximadamente, R$2,7 trilhões.

Nossa posição de liderança nos permite amplo acesso a diversos segmentos do mercado em que atuamos e viabiliza a oferta de diversos produtos de forma verticalizada para novos e atuais clientes de todos os tamanhos, incluindo oportunidades de cross-selling. Acreditamos, ainda, que a nossa forte reputação tem a capacidade de agregar profissionais de excelência, parceiros e clientes ao nosso redor, em um ecossistema aberto, capaz de acompanhar e integrar as evoluções das demandas atuais e antecipar as tendências do futuro.

Em 2022, podemos destacar alguns prêmios de mercado conquistados que demonstram a forte competitividade da marca TOTVS, como por exemplo:

- **Melhores do ESG da Exame:** destaque do setor de tecnologia por 2 anos seguidos: 2021 e 2022
- **Revista Época Negócios:** Destaque entre as melhores empresas ESG do país
- **Institutional Investor Research:** a TOTVS foi eleita melhor Companhia no setor de tecnologia, mídia e telecomunicações (TMT) da América Latina, sendo reconhecida como a Melhor ESG no ranking geral e na categoria midcap
- **Ranking espanhol Monitor Empresarial de Reputação Corporativa (Merco):** TOTVS listada no grupo das 100 empresas com melhor reputação no Brasil
- **Ranking GPTW:** segundo ano consecutivo no ranking GPTW entre as melhores empresas de tecnologia para se trabalhar
- **Selo de Direitos Humanos e Diversidade (iniciativa da Prefeitura de São Paulo):** reconhecimento do Programa de Diversidade e Inclusão da TOTVS
  reconhecimento do Programa #ELASNATOTVS
- **Prêmio Melhores da Bolsa da Infomoney:** TOTVS destaque do setor tech em 2021
- **Employer Branding Brasil:** Categoria melhor campanha de atração de pessoas candidatas
- **Anuário Informática Hoje 2021:** TOTVS escolhida pela 2° vez consecutiva como a Empresa do Ano; outros reconhecimentos: Empresa de grande porte mais eficiente no segmento de software e listada entre as 200 maiores empresas no mercado brasileiro de tecnologia da informação
- **Troféu Transparência 2022 - ANEFAC:** Premiação na Categoria de empresas com receita líquida até R$5 bilhões

Plataforma de distribuição

A Companhia está presente em todo o território brasileiro e possui clientes em 41 países. Esta ampla capilaridade é fruto da nossa estratégia de expansão por meio de filiais, canais e franquias exclusivas, iniciada na década de 90 e que nos permite estar sempre próximos aos nossos clientes, conhecer melhor o negócio deles, as particularidades da região onde atuam e a conquistar sua confiança.

Acreditamos que nossa plataforma de distribuição é um forte diferencial, com presença local e digital que é capaz de atender Companhias de todos os tamanhos.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

No segmento de gestão nossa estratégia de distribuição segue o tamanho dos clientes da seguinte forma:

(i) Nas grandes corporações (mais de 500 funcionários), possuímos uma divisão especializada com profissionais qualificados em cada indústria de atuação, oferecendo não apenas serviço especializado, mas suporte e consultoria.

(ii) No segmento de pequenas e médias empresas (de 10 a 500 funcionários), possuímos 5 unidades próprias e 44 territórios franqueados. Acreditamos que essa capilaridade da força de vendas nos proporciona conhecimento único das necessidades dos nossos clientes, além de custos comerciais e de implementação otimizados. Os nossos franqueados atuam de forma exclusiva e são remunerados não apenas pelas vendas realizadas, mas também pelas Receitas Líquidas de Software Recorrentes, o que acreditamos motivar referidos franqueados em manter um alto grau de alinhamento aos nossos interesses, em especial à manutenção da relação de longo prazo com os nossos clientes.

(iii) No atendimento a microempresas (menos de 10 funcionários), atuamos em um sistema de múltiplos canais por meio de parceiros, revendas e distribuidores, o que nos permite atingir todas as regiões e grandes centros do Brasil.

No segmento de Business Performance a distribuição é feita majoritariamente pelo vasto ecossistema de agências de marketing parceiras que divulgam e recomendam nossas soluções. Adicionalmente, os produtos desta dimensão possuem características mais intensas de PLG (*Product Led Growth*), através da qual as vendas para clientes da base (up-sell) são indicadas ao time comercial pelo próprio produto através da intensidade de uso do cliente. Por fim, nosso foco é também no *cross-selling* com os clientes do segmento de Gestão, através de equipes especializadas, totalmente integradas aos times atuais de vendas.

No segmento de Techfin temos também equipes especializadas que apoiam o *cross-selling* das nossas soluções de Techfin que estão apenas no início da jornada de integração com os times atuais de vendas, já trazendo resultados acima do esperado. Além disso, para nossa solução de crédito da Supplier (que será explorada em detalhes mais a frente) a distribuição e contratação de crédito são realizados através dos nossos clientes, os quais chamamos de afiliados, que se utilizam do nosso serviço de cartão de crédito digital para vender mais aos seus clientes.

Portfólio amplo, diverso e flexível

Nosso portfólio abrange uma completa oferta horizontal, com soluções: (i) de Gestão, entre elas ERP, RH, Verticais e Plataformas de Inovação; (ii) de Techfin, incluindo serviços financeiros de crédito, gestão de caixa e meios de pagamento; e (iii) Business Performance, incluindo inteligência de dados, *digital commerce*, conversational commerce, marketing digital e CRM. Acreditamos que nossas soluções são amplas, diversas e flexíveis, lidando e atendendo as necessidades de todos os nossos clientes nas mais diversas verticais de 12 segmentos de mercado (agroindústria, construção e projetos, distribuição, educacional, serviços financeiros, hospitalidade e turismo, jurídico, logística, manufatura, saúde, prestadores de serviços e varejo).

Atendemos empresas de todos os portes, com soluções disponibilizadas em *cloud* ou *on-premises*. As nossas soluções são escaláveis e modulares podendo ser facilmente configuradas para permitir funcionalidades específicas de diferentes segmentos de negócio e tamanhos com integração consistente.

Modelo de negócios com histórico de crescimento e rentabilidade

Nosso modelo de negócios na dimensão de Gestão consiste na oferta e desenvolvimento com constante inovação de sistemas de ERP confiáveis e eficientes para o processamento de informações corporativas com segurança, constituindo uma ferramenta de grande relevância para os nossos clientes no gerenciamento de seus negócios no qual acreditamos possuir profunda expertise. Adicionalmente, nossas ofertas da dimensão de Business Performance ampliam e reforçam as ofertas de Gestão com soluções que permitem nossos clientes ampliar suas vendas, serem mais competitivos e terem melhor desempenho de receita e nossas soluções integrados ao ERP e baseados em dados da dimensão de Techfin permitem o acesso a serviços financeiros mais amplos, acessíveis e simplificados.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Esse modelo de negócios tem uma abordagem focada no cliente, amplo portfólio de produtos e serviços financeiros, equipe de pós-vendas que inclui especialistas com expertise em promover vendas de *cross* e *up-sell*, assim como times centralizados de implementação e manutenção. Proporcionamos aos nossos clientes mais simplicidade e facilidade na contratação e utilização de nossas soluções por meio de variadas modalidades comerciais, que se adaptam a realidade do cliente segundo o seu estágio de maturidade. Isso nos permite apoiar a evolução dos nossos clientes na digitalização dos seus negócios, nos posicionando como um "Trusted advisor" para que eles possam crescer, alavancar suas operações e tornar seus negócios mais rentáveis.

Tal flexibilidade comercial nos permite crescer junto com os nossos clientes, suportando relacionamentos de longo prazo. Ao final de 2022, nós atingimos a marca de R$4 bilhões em *Annual Recurring Revenue* [1] (ARR, em português Receita Recorrente Anualizada), 30% acima de 2021, e R$10,8 bilhões de produção de crédito, 11% acima de 2021. Acreditamos que esses fatores, somados a um modelo que combina a resiliência e previsibilidade da receita recorrente com o *take rate* e captura de crescimento de mercado da receita transacional, possibilitam a manutenção do crescimento de receita e uma rentabilidade saudável na operação.

Histórico de Aquisições

Acreditamos que a Companhia possui capacidade de execução e histórico sólidos na identificação, prospecção, negociação e integração após dezenas de aquisições que, ao longo de mais de 20 anos, geraram valor para a Companhia, sendo uma poderosa alavanca para a execução da nossa estratégia de fortalecimento do core business e de expansão para novos mercados, além da criação de sinergias significativas.

Desde 2005, nós adquirimos diretamente mais de 40 Companhias que reforçaram desde a nossa dimensão principal (Gestão) até a entrada em novas dimensões de atuação (Techfin e Business Performance). Nossos executivos possuem experiência tanto no processo de aquisição quanto no de integração das novas empresas o que alavanca o potencial das sinergias a serem extraídas, com foco no aumento do *cross e up-selling*, redução de *churn*, aumento dos serviços e soluções ofertadas, corte de custos, melhora da governança e expansão das vendas com o uso da marca TOTVS. São exemplos significativos da nossa capacidade de integração, as aquisições da RM, Datasul, Consinco, etc, todas transformacionais para a Companhia devido ao tamanho no momento da aquisição.

Tivemos, também, aquisições que expandiram os nossos mercados de atuação, como a da Supplier e da RD Station, que representaram um passo definitivo para a TOTVS estabelecer as dimensões de Techfin e Business Performance respectivamente e fundamental na construção de um ecossistema de 3 dimensões de tecnologias B2B, que tem como objetivo aumentar o *addressable market*, o *take rate* e também a fidelização de clientes. Outro exemplo relevante é a criação da JV envolvendo a TOTVS Techfin e o Banco Itáu, cujo racional estratégico é a combinação inédita de esforços entre a maior empresa de tecnologia e o maior conglomerado financeiro do país, visando ampliar, simplificar e democratizar o acesso a uma ampla oferta de produtos financeiros no mercado B2B. Essa combinação de esforços deverá beneficiar pequenas e médias empresas e toda a cadeia produtiva do país, ao unir a *expertise* da TOTVS em sistemas de gestão (ambientes nos quais as empresas gerem suas informações transacionais) à *expertise* financeira do Itaú, que conta com capacidade de *funding* em larga escala e em condições competitivas.

Além, claro, da criação da Dimensa (antiga TOTVS Financial Services - TFS), empresa que passou a contar com dois dos principais *players* do segmento de Serviços Financeiros, TOTVS e B3, na sua estrutura de governança, iniciando uma nova etapa, com um management renovado, total autonomia e foco no efervescente segmento de tecnologias B2B para o mercado financeiro e de fintechs, buscando ampliar investimentos em inovação e aumentar o portfólio de soluções e de clientes, por meio de desenvolvimentos orgânicos, parcerias e aquisições, com o objetivo de ser a principal opção de tecnologia B2B para o setor financeiro.

---

[1] A Receita Recorrente Anualizada (ARR) corresponde à receita líquida anualizada da somatória dos contratos vigentes no período, desconsiderando os efeitos de carências temporárias.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

As principais operações de fusões, aquisições e alienações da Companhia ocorridas ao longo de sua trajetória estão elencadas a seguir, em ordem cronológica.

DATA	COMPANHIA	ASSUNTO
31/10/2023	IP	SOLUÇÕES EM SOFTWARE E SERVIÇOS TTS LTDA. celebrou, em 31 de outubro de 2023, o Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças para aquisição da totalidade do capital social da franquia IP SÃO PAULO SISTEMAS DE GESTÃO EMPRESARIAL LTDA. (“IP”).
03/07/2023	TRS	SOLUÇÕES EM SOFTWARE E SERVIÇOS TTS LTDA. (“TTS”) celebrou, em 03 de julho de 2023, o Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças (“Contrato”) para aquisição da totalidade do capital social da TRS GESTÃO E TECNOLOGIA S.A. (“TRS”).
05/06/2023	Exact Sales	RD Gestão e Sistemas S.A. (“RD Station”) celebrou, em 05 de junho de 2023, o Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças (“Contrato”), para a aquisição da totalidade do capital social da Exact Desenvolvimento e Programação de Software S.A. (“Exact Sales”).
15/052023	Lexos	Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças, para aquisição das quotas que representam 100% do capital social da Lexos Soluções em Tecnologia Ltda.
31/08/2022	FEEDZ	Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças , para aquisição, à vista, de ações que representam 60% do capital social da FEEDZ TECNOLOGIA S.A.
17/08/2022	RBM	Dimensa S.A. , celebrou, nesta data, Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças para aquisição da totalidade das quotas da RBM Web Sistemas Inteligentes Ltda.
02/08/2022	Tallos	RD GESTÃO E SISTEMAS S.A. celebrou, em 1o de agosto de 2022, Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças para aquisição da totalidade do capital social da TALLOS TECNOLOGIA INTEGRADA E ASSESSORIA EM NEGÓCIOS S.A.
12/04/2022	TOTVS TECHFIN	Contrato para a criação de uma Joint Venture com o Itaú Unibanco S.A. , denominada TOTVS TECHFIN
04/04/2022	GESPLAN	Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças , por meio do qual adquiriu ações que representam 100% do capital social da GESPLAN S.A.
29/03/2022	Vadu	A Dimensa S.A. celebrou, nesta data, Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças para aquisição de quotas que representam 100% do capital social da Vadu Ltda.
31/01/2022	Mobile2you	A Dimensa S.A. , celebrou, em 31 de janeiro de 2022, um Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças para aquisição de quotas que representam 100% do capital social da Mobile2you Ltda.
10/01/2022	InovaMind	A Dimensa S.A. , subsidiária da Companhia que tem a B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão como sócia, celebrou um Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças para aquisição de quotas que representam 100% do capital social da InovaMind Tech Ltda.
12/07/2021	Dimensa	Contrato tendo por objeto a subscrição, pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, de participação acionária minoritária representativa de 37,5% do total de ações da DIMENSA, nova denominação da TFS Soluções em Software S.A.
09/03/2021	RD Station	Contrato de compra e venda para aquisição de ações que representam 92% do capital social da RD GESTÃO E SISTEMAS S.A.
29/12/2020	Tail Target Tecnologia	Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças por meio do qual adquiriu quotas que representam 100% do capital social da Tail Target Tecnologia de Informação Ltda
08/04/2020	Wealth Systems	Contrato de Compra e Venda para aquisição de quotas que representam 100% do capital social da WEALTH SYSTEMS INFORMÁTICA LTDA.
27/12/2019	Consinco	Aquisição de ações que representam 100% do capital social da CONSINCO S.A.
06/11/2019	Bematech International Corporation	Alienação de 100% do capital social da operação de hardware desenvolvida pela Bematech International Corporation na Ásia
28/10/2019	Supplier	Aquisição de 88,8% do capital social da SUPPLIER PARTICIPAÇÕES S.A

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

24/10/2019	Bematech Hardware	Alienação de 100% do capital social da Bematech Hardware Ltda.
31/07/2019	Ciashop	Alienação da totalidade da participação detida pela Companhia no capital social da CIASHOP S.A., representando 70,47% do capital social da CIASHOP
01/08/2016	Resultados em Outsourcing	Alienação de 100% do capital social da R.O. RESULTADOS EM OUTSORCING S.A.
03/09/2015	Bematech	Operação de Reorganização Societária entre TOTVS S.A. e BEMATECH S.A., resultando na titularidade, por TOTVS, de 100% das ações de emissão de Bematech.
11/05/2015	TOTVS Agro e P2RX	Aquisição de 40% do capital social da TOTVS SOLUÇÕES EM AGROINDÚSTRIA S.A. antiga PRX Soluções em Gestão Agroindustrial Ltda.) e de 40% do capital social da P2RX SOLUÇÕES EM SOFTWARE S.A., passando a deter 100% do capital social das empresas.
11/02/2015	Neolog	Aquisição de 60% do capital social da NEOLOG CONSULTORIA E SISTEMAS S.A.
21/05/2014	Virtual Age	Aquisição de 100% do capital social da VIRTUAL AGE SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA LTDA.
02/12/2013	Ciashop	Aquisição de 68,5% do capital social da CIASHOP SOLUÇÕES PARA COMERCIO ELETRONICO S.A.
25/11/2013	Seventeen	Aquisição de 100% do capital social da SEVENTEEN TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EM INFORMÁTICA LTDA
16/07/2013	RMS e Webstrategie	Aquisição de 100% do capital social da RMS SOFTWARE S.A. e da WEBSTRATEGIE SOFTWARE LTDA
19/04/2013	PRX e P2RX	Aquisição de participação majoritária de 60% do capital social da PRX SOLUÇÕES EM GESTÃO AGROINDUSTRIAL LTDA. e da P2RX SOLUÇÕES EM SOFTWARE S/S LTDA.
24/01/2013	PC Sistemas	Aquisição de 100% do capital social da W&D PARTICIPAÇÕES S.A.
31/03/2011	Totalbanco	Aquisição de 30% do capital social da TOTALBANCO CONSULTORIA E SISTEMAS S.A., passando a deter 100% do capital social da empresa.
04/01/2011	Gens	Aquisição de 100% do capital social da GENS TECNOLOGIA E INFORMÁTICA LTDA.
24/11/2010	Mafipa	Aquisição de 100% do capital social da MAFIPA SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA.
02/08/2010	SRC	Aquisição de 100% do capital social da SRC SERVIÇOS EM INFORMÁTICA LTDA.
01/06/2010	TQTVD	Aquisição de 45% do capital social da TQTVD SOFTWARE LTDA., passando a deter 100% do capital social da empresa.
29/04/2010	Softeam	Alienação da totalidade (100%) das quotas da SOFT TEAM SISTEMAS DE COMPUTAÇÃO E INFORMÁTICA LTDA.
05/01/2010	Midbyte	Aquisição de 30% do capital social da MIDBYTE INFORMÁTICA S.A, passando a deter 100% do capital social da empresa.
05/01/2010	M2S e M2I	Aquisição de 100% do capital social da M2I SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO DE SOFTWARE LTDA. e 100% do capital social da M2S SERVIÇOS DE SUPORTE LTDA.
14/10/2009	Hery	Aquisição de 100% do capital social da HERY SOFTWARE LTDA.
13/10/2009	TotalBanco	Aquisição de 70% do capital social da TOTALBANCO CONSULTORIA E SISTEMAS LTDA.
03/09/2009	YMF	Aquisição de 20% do capital social da YMF ARQUITETURA FINANCEIRA DE NEGÓCIOS S.A., passando a deter 100% do capital social da empresa.
09/09/2009	Tools	Aquisição de 10% do capital social da TOOLS ARQUITETURA FINANCEIRA DE NEGÓCIOS S.A., passando a deter 100% do capital social da empresa.
01/06/2009	Resultados em Outsorcing	Aquisição de 40% do capital social da R.O. RESULTADOS EM OUTSORCING S.A., passando a deter 100% do capital social da empresa.
19/08/2008	Datasul	Operação de Reorganização societária entre TOTVS S.A. e DATASUL S.A., resultando na titularidade, por TOTVS, de 100% das ações de emissão de Datasul.
01/07/2008	Setware	Aquisição de 100% do capital social da SETWARE INFORMÁTICA LTDA.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

10/12/2007	BCS	Aquisição de 100% do capital social das empresas BCS COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA., BCS ENGENHEIROS ASSOCIADOS LTDA., BCSFLEX COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA. e HBA INFORMÁTICA LTDA.
29/11/2007	IOSSTS	Aquisição de 100% do capital social da INTELIGÊNCIA ORGANIZACIONAL, SERVIÇOS, SISTEMAS E TECNOLOGIA EM SOFTWARE LTDA.
29/11/2007	Midbyte	Aquisição de 70% do capital social da MIDBYTE INFORMÁTICA S.A.
29/11/2007	TQTVD	Aquisição de 70% do capital social da TQTVD SOFTWARE LTDA.
12/04/2006	RM Sistemas	Aquisição de 100% do capital social da RM SISTEMAS S.A.
16/02/2005	Logocenter	Aquisição de 100% do capital social da LOGOCENTER S.A.
16/02/2005	Sipros	Aquisição de 100% do capital social da SIPROS México

Time executivo qualificado e experiente

Na nossa visão, a forte experiência e o profundo conhecimento de nossos administradores constituem vantagens competitivas decisivas em nosso dinâmico mercado de atuação. A nossa administração é composta, atualmente, por uma equipe jovem, engajada e experiente no setor de tecnologia com, em média, 18 anos de experiência profissional, dos quais aproximadamente 9 anos, em média, foram dedicados exclusivamente à Companhia. Esses profissionais altamente qualificados desempenham papel central no crescimento de nossos negócios, criando uma cultura de excelência operacional, transparência e eficiência, e altos padrões de governança e ética.

Concluímos, em 2019, o desafiador processo de sucessão da Companhia, preservando o legado do fundador da empresa, que permanece apoiando a Companhia como Presidente do Conselho. Seguimos com a mesma premissa que nos acompanha desde o início de nossa trajetória: inovação, empreendedorismo e determinação; apostando na tecnologia como alavanca da competitividade e produtividade do País; e trabalhando diariamente para oferecer as melhores soluções e experiências, cada vez mais digitais, aos nossos clientes. A experiência e qualificação dos nossos executivos será peça chave para a identificação de oportunidades de crescimento, execução de aquisições, integração bem-sucedida de ativos adquiridos e na implementação da estratégia descrita abaixo.

Além de ser listada no mais alto nível de governança da B3, o segmento especial do Novo Mercado, somos uma Companhia de capital pulverizado (*true corporation*) e contamos com 6 dos nossos 7 membros do Conselho de Administração independentes e altamente qualificados. Nosso Comitê de Auditoria é constituído com membros independentes do nosso Conselho de Administração e um membro externo, para qual o nosso time de auditoria interna reporta diretamente.

Comprometimento com agenda ESG

Ambiental ("Environmental")

No pilar E, desenvolvemos nosso primeiro inventário de pegada de carbono baseado no Protocolo GHG Brasil, contemplando os escopos 1 e 2 de nossas operações - iniciativa alinhada ao Pacto Global e ao ODS 13 de Mudanças Climáticas. Destacamos, ainda, a obtenção de upgrade no score da Carbon Disclosure Project (CDP), que passou de F para C- nesse ciclo, bem como a entrada da TOTVS no Índice Carbono Eficiente da B3 (ICO2).

Social

No pilar S, seguimos consolidando nossos esforços na pauta de educação, contribuindo com a formação e empregabilidade de jovens em situação de vulnerabilidade social, por meio do Instituto da Oportunidade Social (IOS) e do Programa Start Tech. 2 Aprovamos a nossa Política de Diversidade e Inclusão, com os principais direcionamentos para o tema e lançamos o Banco de Talentos #ELASNATOTVS (Gênero) e

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

#INCLUSAONATOTVS (PcDs), abrindo portas e criando oportunidades de inclusão no mercado de tecnologia.

Governança

No pilar G, implementamos o processo de asseguração independente em ESG, englobando nossos indicadores GRI e as diretrizes globais do Relato Integrado; evoluímos em nosso exercício de revisão dos fatores de riscos, contemplando a análise e os critérios ESG; e o MSCI elevou o nosso score de "BBB" para "A", posicionando a Companhia em um seleto grupo de empresas globais diferenciadas no setor de software, o que reflete os nossos esforços em fortalecer nossa conduta ESG.

Estratégia de Crescimento

Fortalecer nosso core business

Nossa estratégia de crescimento está baseada no fortalecimento do nosso negócio de Gestão com contínuo foco na oferta de soluções comercializadas e implementadas de forma simples e ágil por uma rede de distribuição e negócios capilar e digital e no desenvolvimento de relacionamentos profundos e duradouros com uma base diversificada de clientes.

Adicionalmente, completamos nosso processo de transição para um modelo de negócios baseado em SaaS (Software as a Service ou Software como Serviço), que permite aos usuários se conectar e usar aplicativos baseados em nuvem (cloud), o que aumenta nossa Receita Líquida de Software Recorrente, com uma base de clientes fiel.

Considerando que algumas soluções apresentam penetração estimada abaixo de 5% na nossa base atual de clientes, tais como SFA – *Sales Force Automation* e BI - *Business Intelligence*, acreditamos haver uma grande oportunidade de crescimento por meio do aumento de oferta e penetração das nossas soluções verticais, com grande potencial de geração de *cross-selling* para nossos clientes atuais e futuros.

Expansão para novos mercados

Nossa expansão para novos mercados (Techfin e Business Performance) se baseia na vantagem competitiva de já estarmos presentes em quase todos os segmentos da cadeia de valor dos nossos clientes, o que nos permite oferecer novas soluções customizadas e flexíveis que ajudem os nossos clientes a vender mais (Business Performance) e para o aumento de eficiência financeira de nossos clientes (Techfin).

Como parte dessa estratégia, o segmento de Techfin da Companhia tem como principal objetivo simplificar, ampliar e baratear o acesso de nossos clientes a crédito e demais serviços financeiros, inclusive por meio de parcerias com instituições financeiras. Com isso, buscamos agregar ainda mais valor às cadeias já atendidas pelas nossas soluções de Gestão, líderes no Brasil, oferecendo, por exemplo, soluções de crédito a setores tão diversos quanto educação, saúde, RH e indústria.

Já o segmento de Business Performance tem como principal objetivo ajudar nossos clientes a aumentarem suas vendas e tornarem-se mais competitivos em seus segmentos de negócio, através de soluções focadas em marketing digital, digital commerce, vendas e experiência dos clientes.

Aceleração por Aquisição

Acreditamos que as aquisições são uma poderosa alavanca para a execução da nossa estratégia de fortalecimento do nosso posicionamento no segmento de negócio de Gestão e na expansão para novos mercados (Techfin e Business Performance). Avaliamos constantemente possíveis aquisições estratégicas baseadas em 4 grandes pilares:

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

1. Reforçar e defender o *core business* - reforçar e defender nosso negócio de Gestão com a adição de soluções horizontais e base de clientes;
2. Aprofundar atuação nos Segmentos - aprofundar nossa atuação buscando a liderança em segmentos de negócio;
3. Soluções *Cross-Selling* - aquisição de alvos que adicionem novos produtos agnósticos e escaláveis ao nosso portfólio de forma a alavancar nossa capacidade de *cross-selling*; e
4. Novos mercados - aumentar nosso mercado potencialmente acessível (Techfin e Business Performance).

O nosso pipeline de potenciais alvos de aquisição é constantemente atualizado tendo em vista o dinamismo do mercado de tecnologia da informação. Os alvos são avaliados conforme o encaixe em ao menos um dos quatro pilares do pipeline, disponibilidade do ativo para negociação e estimativa de valor condizente com os patamares praticados pelo mercado. Abaixo, uma breve descrição das principais aquisições concluídas pela Companhia nos últimos três exercícios sociais (2020, 2021 e 2022):

Em 8 de abril de 2020, a Companhia celebrou Contrato de Compra para aquisição de quotas que representam 100% do Capital Social da Wealth Systems pelo montante de R$27,0 milhões, sujeito a ajustes, dos quais R$16,7 milhões pagos à vista aos vendedores e R$10,3 milhões a serem pagos em fevereiro de 2021. Fundada há 19 anos, a Wealth Systems atua no mercado de software provendo soluções de CRM (*Customer Relationship Management*) e SFA (*Sales Force Automation*) na América Latina, tendo mais de 250 colaboradores e mais de 450 clientes em diferentes setores da economia, com grandes clientes referência especialmente nas cadeias de agronegócio, manufatura e distribuição. A Wealth Systems já era parceira da Companhia com suas soluções de CRM (Master CRM) e de SFA (Master Sales).

Em 19 de dezembro de 2020, a Companhia adquiriu 100% do capital social da Tail Target Tecnologia de Informação Ltda. pelo montante de R$32.000.000,00, sendo os pagamentos distribuídos da seguinte forma: (i) R$7.800 mil foram pagos à vista; (ii) R$3.506.000,00 referente a parcelas retidas para cumprimento de condições estabelecidas em contrato; e (iii) R$20.000.000,00 que será pago mediante atingimento de metas estabelecidas para a Tail relativas aos exercícios de 2021 e 2022. A Tail é provedora de uma plataforma de inteligência de dados que fornece insights aos clientes por meio do monitoramento em tempo real do comportamento de uma ampla audiência na internet com o objetivo de otimizar as vendas de seus clientes.

No dia 09 de março de 2021, a Companhia anunciou a celebração de contrato de compra e venda para aquisição de ações que representam 92% do capital social da RD Gestão e Sistemas S.A (RD Station), pelo montante de R$1.861 milhões, sujeito a ajustes, a ser pago no fechamento da transação. Em 31 de maio de 2021, foi concluída a transação, após terem sido cumpridas todas as condições precedentes previstas no Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças firmado entre as partes, incluindo, sem limitação, a aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), que emitiu parecer favorável em relação à operação.

No dia 12 de julho de 2021, a Companhia anunciou a celebração de contrato tendo por objeto a subscrição, pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, de participação acionária minoritária representativa, ao final, de 37,5% do total de ações da Dimensa S.A. (anteriormente denominada TFS Soluções em Software S.A “TFS”), pelo montante de R$600 milhões, sujeito a ajustes, e com equity *post-money* da nova companhia avaliado em R$1,6 bilhão. Em 1º de outubro de 2021, foi concluída a transação, após terem sido cumpridas todas as condições precedentes necessárias para o fechamento da transação, incluindo as aprovações regulatórias necessárias tanto do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) quanto da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), sem quaisquer restrições.

No dia 10 de janeiro de 2022, a Companhia anunciou que a Dimensa S.A., subsidiária da TOTVS com participação societária da B3, celebrou um Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças para aquisição de quotas que representam 100% do capital social da InovaMind Tech Ltda. (“InovaMind”) pelo montante de R$23,5 milhões.

No dia 31 de janeiro de 2022, a Companhia anunciou que a Dimensa S.A., subsidiária da TOTVS com participação societária da B3, celebrou um Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças para

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

aquisição de quotas que representam 100% do capital social da Mobile2you Ltda., pelo montante de R$26,9 milhões.

No dia 29 de março de 2022, a Companhia anunciou que a Dimensa S.A., subsidiária da TOTVS com participação societária da B3, celebrou um Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças para aquisição de quotas que representam 100% do capital social da Vadu Ltda., pelo montante de R$40 milhões. Adicionalmente, o Contrato prevê pagamento de preço de compra complementar, sujeito ao atingimento de determinadas metas de desempenho da Vadu e ao cumprimento de outras condições.

No dia 02 de Abril de 2022, a Companhia anunciou a celebração de Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças, por meio do qual adquiriu ações que representam 100% do capital social da GESPLAN S.A. pelo montante de R$40 milhões à vista. Adicionalmente, o Contrato prevê o pagamento de preço de compra complementar sujeito ao atingimento de metas estabelecidas para a GESPLAN relativas aos exercícios de 2022 e 2023 e ao cumprimento de outras condições.

No dia 12 de Abril de 2022, a Companhia anunciou a celebração de contrato para a criação de uma Joint Venture com o Itaú Unibanco S.A., denominada TOTVS TECHFIN (JV), detendo, cada um, 50% de participação na JV. a TOTVS deverá contribuir com ativos da sua dimensão de negócios Techfin, incluindo a totalidade das ações do capital social votante da Supplier Administradora de Cartões de Crédito S.A. O Itaú será responsável por realizar um aporte primário de R$200 milhões no capital social da JV. Adicionalmente, no contexto de criação da JV, o Itaú se compromete a pagar para a TOTVS até R$860 milhões pelas ações da JV, dos quais R$410 milhões serão pagos à vista, na data do fechamento da Transação, e até R$450 milhões a serem pagos após 5 anos, a título de preço complementar (*earn-out*), mediante o atingimento de metas alinhadas aos objetivos de crescimento e performance da JV.

No dia 02 de Agosto de 2022, a Companhia anunciou a celebração de Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças, por meio do qual adquiriu ações que representam 100% do capital social da TALLOS TECNOLOGIA INTEGRADA E ASSESSORIA EM NEGÓCIOS S.A. , pelo montante pago à vista de R$6,7 milhões. Adicionalmente, o Contrato prevê pagamento de preço de compra complementar, sujeito ao cumprimento de determinadas condições. A TALLOS oferece soluções inovadoras de "conversational commerce" para descomplicar o atendimento digital e potencializar a força de vendas das empresas.

No dia 17 de agosto de 2022, a Companhia anunciou que a Dimensa S.A., subsidiária da TOTVS com participação societária da B3, celebrou um Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças para aquisição de quotas que representam 100% do capital social da RBM Web Sistemas Inteligentes Ltda. (“RBM”), pelo montante de R$30 milhões. Adicionalmente, o Contrato prevê o pagamento de preço de compra complementar sujeito ao atingimento de metas estabelecidas para a RBM e ao cumprimento de determinadas condições.

No dia 1 de setembro de 2022, a Companhia anunciou que celebrou, no dia 31 de agosto de 2022, contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, para aquisição, à vista, de ações que representam 60% do capital social da FEEDZ TECNOLOGIA S.A., pelo montante de R$66 milhões. Adicionalmente, o Contrato prevê a aquisição, pela TOTVS Tecnologia, durante o primeiro semestre de 2025, das ações remanescentes, que representam 40% do capital social da FEEDZ, cujo preço observará os termos e condições pactuados pelas Partes, que levará em consideração, dentre outros fatores, o atingimento de determinadas metas e desempenho da FEEDZ. A FEEDZ é uma HR Tech brasileira especializada em soluções SaaS de Engajamento, Desempenho e Clima Organizacional, com destaques para as ferramentas de OKR (Objetivos e Resultados Chave), avaliação de desempenho, feedbacks, pesquisas de clima e engajamento por pulsos.

No dia 15 de maio de 2023, a Companhia comunicou que celebrou o Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças, para aquisição das quotas que representam 100% do capital social da Lexos Soluções em Tecnologia Ltda. A Lexos desenvolve soluções focadas na integração do varejo físico, virtual, marketplaces e e-commerces, facilitando a venda multicanal e ajudando os clientes a escalarem suas vendas nos principais marketplaces do Brasil.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

(a) produtos e serviços comercializados

A Companhia entrega produtividade por meio da digitalização dos negócios, indo muito além do ERP, com ofertas de softwares de gestão, serviços financeiros, soluções de business performance, plataformas tecnológicas, além de serviços de consultoria para empresas de todos os portes, com venda direta aos clientes ou por meio de uma rede exclusiva de franquias.

A aquisição da RD Station consolidou o surgimento do segmento de Business Performance e foi um passo definitivo na construção de um ecossistema de tecnologias B2B, que vai além do ERP. Essa estratégia tem como objetivos ampliar o *addressable market*, o *take rate* e, por fim, aumentar a fidelização de clientes, através do avanço nas cadeias de valor, liderando uma jornada de digitalização que visa exponencializar as operações da Companhia.

Desta forma, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou seus resultados financeiros e operacionais segregados em 3 segmentos operacionais (denominadas dimensões). Abaixo, temos um breve descritivo de cada um deles:

- **Gestão**: é a dimensão onde os dados e as integrações são gerados. Portanto, é a base que viabiliza os demais segmentos do ecossistema. Contempla: (i) as soluções de ERP; (ii) as soluções de RH, para gestão e desenvolvimento do capital humano e processamento de folhas de pagamento; (iii) as soluções especializadas para 12 segmentos econômicos; e (iv) e soluções direcionadas aos micro e pequenos negócios.
- **Business Performance**: é a dimensão que visa alavancar os resultados, performance e relacionamento das diferentes áreas de negócios de nossos clientes. Consolida a plataforma de marketing digital, composta pela RD Station e Tail Target; e as soluções de apoio a vendas, compostas pela suíte de *e-commerce* e conversational commerce.
- **Techfin**: é a dimensão que busca simplificar, ampliar e baratear o acesso a serviços financeiros B2B, através do uso intensivo da digitalização e do Big Data. Atualmente, é composta por soluções de crédito, contemplando: a Supplier e os novos produtos (Antecipa, Consignado, Mais Negócios, Mais Prazo, Painel Financeiro e EduConnect Pay).

(b) receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia

O compromisso de criação de uma Joint Venture (JV) com o Itaú atende aos critérios de ativos mantidos para venda, de acordo com o CPC-31/IFRS-5 e, dessa forma, as informações financeiras trimestrais revisadas ("GAAP") apresentam o resultado da operação de Techfin consolidado na linha "Lucro (Prejuízo) Líquido da Dimensão de Techfin". Visando a preservação da análise de receitas e margens de contribuição dos 3 segmentos operacionais (dimensões), mantivemos o padrão de apresentação anterior, o qual denominamos como padrão "Non-GAAP", isto é, sem a reclassificação das linhas de receitas, de custos e de despesas da Techfin para a linha "Lucro (Prejuízo) Líquido da Dimensão de Techfin". Adicionalmente, foi mantida a utilização do conceito de Receita Líquida de Funding na dimensão Techfin, inclusive na consolidação da Receita Líquida (Non-GAAP) da Companhia.

Nos exercícios sociais de 31 de dezembro de 2021 e 2022, os segmentos operacionais (dimensões) tiveram a seguinte representatividade da receita líquida consolidada:

Em Reais mil	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2022	AV (%)	2021
Gestão	3.475.498	86,0%	2.818.001
Business Performance	317.434	7,9%	159.311
Techfin Líquida de *Funding*	247.132	6,1%	198.469
Receita Líquida Consolidada[1]	**4.040.064**	**100%**	**3.175.780**

[1] Receita Líquida (Non-GAAP), incorpora o conceito de Receita de Techfin Líquida do Custo de Funding na consolidação das receitas da Companhia.

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

(c) lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

Para avaliar o desempenho de cada segmento de negócio (dimensão), a Companhia se utiliza da métrica não contábil de margem de contribuição que consiste no Lucro Bruto descontado das despesas de Pesquisa e Desenvolvimento e das despesas de Provisão para Perdas Esperadas. Este nível de concentração de Margem de Contribuição é observado no lucro líquido da Companhia.

O compromisso de criação de uma Joint Venture (JV) com o Itaú atende aos critérios de ativos mantidos para venda, de acordo com o CPC-31/IFRS-5 e, dessa forma, as informações financeiras trimestrais revisadas ("GAAP") apresentam o resultado da operação de Techfin consolidado na linha "Lucro (Prejuízo) Líquido da Dimensão de Techfin". Visando a preservação da análise de receitas e margens de contribuição dos 3 segmentos operacionais (dimensões), mantivemos o padrão de apresentação anterior, o qual denominamos como padrão "Non-GAAP", isto é, sem a reclassificação das linhas de receitas, de custos e de despesas da Techfin para a linha "Lucro (Prejuízo) Líquido da Dimensão de Techfin". Adicionalmente, foi mantida a utilização do conceito de Receita Líquida de Funding na dimensão Techfin, inclusive na consolidação da Receita Líquida (Non-GAAP) da Companhia, base para o cálculo das margens bruta e de contribuição.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, tais segmentos operacionais (dimensões) tiveram a seguinte representatividade da margem de contribuição:

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de Em milhares de Reais	**2022**
Dimensão de Gestão	
Receita Líquida Total	**3.475.498**
Lucro Bruto	**2.487.041**
Pesquisa e Desenvolvimento	**(600.694)**
Provisão para Perda Esperada	**(22.018)**
Margem de Contribuição	**1.864.329**
Margem de Contribuição %	***53,6%***
Dimensão de Business Performance	
Receita Líquida Total	**317.434**
Lucro Bruto	**238.839**
Pesquisa e Desenvolvimento	**(77.779)**
Provisão para Perda Esperada	**(4.894)**
Margem de Contribuição	**156.166**
Margem de Contribuição %	***49,2%***
Dimensão de Techfin	
Receita Líquida Total	**411.884**
Custo de Funding	**(164.752)**
Receita Líquida de Funding	**247.132**
Lucro Bruto	**221.841**
Pesquisa e Desenvolvimento	**(31.324)**
Provisão para Perda Esperada	**(40.523)**
Margem de Contribuição	**149.994**
Margem de Contribuição %	***60,7%***
Consolidado	
Receita Líquida Consolidada	**4.040.064**
Lucro Bruto	**2.947.721**
Pesquisa e Desenvolvimento	**(709.797)**
Provisão para Perda Esperada	**(67.435)**
Margem de Contribuição	**2.170.489**
Margem de Contribuição %	***53,7%***

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

Em Reais mil	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2022	AV (%)	2021
Gestão	1.864.329	85,9	1.509.252
Business Performance	156.166	7,2%	78.806
Techfin	149.994	6,9%	135.125
Margem de contribuição	**2.170.489**	**100%**	**1.723.183**

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

(a) características do processo de produção

Produtos oferecidos pela Companhia

1. PORTFÓLIO DE GESTÃO

Nosso portfólio de software inclui a oferta em 5 camadas: (i) a solução de ERP para operações de *back-office*, que contempla os processos gerais da operação de um negócio como marketing, contratos, atividades administrativas e financeiras, entre outros, e a solução de RH; (ii) as soluções de software especializadas na vertical de negócios do cliente, portanto totalmente direcionada aos desafios dos 12 segmentos de atuação da Companhia; (iii) as plataformas de inovação, que representam evoluções do sistema de gestão, com arquitetura mais aberta, integráveis as aplicações e desenhadas com premissas de produtividade, colaboração, gestão e relacionamento, e robusta inteligência e capacidade de análise de dados; (iv) soluções para micro e pequenos negócios com soluções sob medida para microempresas; e (v) portfólio de prestação de serviços que compõem nossos serviços de implementação de software, cloud, educação empresarial e consultoria.

Figura: Portfólio de Gestão

1.1 Soluções ERP

O sistema de gestão empresarial (ERP, ou *Enterprise Resource Planning*) é a base de todas as operações de um negócio, que permite acesso fácil e confiável aos dados de uma empresa em tempo real, a qualquer hora e em qualquer lugar, integrando e facilitando a comunicação entre diferentes departamentos, como vendas, finanças, estoque e recursos humanos, e viabilizando maior controle e gerenciamento dos processos de uma organização. A partir dos dados levantados por um ERP e sua respectiva análise, é possível fazer diagnósticos aprofundados, o

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

que pode contribuir para o gestor tomar decisões mais adequadas para maior eficiência e produtividade, redução de custos, crescimento, rentabilidade e aumento da competitividade da empresa.

O ERP TOTVS está em constante evolução tecnológica para oferecer cada vez mais funcionalidades e benefícios para os negócios, acompanhando a dinâmica e mudanças aceleradas do mercado, garantindo a observância das regras de negócios, fiscais e a segurança das informações.

TOTVS *Back-office*: O ERP compreende os processos essenciais e complementares para a gestão, integrando soluções orientadas de acordo com a especialidade atendida, em uma plataforma de produtividade e colaboração. Este núcleo compreende desde o *back-office* administrativo e financeiro, com atendimento integral da legislação, até os módulos fundamentais para colocar em operação qualquer tipo de indústria, como engenharia, estoque e custos e o planejamento e controle da produção.

A legislação tributária brasileira é uma das maiores e mais complexas do mundo, o que sujeita as empresas à necessidade de acompanhar esse cenário que sofre atualizações constantes. A dificuldade para manter a gestão estratégica dos riscos fiscais é potencializada diariamente com mudanças legislativas e um calendário repleto de obrigações e prazos distintos para cumpri-las em todo o território nacional, além da necessidade de investimento em profissionais, *software*, armazenagem de dados, consultoria, terceirização, advogados e despesas judiciais.

O calendário de vencimento das obrigações sofre constantes alterações, muitas vezes impulsionadas, inclusive, por eventos naturais adversos ou outras questões definidas como calamidade pública. Nesse sentido, possuímos um site denominado Espaço Legislação que apoia nossos clientes com informações e possui, entre outros, um serviço de calendário onde mantemos as informações atualizadas com todas as datas e vencimentos para auxiliar nossos clientes em suas operações.

Os meios do Fisco para garantir a observância das normas fiscais ganham robustez a cada ano. Todo o histórico e processo operacional praticado pelo contribuinte está sob os olhares atentos das autoridades fiscais. De posse de documentos eletrônicos (NF-e, NFS-e, NFC-e,CT-e, MDF-e, Eventos e-Social, EFD Reinf, etc.), escriturações mensais (GIAS ESTADUAIS, SINTEGRA, EFD ICMS IPI, EFD Contribuições, Previdenciais e-Social e também EFD Reinf, Bloco K, etc.) e escriturações anuais (SPED Contábil, ECF, DIRF, RAIS, etc.) o Fisco utiliza sua expertise tributária para os mais diversos fins com o objetivo de controlar e monitorar as informações fiscais.

As obrigações fiscais fazem parte do dia a dia de todas as empresas, independentemente do porte e do segmento de atuação. Compreender o cenário tributário brasileiro é uma tarefa extremamente complexa, que exige tempo, conhecimento e atualização constante.

TOTVS RH: A Companhia tem soluções completas para atender os processos que compõem a suíte de Recursos Humanos, proporcionando às empresas uma gestão e desenvolvimento do capital humano de forma simples e ágil em todos os processos, como: suporte às exigências legais e processamento de folhas de pagamento, gestão de benefícios, controle da jornada de trabalho dos colaboradores, planejamento da força de trabalho, atração e retenção de talentos, gestão de treinamentos, gestão por competências e acompanhamento de resultados por meio de indicadores e planos de ação e o estabelecimento de metas estratégicas.

1.2 Soluções Verticalizadas

A Tecnologia da Informação (TI) é um setor de altíssimo valor agregado e tem potencial para contribuir decisivamente para a sustentação de novos ciclos de desenvolvimento no País, impactando positivamente – e de modo abrangente – todas as cadeias produtivas. Neste sentido, a Companhia definiu focar a sua atuação em 12 segmentos econômicos, estratégia que lhe permitiu incorporar as melhores competências ao seu portfólio, tornar os seus produtos mais especializados e também integrar cada vez mais a cadeia produtiva de seus clientes de

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

ponta a ponta, como, por exemplo, o Supply Chain que agrupa os segmentos Agroindústria, Manufatura e Logística.

A Companhia estrutura suas equipes com profissionais especializados para cada um dos 12 segmentos de negócio dos seus clientes, maximizando assim os benefícios da especialização. Desta forma, passamos a oferecer soluções ainda mais específicas, não apenas para os nossos clientes, mas para os clientes dos nossos clientes. Isso quer dizer que, por exemplo, quando desenvolvemos uma ferramenta para uma universidade, procuramos entender as necessidades não somente dos profissionais dessa instituição de ensino, mas também dos seus clientes, ou seja, dos estudantes.

Integrada aos sistemas de *back-office*, a estruturação dos softwares verticalizados em cada setor responde aos desafios do core business do cliente e objetiva a consolidação das soluções e processos de negócios por setor de atuação da economia, otimizando o desenvolvimento, a atualização e a inovação das soluções. Isso permite que as soluções ofertadas pela Companhia atendam desde as necessidades básicas das empresas, relacionadas às operações rotineiras de *back-office*, tais como processos de contas a pagar, contas a receber, fiscais e relações humanas, até as necessidades relacionadas ao core business das empresas, tais como controle de alunos em uma universidade, controle de estoques em uma manufatura ou gestão de obras em uma construtora.

Neste sentido, o portfólio da Companhia está organizado em soluções de negócios especializadas para os seguintes 12 segmentos da economia:

- **Agroindústria:** a Companhia tem soluções especializadas para o segmento agroindústria que abrangem a cadeia de valor dos seguintes subsegmentos: Beneficiamento e Comercialização de Commodities Agrícolas, Produção de Cultivos e Bioenergia. Nosso objetivo é viabilizar maior rastreabilidade da produção, melhor gestão econômica-financeira e total planejamento e controle dentro de processos característicos do agronegócio, que vão desde o planejamento agrícola até a colheita e industrialização, considerando melhores práticas de manejo em agricultura de precisão e identificação granular onde estão os gargalos de custo e rendimentos operacionais que podem contribuir com melhor performance.

- **Manufatura:** no cenário atual de transformação digital, nossa proposta de valor é viabilizar uma manufatura leve através da simplificação e digitalização de processos. Investimos em soluções de mobilidade e automação para garantir maior velocidade e acuracidade nos registros do chão de fábrica, aumentar a eficiência, melhorar a produtividade e reduzir custos. Possuímos uma moderna solução de planejamento avançado da produção, para apoiar a sincronização e sequenciamento da cadeia de suprimentos. Disponibilizamos uma poderosa Plataforma IoT, especialmente desenvolvida para criação de soluções conectadas e ecossistemas colaborativos. Altamente escalável, a plataforma conta com avançados recursos para coleta, agregação e visualização de dados, possibilitando o melhor entendimento da grande quantidade de dados provenientes dos dispositivos de chão de fábrica como sensores, motores, atuadores, drives, controladores, etc. Aliamos uma aplicação de Inteligência Artificial que provê soluções de otimização industrial focada em trazer os conceitos mais avançados de industrial analytics, um dos pilares da indústria 4.0. Nossas soluções atendem, dentre outras, especialmente a oito grandes especialidades: Metal-Mecânico e Plásticos, Bens Duráveis, Bens de Consumo, Química e Reciclagem, Extrativismo e Beneficiamento, Papel e Celulose, Têxtil e Vestuário e Bens de Capital, viabilizando uma manufatura cada vez mais sustentável com inovação tecnológica e desenvolvimento de produtos aliados à preservação ambiental.

- **Logística:** a Companhia oferece soluções especializadas para a Logística, que atende aos desafios dos mais variados segmentos, entre eles, transportadoras, operadores logísticos, portos e recintos alfandegados, manufatura, distribuidores, varejo, etc. Nestes segmentos, objetivamos garantir um Logística altamente produtiva e eficiente com a adoção das nossas soluções. Permitindo a total gestao da Cadeia de Armazenagem, desde o Planejamento e Recebimentos das Docas, Gestão de Pátios e Portaria, Inspeção na Entrada e Saída dos veículos (check-list), Pesagem através de balanças rodoviárias e Gestão de Armazenagem. Atendemos também a Cadeia de

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Transporte com soluções que permitem fazer todo o controle operacional e a gestão sobre transporte, controlando o Frete a Receber e a Pagar, Integração com Meios de Pagamento, Otimização Logística com uso de AI, Gestão de Frotas, Coleta/Entrega e o Market Place Logístico. O uso das soluções eleva o nível de serviço das empresas, permitindo eficiência operacional, redução de custos, estoques balanceados, redução do tempo de ciclo do processamento da demandas (pedidos, nf, cte, etc), fluxo de informações precisas e confiáveis para gestão da Logística de Inbound e Outbound.

- **Varejo:** no varejo, são atendidos os seguintes subsegmentos: Gestão de Concessionárias de Veículos, Redes de Franquias, Drogarias, Supermercados, Moda, Food Service e Alimentação, Supermercados, Magazines e Lojas de Departamentos e Materiais de Construção. Nossas soluções se propõem a oferecer a gestão completa para um varejista, desde a automação dos processos administrativos até a finalização da venda no PDV – Ponto de Venda (*checkout*), inclusive nas atividades de gestão de loja, gestão de crédito, mobilidade, *e-commerce*, gestão de estoques, precificação, RFID, gestão de grade e sortimento, com segurança nas informações e soluções integradas.

- **Distribuição:** soluções que atendem diversos tipos de operação, desde a distribuição de insumos primários até o atacadista distribuidor dos mais diversos tipos de produtos, como mercearia, frios, cosméticos, higiene e limpeza, material de construção, farmacêutico, química e autopeças. Nossas soluções são pensadas de acordo com as etapas da cadeia produtiva, e visam a automatizar desde a compra de mercadorias, o recebimento e a armazenagem dos produtos, passando pela venda, separação, expedição, faturamento, acerto de carga, tesouraria, financeiro até as operações fiscais e contábeis da empresa.

- **Prestadores de Serviços:** a Companhia oferece soluções específicas para os seguintes subsegmentos: Provedores de Serviços de Segurança Privada e Limpeza, Locação de Equipamentos, BPO, Assistência Técnica, Transporte de passageiros na linha de fretamento rodoviário, contínuo e eventual. Visamos contribuir para que nossos clientes possam garantir o controle das operações com otimização da alocação de recursos e consequente aumento de sua produtividade, gerar valor de maneira sustentável aos seus clientes com oferta de serviços de qualidade para a perenidade de seus relacionamentos, e oferta de mão de obra qualificada para a prestação dos seus serviços.

- **Construção & Projetos:** a Companhia oferece soluções específicas para os subsegmentos de Construtoras e Gestão Imobiliária. Com nossa expertise em toda a cadeia da construção, gestão de imóveis para incorporação, aluguel e gestão de condomínios comerciais e shopping centers, nossas soluções são adaptadas para atender às necessidades específicas de cada setor. Nossa proposta de valor para construtoras é fornecer soluções integradas para a gestão eficiente do canteiro de obras, planejamento estratégico, orçamentação precisa, acompanhamento rigoroso de contratos e fornecimento de materiais. Com nossas soluções, as construtoras podem obter maior eficiência operacional, economia de tempo e maximizar seus lucros. Por sua vez, nossa proposta de valor para os subsegmentos de incorporação, aluguel e gestão de condomínios comerciais e shopping centers é oferecer soluções que garantem uma gestão eficiente e transparente de imóveis, com foco em rentabilidade e satisfação dos clientes. Com nossas soluções, os clientes podem obter uma visão completa do desempenho dos imóveis e maximizar seus retornos financeiros.

- **Educacional:** a Companhia oferece soluções especializadas para os subsegmentos de Educação Básica, Educação Superior e Educação Continuada. Nosso objetivo é permitir que a instituição de ensino possa digitalizar e otimizar todos os seus processos de gestão educacional como captação de novos alunos, matrículas, gestão de avaliações e frequência, gestão do acervo acadêmico, gestão de recebíveis, relacionamento com a comunidade acadêmica, certificação e diplomação. Além disso, queremos ajudar as instituições a obter maior retenção e satisfação de alunos e familiares em relação a prestação de serviços educacionais.

- **Hospitalidade e Turismo:** a Companhia oferece soluções específicas para o setor de Turismo, incluindo hotéis, pousadas e resorts, com o objetivo de facilitar a gestão hoteleira. Com nossas soluções integradas é

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

possível acessar facilmente operações como check-in, check-out, governança e gestão de reservas, bem como obter ampla visão dos principais indicadores de gestão, como taxa de ocupação, diária média, REVPAR e receita em tempo real. Além disso, nossa solução conta com integração com os principais players de distribuição, garantindo a distribuição de reservas em diferentes canais de venda, tudo isto suportado por uma solução de back-office completo para processos financeiros, fiscais e contábeis, permitindo visibilidade dos indicadores de gestão hoteleira. Nossas soluções proporcionam uma gestão mais eficiente, melhor experiência para os hóspedes e maior lucratividade para o estabelecimento.

- **Jurídico:** a Companhia compreende a realidade da cadeia de serviços jurídicos e contribui para que, escritórios de advocacia e departamentos jurídicos de empresas tenham mais flexibilidade e rapidez, e se mantenham constantemente atualizados, por meio de soluções escaláveis e especializadas que controlam operações, reduzem custos, melhoram o relacionamento com o cliente e contribuem para a conquista de novas demandas. A proposta para este segmento é permitir aos responsáveis pelos departamentos jurídicos gestão completa da atividade processual e administrativa; gestão acessível e com mobilidade para relacionamento de qualidade com escritórios parceiros; e para escritórios jurídicos a gestão definitiva para a sustentação da operação com *back-office* especializado, e facilidade na operação e escalabilidade.

- **Saúde:** a Companhia desenvolve soluções específicas para o segmento de saúde, atendendo clínicas, centros clínicos, hospitais, cooperativas médicas, operadoras de planos de saúde e autogestões. Buscamos oferecer a gestão da instituição de saúde com a melhoria da performance clínica (prontuário eletrônico completo, gestão de medicamentos, etc.), garantia do compliance e geração de resultados financeiros sustentáveis, suportando seu negócio com dados e informações confiáveis e interoperáveis para tomadas de decisões corretas, desde a processos de autorização de procedimento e cobranças, o repasse adequado de recurso aos prestadores, passando pelo controle de glosas, até o atendimento às regulamentações do setor, garantindo agilidade e qualidade no atendimento ao paciente.

- **Financial Services:** a Companhia oferece soluções especializadas para todos os tipos de instituição financeira como bancos e financeiras, cooperativas de crédito, fundos de investimento, previdência complementar, corretoras e seguradoras, englobando as suas áreas de investimentos, crédito, cartões e core banking, desde o ambiente de negócios até a contabilidade e área operacional, passando pelos controles gerenciais e de compliance e de mercado. O nosso propósito é permitir ao cliente a confiabilidade das operações financeiras, precisão nos cálculos financeiros, eficiência nos processos de concessão de crédito com a redução de risco e envio de informações necessárias aos órgãos legais.

1.3 – Soluções de Plataformas de Inovação

Para a Companhia o ERP é o seu principal negócio e, assim como o mundo, ele está em transformação constante: evoluindo de sistemas para plataformas abertas, conectadas e personalizáveis. Hoje, a Companhia oferece 2 plataformas de inovação aos clientes, que se integram ao portfólio de gestão, potencializando as soluções de *back-office* e os *softwares* especializados em segmentos do cliente, agregando assim maior valor às suas operações. São elas:

- **Plataforma de Dados e Inteligência Artificial TOTVS Carol:** a TOTVS Carol é a plataforma de dados e inteligência artificial da Companhia que facilita o tratamento de dados para implementação de algoritmos de inteligência artificial. É a inteligência cognitiva das soluções da Companhia. Permite aprimorar a propriedade dos dados nas organizações e ampliar a capacidade de análise e a velocidade de tomada de decisões diante de um ambiente de negócios com um volume crescente de informações, também facilita a implementação de produtos de AI, com um assistente virtual, respondendo perguntas e oferecendo insights de negócios. Utiliza técnicas de *Deep Learning* e *Machine Learning* para promover a transformação da gestão das empresas e de seus resultados, de forma simples, assertiva e com robusta qualificação dos dados e informações do negócio, para que elas possam

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

aproveitar as oportunidades geradas pela economia digital baseada em dados, compartilhamento e colaboração. Possui também como forte característica a capacidade infinita de aprendizado, pois sua API ("*Application Programming Interface*" ou "Interface de Programação de Aplicativos") é aberta, o que permite que qualquer pessoa ou empresa ensine novas habilidades a ela e crie outros modelos de aplicações com base na plataforma Carol.

- **TOTVS Fluig:** é a solução que potencializa a produtividade da empresa. Elimina a complexidade, integra processos, oferece agilidade, aumenta a produtividade e reduz custos. Tudo em uma única plataforma. Lançada em 2013, mais de 5.000 empresas já escolheram o TOTVS Fluig para a criação e a viabilização dos projetos de inovação das empresas, seja qual for o sistema que ela adota, desde o legado ao ERP, as aplicações da solução são inúmeras. No RH, aumentando a colaboração, disseminação de informações e mais velocidade nos processos de BackOffice. No Financeiro, apoiando na orquestração de centro de serviços compartilhados, aumentando a eficiência operacional e uma gestão mais digital, o que permite um melhor gerenciamento e acompanhamento da saúde financeira da empresa. Em compras, reduz gargalos e erros manuais, adicionando mais agilidade e fluidez na comunicação com o fornecedor. Para viabilizar esses projetos as empresas podem criar elas mesmas os processos, por meio de desenhadores e recursos *LOW-CODE*, a plataforma possui a STORE, uma loja virtual com soluções prontas para a empresa utilizar rapidamente. Como uma solução CROSS o TOTVS Fluig cases nos mais diversos segmentos: Serviços, Manufatura, Varejo, Logística, Agronegócio, Construção e Projetos, Saúde e Educação.

- **TOTVS Collab:** solução para resolver os principais desafios de colaboração, produtividade e comunicação entre as áreas da empresa. Com ele, o cliente digitaliza a gestão de equipes e projetos e dá aos profissionais de negócios mais autonomia para administrar suas rotinas e otimizar o gerenciamento, sem depender do suporte de TI. O TOTVS Collab é simples, com uma interface intuitiva para facilitar a rotina. O sistema tem boa capacidade de escala, configuração flexível e roda em nuvem, por isso não depende de uma grande infraestrutura de tecnologia. Além disso, a contratação é feita por assinatura, de acordo com o número de usuários. Com isso, há a melhor relação entre custo e benefício. O TOTVS Collab também proporciona mais mobilidade à gestão das empresas. O acesso é via web, para facilitar o gerenciamento das equipes e projetos em qualquer lugar e a qualquer hora, pelo tablet ou pelo celular.

- **TOTVS Analytics:** Solução de business analytics que apresenta dados de forma estruturada, consolidando as informações da empresa em dashboards dinâmicos e intuitivos que permitem uma gestão de indicadores e resultados muito ágil proporcionando uma tomada de decisão segura. A ferramenta está disponível 100% na nuvem, o que dispensa gastos com infraestrutura. Oferece indicadores e relatórios em um único local, de maneira prática e ágil, sem necessidade de acessar várias fontes diferentes, já sendo integrada ao ERP TOTVS, com mais de 300 relatórios e indicadores prontos e disponíveis.

- **TOTVS Identity**: Solução que permite o gerenciamento centralizado de login e senha de acesso dos usuários aos sistemas da sua empresa. Com ele, o processo se torna mais seguro, eficiente, e a experiência de uso mais ágil.

- **TOTVS Connector**: O TOTVS Connector é uma plataforma low code, com o objetivo de facilitar a construção e manutenção de integrações, para perfis de usuários com baixo aprofundamento técnico a usuários com grande experiência em desenvolvimento, proporcionando uma integração simples e segura, otimizando o aproveitamento de suas ferramentas tecnológicas. Na prática, o sistema se posiciona como ponte de orquestração entre dois ou mais sistemas e você nem se lembra que a integração existe. Desse modo, suas integrações não precisam mais ser sinônimo de problema e dor de cabeça. O resultado é um processo de integração simples e robusto, com o melhor custo benefício. Com o TOTVS Connector, você controla as entregas de mensagens entre um sistema e outro, e cria códigos De:Para compatíveis para permitir a comunicação entre as soluções integradas. E ainda conta com dashboards dinâmicos e total rastreabilidade que permitem acompanhar a comunicação entre os sistemas interligados pelo TOTVS Connector em tempo real, permitindo identificar qualquer problema

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

facilmente. O TOTVS Connector é contratado por assinatura, roda em plataforma cloud, e atende todos os segmentos como: Serviços, Manufatura, Varejo, Logística, Agronegócio, Construção e Projetos, Saúde e Educação. Além disso, a ferramenta possui alta capacidade de escala, e pode acompanhar facilmente o crescimento das operações da sua empresa.

- **Plataforma TOTVS CRM** possui duas soluções distintas para gestão de relacionamento comercial.

O **TOTVS CRM Gestão de Clientes** é um sistema completo de gestão de vendas B2B. Trata-se de uma solução robusta 100% SAAS, com uma interface simples e intuitiva, fácil de operar. Conta com uma visão 360 graus para gerir o relacionamento dos times comerciais com seus leads e clientes, com possibilidade de integração à ERPs e ferramentas digitais via APIs ou Marketplace dentro da própria plataforma. A Plataforma facilita a tomada de decisões estratégicas e facilita a visão dos diferentes clientes em cada estágio do funil de vendas. O TOTVS CRM Gestão de Clientes também ajuda a derrubar barreiras de informação, integrando em uma só plataforma dados analíticos da área comercial e marketing, potencializando a sinergia entre as diferentes equipes. Além disso, a solução conta com uma série de ferramentas para automação de processos como controle de agenda do time de vendas e prospecção, workflows e gestão de pipeline, além de possibilitar automação de propostas com preenchimento automático através de um dicionário de TAGs, entre outras, que facilitam a gestão de vendas, sem perder tempo com tarefas mecânicas e burocráticas.

O **TOTVS CRM Automação da Força de Vendas – SFA** é um sistema robusto e flexível de automação de força de vendas, capaz de atender desde empresas de pequeno e médio porte até grandes empresas, permitindo a integração com uma ampla gama de ERPs. A contratação é por assinatura, e o sistema pode ser hospedado em servidores on premisses ou em plataforma cloud. Conta com uma interface intuitiva, fácil de operar, e que proporciona uma excelente experiência de uso. Possui regras flexíveis, que permitem configuração da plataforma de acordo com as regras de negócio e particularidades das operações. Permite o gerenciamento da carteira de clientes e equipes de vendas com uma visão 360 graus; controla agendas, rotas de visitas, atendimentos e visitas aos clientes, entre outros processos fundamentais para sua atividade comercial. A Plataforma inclui visão analítica de dados para acompanhamento dos indicadores de vendas, emissão de pedidos de vendas, faturamento entre outros. Além disso, a solução conta com um módulo voltado para o segmento do agronegócio, que auxilia no planejamento, acompanhamento e medição de resultados da lavoura, facilitando a análise e tomada de decisões.

1.4 - Soluções para Micro e Pequenos Negócios

Com a linha de soluções sob medida para microempresas, a Companhia atende aos desafios de gerir um negócio com eficiência e baixo custo. São ofertas direcionadas para clientes que buscam tecnologia de ponta, implantação simples e rápida, legislação em dia e um fornecedor com credibilidade. A seguir, destacamos nossas soluções e segmentos atendidos:

- **Eleve Vendas:** Ponto de Venda ("**PDV**") completo ao cliente e adequado às legislações fiscais. Disponibiliza o uso em diversos tipos de equipamento, desde um Tablet, maquininhas inteligentes (smartpos) ou celulares. Funciona como sistema de frente de caixa direto na tela do dispositivo viabilizando o controle de estoque e vendas diariamente e recebimento de pagamentos dos principais cartões e bandeiras adotados no mercado. Atende ao público de varejo em geral.

- **Eleve Gestão:** Gestão Financeira voltada aos prestadores de serviços e revendores cujo sistema permite total controle financeiro, emissão de notas e acompanhamento das ordens de serviços, com poderoso recurso de contas a pagar, a receber, tudo disponível na nuvem, com acesso direto pelo celular e/ou tablet. Permite o controle de fluxo de caixa levando em consideração os pedidos de compra e venda, controle de ordens de serviço, com

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

alocação de recursos e produtos, controle de entradas e saídas por centro de custo e centro de resultado e controle de despesas e receitas por categoria financeira.

- **Eleve Saúde:** Solução direcionada para clínicas e consultórios médicos, onde o sistema possibilita o controle total da agenda do médico, prontuário eletrônico do paciente e a gestão financeira da clínica. É uma solução desenvolvida para uso em qualquer tipo de dispositivo.

1.5 - Portfólio de Prestação de Serviços

- **Implementação de Software:** o time de implementação da Companhia realiza a implementação apenas das soluções que são comercializadas pela empresa por meio da metodologia de implementação TOTVS, que dá as diretrizes, métodos, padrões e etapas a serem seguidos desde o início dos serviços até os controles de qualidade pós-implementação. As unidades próprias e as franquias da Companhia seguem a metodologia de implementação em todos os locais, utilizando as mesmas técnicas de execução das tarefas e as mesmas ferramentas para realizar as tarefas relacionadas à implementação das soluções de software TOTVS.

- ***Cloud Computing***: oferta da TOTVS que oferece um portfólio completo de serviços de nuvem, tais como: infraestrutura, serviços de monitoramento, backup, banco de dados e segurança, assim como a gestão de softwares da TOTVS. A oferta está disponível no modelo PaaS ou SaaS para os softwares TOTVS e IaaS para softwares de terceiros, e é disponibilizada através do T-Cloud, uma plataforma vocacionada para inovar integrar e estender aplicações TOTVS na nuvem, através da qual as empresas obtêm mais segurança, simplicidade e autonomia para gerenciar seus recursos e administrar o seu produto TOTVS na nuvem.

- **Universidade TOTVS Business:** soluções educacionais desenvolvidas em diferentes modalidades, com aulas gravadas (e-learning) ou ao vivo, que oferecem ambientes para prática de exercícios, conteúdos e infraestrutura para a capacitação profissional nos produtos TOTVS. São destinadas à empresas, instituições e/ou pessoas físicas que necessitam ou desejam alavancar conhecimento e/ou certificação nos conteúdos TOTVS, de forma centralizada ou dispersas geograficamente.

- **Consultoria:** a TOTVS Consulting é um time estratégico de consultoria em gestão empresarial e tecnologia da informação, que visa ajudar as organizações a resolver problemas, criar valor, maximizar o crescimento e melhorar o desempenho dos negócios. Atua em todo o território brasileiro e internacional, a partir de bases em São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, nos seguintes pilares de ofertas: Compliance, Sustentabilidade/ESG, Pessoas, Business, Supply Chain e Consultoria Tecnológica.

2. PORTFÓLIO DE TECHFIN

Nosso portfólio de Techfin contempla tecnologia e inovação para ampliar, simplificar e baratear o acesso das empresas aos serviços financeiros. Oferecemos serviços financeiros inteligentes e personalizados, de acordo com o perfil de cada empresa e as necessidades da jornada financeira dos negócios dos clientes, ampliando as opções para comprar insumos e melhores condições para pagar despesas. Do outro lado do ciclo, as empresas podem vender de forma mais simples e integrada, e receber de forma mais rápida e eficiente.

Nossas ofertas estão estruturadas de forma a maximizar a vantagem da tecnologia, que transforma processos complexos e burocráticos em ações simples viabilizando fácil acesso a serviços financeiros. Elas se dividem em 3 categorias: (i) Crédito, ofertas de soluções simples, acessíveis e personalizadas, que facilitam o acesso a crédito para empresas e seus funcionários; (ii) Pagamentos, soluções integradas ao PDV e PIX (Pagamento Instantâneo); além de soluções para instituições de ensino para pagamentos online que simplificam e geram eficiência para facilitar as operações de pagamento, (iii) Gestão de Caixa, oferta de plataforma de gestão financeira que permite, de forma automática e integrada ao ERP, o acesso a indicadores financeiros e de fluxo de caixa..

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Crédito

- **TOTVS Antecipa:** Solução de antecipação de recebíveis da Companhia que está integrada à solução TOTVS *back-office*. Trata-se de uma forma mais moderna e diferente de contratar, antecipar e acessar os recebíveis, com fácil visualização de notas fiscais da carteira que estão em aberto e seleção para antecipação dos mesmos, com possibilidade de aprovação e liberação do recurso ainda no mesmo dia, conciliação automática, sem burocracia e processos complexos. Com essa solução as empresas podem manter o fluxo de caixa positivo e garantir mais capital de giro.

- **TOTVS Mais Negócios:** De forma simples e rápida, nosso cliente cria novos planos de pagamento em seu ERP TOTVS. As vendas efetuadas nesses planos utilizam o limite aprovado, garantindo que nosso cliente receberá o valor dessas vendas de forma antecipada, e ainda assim oferecendo prazo a seus clientes. Tudo de forma integrada, sem risco de crédito e sem regresso de inadimplência.

- **TOTVS Mais Prazo:** Plataforma de prorrogação e parcelamento de boletos de fornecedores. Tudo de maneira 100% digital, em poucos cliques e sem burocracia. Uma solução criada para ajudar nossos clientes a garantir dinheiro em caixa e manter suas contas em dia.

- **TOTVS Consignado:** Solução inovadora que simplifica a gestão de empréstimo consignado privado dos funcionários, pois automatiza todas as etapas do departamento de recursos humanos, desde a criação do contrato até a averbação dos descontos em folha. Além disso, simplifica a simulação, contratação e acompanhamento da solicitação, do extrato e do saldo do crédito pelos seus colaboradores.

Pagamentos

- **TOTVS Pagamento Instantâneo:** Trata-se de uma solução completa para o recebimento de pagamento via PIX, novo meio de pagamento do Banco Central. O produto permite que as empresas recebam PIX de maneira rápida, simples e econômica ao oferecer taxas menores que as dos meios de pagamento tradicionais. O recebimento acontece na conta que a empresa já possui, sem a necessidade de negociar com instituições financeiras. A empresa conta ainda com conciliação de vendas automática.

- **eduCONNECT Pay:** Uma nova forma de receber pagamentos para as instituições de ensino. Uma solução que permite receber pagamentos de mensalidades e outros serviços via cartão de crédito, permitindo negociações digitais e possibilidade de ativação de pagamento recorrente. Tudo 100% integrado ao ERP com conciliação automática, antifraude e recorrência. Mais comodidade para pais e alunos e menos inadimplência para as escolas e universidades.

- **TOTVS Pagamento Digital:** Solução criada para permitir que as empresas ofereçam novos meios de pagamentos digitais aos seus clientes, como PIX e carteiras digitais, sem necessidade de aderir a diversos sistemas e maquininhas. Com ele, é possível realizar uma gestão unificada das carteiras, reduzir custos com taxas de administração e receber o dinheiro na hora, na conta da empresa, sem precisar esperar a compensação ou liquidação.

Serviços

- **TOTVS Painel Financeiro:** Plataforma criada para ajudar a área financeira a ter uma visão completa do fluxo de caixa, contas a pagar, contas a receber e indicadores de performance em tempo real; além de avaliar períodos personalizados e antecipar tendências. Além disso, possui uma integração nativa com o TOTVS Antecipa,

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

permitindo ao cliente da Companhia solicitar antecipação de recebíveis em poucos cliques. Tudo de forma simples, segura e transparente.

3. PORTFÓLIO DE BUSINESS PERFORMANCE

Em Business Performance oferecemos um amplo portfólio focado em ajudar nossos clientes a aumentarem suas vendas e tornarem-se mais competitivos em seus segmentos de negócio.

Considerando-se os últimos exercícios trimestrais, a Companhia apresentou os seguintes resultados no seu segmento de Business Performance:

- **Inteligência de Dados (Tail):** Soluções que tem como objetivo otimizar os resultados das empresas em marketing digital e Inteligência de dados, com soluções como CDP (*Costumer Data Plataform*) para gestão dos dados dos consumidores, DMP (*Data Management Plataform*) para ativação de audiência em mídias digitais e CMP (*Consent Management Plataform*) para obter consentimento na coleta de cookies nos sites das empresas. Além de soluções prontas que utilizam esses softwares para mercados específicos como o Tail Shoppers para o mercado de bens de Consumo e Varejo.

- ***Digital Commerce* (VTEX e Shopify**): Serviço de soluções integradas com foco em vendas, com as opções de (i) *Digital Commerce*: gestão de promoções e conteúdos clusterizados; e (ii) Site Editor, B2B Commerce: estruturação de fluxo de aprovação e cotação, dados de compradores, ciclos de venda e sugestão de produtos e *marketplace*, com sincronização automática de estoque e plataforma de comércio unificado.

- **Marketing digital e CRM (RD Station):** O RD Station Marketing é um software que visa o aperfeiçoamento de campanhas, conversão e nutrição de *Leads* e geração de oportunidades comerciais qualificadas para alcançar mais resultados. O RD Station CRM é uma plataforma de controle de processos comerciais, com funil de vendas, gestão de equipes de vendas e alertas de atividades.

- **Conversational Commerce (Tallos):** a plataforma da Tallos é uma solução completa de atendimento digital Omnichannel que busca otimizar o atendimento e potencializar a força de vendas das empresas com soluções inovadoras que descomplicam e integram múltiplos canais como WhatsApp, Instagram, E-mail e Site.

Pesquisa e Desenvolvimento

A Companhia busca atender a demanda do mercado por software e serviços, o que se reflete no contínuo esforço do seu departamento de pesquisa e desenvolvimento em desenvolver soluções (softwares e serviços) de ponta.

Os principais objetivos das áreas de Tecnologia e Desenvolvimento são:

- Aprimoramento do fundamento técnico de seus softwares, permitindo maior eficiência no desenvolvimento de soluções;
- Adoção de novas tecnologias e avaliação de seu impacto;
- Implementação de alternativas tecnológicas que mantenham a operação de seus produtos resguardada e protegida;
- Constante aprimoramento de conceitos, funcionalidade, acessibilidade e usabilidade dos produtos de software;
- Desenvolvimento de produtos especiais para clientes;
- Constante busca de novas metodologias de desenvolvimento, buscando agilidade e qualidade nos softwares;
- Integração de ferramentas de terceiros; e

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

- Constante avaliação de novos modelos organizacionais e sua aplicabilidade.

A Companhia investe também no desenvolvimento de novos produtos, visando a acessar novos mercados. Para identificar quais produtos devem ser desenvolvidos, a Companhia realiza constantes pesquisas mercadológicas, visando a identificar segmentos de negócios que necessitem soluções específicas e, por consequência, o desenvolvimento de soluções orientadas a tais segmentos. A pesquisa visa também a analisar, em conjunto com os canais de vendas, quais seriam os segmentos potenciais que viabilizaram a ampliação do volume de negócios.

A modularização também tem sido fundamental nas estratégias de crescimento da Companhia para estimular o desenvolvimento de aplicativos que executam suas principais soluções por desenvolvedores internos e externos (pequenos softwares, desenvolvedores de aplicativos e *startups* de tecnologia).

Atualmente, as estruturas da Companhia focadas nas atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação são:

CENTROS DE P&D – Especializados nos 12 segmentos estratégicos de atuação da Companhia, os centros contam com especialistas que compreendem as necessidades e os desafios específicos de cada segmento, traduzindo-as em soluções inovadoras e alinhadas ao *core* do negócio dos nossos clientes. Cada centro está estruturado com times especializados em produto e desenvolvimento, suporte, atendimento e relacionamento, serviços (implantação entre outros).

UX LABS – UX Lab é o Laboratório de Experiência do Usuário da Companhia, localizado em São Paulo (Brasil), reúne em seu espaço de aproximadamente 200 m² um time de pesquisadores e designers dedicados exclusivamente à exploração de oportunidades de inovação, tendências de mercado e à melhoria da experiência de uso das nossas soluções (softwares e serviços) por meio de constantes pesquisas, validações com clientes e colaboração. No Laboratório, os projetos são conduzidos pela abordagem do *Design Thinking - Espiral Design*, e envolvem empatia, colaboração e criatividade, visando a descoberta de novas soluções baseadas em necessidades dos nossos clientes e pessoas, ao constante aperfeiçoamento dos processos, a revisão das interfaces, da navegabilidade, acessibilidade e usabilidade dos nossos produtos, a unificação da identidade e experiência única de nossas soluções, bem como a disseminação da cultura do Design para colaboradores e clientes.

iDEXO - É o hub de inovação aberta e conexão com startups da TOTVS. Apoia startups para que cresçam de forma consistente e sustentável a partir de uma jornada completa, criada pelo próprio iDEXO, para contribuir com o amadurecimento focando em áreas como gestão e estratégia. Assim, essas empresas de base tecnológica passam a ter acesso a ferramentas TOTVS, conteúdos e conexões dentro do ecossistema, além de ter a possibilidade de receber investimento do CV iDEXO, veículo de investimento da Companhia.
O iDEXO também trabalha a cultura de inovação estimulando a capacitação para uma mentalidade ágil, novas perspectivas, identificação de tendências e atuando como agente na educação de mercado. Junto ao iDEXO a TOTVS foi eleita, por três vezes consecutivas, como a empresa de software que mais faz inovação aberta no Brasil e está no TOP Open Corps, como uma das companhias que mais estabelece relações de negócio com startups no país. Saiba mais em: www.idexo.com.br

TOTVS LABS EUA – Centro de Inovação localizado em Raleigh (Carolina do Norte, Estados Unidos da América), próximo do Research Triangle Park (RTP), o maior parque de pesquisa científica dos EUA e numa região com ambiente tecnológico pujante e grande oferta de talentos, que está focado na criação de soluções disruptivas em linha com as mais modernas tendências de tecnologias relacionadas a Big Data, Mobile, Social Media e *Cloud*. O TOTVS Labs atua também na identificação de novos modelos de negócios e *startups*, estabelecendo parcerias estratégicas e transferindo conhecimento às demais unidades de negócios da Companhia. As principais tecnologias trabalhadas no Labs envolvem Inteligência Artificial, Visão Computacional, Processamento de Linguagem Natural, *Machine learning* e UX Design.

Desenvolvimento Ágil

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Conectada às principais tendências globais em desenvolvimento de software, a Companhia vem evoluindo significativamente em processos e ferramentas ágeis, implementando o processo de desenvolvimento ágil de software em todos os segmentos da Companhia nas equipes de desenvolvimento de software (Inovação, Manutenção e Testes) dos produtos da Companhia.

A iniciativa representou uma relevante ruptura no processo de desenvolvimento de *software,* pois transformou radicalmente a forma como pensamos e desenvolvemos nossos produtos, gerando importantes reflexões não somente sobre nossos processos, ferramentas e tecnologias, mas também sobre as pessoas envolvidas e seus respectivos papéis, que passaram a estar mais integrados e serem mais decisivos na qualidade do produto final, independentemente do nível hierárquico ou atividade que estes exerçam durante o processo criativo. É a partir deste princípio que integramos de ponta a ponta todos os profissionais das equipes de Inovação, Manutenção e Testes.

No modelo ágil, com a integração dos times, construímos um processo altamente colaborativo de profissionais com visão interdisciplinar que se dedicam a desenvolver a melhor solução, com uma maior liberdade de criação. Também, passamos a planejar mais o que será desenvolvido, o que permite que os objetivos do produto sejam melhor absorvidos com o desdobramento para as *squads*, gerando um processo mais consistente, mitigação da chance de erros e retrabalho nos produtos e entregas de maior qualidade e valor agregado ao cliente final.

A Companhia consolidou, ao longo dos anos, sua posição de liderança no mercado de software ERP nos segmentos de empresas de médio e pequeno porte. Os investimentos em pesquisa e desenvolvimento, que somaram R$1,7 bilhão nos últimos 3 anos até o período findo em 31 de dezembro de 2022, conforme demonstrado na tabela abaixo, foram essenciais para que a Companhia se destacasse da concorrência, ao trazer soluções inovadoras, em tecnologia proprietária, e prestar serviços agregados.

(em milhares de R$, exceto %)	**Exercícios social encerrado em 31 de dezembro de**		
	2022	**2021**	**2020**
Receita Líquida de Software	3.801.153	2.980.426	2.467.959
Despesa com pesquisa e desenvolvimento	(709.797)	(548.238)	(431.348)
% da Receita Líquida de Software	-18,7%	-18,4%	-17,5%

Componentes utilizados na elaboração das ofertas de software de gestão integrada

As soluções de software de gestão integrada descritas no item 1.3 são formadas a partir da integração de componentes oriundos das linhas de produtos de diferentes plataformas tecnológicas e que foram incorporadas ao seu portfólio.

Plataformas tecnológicas utilizadas

A TOTVS Platform é a plataforma tecnológica da Companhia que suporta o desenvolvimento das soluções de software TOTVS, bem como de soluções associadas com a gestão, negócios e colaboração.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Historicamente a Companhia vem desenvolvendo a TOTVS Platform para garantir sua independência tecnológica, oferecendo linguagens de desenvolvimento e ambientes de execução próprios, que suportam os desenvolvedores atuais do software e oferecem novas funcionalidades e facilidades para as soluções de software. Isso inclui desde opções de plataformas e sistemas operacionais, até a escolha de bancos de dados e modelos de processamento e distribuição de carga entre ambientes de execução. Essa estratégia permitiu a Companhia tornar-se uma das poucas empresas de software no mundo que detém esse tipo de tecnologia.

Atualmente, a Companhia atende os diversos requerimentos de infraestrutura para aplicações, tanto em modelo "*on premises"* como na nuvem gerenciada.

A TOTVS Platform é dividida em Plataforma para Gestão, onde encontram-se atualmente nossos principais software de gestão; e Plataforma TOTVS Apps, onde encontram-se nossos softwares *Cloud Native*. A Companhia utiliza diversas linguagens de programação, arquiteturas, padrões de desenvolvimento e ferramentas para o desenvolvimento de suas soluções.

A Companhia acredita ser a única empresa latino-americana que desenvolveu um middleware. Este middleware também é utilizado por empresas associadas. O middleware utilizado pela Companhia lhe garante independência de (i) interface; (ii) plataforma tecnológica; (iii) topologia (instalação física e de comunicação dos computadores adotados pela empresa); (iv) conexão (comunicação entre os computadores) e
(v) base de dados, preservando seus clientes de quaisquer conflitos com as plataformas operacionais por eles utilizadas. Além disso, o domínio do middleware permite à Companhia e seus clientes comporem o conjunto de hardware, sistema operacional, sistema de rede e sistema de banco de dados mais adequado às suas preferências, necessidades técnicas e capacidade de investimento.

O TOTVS Apps é um ecossistema projetado para manter os aplicativos cloud-native da TOTVS, por meio de entrega de serviços essenciais e de valor, com segurança e escalabilidade, através de uma plataforma de software.

A plataforma atua em quatro frentes principais:

1. Arquiteturas: Utilizar e promover conceitos de arquitetura cloud native e devops e definir características de aplicação para trazer velocidade ao negócio.
2. Convenções: Convencionar práticas e definir padrões de desenvolvimento, observabilidade, persistência, integração, segurança, computação, implantação, publicação e ambientes.
3. Operação: Definir responsabilidades, modelos de compartilhamento de custos, suporte, processos e relatórios e dashboards de informações operacionais.
4. Serviços: Organizar e convergir os serviços de software que proveem suporte e a infraestrutura para os produtos de negócio.

A plataforma TOTVS Apps utiliza uma ampla variedade de tecnologias, incluindo orquestradores de container, ferramentas de CI/CD, serviços de provedores de nuvem, diversas linguagens de programação e etc, sempre priorizando lock-in com protocolos e tecnologias ao invés de produtos específicos de fornecedores.

Para mais informações relacionadas aos riscos inerentes à atividade da Companhia e seus segmentos operacionais, vide item 4.1 "Fatores de Risco" deste Formulário de Referência.

(b) características do processo de distribuição

A Companhia também utiliza estratégia diferentes em cada segmento operacional (dimensão) para a distribuição das soluções, além de uma estratégia conjunta de marketing e de alianças e parcerias, que serão abordadas a seguir:

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

1. Distribuição de Gestão

A forte distribuição da Companhia na dimensão de gestão tem sido suportada pelo seu modelo nacional de franqueado, tornando possível a implementação de um sistema amplo e personalizado para a venda de soluções para pequenas e médias empresas.

Figura: Distribuição Gestão

1.1 Estratégia para Clientes de Grande Porte

A Companhia conta com estrutura própria para atendimento e relacionamento com o cliente de grande porte e em processos de expansão e digitalização ou mudanças de modelo de negócio. Nossa estrutura oferece um atendimento consultivo por meio de uma equipe de profissionais especializada em diferentes segmentos de negócio e capacitada para viabilizar a sua jornada digital.

O atendimento conta com profissionais especializados e é feito sob medida, que vai desde a prospecção, elaboração de propostas, desenho das ofertas e produtos, até a metodologia de implantação e estrutura de atendimento pós-implantação.

1.2 Estratégia para Clientes de Pequeno e Médio Porte

A Companhia licencia e subscreve seus softwares por meio da combinação de vendas via canais diretos (unidades próprias, controladas ou filiais) e indiretos (franquias, representações, revendas autorizadas e agentes de negócio), sendo a franquia o principal canal indireto. O relacionamento com canais de vendas indiretos aumenta a penetração de mercado da Companhia, seja no mercado nacional ou no internacional.

De forma consolidada, a Companhia dispõe dos seguintes canais para atendimento e relacionamento com os seus clientes:

- **Unidades próprias**: A Companhia conta com 7 unidades próprias no Brasil (Large Enterprise, Setor Público, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Recife, São Paulo e Rio Grande do Sul) e no mercado internacional conta com unidades na Argentina, Colômbia, Estados Unidos da América e México.

- **Franquias**: a Companhia conta com 44 territórios franqueados no Brasil atendidos por 12 unidades consolidadoras que, somadas às unidades próprias, cobrem todo o território nacional e atendem a demandas

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

específicas de cada empresa em diferentes regiões do país. A companhia conta também com diversos canais na América Latina.

As franquias são canais exclusivos de distribuição e estão baseadas no STF - Sistema TOTVS de Franquia. O STF define regiões geográficas de atuação para cada franquia, nas quais a exclusividade se dá por setor de atividade econômica (segmento). Nas regiões em que atuam, as franquias desenvolvem a prospecção de venda das soluções, a demonstração das soluções (pré-venda, venda e pós-venda) e a negociação das condições de venda (dentro de limites pré-definidos pela Companhia), além da prestação de serviços de treinamento, implantação e adaptação às necessidades do cliente (customizações), tendo em vista sua presença local e proximidade do cliente.

As franquias recebem um percentual de comissionamento pelas receitas de licenças, havendo um comissionamento diferenciado para as franquias que também recebem comissões sobre a receita de subscrição e manutenção gerada pelos clientes baseados nos territórios onde atuam, além de faturarem diretamente o próprio serviço realizado.

As unidades próprias da Companhia são referência para as atividades operacionais, comerciais e técnicas dos franqueados. A Companhia mantém um departamento de controle, acompanhamento e coordenação das franquias, que presta assessoria às franquias e acompanha suas atividades operacionais, desenvolvimento das estratégias comerciais, administrativas e de marketing. As atividades das franquias também são controladas por pesquisas de satisfação realizadas com os clientes atendidos por todos os agentes comerciais da Companhia.

1.3 Estratégia para Micro e Pequenos Negócios

Vendas diretas ou por intermédio de Revendedores: a Companhia conta com uma estratégia de multicanais dedicados principalmente às vendas para o mercado de microempresas na parte de software.

2. Distribuição de Business Performance

Na dimensão de Business Performance as soluções de marketing digital, *Conversational Commerce* e CRM contam com um amplo ecossistema de agências de marketing parceiras que visa entregar sucesso aos clientes através de nossas soluções, ganhando produtividade, geração de leads e relacionamento com os clientes. Outra estratégia relacionada a estas soluções é o *up-sell* através do *Product Led Growth* (PLG) no qual os clientes começam testando as soluções de forma gratuita ou versões simplificadas por preços atrativos e, conforme eles vão avançando nas funcionalidades e uso dos produtos eles podem fazer um *upgrade* de versões pela própria ferramenta, sem a necessidade de uma interação comercial.

Adicionalmente, o cross-selling com os clientes da dimensão de Gestão também é um importante foco da Companhia, através de equipes especializadas, totalmente integradas aos times atuais de vendas (franquias e filiais), nas ferramentas de digital commerce, CRM e marketing digital.

3. Distribuição de Techfin

Na dimensão de Techfin a Companhia também possui equipes especializadas que apoiam o *cross-selling* das soluções que estão apenas no início da jornada de integração com os times atuais de vendas.

No caso da solução de crédito da Supplier a estratégia de distribuição e contratação de crédito são realizados através dos nossos clientes, os quais chamamos de afiliados. A Companhia disponibiliza para os clientes dos nossos afiliados, após uma integração e análise de crédito dos mesmos, um cartão de crédito virtual *white label*, ou seja, com a marca do afiliado, com um limite de crédito pré-estabelecido. Desta forma os nossos afiliados é realizam a

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

distribuição de crédito através dos seus clientes, com a vantagem de aumentarem o seu volume de vendas e receberem à vista e sem risco.

4. Marketing

Em 2022, os esforços da área de Marketing se mantiveram voltados ao posicionamento em inovação, tecnologia e soluções completas para cada um dos doze segmentos atendidos pelo portfólio da TOTVS, além da geração de oportunidades de venda de software. Durante o ano, a área de Marketing também fortaleceu e consolidou a comunicação da estratégia de negócio da companhia, que tem como base no ecossistema de tecnologia composto por 3 dimensões: Gestão, Techfin e Business Performance.

- **Universo TOTVS**

Em 2022 vale destacar o retorno do Universo TOTVS, principal evento anual da companhia. Depois de dois anos sem ser realizado devido à pandemia, o evento aconteceu nos dias 14 e 15 de junho no Expo Center Norte, em São Paulo, e reuniu 10.000 pessoas nos dois dias. Foram mais de 200 conteúdos incluindo masterclasses e painéis com palestrantes nacionais e internacionais, como **Christopher Garman**, diretor-executivo da Eurasia Group para as Américas; **David Gram**, Cofundador e Sócio do Diplomatic Rebels e Former Head of Ventures da LEGO Ventures, **Ivair Gontijo**, engenheiro de sistemas na NASA/JPL; **Mayana Zatz**, diretora do centro de estudos do Genoma Humano e células-tronco da USP, geneticista e pesquisadora pioneira em doenças neuromusculares, genômica e envelhecimento; e **Tulio de Oliveira**, pesquisador brasileiro eleito um dos 10 cientistas do ano pela revista "Nature", que fundou dois institutos de pesquisa na África do Sul que se tornaram referência mundial de ciência, responsáveis por sequenciar duas das variantes globais do COVID-19, incluindo a Ômicron do Sars-CoV-2l., entre outros.

O Universo TOTVS 2022 ainda contou com mais de 90 tracks segmentadas conduzidas por especialistas e executivos da companhia que apresentaram tendências, novidades e lançamentos do portfólio dentro das três dimensões da TOTVS - Gestão, Techfin e Business Performance e atividades voltadas para o público tech de desenvolvedores e profissionais de tecnologia: o **espaço Code No Code**, comandado por experts da TOTVS que deram aulas práticas e mostraram as tecnologias e aplicações por trás das soluções da companhia; e a **Arena Developers**, onde a comunidade de desenvolvedores se reuniu para debates e bate-papos sobre o mundo dev, com apresentação de André Noel, do canal “Vida de Programador”.

- **Prêmio TOTVS Brasil que FAZ 2022**

Em 2022, a TOTVS lançou o Prêmio TOTVS Brasil que FAZ, que reconheceu clientes de todo o país e diferentes segmentos que desenvolveram projetos de tecnologia com soluções TOTVS que impactaram positivamente a produtividade e rentabilidade dos negócios, potencializando o crescimento dessas empresas.

Os vencedores foram premiados no palco do Universo TOTVS 2022.

- **Índice Produtividade Tecnológica (IPT) do Varejo**

Em 2022 lançamos ao mercado mais um estudo, o Índice de Produtividade Tecnológica (IPT) do Varejo, pesquisa realizada pela TOTVS em parceria com a H2R Pesquisas Avançadas com o objetivo de avaliar o nível de produtividade tecnológica do setor de varejo no Brasil, relacionado ao uso de ERP e de outros sistemas de gestão.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

O estudo foi lançado em coletiva de imprensa no Universo TOTVS, em junho, e até o final de 2022 acumulou quase 270 downloads e mais de 300 resultados na imprensa com menção à pesquisa.

5. Alianças e Parcerias

A Companhia investe fortemente em alianças e parcerias estratégicas com as principais e mais renomadas empresas mundiais do setor de tecnologia, e de outros setores inerentes aos negócios e mercados de atuação da TOTVS. A estratégia é ampliar a capacidade da Companhia de desenvolver novos mercados e ofertas por meio da inovação externa e conexão com outras empresas, com foco em entregar aos clientes tecnologia e soluções de negócios que melhorem os resultados das empresas, fortalecendo cada vez mais o papel de *trusted advisor* da TOTVS junto aos clientes.

A estratégia de formar alianças e parcerias estratégicas tem por objetivo: (i) desenvolver novas *capabilities* para a TOTVS levar cada vez mais inovação e competitividade ao mercado; (ii) ampliar o portfólio de ofertas, soluções e negócios; (iii) acelerar o *time to market* ao lançar ofertas inovadoras e diferenciadas de forma rápida; (iv) aproveitar a sinergia existente entre as soluções e marcas da Companhia e de seus parceiros; (v) desenvolver ações conjuntas de marketing, divulgação e geração de negócios; (vi) expandir o uso da tecnologia da Companhia para demais empresas, parceiras ou clientes; e (vii) acelerar a consolidação e a integração das três dimensões de negócios da TOTVS (Gestão, Techfin e Business Performance).

As alianças estratégicas da Companhia têm como natureza do negócio as soluções de tecnologia e são representadas, principalmente, por empresas globais como Microsoft, Progress e Oracle, entre outras. Além das alianças estratégicas, a Companhia adota também o modelo de parcerias como forma de alavancagem de negócios, redução do ciclo de desenvolvimento do produto e aceleração do *Go to Market*, se relacionando com empresas de diversos segmentos, portes e nacionalidades - inclusive startups presentes no iDEXO (braço de inovação externa da TOTVS) e/ou no CVC da TOTVS.

As principais parcerias são empresas que: (1) detém uma solução de negócio que fortalece a proposta de valor da Companhia em seu mercado de atuação, preferencialmente sendo integrada às soluções TOTVS; (2) desenvolvem soluções de negócios em tecnologia TOTVS utilizando a linguagem ADVPL e a tecnologia fluig; (3) se integram tecnicamente aos softwares TOTVS ou (4) possuem amplo alcance aos mercados-target da TOTVS.

Essas parcerias são constituídas com empresas atuantes em setores de mercado que, direta ou indiretamente, estão conectados à estratégia de crescimento TOTVS e podem trazer benefícios à Companhia, seja por meio da difusão de seus produtos e serviços, pela simples indicação das marcas da Companhia aos seus clientes ou pelo fato de que os produtos e serviços oferecidos por tais empresas gerarem valor aos produtos e serviços da Companhia, nos segmentos em que não competem. Vale ressaltar que há ofertas e negócios que se originaram no próprio ecossistema da TOTVS e que hoje se configuram como parcerias de negócios. Movimento este que fortalece cada vez mais o desenvolvimento de negócios entre as próprias empresas que formam e participam do ecossistema TOTVS de algum modo.

Além de potencializar as parcerias atuais do ecossistema, a Companhia firmou novas parcerias estratégicas como a Credit Core, que melhora a saúde financeira dos clientes ao tomarem decisões melhores de compra e venda a partir da análise e monitoramento do crédito, e a Jitterbit, empresa americana referência em plataforma de integração que automatiza processos, aumenta a eficiência da operação e traz uma experiência mais fluída e sem fricção aos clientes.

(c) características dos mercados de atuação

<u>O Mercado de Software</u>

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Mundo

A tecnologia da informação vem sendo aplicada na otimização de processos empresariais, trazendo amplos benefícios para empresas de todos os portes, em praticamente todos os setores e ao redor do mundo. A automação de processos empresariais, principalmente com o uso de equipamentos e programas de informática, vem reduzindo ineficiência e aumentando produtividade em todos os segmentos econômicos globalizados. Diversas categorias de aplicativos de software foram desenvolvidas para otimizar a eficiência de determinados aspectos empresariais de um negócio, recorrendo à automação de segmentos de vendas, comercialização, fabricação, distribuição, suporte a clientes, contabilidade, gestão financeira, recursos humanos e outras tarefas até então relegadas a processamento manual. Por exemplo, os softwares para gestão de recursos humanos são atualmente utilizados na armazenagem e manutenção de registros de empregados, facilitando a administração da folha de pagamento e benefícios, bem como a emissão de relatórios e demonstrativos de impostos, além de tarefas que, embora rotineiras e exaustivas, são essenciais às empresas. Ao longo do tempo, essas categorias distintas de aplicativos de software passaram a ser integradas em "sistemas integrados" (suítes), visando facilitar ainda mais as operações comerciais, mediante o compartilhamento de informações dentre as várias funcionalidades. As duas principais classes de sistemas integrados de software de gestão empresarial integrada são o ERP e o CRM. Via de regra, os sistemas integrados ERP estão direcionados a funções administrativas ou de *back-office*, tais como a gestão de recursos humanos e financeiros, ao passo que os sistemas integrados CRM estão voltados para funções envolvendo relacionamento direto com o cliente, ou *front-office*, tais como vendas, comercialização e suporte ao cliente.

De acordo com IDC, em 2021, o mercado mundial de TI atingiu US$2.790 bilhões de dólares, sendo que o segmento de *software* representou 26% desse mercado. No mesmo ano, o Brasil era o 10º país com maior mercado de TI com um tamanho total de US$45,5 bilhões, representando cerca de 2% do mercado mundial.

A distribuição observada no mercado global é uma maior representatividade de software e serviços no total do mercado de TI em países desenvolvidos versus países emergentes. Dentre os países emergentes, o Brasil é o país que apresenta uma realidade mais próxima dos países desenvolvidos e da média global.

Fonte: ABES, 2023.

A produção mundial de TI apresentou, em 2021, um crescimento de 11,0%, enquanto no Brasil o crescimento

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

chegou a 17,4% atingindo US$45,5 bilhões (excluindo exportações).

As empresas estão investindo cada vez mais em tecnologia para aumentar eficiência, produtividade, qualidade do relacionamento com o cliente e a capacidade de inovação e a Companhia captura esse movimento como oportunidade para alavancar a sua posição única como o maior *player* de ERP do Brasil.

Ao longo dos últimos anos, a Companhia lançou cinco plataformas complementares ao ERP: fluig (Gestão, Produtividade e Colaboração), Carol (Inteligência Artificial), TOTVS Analytics (Business Intelligence), e TOTVS CRM, todas desenvolvidas com uma abordagem agnóstica - ou seja, pronta para integrar as soluções TOTVS com outras de mercado, expandindo o mercado endereçável para além da base de clientes da Companhia. A Companhia também vem evoluindo na construção de um ecossistema de soluções além do segmento de (i) Gestão – com o portfólio de soluções e plataformas abertas, conectadas e personalizáveis de ERP, RH e Verticais; que engloba também (ii) Techfin, com produtos de crédito, pagamentos e serviços; e (iii) Business Performance, com soluções de vendas e performance.

Com esse ecossistema, o mercado endereçável atual da Companhia se expandiu substancialmente, podendo atingir até R$78 bilhões, sendo dividido em: (1) R$11 bilhões do mercado de Gestão, (2) R$4 bilhões do mercado de Business Performance; e (3) R$63 bilhões do mercado de Techfin.

América Latina

De acordo com o IDC, o mercado de TI na América Latina atingiu US$ 124 bilhões em 2022, tendo o Brasil como protagonista com uma parcela de 36% enquanto o segundo maior mercado é o México com 23%. A grande diferença de tamanho e maturidade do mercado de TI no Brasil comparado aos demais países da América Latina tem sido um dos impulsores para a expansão nesse mercado.

Brasil

O mercado brasileiro de tecnologia da informação cresceu de forma acelerada nos últimos anos. De acordo com o IDC, o mercado de TI no Brasil atingiu US$45,2 bilhões em 2022 (excluindo exportações),. O setor de software foi responsável por US$11,7 bilhões, representando 25,8% do total de TI.

O mercado brasileiro de software possui maior concentração na região sudeste do país. De acordo com o IDC, no mesmo ano, a região representava 64,4% desse mercado, seguida da região sul com 13,6%, centro-oeste com 11,9%, nordeste com 7,3% e norte com 2,7%.

Os softwares de gestão empresarial integrada, conhecidos como ERP, vêm se afirmando como ferramentas indispensáveis à administração das empresas. Mais especificamente o modelo SaaS vem ganhando espaço de forma significativa no mercado quando comparado ao modelo tradicional de compra de licença.

Histórico do Setor de Software no Brasil

Durante a década de 80 e início dos anos 90, o Brasil adotou uma legislação de reserva de mercado, que estabelecia regras diferenciadas para hardwares e softwares criados/fabricados por empresas nacionais e estrangeiras, na tentativa de criar uma indústria nacional de informática. A reserva de mercado, em realidade, mostrou-se danosa ao desenvolvimento de equipamentos de informática no Brasil, pois o hardware produzido no Brasil era limitado e tecnologicamente defasado, além de muito caro em relação ao hardware produzido em outros países. Já no caso do software, a reserva de mercado não foi prejudicial, favorecendo a competição entre produtos nacionais e estrangeiros. A evolução da indústria de software nacional deu-se por meio de parcerias tecnológicas com os provedores de softwares básicos, sistemas operacionais, sistemas de rede e bancos de dados, de forma a se preparar para o fim da reserva de mercado. O resultado é que, seja pela capacidade criativa, seja pela facilidade

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

de assimilação de novas tecnologias pelo público brasileiro, o software brasileiro tornou-se referência internacional em algumas áreas, como as de automação bancária e de utilização da Internet para os mais diversos tipos de relacionamento e, atualmente, o país tem independência tecnológica em diversas áreas de desenvolvimento de softwares.

Em 1993, uma medida importante foi tomada pelo governo brasileiro com relação à indústria de software a implementação do programa SOFTEX 2000-Programa Nacional de Software para Exportação, que tinha como objetivo facilitar a entrada de empresas brasileiras no mercado internacional de software, por meio do estímulo às exportações. O Programa era coordenado pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), com a participação e representação das empresas brasileiras de software, sendo financiado pelo governo e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. O Programa alcançou, no período 1993 a 2001, entre outros, os seguintes resultados:

- Implantação de Sistemas de Qualidade nas empresas, introdução de Métodos de Avaliação de produtos, indução da adoção de normas internacionais de qualidade de software; mais de 100 empresas nacionais de software com sistemas de gestão da qualidade ISO 9000 implantadas;
- Criação de linhas de financiamento específicas para software - mais de R$ 74 milhões em 52 empresas;
- Criação de rede com 32 agentes materializando 23 Pólos de Desenvolvimento de Software no País;
- Implantação de rede com 19 Incubadoras ligadas às principais instituições acadêmicas do País;
- Contribuição para criação de 73 mil empregos diretos qualificados.

A Associação para Promoção da Excelência do Software Brasileiro (Softex) evoluiu e se tornou uma Organização Social Civil de Interesse Público (OSCIP) que executa as políticas públicas do Governo Federal para o setor de TI. As ações desenvolvidas pela entidade visam a promover a melhoria da competitividade da Indústria Brasileira de Software e Serviços de TI (IBSS) e a qualificação de recursos humanos. Desde 1996 a Softex é gestora do Programa da Excelência do Software Brasileiro, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações.

O Sistema Softex atualmente beneficia aproximadamente 6 mil empresas em todos os estados do Brasil por meio da sua rede de 21 agentes regionais que agem em conjunto com a iniciativa privada, esfera pública e instituições acadêmicas de fomento da tecnologia. A Softex lista como suas diretrizes:

- Implantação das melhores práticas em desenvolvimento de software
- Capacitação de recursos humanos para o setor
- Alavancagem de recursos financeiros junto e a fontes públicas e privadas
- Produção e disseminação de informações qualificadas sobre a Indústria Brasileira de Software e Serviços de TI
- Empreendedorismo e inovação
- Formulação de políticas de interesse do setor tanto no Brasil como no exterior
- Criação e desenvolvimento de oportunidades de negócios tanto no Brasil como no exterior

Histórico do Setor de Techfin no Brasil

Os serviços financeiros são um setor com altas barreiras de entrada e tradicionalmente destinados a grandes *players*. Historicamente, a inércia do consumidor ajudou instituições financeiras maiores, mais especificamente bancos, a reter seus clientes com pouca preocupação pela concorrência. Com o advento da tecnologia, diversas barreiras de entrada foram derrubadas.

As *Fintechs* desempenharam um papel de disrupção fundamental em toda a cadeia: os clientes que estavam acostumados à distribuição física, à escrita de cheques ou à assinatura de contas bancárias para efetuar pagamentos, passaram a poder realizar transações em questão de segundos. O *cash-back* e ofertas lucrativas que surgiram, adicionaram outra camada de fator a toda a experiência do cliente revolucionando o mercado.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

No Brasil, as primeiras *Fintechs* surgiram no país em 2013, já trazendo modelos inovadores, de baixo custo e com distribuição digital, totalmente focadas em reformular a experiência do cliente. Com o surgimento dessas *startups*, focadas no mercado financeiro, criou-se também a *ABFintechs*, uma associação criada para atender às demandas dessas empresas, sendo responsável por representar os interesses das *Fintechs*, atuando como interlocutora junto a órgãos governamentais e reguladores e, principalmente, gerando negócios para que os associados se fortaleçam e possam prosperar em suas atividades.

O crescimento foi rápido e altamente influenciado por novas regulamentações. Somente entre 2014 e 2018 surgiram mais de 670 e atualmente, já existem mais de 1.289 *Fintechs* atuando no Brasil, segundo dados do estudo *Fintech Report 2022,* da consultoria de inovação aberta Distrito.

Mais recentemente, uma nova vertente surgiu para movimentar o acesso ao crédito e a outros serviços financeiros. As Techfins são o próximo passo de uma evolução iniciada alguns anos atrás pelas Fintechs. Enquanto as Fintechs utilizam o sistema financeiro original e melhoram sua tecnologia, as Techfins buscam reconstruir o sistema com tecnologia. O movimento das Techfins surgiu como empresas de tecnologias que dão um passo além para o mundo das finanças criando financeiros inovadores e modernizados, com foco em tecnologia, dados e na sua base de clientes.

O termo Techfin foi utilizado pela primeira vez pelo fundador do grupo Alibaba, para se referir à Ant Financial (iniciativa financeira do Alibaba que operacionaliza o sistema de pagamentos Alipay) em um evento em 2016. O termo refere-se a empresas de tecnologia que encontraram uma melhor maneira de fornecer produtos financeiros, após entender o que realmente os seus clientes precisam.

No Brasil, a Companhia, que desde 2019 já vinha no caminho para ofertar produtos financeiros, tornou-se a primeira Techfin brasileira. Aproveitando sua expertise com dados e sua ampla plataforma tecnológica, a companhia começou a oferecer serviços financeiros que poderiam ser agregados à sua família de produtos de gestão de empresas.

i. participação em cada um dos mercados

A Companhia detém no Brasil 55% de *market share* no mercado de ERP, de acordo com o estudo "*Market Share: All Software Markets, Worldwide, 2022*", publicado pela Gartner em abril de 2023, e na América Latina é o maior *player* da região com 35% de participação de mercado. No mesmo período, o 2º *player* no Brasil detinha 28% de participação. Na metodologia da Gartner, calcula-se a participação de mercado sob a ótica da representatividade da receita e o *market share* é calculado em dólar.

No segmento de Gestão, que inclui soluções de *back-office* ERP, verticais, RH dentre outras, a Companhia possui um *market share* de 17,4% no Brasil em 2021, de acordo com dados do IDC do relatório *Software Tracker* 2021H2, publicado em maio de 2022, considerando o mercado endereçável atual de R$11 bilhões.*

Já no segmento de Business Performance, que inclui soluções de vendas, marketing, dentre outras, o *market share* da Companhia é de 3,2% e o mercado endereçável atual de R$4 bilhões.

Por fim, no segmento de Techfin, a Companhia possui 0,2% de *market share* e o tamanho total de mercado endereçável atual de R$64 bilhões*, referente a receita financeira proveniente das operações de crédito B2B. Esses segmentos de negócios possuem grande poder de crescimento à medida que passam a se tornar prioridade de investimento da Companhia, tanto por meio do investimento em segmentos já estabelecidos quanto em novas tecnologias. BI e CRM têm ganhado destaque nos últimos anos, sendo o ERP ainda um tema central para investimentos no Brasil.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Fonte: IT4CIO (Tendências de Investimento em TI, 2022)

Todavia, em relação a novas tecnologias, BI, Analytics e Big Data se destacam como principais intenções de investimentos das empresas.

Fonte: IT4CIO (Tendências de Investimento em TI, 2022)

ii. Condições de Competição nos Mercados

À medida em que o mercado se transforma e a Companhia expande seus mercados de atuação, ela passa a competir com novos *players* que antes não faziam parte do seu campo de batalha tradicional.

Cada vez mais se observa empresas de segmentos diferentes como por exemplo *Fintechs*, *marketplaces*, bancos, fornecedores de software, dentre outros, expandindo seus mercados de atuação, avançando na cadeia de valor e entrando nos mercados uns dos outros para construírem seus próprios ecossistemas oferecendo mais serviços aos seus clientes.

Outro fator importante no cenário competitivo é o avanço do consumo de software na modalidade como serviço (SaaS). A assinatura de software ajudou a democratizar o uso desse tipo de solução por empresas de menor porte que antes não usavam software. Esse movimento vem abrindo espaço para o surgimento de novos fornecedores

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

"SaaS Native" com soluções mais simples voltadas para atender esse tipo de público.

Os mercados de software de aplicação empresarial e Techfin possuem como clientes empresas de grande, médio e pequeno porte. Cada um destes segmentos pode apresentar diferentes necessidades e estágios de maturidade e consequentemente produzem diferentes características quanto às condições competitivas.

A Companhia oferece soluções para todos os portes de empresas.

(a) eventual sazonalidade

A indústria de tecnologia da informação, especialmente software, não apresenta uma sazonalidade relevante.

(b) principais insumos e matérias primas, informando:

(i) descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

A atividade de desenvolvimento da Companhia está concentrada na sua equipe própria de profissionais. No entanto, a Companhia possui fornecedores e parceiros de desenvolvimento de alguns softwares que comercializa, além dos fornecedores de banco de dados que são revendidos aos clientes e provedores de plataforma tecnológica, não havendo controle ou regulamentação governamental sobre tais relações.

(ii) eventual dependência de poucos fornecedores

A Companhia utiliza tecnologia de terceiros para desenvolvimento de parte de seus componentes de software e tecnologia, em especial aqueles da linha de produto RM e EMS Datasul que estão baseados na plataforma.Net da Microsoft e Progress, respectivamente. Para mais informações vide item 1.4.a "Plataformas tecnológicas utilizadas".

(iii) eventual volatilidade em seus preços

Historicamente, os preços dos softwares e serviços da Companhia não têm apresentado volatilidade relevante.

1.5 Principais clientes

(a) montante total de receitas provenientes do cliente

Não há clientes que, individualmente, representem mais de 10% da receita líquida total da Companhia.

(b) segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Não há clientes que, individualmente, representem mais de 10% da receita líquida total da Companhia.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

(a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

As Secretarias da Fazenda de diversos estados brasileiros exigem que a Companhia obtenha aprovações governamentais para comercializar determinados produtos de software (aplicativos fiscais e a Nota Fiscal ao Consumidor Eletrônica), conforme atos e convênios estabelecidos pelo Ministério da Fazenda por meio do COTEPE – Conselho Técnico Permanente do Ministério da Fazenda. Os equipamentos fiscais são homologados segundo essas regras, e os aplicativos fiscais são certificados por institutos cadastrados. Também existem decretos e portarias estaduais que regulam as atuações nos Estados.

Situações análogas à descrita no parágrafo acima também ocorrem na introdução de outras tecnologias, por exemplo o ECF do Convênio ICMS 09/09 obrigatório em Santa Catarina. Vale ressaltar que NFC é adotada na maior parte do território nacional, com exceção de São Paulo, Santa Catarina e Ceará.

Regulação relativa à Proteção de Dados Pessoais

Embora normas e leis setoriais já disciplinassem questões atinentes à privacidade e proteção de dados no Brasil, em agosto de 2018, com a promulgação da Lei nº 13.709/2018, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais ("**LGPD**"), as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais passaram a ser reguladas de forma unificada, por meio de um sistema de regras sobre o tema que impacta todos os setores da economia.

O âmbito de aplicação da LGPD abrange todas as atividades de tratamento de dados pessoais, tanto no meio físico quando no meio digital, e se estende a pessoas físicas e entidades públicas e privadas, independentemente do país onde estão sediadas ou onde os dados são hospedados, desde que (i) o tratamento de dados pessoais ocorra no Brasil; (ii) a atividade de tratamento de dados pessoais destine-se a oferecer ou fornecer bens ou serviços ou tratar dados de indivíduos localizados no Brasil; ou (iii) os dados pessoais objeto do tratamento tenham sido coletados no Brasil.

A LGPD estabeleceu a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados ("**ANPD**"), autoridade responsável por garantir a observância das normas sobre proteção de dados no Brasil, exercendo as funções de (i) fiscalização e investigação, compreendendo o poder de solicitar informações de controladores e operadores de dados pessoais; (ii) execução, nos casos de descumprimento da lei, por meio de processo administrativo; e (iii) educação, com a responsabilidade de fomentar o conhecimento sobre proteção e privacidade de dados e medidas de segurança da informação no país.

Além da ANPD, outros órgãos do Poder Público, como o Ministério Público e órgãos de proteção ao consumidor, já possuem histórico de atuação no tema, antes mesmo da vigência da LGPD, especialmente em casos de incidentes de segurança que resultem em acessos indevidos a dados pessoais, exercendo a função de fiscalização baseada na LGPD, sendo competentes para aplicar, todavia, apenas as penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor ou no Marco Civil da Internet.

Apesar de a LGPD ter entrado em vigor no dia 18 de setembro de 2020, as suas sanções administrativas (art. 52, 53 e 54), de competência exclusiva da ANPD, tiveram sua aplicação a partir de 1º de agosto de 2021, nos termos da Lei nº 14.010/2020.

A aplicação de sanções administrativas foi regulamentada pela Resoluçõe da ANPD nº 1 de 28 de outubro de 2021 – que dispõe sobre o Processo de Fiscalização e o Processo Administrativo Sancionador.

Todavia,além das sanções administrativas da LGPD, o descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD tem como riscos: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparação de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas, na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados ainda vigente; e (ii) a aplicação das penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor e Marco Civil da Internet por alguns órgãos do Poder Público, como de defesa do consumidor.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Em relação às sanções administrativas da LGPD, caso a Companhia não esteja adequada às suas disposições, estará sujeita à (i) advertência, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas; (ii) publicização da infração após devidamente apurada e confirmada a sua ocorrência; obrigação de divulgação de incidente; (iii) bloqueio dos dados pessoais correspondentes à infração até a sua regularização; (d) eliminação de dados pessoais correspondentes à infração; (iv) multa diária ou simples, limitadas a até 2% (dois por cento) do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, limitada, no total, R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por infração; (v) suspensão parcial do funcionamento do banco de dados a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, até a regularização da atividade de tratamento pelo controlador, em caso de reincidência; (vi) suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, em caso de reincidência; (vii) proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas a tratamento de dados.

Logo, a Companhia deve observar as disposições previstas na legislação vigente e aplicável quanto à proteção de dados de modo a garantir conformidade com os requisitos legais e minimizar situações de risco, como indisponibilidade do serviço ou uso não autorizado de dados pessoais já que eventual não conformidade com a legislação aplicável à proteção de dados pessoais, segurança da informação e outras regulamentações governamentais no setor de tecnologia da informação, atualmente, podem resultar, também, em outras sanções, indenizações e na perda da confiança de clientes na segurança dos serviços, afetando adversamente a Companhia.

A partir deste cenário regulatório de proteção de dados, a Companhia está adequada às novas disposições e obrigações da LGPD e já nomeou seu Encarregado/DPO (*Data Protection Officer*), elaborou Políticas de Privacidade para fins de garantir transparência aos titulares dos dados tratados, estruturou canal de atendimento aos titulares dos dados, entre outras medidas de adequação à LGPD.

(b) principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais do emissor

Desde o final de 2020, temos uma **Política de Sustentabilidade (ESG)**, que define diretrizes que orientam a nossa atuação em prol do desenvolvimento sustentável.

Somos, desde 2014, signatários do **Pacto Global das Nações Unidas (ONU)** e comunicamos anualmente, por meio do nosso Relatório Integrado, os resultados e avanços nos temas que constituem os nossos compromissos. Participamos de grupos de trabalho do Pacto Global, incluindo a afirmação dos dez princípios universais, ligados aos temas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e anticorrupção, e que são derivados da Declaração Universal de Direitos Humanos, da Declaração da Organização Internacional do Trabalho sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e da Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção. Fomos a primeira empresa brasileira de tecnologia a assinar o *Call to Action* ONU, do Pacto Global, que reconhece a corrupção como um dos maiores obstáculos ao desenvolvimento econômico e social em todo o mundo.

Também somos alinhados aos **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)** da ONU, agenda mundial adotada durante a Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, em setembro de 2015, composta por 17 objetivos e 169 metas, a serem alcançados até 2030.

Divulgamos também nosso Inventário de Gases de Efeito Estufa baseado no Protocolo GHG Brasil e no modelo global da ***Carbon Disclosure Project*** **(CDP)**, com ênfase em impactos ambientais e nas questões de mudanças climáticas.

Aderimos, em 2014, ao **Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção**, do Instituto Ethos, que tem por objetivos mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma sustentável e socialmente responsável, bem como promover um mercado mais íntegro e ético e erradicar o suborno e a corrupção. Entre as

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

funções do Pacto, estão as de auxiliar na implementação de políticas de promoção da integridade e de combate à corrupção e mobilizar empresas e entidades empresariais.

Princípios éticos: seguimos as orientações estabelecidas em nosso Código de Ética e Conduta, os atributos da nossa cultura #SOMOSTOTVERS, além de sermos aderentes às legislações trabalhistas dos países em que atuamos, bem como às convenções e aos acordos coletivos, respeitando as relações sindicais e trabalhistas e a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.

Em nosso dia a dia, observamos todas as normas e orientações previstas nas legislações trabalhistas brasileiras sobre segurança do trabalho, aspecto que consideramos fundamental para o trabalho cotidiano. Conforme já mencionado, contamos com uma estrutura de Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT), que atua com responsabilidade em saúde e segurança do trabalho no que se refere aos nossos colaboradores.

Nosso acompanhamento leva em conta a identificação de possíveis riscos. Os riscos são identificados, classificados e consolidados internamente por meio de um inventário, que faz parte do gerenciamento de riscos ocupacionais. A partir desse levantamento, não foi identificado nenhum risco que possa gerar ou contribuir para a geração de acidentes graves. A maior parte dos riscos existentes pode ser eliminada por meio de medidas preventivas e comportamentos seguros dos TOTVERS.

Adoção das práticas de Privacy by Design e Security by Design - Frente às mudanças do ambiente externo, procuramos nos antecipar para estarmos em conformidade com os requisitos da LGPD. Nesse sentido, adotamos no relacionamento com os clientes, os conceitos do *Privacy by Design*, ou seja, ferramentas e processos que já nascem sob uma perspectiva de respeito à privacidade, bem como os princípios do *Security by Design*, que estabelecem mecanismos para mitigar riscos de segurança. Contamos, ainda, com o modelo de responsabilidade e sigilo nas informações dos clientes e temos feito as adequações necessárias para cumprir o exigido pela nova Lei.

Em maio de 2021, publicamos e divulgamos a nossa **Política de Privacidade**, documento que reflete o comprometimento da companhia com a transparência no tratamento dos dados pessoais dos titulares de dados, e segurança nos serviços fornecidos, relacionado ao tratamento de dados dos Clientes.

A Política de Privacidade se aplica a todas as áreas e empresas do Grupo TOTVS, incluindo terceiros que, de qualquer forma, tratem dados pessoais em nome ou a pedido da Companhia, e reflete a governança aplicada aos temas de proteção de dados pessoais na TOTVS. A observância dessa política é obrigatória e reflete também a legislação e a regulamentação aplicáveis relacionadas à LGPD. Para saber mais sobre a Política, acesse (https://ri.totvs.com/esg/estatuto-politicas-e-regimento/).

(c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

A Companhia utiliza tecnologia de terceiros no desenvolvimento de determinados componentes, como mencionado no item 1.4.e.ii.

Softwares: O direito autoral de determinado software nasce com a sua criação, independentemente de ser levado a registro junto às autoridades competentes, conforme disposições, conforme os termos da Lei de Software (Lei 9609/98) e da Lei de Direito Autoral (Lei 9610/98). Nesse sentido, relevante destacar que o órgão responsável por, atualmente, realizar o registro de softwares é o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), de acordo com o Decreto n° 2558/98.

Como mencionado anteriormente, o registro do software ainda que não seja obrigatório, acaba funcionando como uma ferramenta importante para comprovação da autoria de seu desenvolvimento perante o Poder Judiciário, podendo ser muito útil como prova de autoria em casos de processos relativos à concorrência desleal, cópias não autorizadas, pirataria, etc.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Ainda, para que se possa garantir a exclusividade na produção, uso e comercialização de um software, o interessado deverá comprovar a autoria deste, sendo, portanto, revestido de grande importância o seu registro no INPI. A tutela dos direitos relativos ao programa de computador é assegurada, nos termos da Lei de Software, pelo prazo de 50 anos, contados a partir de 1º. de janeiro do ano subsequente ao da sua publicação ou, na ausência desta, da sua criação.

Por fim, relevante destacar que o departamento Jurídico da Companhia é responsável pelo registro de software no INPI. Para tanto, a área interna TOTVS, que pretende o registro de software, aciona o departamento jurídico. Este faz a coleta de todas as informações e intermedia o processo de registro junto ao INPI, utilizando os serviços de terceiros especializados.

Marcas: Apesar da proteção legislativa baseada no uso, depósito ou notoriedade da marca, o registro de marca assegura o direito de propriedade e uso exclusivo da marca em todo o território nacional. Sua concessão se dá mediante pedido depositado junto ao INPI. A proteção não incide sobre a marca propriamente dita, mas sobre o seu uso para identificar um determinado produto ou serviço, com o objetivo de coibir o risco de confusão ou associação indevida, a tutela concernente ao registro da marca se estende também (i) a qualquer outra marca que a imite ou reproduza, de forma parcial ou com acréscimo e (ii) a qualquer outro produto ou serviço semelhante ou afim.

O departamento Jurídico da Companhia é responsável pelo registro de marcas no INPI, considerando que este é acionado pela área interna da TOTVS que pretende efetuar o registro. Ainda, é importante apontar que o Jurídico realiza o acompanhamento de eventual apresentação de oposição ao registro de marca de terceiro que enseja algum tipo de risco às marcas registradas TOTVS e de pedidos de oposição apresentados quanto às marcas TOTVS, junto à área de Marketing TOTVS. Em todas as ocasiões, o mencionado departamento faz a coleta de todas as informações e intermedia o devido processo junto ao INPI, utilizando os serviços de terceiros especializados.

(d) Contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros:

i. Em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos
ii. Em favor de partidos políticos
iii. Para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos

Em 2022, o Grupo TOTVS realizou contribuições associativas no total de R$366.017,59, sendo este valor referente à anuidades e mensalidades das entidades associativas empresariais nas quais a área de Relações Institucionais e Governamentais exerce representação institucional e governamental. O Grupo TOTVS acredita no diálogo propositivo e colaborativo entre sociedade e setor público com o objetivo de contribuir com a construção de políticas públicas mais sólidas e sustentáveis.

O Grupo TOTVS não realiza contribuições financeiras diretamente pela Companhia ou por meio de terceiros em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos, em favor de partidos políticos e veda a realização de doações e/ou patrocínios para partidos e/ou candidatos políticos, agentes públicos ou pessoas físicas, a título de contribuição para campanha eleitoral em nome de qualquer empresa do Grupo TOTVS.

Adicionalmente, a Companhia ressalta que é vedada, pelo seu Código de Ética e Conduta, a prática de doações direta ou indiretamente, para financiamento de campanhas eleitorais, inclusive partidos políticos e coligações ou comitês financeiros, inclusive para agente públicos ou pessoas físicas, a título de contribuições para campanhas eleitorais. Complementarmente, a Política de Contribuições, Doações e Patrocínios da Companhia veda qualquer tipo de contribuição, pagamento de despesas, doação e desembolso de caráter pecuniário ou não em favor de agentes públicos ou pessoas a eles relacionadas, bem como para partidos políticos ou para campanhas eleitorais.

O Código de Ética e Conduta e a Política de Contribuições, Doações e Patrocínios podem ser encontrados na íntegra no site de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.totvs.com/esg/estatuto-politicas-e-regimento/) e da CVM.

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

(a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor

No período findo em 31 de dezembro de 2022, foi auferido o montante de R$3.689.438 mil, proveniente dos clientes atribuídos no Brasil (país sede do emissor), o que representava 97,3% da receita líquida da Companhia.

(b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor

No período findo em 31 de dezembro de 2022, foi auferido o montante de R$103.494 mil, proveniente das empresas nacionais auferidas fora do Brasil, o que representava 2,7% da receita líquida da Companhia.

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

Dado que a receita líquida auferida fora do Brasil representava 2,7% da receita líquida no período findo em 31 de dezembro de 2022, como mencionado no item 1.7, a Companhia entende que não há impactos relevantes em seus negócios decorrentes da regulação estrangeira.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

(a) se o emissor divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade

A Companhia apresenta, desde 2016, seu Relatório Anual de Sustentabilidade ("**Relato Integrado**") que traz informações unificadas dos resultados econômicos, sociais e ambientais da Companhia. Também publica, desde 2014, a Comunicação de Progresso do Pacto Global das Organizações das Nações Unidas.

No mais, a Companhia mantém compromisso com a proteção do meio ambiente, previsto no Código de Ética e Conduta da Companhia, que pode ser encontrado no site de relações com investidores da Companhia (https://ri.totvs.com/esg/estatuto-politicas-e-regimento/). Desde 2014, a Companhia é signatária do Pacto Global das Nações Unidas (ONU) e comunica anualmente seus resultados e avanços nos temas que constituem o compromisso assumido, reafirmando o compromisso em alinhar nossas decisões de negócio, nossos produtos, serviços e operações ancorados na garantia dos direitos humanos, da promoção da agenda de diversidade e inclusão, do estabelecimento de boas relações de trabalho, do respeito e conservação do meio ambiente e do combate à corrupção em todas as suas formas e instâncias.

Em dezembro de 2020, como parte do desenvolvimento da Agenda ESG (do inglês, *Environmental, Social and Governance*) a Companhia divulgou a Política de Sustentabilidade, que reflete o propósito e a visão do Grupo TOTVS sobre a forma como seus negócios podem influenciar e impactar positivamente o seu ecossistema, por meio da conexão dos negócios, das pessoas e da tecnologia, que incluam a sustentabilidade como proposta de valor. O documento reflete o nosso compromisso com uma agenda de negócio pautada pela integração entre os aspectos econômicos, ambientais, sociais, de governança e de relacionamento com o seu ecossistema e estabelece a governança interna no tema, que conta com a liderança do Comitê de Governança e o engajamento do Conselho de Administração.

(b) a metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento

A Companhia adota a metodologia da *Global Reporting Initiative* (GRI), as diretrizes de Relato Integrado do *International Integrated Reporting Council* (IRRC), os 10 Princípios do Pacto Global e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.

(c) se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso

O Relato Integrado da TOTVS referente ao exercício de 2021 foi submetido à verificação externa, conduzida pela KPMG, com o intuito de avaliar a aderência do documento aos aspectos e às orientações GRI. As informações financeiras incluídas nesse documento contemplam as operações consolidadas da Companhia e passaram por auditoria externa, também da KPMG, quando da divulgação das demonstrações financeiras completas de 2021 da TOTVS.

(d) a página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas essas informações

A versão atual do Relato Integrado referente ao ano de 2021 e ciclos anteriores estão disponíveis na CVM (http://www.cvm.gov.br/) e no site de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.totvs.com/esg/relatorios-anuais/relatorio-de-sustentabilidade/). As publicações da Comunicação de Progresso do Pacto Global da ONU da Companhia podem ser acessadas diretamente no portal da ONU (https://www.unglobalcompact.org/).

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

(e) se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para o emissor

O Relato Integrado divulgado em 2022 (ano base 2021), leva em consideração uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ESG, que reflete o grau de importância de temas relevantes e emergentes para o segmento de tecnologia, considerando os cenários atual e futuro. Para mais informações sobre o processo de construção da matriz de materialidade e os indicadores chaves por tema material, consulte o Relato Integrado entre as páginas 5 a 8, disponível na CVM (http://www.cvm.gov.br/) e no site de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.totvs.com/esg/relatorios-anuais/relatorio-de-sustentabilidade/).

(f) se o relatório ou documento leva em conta os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio da Companhia

O Relato Integrado leva em conta os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ("**ODS**") da ONU. Os ODS materiais para o negócio da Companhia priorizados por meio do processo de Materialidade consideram o potencial de contribuição do seu negócio para o alcance dos ODS.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

Para mais informações acerca dos ODS levados em conta no Relato Integrado da Companhia, disponível na CVM (http://www.cvm.gov.br/) e no site de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.totvs.com/esg/relatorios-anuais/relatorio-de-sustentabilidade/).

(g) se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas.

A Companhia não adota recomendações relacionadas a questões climáticas emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas nas informações ESG divulgadas. Para mais informações das razões pela não adoção, vide item 1.9, “i”, v, deste Formulário de Referência.

(h) se o emissor realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas

A Companhia divulga ao mercado desde 2022 seu Inventário de Gases de Efeito Estufa baseado no Protocolo GHG Brasil e no modelo global da Carbon Disclosure Project (CDP). O documento contempla as emissões diretas e indiretas relacionadas ao escopo 1 e 2.

Para mais informações acerca dos inventários de emissão de GEE da Companhia, acesse o Relato Integrado, disponível na CVM (http://www.cvm.gov.br/) e no site de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.totvs.com/esg/relatorios-anuais/relatorio-de-sustentabilidade/) e o portal global da CDP neste link.

(i) explicação do emissor sobre as seguintes condutas, se for o caso:

(i) **a não divulgação de informações ASG**

Não aplicável. Conforme informado no item 1.9.a deste Formulário de Referência, a Companhia divulga informações ASG.

(ii) **a não adoção de matriz de materialidade**

Não aplicável. Conforme informado no item 1.9.e deste Formulário de Referência, a Companhia adota uma matriz de materialidade com temas materiais específicos.

(iii) **a não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG**

Não aplicável. Conforme informado no item 1.9.e deste Formulário de Referência, a Companhia adota indicadores-chave de desempenho.

(iv) **a não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas**

Não aplicável. Conforme informado no item 1.9.c deste Formulário de Referência, o Relato Integrado da Companhia é auditado e revisado por empresa especializada independente.

(v) **a não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas**

No contexto da Agenda ESG da Companhia, destaca-se que a estruturação do primeiro Inventário de Emissões de gases de efeito estufa em 2022 representou um primeiro e importante passo para o desenvolvimento do pilar ambiental e no contexto dos trabalhos da ODS 12, Consumo e Produção Responsáveis. A partir do diagnóstico gerado em função desta primeira experiência de inventário de emissões, a Companhia planejará suas ações no tema, relacionadas ao desafio global de prevenção e combate aos efeitos das mudanças no clima, especialmente em seu setor de atuação e com um olhar para as melhores práticas e recomendações globais, o qual contará com o engajamento de seus

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

Comitês de Governança e Indicação, e de Estratégia, e Conselho de Administração, na definição da estratégia, aprovação e acompanhamento de plano de trabalho.

(vi) **a não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa**

Não aplicável. Conforme informado no item 1.9.h deste Formulário de Referência, a Companhia realizou, em 2021, o primeiro inventário de emissão de gases do efeito estufa para as suas operações.

1.10 Informações de sociedade de economia mista

(a) interesse público que justificou sua criação

Não aplicável. A Companhia não é uma sociedade de economia mista.

(b) atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização

Não aplicável. A Companhia não é uma sociedade de economia mista.

(c) processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas

Não aplicável. A Companhia não é uma sociedade de economia mista.

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante

Em 12 de abril de 2022, a Companhia divulgou a criação, junto ao Itaú Unibanco S.A., de uma *Join Venture*, denominada TOTVS TECHFIN (JV) cujo objetivo é operar uma plataforma digital de serviços financeiros para pequenas e médias empresas, através de uma gama completa de serviços financeiros.

Para tal operação, a Companhia e o Itaú deterão, cada um, 50% de participação na JV. Para fins de desenvolvimento de atividades da JV, a Companhia e o Itaú contribuirão com suas respectivas expertises e assumirão determinadas obrigações, tais como: a Companhia deverá contribuir com ativos da sua dimensão de negócios Techfin, incluindo a totalidade das ações do capital social votante da Supplier; e o Itaú será responsável por: (i) disponibilizar funding para as operações da JV, pelo prazo e nos volumes necessários; (ii) com sua expertise financeira, contribuir com o desenvolvimento de produtos financeiros da JV; e (iii) realizar um aporte primário de R$200 milhões no capital social da JV.

O racional estratégico para a constituição da JV foi o de ampliar, simplificar e democratizar o acesso a uma ampla oferta de produtos financeiros no mercado B2B, beneficiando pequenas e médias empresas e toda a cadeia produtiva do país.

Em 01 de novembro de 2022 a aprovação pelo CADE se tornou definitiva. Em 22 de junho de 2023, o Banco Central do Brasil (BACEN) emitiu ofício aprovando a alteração do controle societário da Supplier Sociedade de Crédito Direto S.A. como consequência do ingresso do Itaú Unibanco S.A (Autorização BACEN). Por fim, no dia 31 de julho de 2023 após o cumprimento de todas as condições precedentes aplicáveis, ocorreu o fechamento da Operação.

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

No dia 10 de janeiro de 2022, a Companhia anunciou a celebração de Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças, por meio do qual sua controlada, Dimensa S.A. adquiriu ações que representam 100% do capital social da InovaMind Tech Ltda. pelo montante de R$23,5 milhões. Adicionalmente, o Contrato prevê o pagamento de preço de compra complementar variável, sujeito ao atingimento de determinadas metas estabelecidas relativas aos exercícios de 2022 e 2023 e ao cumprimento de outras condições. Para mais informações, acesse o Comunicado ao Mercado divulgado no dia 10 de janeiro de 2022, disponível na CVM (http://www.cvm.gov.br/) e no site de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.totvs.com/comunicacao-com-o-mercado/fatos-relevantes/).

No dia 31 de janeiro de 2022, a Companhia anunciou a celebração de Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças, por meio do qual sua controlada, Dimensa, adquiriu quotas que representam 100% do capital social da Mobile2you Ltda., pelo montante de R$26,9 milhões. Adicionalmente, o Contrato prevê pagamento de preço de compra complementar, sujeito ao atingimento de determinadas metas estabelecidas relativas aos exercícios de 2022 e 2023 e ao cumprimento de outras condições. Para mais informações, acesse o Comunicado ao Mercado divulgado no dia 31 de janeiro de 2022, disponível na CVM (http://www.cvm.gov.br/) e no site de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.totvs.com/comunicacao-com-o-mercado/fatos-relevantes/).

No dia 29 de março de 2022, a Companhia anunciou a celebração de Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças, por meio do qual sua controlada, Dimensa, adquiriu quotas que representam 100% do capital social da Vadu Ltda., pelo montante de R$40 milhões. Adicionalmente, o Contrato prevê pagamento de preço de compra complementar, sujeito ao atingimento de determinadas metas de desempenho da Vadu e ao cumprimento de outras condições. Para mais informações, acesse o Comunicado ao Mercado divulgado no dia 29 de março de 2022, disponível na CVM (http://www.cvm.gov.br/) e no site de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.totvs.com/comunicacao-com-o-mercado/fatos-relevantes/).

No dia 04 de abril de 2022, a Companhia anunciou a celebração de Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças, por meio do qual adquiriu ações que representam 100% do capital social da GESPLAN S.A. pelo montante de R$40 milhões à vista. Adicionalmente, o Contrato prevê o pagamento de preço de compra complementar sujeito ao atingimento de metas estabelecidas para a GESPLAN relativas aos exercícios de 2022 e 2023 e ao cumprimento de outras condições. Para mais informações, acesse o Comunicado ao Mercado divulgado no dia 04 de abril de 2022, disponível na CVM (http://www.cvm.gov.br/) e no site de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.totvs.com/comunicacao-com-o-mercado/fatos-relevantes/).

No dia 02 de agosto de 2022, a Companhia anunciou a celebração de Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças, por meio do qual sua controlada, RD Stations. adquiriu ações que representam 100% do capital social da Tallos Tecnologia Integrada e Assessoria em Negócios S.A., pelo montante de R$6,7 milhões à vista. Adicionalmente, o Contrato prevê pagamento de preço de compra complementar, sujeito ao cumprimento de determinas condições. Para mais informações, acesse o Comunicado ao Mercado divulgado no dia 02 de agosto de 2022, disponível na CVM (http://www.cvm.gov.br/) e no site de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.totvs.com/comunicacao-com-o-mercado/fatos-relevantes/).

No dia 17 de agosto de 2022, a Companhia anunciou a celebração de Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças, por meio do qual sua controlada, Dimensa adquiriu ações que representam 100% do capital social da RBM Web Sistemas Inteligentes Ltda., pelo montante de R$30 milhões. Adicionalmente, o Contrato prevê pagamento de preço de compra complementar, sujeito ao atingimento de metas estabelecidas para a RBM e ao cumprimento de determinadas condições. Para mais informações, acesse o Comunicado ao Mercado divulgado no dia 17 de agosto de 2022, disponível na CVM (http://www.cvm.gov.br/) e no site de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.totvs.com/comunicacao-com-o-mercado/fatos-relevantes/).

No dia 01 de setembro de 2022, a Companhia anunciou a celebração de Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças, por meio do qual sua controlada,TOTVS Tecnologia em Software de Gestão Ltda. adquiriu ações que representam 60% do capital social da FEEDZ Tecnologia S.A., pelo montante de R$66 milhões à vista. Adicionalmente, o Contrato prevê a aquisição, pela TOTVS Tecnologia, durante o primeiro semestre de 2025, das ações remanescentes, que representam 40% do capital social da FEEDZ, cujo preço observará os termos e condições pactuados pelas Partes, que levará em consideração, dentre outros fatores, o atingimento de determinadas metas e desempenho da FEEDZ. Para mais informações, acesse o Comunicado ao Mercado divulgado no dia 01 de setembro de 2022, disponível na CVM (http://www.cvm.gov.br/) e no site de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.totvs.com/comunicacao-com-o-mercado/fatos-relevantes/).

No dia 15 de maio de 2023 a Companhia anunciou a celebração do Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças, para aquisição das quotas que representam 100% do capital social da Lexos Soluções em

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

Tecnologia Ltda., pelo montante de R$13,2 milhões. Adicionalmente, o Contrato prevê o pagamento de preço de compra complementar, sujeito ao atingimento de metas estabelecidas para a Lexos relativas aos exercícios de 2024 e 2025 e ao cumprimento de outras condições. Para mais informações, acesse o Comunicado ao Mercado divulgado no dia 15 de maio de 2023, disponível na CVM (http://www.cvm.gov.br/) e no site de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.totvs.com/comunicacao-com-o-mercado/fatos-relevantes/).

1.13 Acordos de acionistas

Não há acordo de acionistas da Companhia que estejam arquivados em sua sede.

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios

Não houve alterações significativas na condução dos negócios da Companhia.

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas

Não há contratos relevantes celebrados pela Companhia e/ou suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

1.16 Outras informações relevantes

Em complemento às informações divulgadas nessa seção 1, cumpre notar que a Companhia está sempre atenta a oportunidades de crescimento, seja ele orgânico, por meio de aquisição ou por parcerias estratégicas de negócios, dentro de seus segmentos de atuação no curso regular de seus negócios e está continuamente analisando potenciais operações ou parcerias de negócios que agreguem valor aos seus acionistas.
Ainda, em complemento ao item 1.9:

Outras iniciativas

Investimento Social Privado: Instituto da Oportunidade Social (IOS)
Fundado em 1998 como iniciativa de funcionários da então Microsiga, hoje TOTVS, o Instituto da Oportunidade Social (IOS) nasceu com o propósito de proporcionar acesso à tecnologia para jovens em vulnerabilidade social e pessoas com deficiência por meio de programas de formação profissional tendo como principal foco empregar os profissionais qualificados em posições de entrada nas empresas.
O IOS é uma organização sem fins lucrativos que oferece formação profissional gratuita em administração e tecnologia da informação, com extensão em Educação Digital, Cidadania, Sustentabilidade, Matemática, Comunicação e Expressão, *Soft Skills*, além de acompanhamento com equipe multidisciplinar (psicólogos, assistentes sociais e psicopedagogos). O público-alvo do Instituto é composto por jovens em vulnerabilidade social de 15 a 29 anos e Pessoas com Deficiência a partir dos 16 anos, sendo 90% oriundos de escolas públicas, 53% mulheres e 59% negros, ampliando a inclusão social para populações minorizadas.

Ao longo de seus 25 anos de existência, o IOS ampliou sua atuação no Estado de São Paulo (para o Interior e expansão na Grande São Paulo), além de estar presente nos estados de Minas Gerais, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e agora também no nordeste brasileiro, em Pernambuco, na cidade do Recife. Neste período, passaram pelo Instituto mais de 45 mil alunos. Anualmente, mais de 2 mil jovens são formados e, em média, mais de mil e duzentos empregados, por empresas parceiras de diversos segmentos e pela Companhia, gerando um forte impacto social.

Em 2022, o IOS enfrentou o desafio de continuar promovendo oportunidades de formação para seus beneficiários. Por meio do apoio da Companhia e de 998 Colaboradores, foi realizada em julho/2022 a **"Campanha TOTVERS que Fazem",** quando foi possível arrecadar R$ 87.500,00 + R$ 300.000,00 doados pela TOTVS, além de mais de 1 (uma) tonelada de alimentos – os alunos e alunas de 6 estados com trabalho direto do IOS foram beneficiados: MG, PE, RJ, RS, SC e SP.

O IOS formou 1.945 alunas e alunos, e apoiou a empregabilidade de 1.264 ex-alunos a conseguirem um emprego formal, através de esforços diretos do Instituto junto às empresas parceiras, o que inclui a TOTVS. De acordo com estudos feitos pelo Instituto, em 2022 houve um aumento médio de 63% na renda das famílias quando um aluno formado começa a trabalhar, percentual que vem aumentando a cada ano, refletindo um protagonismo do jovem cada vez maior em sua família - que teve forte redução de renda durante a pandemia do Covid-19, bem como reforçando o impacto social gerado pelo Instituto.

A Companhia centraliza seu investimento social estratégico no IOS e hoje é a principal mantenedora do Instituto, que conta também com o apoio de outras empresas parceiras. O IOS dispõe de toda a estrutura e suporte para preparar os alunos e encaminhá-los para o mercado de trabalho, além de apoiar no cumprimento da Lei da Aprendizagem e da Lei de Cotas para Pessoas com Deficiência, desenvolvendo os talentos do presente na economia do futuro.

O Instituto da Oportunidade Social é auditado anualmente pela KPMG, reporta anualmente utilizando-se do padrão GRI (Global Reporting Institute), e, como a TOTVS, também é signatária da Rede Brasil do Pacto Global da ONU. Em 2022 foi reconhecido internacionalmente no ranking da TheDotGood como uma das 200 melhores organizações sociais do mundo, a 14ª do Brasil, e recebeu o Selo de Diversidade e Direitos Humanos, da Prefeitura de São Paulo, pelo segundo ano consecutivo.

1.16 Outras informações relevantes

Mais informações do IOS estão disponíveis no site do Instituto: www.ios.org.br

Agenda de Sustentabilidade e ESG e a Materialidade
A Agenda da Sustentabilidade (ESG) da TOTVS reflete, além dos compromissos de desenvolvimento sustentável, a visão da Companhia sobre a forma como seus negócios podem influenciar positivamente a sociedade, enquanto empregadora e agente social. Os temas prioritários refletem também a forma como a tecnologia pode representar um elemento-chave na ampliação do acesso ao conhecimento e à inovação e ser provedora de soluções para desafios socioambientais contemporâneos.Com o apoio de consultoria especializada, a TOTVS realizou, entre o final de 2021 e o primeiro semestre de 2022, um amplo processo de consulta a fim de identificar seus novos temas prioritários para a Agenda de Sustentabilidade (ESG), levando em consideração aspectos relacionados às dimensões social, econômica, ambiental e de governança corporativa, além dos impactos inerentes à pandemia da Covid-19. A Agenda de Sustentabilidade (ESG) da TOTVS, definida e atualizada periodicamente com base na sua matriz de materialidade, considera os temas mais relevantes para os seus públicos de relacionamento e aqueles nos quais a Companhia entende ter maior potencial de impacto positivo.

Essa matriz de materialidade reflete o grau de importância de temas emergentes para o segmento de tecnologia, considerando o cenário atual e futuro, seus desafios e oportunidades, bem como temas relacionados à estratégia do negócio e a agendas globais, como os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.
Os temas prioritários são definidos a partir do cruzamento das percepções dos públicos internos da TOTVS e das diferentes visões dos stakeholders externos considerados estratégicos pela organização. Os resultados se baseiam ainda na análise da capacidade de resposta da organização às expectativas de seus stakeholders, de gerenciar seus impactos - positivos e negativos - e de gerar valor a diferentes partes interessadas. Os stakeholders da TOTVS são identificados a partir de consultas às áreas internas e definidos como estratégicos, conforme a intensidade das atividades e do relacionamento com a Companhia, bem como com o grau de impacto no desempenho das operações da empresa.

A base para escolha dos temas partiu da consulta aos públicos internos e externos estratégicos para a TOTVS e da análise de estudos de cenário e de tendências nacionais e internacionais e, ainda, de documentos internos da Companhia. O processo resultou no mapeamento de 37 temas e, posteriormente, na priorização de 12 destes temas.

Para a construção da nova matriz de materialidade, a Companhia consultou os TOTVERS (colaboradores da empresa), os líderes dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração da TOTVS, os membros da Diretoria Executiva, franqueados e representantes de acionistas/investidores, analistas de investimentos (sell sides), clientes, fornecedores, especialistas em ESG, além de parceiros da sociedade civil, de associações do setor TECH e do ecossistema de inovação. As consultas aos públicos estratégicos ocorreram de forma remota, devido às restrições sanitárias e ao isolamento social por conta da pandemia da Covid-19, e abrangeram métodos quantitativos e qualitativos. Foram realizadas pesquisas on-line com públicos interno e externo, grupos focais com fornecedores, parceiros, clientes e o GT ESG da TOTVS e 15 entrevistas em profundidade com executivos, membros dos comitês da TOTVS, investidores, analistas sell side, especialistas em ESG e parceiros da sociedade civil e da comunidade de inovação.

O processo de escuta para diálogo e o engajamento dos stakeholders estratégicos, além da escolha dos temas prioritários, está previsto na Política ESG aprovada em 2020, uma vez que a TOTVS considera essencial a construção colaborativa a fim de alinhar as expectativas estratégicas e a geração de valor agregado às atividades da Companhia. Os temas materiais foram aprovados pelo Conselho de Administração da TOTVS e serão desdobrados por meio da construção de planos de ação e da formalização de compromissos da Agenda ESG da Companhia.

Governança da Agenda de Sustentabilidade e ESG
O tema Sustentabilidade e ESG ganhou ainda mais força na Companhia, que conta com a liderança do Comitê de

1.16 Outras informações relevantes

Governança e Indicação (CGI) e Comitê de Estratégia, e engajamento do Conselho de Administração (CA) da TOTVS. A partir de 2020, o CGI passou a acompanhar regularmente a agenda de sustentabilidade e a validar o plano de trabalho elaborado pelo Grupo de Trabalho de Sustentabilidade ESG, composto por equipes multidisciplinares e coordenado pela Diretoria de Relações com Investidores, agente multiplicador da cultura ESG na organização.

O CA, conforme definido na Política de Sustentabilidade (ESG), é responsável por: aprovar os compromissos públicos que sejam assumidos pelo Grupo TOTVS referentes às iniciativas de ESG e relacionados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), bem como aprovar o plano de metas da agenda de sustentabilidade e integração dos aspectos ESG à estratégia do negócio; referendar os indicadores de sustentabilidade a serem adotados pela Companhia e os temas prioritários; definir e atualizar os objetivos estratégicos da TOTVS que nortearão a gestão do tema, e aprovar os relatórios integrados de desempenho ESG. Cabe ainda ao Conselho garantir a estrutura e os recursos (humanos e financeiros) necessários para a implementação da Política e da estratégia do tema na organização.

Já a alta liderança do Grupo TOTVS, incluindo o CEO, deve incluir e levar em consideração os objetivos, temas e diretrizes da Política de Sustentabilidade (ESG) no planejamento estratégico, no desenvolvimento dos produtos e nos processos de tomada de decisão e de investimento da Companhia.

O GT ESG tem entre suas atribuições colaborar com o desenvolvimento da cultura de sustentabilidade por toda a organização e atuar como agente multiplicador do tema; contribuir com o desenvolvimento da estratégia de sustentabilidade do negócio por meio do planejamento de projetos e iniciativas e da implementação de planos de ação para o alcance de seus objetivos de curto, médio e longo prazos; além de identificar oportunidades de inovação, seja em produtos e serviços, assim como em processos, modelo de gestão e de negócios, relacionados ao tema, e trabalhar para sua incorporação na TOTVS. O GT discute aspectos ambientais, sociais e de governança relacionados a TOTVS e reúne bimestralmente colaboradores de diferentes áreas e unidades para o desenvolvimento dos projetos e iniciativas correlatas e que são reportados à Administração. Mesmo diante do contexto desafiador da Covid-19, os TOTVERS se mantiveram engajados no GT ESG e comprometidos com o desenvolvimento das iniciativas da Agenda de Sustentabilidade (ESG).

1.16 Outras informações relevantes

Diversidade e Inclusão

Entendemos nosso papel como uma grande empresa de tecnologia e estamos comprometidos com o desenvolvimento de uma agenda diversa e inclusiva, que reflete o propósito e a visão do Grupo TOTVS sobre a forma como seus negócios podem influenciar e impactar positivamente a sociedade, enquanto empregadora e agente social.

Acreditamos no poder transformador da tecnologia, na sua capacidade de contribuir para a construção de um ecossistema cada vez mais diverso, inclusivo, respeitoso e acolhedor.

A atuação em diversidade no Grupo TOTVS é suportada por uma política, comissão e área de Diversidade e Inclusão, que atua em conjunto com Grupos de Afinidade, Código de Ética e Conduta e políticas organizacionais que prezam pela transparência, ética e integridade nas relações estabelecidas entre o Grupo TOTVS e seus públicos.

No Grupo TOTVS acreditamos que todos seres humanos são iguais na sua essência e, as diferenças culturais, biológicas, sociais, econômicas, dentre outras, fazem de cada indivíduo um ser único, que contribui e enriquece as relações, trocas e construções no ambiente corporativo e na sociedade. A partir desta crença, fomentamos os seguintes princípios norteadores:

- Cultura Inclusiva
- Liderança inclusiva
- Linguagem e comunicação inclusiva
- Promoção de processos inclusivos e intencionais
- Acessibilidade
- Representatividade
- Linguagem clara e sem barreiras

Em 2022 tivemos importantes avanços com relação a governança do tema na TOTVS: além de desenvolver a política de diversidade e inclusão, a Comissão de Diversidade e Inclusão foi criada. A Comissão D&I conta com altas lideranças da TOTVS de diversas áreas com o objetivo de:

- Estratégia: apoio na construção de estratégias para o estabelecimento de uma cultura inclusiva e de processos que desenvolvam o tema de forma transversal.
- Integração: agenda D&I não pertence a uma pessoa ou área, ela é da TOTVS. A ideia é integrar as necessidades, projetos e desafios já mapeados e que são compromissos da sua área com a organização, para que possamos construir juntos e endereçar as demandas da TOTVS.
- Influência: líderes protagonistas que influenciam suas equipes e lideranças para uma transformação rumo a um ambiente mais inclusivo.
- Referência: formação de alta liderança referência em promoção de diversidade e inclusão na TOTVS.

Também fortalecemos nossos grupos de afinidade com a promoção de encontros e eventos para a conexão das pessoas participantes e construções conjuntas.

Para que os(as) novos(as) TOTVERS já entrem alinhados(as) com o programa, na integração é apresentado o posicionamento da empresa e o programa de diversidade e inclusão. Esse momento é bem importante para ensinar conceitos básicos de D&I para o pessoal que está entrando.

O Programa de Diversidade e Inclusão tem como objetivo valorizar gente boa que é boa gente e garantir que o nosso ambiente de trabalho seja livre de discriminação e preconceito, em que cada pessoa possa ser quem realmente é.

O programa possui 4 frentes voltadas para públicos minorizados: mulheres - #ELASNATOTVS, pessoas com deficiência #INCLUSÃONATOTVS, étnico-racial #PERTENCIMENTONATOTVS e LGBTQIAP+ #CORESNATOTVS. Cada frente possui um programa com estratégias, ações e indicadores de monitoramento.

1.16 Outras informações relevantes

Compromissos Públicos

Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU)

A Companhia aderiu em 2014 à Rede Brasil do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), que é uma iniciativa planejada para empresas comprometidas em alinhar suas operações e estratégias com os dez princípios, universalmente aceitos, nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. Com mais de 12.000 empresas participantes e *stakeholders* em mais de 145 países, o Pacto Global da ONU é a maior iniciativa de posicionamento corporativo conjunto em responsabilidade socioambiental do mundo.

A Companhia participa de Grupos de trabalho do Pacto Global da ONU, incluindo afirmação dos dez Princípios universais, derivados da Declaração Universal de Direitos Humanos, da Declaração da Organização Internacional do Trabalho sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e da Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção.

Pacto Empresarial pela integridade e Contra a Corrupção

A Companhia também aderiu no mesmo ano ao Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção do Instituto Ethos, que tem a missão de mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma sustentável e socialmente responsável. Este pacto apresenta um conjunto de diretrizes e procedimentos que obedecem às políticas adotadas em relação a sistemas de integridade e combate à corrupção.

Parcerias e Engajamento com o Ecossistema e Entidades do Setor

Campanha "TOTVERS QUE FAZEM": em 2022 a campanha 'TOTVERS QUE FAZEM', que consiste na arrecadação de doações financeiras realizadas pelos Colaboradores e da própria Companhia, teve como foco conceder kit lanches, vale-transporte e chip de dados para os(as) estudantes darem continuidade a seus estudos. No total, o montante arrecadado impactou 1500 jovens do IOS. O valor arrecadado na campanha foi duplicado pela TOTVS.

Semana de Integridade: com o objetivo de contribuir para o fomento da cultura de integridade na Companhia, em 2022 foi realizada a 3ª Semana de Integridade da TOTVS, em formato virtual. Dentre as iniciativas da Semana, destacam-se as diversas lives corporativas conduzidas por especialistas, com foco na importância de uma conduta íntegra, que abordaram temas como: "Comunicação não violenta: construindo relações mais harmoniosas"; "É óbvio fazer a coisa certa?", com dilemas e discussões éticas; "Redes Sociais: suas postagens, sua identidade", sobre a conduta ética no mundo virtual; e "Diversidade e Inclusão: isso também é integridade!".

AGENDA INSTITUCIONAL

Congresso de Relações Governamentais: Em 2022, a TOTVS patrocinou e foi convidada a compor a mesa RelGov e as demais áreas de negócios das empresas no II Congresso Internacional de Relações Governamentais, organizado pelo Irelgov. Daniel Aviz, Gerente Executivo de Segurança da Informação, representou a TOTVS no painel, ressaltando o papel fundamental que a equipe de relações governamentais e institucionais têm na comunicação com o Poder Público e interação com as áreas de negócio.

CODEC & VOCÊ: TOTVS desenvolveu, durante o ano de 2022, projeto interno para elevar o conhecimento e cumprimento do Código de Ética e Conduta da TOTVS (CODEC) e da Política de Relacionamento Comercial e Institucional com Entes Públicos em ano eleitoral. O projeto CODEC & VOCÊ focou em comunicações e ações com os TOTVERS, incluindo franqueados. O trabalho desenvolvido gerou o convite de uma empresa multinacional de bens de consumo para que a TOTVS falasse sobre o projeto e políticas aos seus colaboradores.

1.16 Outras informações relevantes

AGENDA DE CAPITAL HUMANO

Projeto Brasscom EuTec: em parceria com a Associação das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação e de Tecnologias Digitais (Brasscom), participamos do desenvolvimento do projeto EuTec, cujo objetivo é acelerar a capacitação de mão de obra em Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) para cargos de entrada nas empresas. O projeto piloto focou na realização de capacitação mínima para desenvolvedor web com 264 horas-aula, abordando aspectos de Era Digital, Habilidades Socioemocionais e Projeto Integrador. O curso foi ministrado em três meses, em formato híbrido, com duas aulas presenciais por semana e três aulas à distância, por meio de quatro capacitadoras: IOS, Generation, Mackenzie e Zumbi dos Palmares. Foram capacitados 80 alunos, divididos em quatro turmas, de diferentes regiões do país. Após a finalização das aulas, foi realizada uma feira de empregabilidade, que contou com a participação do nosso RH e de outras empresas associadas. Em 2022, a TOTVS contratou 3 alunas que participaram da capacitação.

Novos Rumos: Em 2022, TOTVS foi convidada pelo BNDES para participar da construção do projeto “Novos Rumos”, que tem como finalidade viabilizar projetos de qualificação profissional para pessoas em condição de vulnerabilidade social ou de baixa renda nos temas de indústria 4.0, tecnologia e qualificação verde com recursos do BNDES e de instituições apoiadoras privadas e/ou públicas. Os projetos de qualificação profissional também devem ter horas dedicadas ao desenvolvimento de habilidades socioemocionais. Os temas dos projetos foram escolhidos considerando as tendências futuras do mercado de trabalho e o alinhamento entre a oferta e a demanda de empregos.

A participação das empresas apoiadoras consiste no patrocínio de projeto de educação da entidade escolhida, sendo que o BNDES também entra com aporte no mesmo valor, dobrando o patrocínio da empresa. A TOTVS foi uma das organizações convidadas a participar do lançamento do projeto e edital em agosto como empresa apoiadora e está em análise interna para participação com patrocínio de projeto do IOS.

O programa está em linha com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)[1] da ONU, assim como a agenda ESG e a estratégia de formação de talentos da TOTVS e do IOS.

Política Nacional de Educação Digital: A TOTVS participou da construção junto a Brasscom (Associação das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e de Tecnologias Digitais) e a Frente Parlamentar Mista da Economia e Cidadania Digital do projeto de lei da Política Nacional de Educação Digital. O projeto foi transformado em lei em 2023 e tem quatro eixos de atuação, cada um com ações específicas: a inclusão digital, a educação digital escolar, a capacitação e especialização digital e a pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação e comunicação.

TOTVS na ABES Conference: A TOTVS participou do Abes Conference, evento organizado pela ABES - Associação Brasileira das Empresas de Software para debater tecnologia, inovação, sustentabilidade, governança e pessoas. Nossa VP de Relações Humanas à época, Izabel Branco, participou da mesa “Como ter abundância de talentos em um mundo sem fronteiras”. Ela ressaltou a necessidade de um esforço maior para formação de talentos e destacou o papel das soft skills na carreira do profissional de tecnologia, além de reforçar o trabalho que vem sendo feito pelo IOS, também presente no evento. A TOTVS foi uma das patrocinadoras da conferência que aconteceu em 7 de novembro de 2022.

Grupo de Trabalho de Indicadores de Inovação da Mobilização Empresarial de Inovação (MEI) da CNI: A TOTVS também participou ativamente do Grupo de Trabalho (GT) de Indicadores de Inovação da MEI - Mobilização Empresarial pela Inovação, da CNI (Confederação Nacional da Indústria) sob a liderança de Laércio Cosentino, presidente do nosso Conselho de Administração. O grupo visou criar indicadores de inovação para o Brasil, com o objetivo de entender como está esse ambiente no país em relação a países desenvolvidos, como

[1] (ODS4- Educação de Qualidade, ODS 8 -Trabalho Decente e Crescimento Econômico e ODS10 - Redução das Desigualdades)

1.16 Outras informações relevantes

EUA, China e 15 países da Europa, além de repassar dados e subsídios para a criação ou aperfeiçoamento de políticas públicas que possibilitem o avanço dessa agenda.

Em 2022, os resultados do GT foram apresentados no 9º Congresso de Inovação da CNI, o maior da América Latina com a presença do nosso CEO, Dennis Herszkowicz. Laércio Cosentino assinou artigo junto à CNI do Global Innovation Index (GII) que fornece métricas detalhadas sobre o desempenho de inovação de 126 países, o que representa 90,8% da população mundial e 96,3% do PIB global.

Jornada de Transformação Digital: TOTVS foi convidada para participar da Jornada de Transformação Digital, projeto da FIESP operacionalizado pelo SENAI para alavancar a jornada de transformação digital de 40 mil empresas nos próximos 4 anos. Após rodadas de discussões, a TOTVS avalia como melhor atender as demandas do programa a partir de suas soluções.

AGENDA DE RELAÇÕES TRABALHISTAS

eSocial: A TOTVS integra o GT Confederativo do eSocial, fórum de debate estratégico das funcionalidades e novos cronogramas de implantação do sistema. Junto com outros representantes da sociedade civil, a Companhia dialoga com o Poder Público para sanar questionamentos e construir entendimentos técnicos para melhoria do sistema.

AGENDA DE PRIVACIDADE

Proteção de dados: Preocupada com a proteção de dados e privacidade de nossas soluções, clientes, parceiros e colaboradores, a TOTVS vem participando por meio de associações setoriais do processo de regulamentação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) feito por consultas públicas abertas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD). O setor tem sempre a colaboração com o Poder Público para o aprimoramento da legislação brasileira como um propósito.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Os diretores da Companhia apresentam neste item 2.1, informações que visam permitir aos investidores e ao mercado em geral analisar a situação da Companhia pela perspectiva da Administração. Abaixo discorrem, dentre outros aspectos, sobre fatos, compromissos ou eventos importantes que impactam ou poderiam impactar as condições financeiras e patrimoniais da Companhia. As análises foram constituídas com base nas demonstrações financeiras da Companhia, que são de responsabilidade da Administração da Companhia, e estão sendo apresentadas exclusivamente com o objetivo de fornecer, por meio de uma única demonstração financeira, informações relativas à totalidade das atividades da Companhia, independentemente da disposição de sua estrutura societária.

As informações neste item 2.1, exceto quando indicado de forma diferente, são expressas em moeda corrente nacional (em milhares de Reais). Os termos “AH” e “AV”, constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo, significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente, sendo: (i) Análise Horizontal – compara índices ou itens de linha em nossas demonstrações financeiras ao longo de um período; e (ii) Análise Vertical - representa o percentual ou item de uma linha em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis para os resultados das nossas operações, ou em relação ao ativo total nas datas aplicáveis ao nosso balanço patrimonial.

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A seguir, apresentamos as informações sobre a nossa estrutura financeira e patrimonial nas datas abaixo indicadas:

(em milhares de Reais)	Em 31 de dezembro de	
	2021	2022
Patrimônio líquido	4.486.008	4.584.849
Ativo circulante	5.486.233	6.230.161
Dívida Líquida (Caixa Líquido)[1]	(41.760)	(976.223)

[1] A Dívida Líquida corresponde ao somatório dos saldos de empréstimos e arrendamentos, debêntures, circulante e não circulante, deduzido dos saldos de caixa e equivalentes de caixa. A dívida líquida não é uma medida de desempenho financeiro reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* - “IFRS”), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), e não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular a sua dívida líquida de forma distinta, não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações.

Em 2022, a Companhia encerrou o ano em uma posição de Caixa Líquido, tendo como principais destaques a 4ª emissão de debêntures em 12 de setembro de 2022 no valor de R$1.500.000 e a geração de caixa operacional, que possibilitou a aquisição de participação societária das empresas Inovamind, Mobile2you, Vadu, RBM, Gesplan, Feedz e da Tallos para reforçar as dimensões de Gestão e de Business Performance.

b. estrutura de capital, indicando:

A Companhia financia suas operações por meio de capital próprio e de recursos de terceiros. A Companhia emite exclusivamente ações ordinárias, não havendo, portanto, ações resgatáveis.

Apresentamos, no decorrer do exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, uma estrutura de capital equilibrada entre capital próprio e de terceiros, e condizente com as nossas atividades, na visão da Administração, na proporção apresentada na tabela abaixo:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(em milhares de Reais, exceto %)	Em 31 de dezembro de	
	2021	2022
Passivo Circulante e não Circulante (capital de terceiros)	5.459.017	6.031.344
Patrimônio Líquido (capital próprio)	4.486.008	4.584.849
Capital de Terceiros[1]	54,89%	56,81%
Capital Próprio[2]	45,11%	43,19%

[1] O capital de terceiros corresponde à soma do passivo circulante e não circulante dividido pelo total do passivo e patrimônio líquido.
[2] Capital próprio refere-se ao Capital Social da Companhia.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Em 31 de dezembro de 2022, a dívida bruta da Companhia era de R$1.759.542, dos quais R$116.156, ou 6,6%, estão no passivo circulante e R$1.643.386, ou 93,4% no passivo não circulante.

A Companhia e suas controladas têm apresentado plena capacidade de pagamento dos compromissos financeiros assumidos, uma vez que suas operações são geradoras de caixa e os financiamentos concedidos a clientes são essencialmente de curto prazo.
A maior parte dos exigíveis e dos recebíveis é decorrente da venda e prestação de serviços de implementação de software, que são prestados nos países onde são vendidos.
A Companhia e suas controladas mantêm um perfil conservador de investimento financeiro e atualmente não possui operações em mercados de risco e/ou derivativos.

A tabela abaixo demonstra os principais indicadores financeiros relacionados à nossa capacidade de pagamento:

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)	Em 31 de dezembro de	
	2021	2022
Dívida Bruta[1]	3.217.466	1.759.542
Dívida Líquida (Caixa Líquido)[2]	(41.760)	(976.223)
EBITDA Ajustado Gestão + Biz Performance[3]	741.237	909.116
Índice de Endividamento[4]	-0,1	-1,1
Índice de liquidez corrente[5]	1,7	1,9
Índice de liquidez geral[6]	1,1	1,1

[1] A Dívida Bruta corresponde ao somatório dos saldos de empréstimos e arrendamentos e debêntures. A dívida bruta não é uma medida de desempenho financeiro reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* - "IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), e não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular a sua dívida bruta de forma distinta, não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações.
[2] A Dívida Líquida corresponde ao somatório dos saldos de empréstimos e arrendamentos e debêntures, deduzido dos saldos de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, circulante e não circulante. A dívida líquida não é uma medida de desempenho financeiro reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* - "IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), e não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular a sua dívida líquida de forma distinta, não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações.
[3] O EBITDA Ajustado é uma medição não contábil elaborada pela Companhia que consiste no EBITDA, calculado em consonância com a Resolução CVM 156, ajustado conforme item 2.5b, sendo que quando aplicado para cálculo de indicadores financeiros, o EBITDA Ajustado não considera a dimensão de Techfin. O EBITDA Ajustado não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro (prejuízo) líquido, como indicador do desempenho operacional ou como substitutos do fluxo de caixa como indicador de liquidez da Companhia ou base para distribuição de dividendos. O EBITDA Ajustado não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.
[4] O índice de endividamento corresponde ao quociente da divisão da dívida líquida ao fim do exercício pelo EBITDA ajustado do mesmo

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

exercício.
(5) O índice de liquidez corrente corresponde ao quociente da divisão do ativo circulante pelo passivo circulante.
(6) O índice de liquidez geral corresponde ao quociente da divisão: (i) do resultado da soma do ativo circulante e do ativo não circulante (exceto investimento, imobilizado e intangível); pelo (ii) resultado da soma do passivo circulante e do passivo não circulante.

A Companhia emitiu, no âmbito de sua 4ª emissão, debêntures simples, não conversíveis em ações, o montante de R$1.500.000, com o objetivo de otimizar o custo financeiro e alongar o perfil de seu endividamento bruto, mantendo sua posição sólida de caixa, tendo em vista que os recursos líquidos obtidos com a emissão foram integralmente e exclusivamente utilizados para o resgate antecipado da totalidade das debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, da 3ª emissão da Companhia. O índice de endividamento foi de -1,0 e o índice de liquidez corrente foi de 1,9, seguindo os patamares de 2021. O índice de liquidez geral em 31 de dezembro de 2022 fechou em 1,1, demonstrando a capacidade da Companhia e de suas controladas de cumprirem seus compromissos de longo prazo.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

O capital de giro e os investimentos em ativos não circulantes foram financiados predominantemente por recursos próprios advindos da geração operacional de caixa, por recursos de debêntures emitidas pela Companhia, conforme detalhado no item 2.1.(f)i.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretendem utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Diretoria entende, nesta data, que a Companhia e suas controladas não possuem deficiências de liquidez. Caso exista necessidade de buscar fontes de financiamento para capital de giro ou ativos não circulantes, a Companhia poderá: (i) buscar linhas de empréstimos e financiamentos com bancos privados; e/ou (ii) emitir títulos de dívida, como por exemplo debêntures.

Vale ressaltar também que, apesar de a Diretoria entender que a Companhia e suas controladas não possuem deficiências de liquidez, entende que possuem linhas pré-aprovadas com bancos privados que podem ser acessadas no curtíssimo prazo.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Os empréstimos e financiamentos tomados pela Companhia, bem como o saldo de cada um ao final de cada período, estão demonstrados na tabela a seguir:

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)	Encargos financeiros	Em 31 de dezembro de	
		2021	2022
Arrendamentos	2,00% a 16,98% a.a.	231.874	211.958
Capital de giro	100% CDI	103.740	318
Contas garantidas e outras	-	0	257
Empréstimos e Financeiros		**335.614**	**212.533**
Passivo Circulante		156.306	57.455
Passivo Não Circulante		179.308	155.078

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)				Em 31 de dezembro de	
Emissão	**Debêntures**	**Encargos Financeiros Anuais**	**Preço unitário**	**2021**	**2022**
[4ª] Emissão de debêntures - Série única	1.500.000	100% do CDI + Spread 1,35%	1	-	1.547.009
[3ª] Emissão de debêntures - Série única	1.500.000	100% do CDI + Spread 1,90%	1	1.509.126	-
Total				**1.509.126**	**1.547.009**
Passivo circulante				385.988	58.701
Passivo não circulante				1.123.138	1.488.308

Os montantes de empréstimos e financiamentos e debêntures registrados no passivo não circulante ao final de cada período apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

(Em milhares de Reais)	Em 31 de dezembro de	
	2021	**2022**
2023	373.501	-
2024	749.637	-
2026	-	740.503
2027	-	747.805
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Passivo não circulante)	**1.123.138**	**1.488.308**

Arrendamentos: A Companhia e suas controladas possuem diversos contratos de arrendamento financeiro com prazo contratado entre 3 e 10 anos referentes à compra de equipamentos eletrônicos, aluguéis e instalações de suas unidades. As taxas para os arrendamentos de direito de uso de imóveis variam entre 2,00% a 16,98% (taxa nominal de juros) e 7,82% a 15,25% para arrendamento de direito de uso de equipamentos eletrônicos.

Debêntures: No dia 12 de setembro de 2022, a Companhia aprovou a sua 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição no montante total de R$1.500.000, sendo o valor nominal unitário de mil reais. Sobre o valor nominal unitário ou saldo do valor nominal unitário, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100,00% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI (Depósitos Interfinanceiros), acrescida de *spread* equivalente a 1,35% ao ano, base 252 dias úteis. Os juros terão vencimentos semestrais e serão pagos sempre no dia 12 dos meses de março e setembro de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em 12 de março de 2023 e o último pagamento devido na data de vencimento das debêntures.

Capital de giro: Em 16 de novembro de 2021, antecedendo a aquisição pela RD Station (Controlada TOTVS), a subsidiária Tallos Tecnologia Integrada e Assessoria em Negócios S.A captou R$330 para capital de giro junto à instituição Itaú Unibanco S.A. com vencimento em 16 de dezembro de 2025.

Em 27 de julho de 2021, antecedendo a aquisição pela RD Station (Grupo TOTVS), a subsidiária Tallos Tecnologia Integrada e Assessoria em Negócios S.A captou R$150 para capital de giro junto à instituição Itaú Unibanco S.A. com vencimento em 27 de julho de 2025.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras
A Companhia e suas controladas não mantêm outras relações relevantes de longo prazo com instituições financeiras, além daquelas descritas no item 2.f.i.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas
Os contratos de arrendamento mercantil possuem garantia real dos bens arrendados. As demais dívidas da Companhia e suas controladas são quirografárias, portanto, não há grau de subordinação entre elas.

(iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições
Debêntures: as debêntures possuem cláusulas de vencimento antecipado ("*covenants*") normalmente aplicáveis a esse tipo de operação relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros. O índice financeiro aplicado a esta escritura decorre do coeficiente da divisão da dívida líquida pelo EBITDA Ajustado, que deverá ser igual ou inferior a 4,00.

Capital de Giro: O contrato da Supplier Participações, que captou R$100.000 para capital de giro junto ao Banco ABC Brasil, com vencimento em 20 de julho de 2021, possuía cláusula de vencimento antecipado no caso de inadimplência, falência ou protesto de título com valor acima de R$10.000, além de outras condições previstas em contrato. O contrato sofreu aditamento e teve os juros pagos, mantendo-se o principal com nova data de vencimento para 18 de abril de 2022. Em 25 de março de 2022, houve a liquidação do saldo remanescente de principal e juros. Os contratos da Tallos e RBM não possuem cláusula de *covenants*.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas controladas se encontravam adimplentes com todas as condições/*covenants* estipulados em seus referidos contratos de empréstimos e debêntures.

g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados
Na data de apresentação deste item, não existiam linhas de financiamento contratadas e não utilizadas.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

h. alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e fluxo de caixa

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO CONSOLIDADO

COMPARAÇÃO ENTRE OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(em milhares de Reais)	Em 31 de dezembro de		*Análise vertical*		*Análise Horizontal*
	2022	2021	*2022*	*2021*	*22 v. 21*
Receita Líquida	**3.792.932**	**2.977.312**	***100,0%***	***100,0%***	***27,4%***
Custo de software	(1.145.269)	(918.845)	*-30,2%*	*-30,9%*	*24,6%*
Lucro bruto	**2.647.663**	**2.058.467**	***69,8%***	***69,1%***	***28,6%***
Receitas (despesas) operacionais					
Pesquisa e desenvolvimento	(719.806)	(559.359)	*-19,0%*	*-18,8%*	*28,7%*
Despesas comerciais e marketing	(799.504)	(612.679)	*-21,1%*	*-20,6%*	*30,5%*
Despesas gerais e administrativas	(474.658)	(362.657)	*-12,5%*	*-12,2%*	*30,9%*
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(12.178)	10.481	*-0,3%*	*0,4%*	*-216,2%*
Lucro operacional antes dos efeitos financeiros e equivalência patrimonial	**641.517**	**534.253**	***16,9%***	***17,9%***	***20,1%***
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	362.012	91.244	*9,5%*	*3,1%*	*296,8%*
Despesas financeiras	(341.492)	(145.446)	*-9,0%*	*-4,9%*	*134,8%*
Resultado da equivalência patrimonial	**(442)**	**(526)**	***0,0%***	***0,0%***	***-16,0%***
Lucro antes da tributação	**661.595**	**479.525**	***17,4%***	***16,1%***	***38,0%***
Imposto de renda e contribuição social	(141.204)	(84.806)	*-3,7%*	*-2,8%*	*66,5%*
Lucro (prejuízo) líquido da operação continuada	**520.391**	**394.719**	***13,7%***	***13,3%***	***31,8%***
Lucro (prejuízo) da Dimensão Techfin	**2.910**	**(20.682)**	**-**	**-**	**-**
Lucro líquido do exercício	**523.301**	**374.037**	***13,8%***	***12,6%***	***39,9%***
Lucro atribuído aos sócios da empresa controladora	**498.136**	**368.491**	***13,1%***	***12,4%***	***35,2%***
Lucro atribuído aos sócios não controladores	**25.165**	**5.546**	***0,7%***	***0,2%***	***353,8%***

Receita líquida

Na comparação anual, a Receita Líquida continuou sua aceleração, crescendo 27,4% na comparação entre 2022 e 2021. Este desempenho foi reflexo dos avanços apresentados ao longo do ano em todas as linhas de receita, com destaque para: (i) a Receita Recorrente de Gestão que cresceu 27% ano contra ano em 2022, impulsionada pelo crescimento da Receita *SaaS*; (ii) o crescimento da Receita de Business Performance ano contra ano, especialmente por conta da consolidação da RD Station em maio de 2021, corroborando assim ao longo dos 12 meses de 2022 para a maior receita da dimensão e consequentemente de uma maior Receita Líquida.

Custos de software

Os custos de software fecharam 2022 com um crescimento de 24,6% comparados ao ano anterior. Esse crescimento abaixo do crescimento da Receita Líquida, reflete a gestão de custos ao longo de 2022.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Adicionalmente, o aumento em custos também reflete as aquisições da Inovamind, Mobile2you, Gesplan, Vadu, Feedz e RBM, que passaram a compor o resultado da Companhia sem base comparativa com 2021.

Despesas

- **Pesquisa e Desenvolvimento -** No acumulado de 2022, as despesas com Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) representaram 22,2% da Receita Recorrente, frente a 22,7% de 2021, refletindo a escalabilidade e ganho de eficiência na alocação dos investimentos orgânicos realizados para o desenvolvimento, modernização e ampliação do portfólio de produtos. O aumento de 28,7% com P&D comparado a 2021, foi ocasionado por: (i) investimentos em business performance, buscando a realização dos investimentos necessários para aumentar a vantagem competitiva e aproveitar a oportunidade de um mercado com baixa penetração; e (ii) crescimento de 17,2% em depreciação e amortização, principalmente pela amortização dos projetos de desenvolvimento que foram capitalizados.

- **Despesas Comerciais e de Marketing -** Na comparação anual, as Despesas Comerciais e de Marketing apresentaram aumento de 30,5% em relação a 2021, representando 20,1% sobre a Receita Líquida em 2022, frente a 20,6% de 2021. Este aumento está relacionado principalmente a: (i) consolidação dos resultados da RD Station a partir de maio de 2021, uma vez que esta operação possui momento de mandato distinto e impactou o ano completo de 2022 e (ii) à realização dos eventos Universo TOTVS 2022 e RD Summit.

- **Despesas Gerais e Administrativas e Provisão para Contingências -** No ano de 2022, a representatividade desse grupo de despesa passou de 12,2% da Receita Líquida em 2021 para 12,5% em 2022. O crescimento de 30,9% em 2022 em relação a 2021 deve-se à: (i) consolidação dos resultados das adquiridas ao longo de 2022 que representa 4,7% da despesa do período de 2022; (ii) despesas com transações de M&A; e (iii) 24,3% de aumento em Depreciação e Amortização devido, principalmente, ao início da amortização dos ativos intangíveis oriundos das aquisições das empresas Inovamind, Mobile2you, Vadu, Gesplan, Feedz e RBM.

- **Outras Receitas (Despesas) Operacionais -** Na comparação ano contra ano, Outras receitas (Despesas) operacionais apresentaram uma redução de 216,2% em relação a 2021. Em 2022, essa linha foi impactada por: (i) complemento de obrigação por aquisição de investimentos em decorrência do processo anual de revisão e atualização dos montantes de *earn-out* das transações de M&A; e (ii) receita oriunda de crédito tributário com uma redução de R$5.857

- **Resultado Financeiro -** Na comparação ano contra ano, do ano de 2022, o comportamento do Resultado Financeiro é essencialmente associado à posição de Dívida Líquida até o 2T21, *versus* a posição de Caixa Líquido a partir do ingresso dos recursos oriundos do *follow-on* no 3T21.

- **Resultado da equivalência patrimonial:** Na comparação ano contra ano, a equivalência patrimonial apresentou uma melhora de 16%. O resultado da equivalência patrimonial refere-se à participação na empresa NCC.

- **Imposto de Renda e Contribuição Social -** O Crescimento de 360 pontos base da Taxa Efetiva Total de 2022, em comparação a 2021, deveu-se, principalmente: (i) à dedução da base de imposto do Custo com Emissões de Ações ocorridos durante o *follow-on* de 2021; e (ii) ao crescimento do Efeito de Controladas com Taxas Diferenciadas, em especial da operação na Argentina, dado o cenário de inflação naquele país.

Lucro (prejuízo) líquido da operação continuada:

O Lucro líquido da operação continuada da Companhia, relativo a 2022, totalizou R$520.391, um aumento de 31,8% em relação a 2021. Em linhas gerais, o aumento do lucro líquido da operação continuada é consequência do aumento da receita recorrente e disciplina na gestão de custos e despesas ao longo do ano.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Lucro (prejuízo) da Dimensão Techfin:
No dia 12 de abril de 2022, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a criação de uma Joint Venture com o Itaú Unibanco S.A. (Itaú), denominada TOTVS Techfin (JV), cujo objetivo é operar uma plataforma digital de serviços financeiros para pequenas e médias empresas, através da integração de uma gama completa de serviços financeiros. Nesta transação a TOTVS e o Itaú deterão, cada um, 50% de participação na JV.
Em 01 de novembro de 2022 a aprovação pelo CADE se tornou definitiva. Em 22 de junho de 2023, o Banco Central do Brasil (BACEN) emitiu ofício aprovando a alteração do controle societário da Supplier Sociedade de Crédito Direto S.A. como consequência do ingresso do Itaú Unibanco S.A (Autorização BACEN). Por fim, no dia 31 de julho de 2023 após o cumprimento de todas as condições precedentes aplicáveis, ocorreu o fechamento da Operação.

De acordo com o CPC31 / IFRS5, essa transação atende aos critérios de ativo mantidos para venda, portanto o resultado desta operação foi classificado em uma única linha no DRE, denominada “Lucro (prejuízo) da Dimensão Techfin”.

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA
A tabela a seguir mostra informações extraídas das Demonstrações dos Fluxos de Caixa da Companhia, para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. Nesta tabela estão apresentados os principais itens que impactaram as respectivas atividades e, desta forma, o caixa e os equivalentes de caixa da Companhia.

Comparação entre os fluxos de caixa dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

(em milhares de Reais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		*Análise Horizontal*
	2022	2021	*22 v. 21*
Caixa bruto gerado nas atividades operacionais	**1.206.538**	**770.472**	***56,6%***
Juros pagos	(176.390)	(64.026)	*175,5%*
Imposto de renda e contribuição social pagos	(114.588)	(131.947)	*-13,2%*
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**915.560**	**574.499**	***59,4%***
Pagamento pela aquisição de ativo imobilizado e intangível, líquidos das vendas de ativos	(178.054)	(170.565)	*4,4%*
Obrigações com investimentos, líquido de caixa e de recebimento por venda	(383.493)	(1.733.624)	*-77,9%*
Fundo CVC	(20.081)	0	*100,0%*
Mútuo com franquias	24.257	(47.664)	*-150,9%*
Demais atividades de investimentos	(169.090)	(77.979)	*116,8%*
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(726.461)**	**(2.029.832)**	***-64,2%***
Empréstimos, debêntures e arrendamento mercantil	(74.423)	1.439.439	*-105,2%*
Aumento de capital, líquido e investimento de não controladores	(75)	2.002.867	*-100,0%*
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(140.036)	(143.634)	*-2,5%*
Ações em tesouraria, líquidas e crédito com empresas ligadas	(109.872)	0	*100,0%*
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(324.406)**	**3.298.672**	***-109,8%***
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(135.307)**	**1.843.339**	***-107,3%***

O caixa gerado nas atividades operacionais no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R$915.560, apresentando um acréscimo de R$341.061, ou 59,4% em relação a 2021, devido ao aumento no lucro líquido ajustado por itens que não afetam caixa em R$389.468, e na variação de Capital de Giro em R$46.598

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

compensado pelo aumento em juros pagos que cresceu 175,5% devido ao pagamento semestral da 3ª emissão de debêntures.

O caixa aplicado nas atividades de investimento no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R$726.461, apresentando redução de R$1.303.371, ou 64,2% comparado a 2021, devido basicamente pelo valor pago em 2021 na aquisição de participação societária da empresa RD Station no valor de R$1.705.031, montante este que está líquido do caixa adquirido desta empresa.

O caixa utilizado nas atividades de financiamento no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R$324.406 ou 109,8% maior comparado a 2021. Esse impacto deve-se, principalmente, pela maior captação de recursos em 2021 através do *follow-on*, 3ª emissão de debêntures e do valor recebido decorrente da sociedade formada entre TOTVS e B3 (Dimensa). Outro fator que contribuiu para a redução foi o programa de recompra de ações, que totalizou R$109.872 no ano. Vale ressaltar que toda captação de recursos obtida em 2022 através da 4ª emissão de debêntures foi utilizada no resgate total antecipado da 3ª emissão realizada em 2021.

2.2 Resultados operacional e financeiro

a. Resultados das operações do emissor

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Os critérios de reconhecimento de receita de software não sofreram alterações significativas que pudessem comprometer a sua comparabilidade no ano de 2022.

As receitas são reconhecidas quando existe um contrato com o cliente, as obrigações de desempenho são identificadas, o preço da transação é mensurável e alocado de forma confiável e quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente. As receitas são apresentadas líquidas de impostos, devoluções, abatimentos e descontos, quando aplicável. A Companhia e suas controladas separam as receitas em receitas recorrentes e receitas não recorrentes da seguinte forma: A receita de software recorrente compreende: (i) assinatura de software, na qual os clientes têm acesso ao software em vários dispositivos simultaneamente em sua versão mais recente; (ii) manutenção, incluindo suporte técnico e evolução tecnológica; e (iii) serviços, incluindo computação em nuvem e atendimento ao cliente. Todos esses serviços são vendidos separadamente. A receita de software recorrente é reconhecida no resultado mensalmente ao longo do tempo, à medida que os serviços são prestados, a partir da data em que os serviços e software são disponibilizados ao cliente e todos os demais critérios de reconhecimento de receita são atendidos. A receita de software não recorrente compreende: (i) taxas de licenciamento, que transferem ao cliente o direito de uso do software por tempo indeterminado; e (ii) serviços de implementação e customização de softwares, serviços de consultoria e treinamento. (i) Taxa de licenciamento é reconhecida em determinado momento quando todos os riscos e benefícios inerentes a licença são transferidos ao comprador mediante a disponibilização do software e o valor pode ser mensurado de forma confiável, bem como seja provável que os benefícios econômicos serão gerados em favor da Companhia. (ii) As receitas de serviços de implementação e customização representam obrigação de desempenho distinta dos outros serviços e são faturadas separadamente e reconhecidas ao longo do tempo à medida que os custos são incorridos em relação ao total de custos esperados, realizados conforme cronograma de execução e quando há expectativa válida de recebimento do cliente. Receitas faturadas que não atingem os critérios de reconhecimento, não compõem os saldos das respectivas contas de receita e contas a receber. As receitas de serviços de consultoria e treinamento são reconhecidas no momento em que os serviços são prestados.

(ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os principais fatores que impactaram os resultados operacionais da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foram:

a) Segmento de Business Performance: A aquisição da Tallos, em continuação à consolidação do segmento denominado “Business Performance”, que visa apoiar os clientes de diversos segmentos a aumentar as vendas, competitividade e desempenho, alavancando os resultados, performance e relacionamento de suas diferentes soluções de apoio a vendas, compostas pela suíte de e-commerce (incluindo a *Joint Operation* com a VTEX) e OMS (*Omnichannel*).

b) Atividade econômica: Na perspectiva setorial, um dos destaques foi a prorrogação da desoneração da folha de pagamentos até 2023, medida econômica importante para a competitividade internacional de 17 setores da economia brasileira, dentre os quais TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação), macrossetor intensivo em mão de obra altamente especializada e de alto valor agregado, que emprega mais de 1,5 milhão de trabalhadores, com demanda por 797 mil novos talentos em tecnologia até 2025 e cuja remuneração de seus profissionais é cerca de 3 vezes superior à média nacional, segundo a Brasscom. Avanços em infraestrutura também foram sentidos com a aprovação de legislações para o fortalecimento da implementação da tecnologia 5G no país, o que ampliará a conectividade e inclusão digital, e beneficiará os segmentos de telefonia, educação, saúde, agronegócio, entre outros.

2.2 Resultados operacional e financeiro

c) Investimentos em pesquisa e desenvolvimento: Um dos pilares de alavancagem de negócios da Companhia é a inovação em novas soluções e tecnologias. Mesmo em um cenário de retração econômica, a Companhia tem mantido altos investimentos em pesquisa e desenvolvimento. As despesas com pesquisa e desenvolvimento no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, representou 19,0% da receita líquida de software do referido exercício; e

d) Benefícios fiscais: A TOTVS faz uso de incentivos fiscais que auxiliam a Companhia e suas controladas em seus investimentos em inovação e melhores práticas em empregabilidade, colaborando com a excelência em seus produtos e estabilidade na quantidade de seu quadro de colaboradores. A participação na Lei do Bem auxilia o desenvolvimento de produtos que contribuem para o melhor atendimento às necessidades dos clientes e desenvolvimento da agenda de inovação do Brasil. Já a Desoneração da Folha coopera com a manutenção de empregos e mão de obra qualificada. Não temos a garantia da continuidade no uso destes benefícios por serem federais e dependem da decisão governamental pela sua manutenção;

b. Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volume e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

As Receitas de Software Recorrente, que representaram 85,62% da Receita Líquida de software da Companhia no exercício findo em 2022 eram indexadas pelo IGP-M (Índice Geral de Preços ao Mercado) e pelo IPC-A (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), sendo reajustadas de acordo com o “aniversário” de cada contrato firmado com os clientes.

Em 2022, tendo o IGP-M acumulado alta de 5,45% no ano, frente a 17,78% em 2021, enquanto o IPC-A fechou 2022 com alta acumulada de 5,79%, ante 10,06% em 2021. O impacto do IGP-M e IPC-A médio ponderado de 12 meses na receita recorrente da Companhia, desconsiderando o cancelamento dos contratos recorrentes de manutenção e de subscrição, resultou em um impacto positivo na receita líquida total da Companhia de aproximadamente 10,1% em 2022.

No âmbito da política monetária, a taxa Selic iniciou o ano em 9,25% e fechou em 13,75%, com sinalizações do COPOM (Comitê de Política Monetária) de manutenção desse patamar ao longo do ano de 2023. Em termos cambiais, o dólar norte-americano iniciou o ano cotado a R$5,71 e encerrou a R$5,30.

c. Impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

O resultado operacional da Companhia pode ser afetado pelas mudanças econômicas, principalmente no que tange à taxa de juros de curto e longo prazo, índice de inflação e política cambial brasileiras. Porém, historicamente, essas mudanças têm seu efeito atenuado para a Companhia e suas controladas devido à pulverização de sua base instalada de clientes, composta por empresas de praticamente todos os tamanhos e setores da economia brasileira.

Diversos serviços utilizados pela Companhia e suas controladas têm seus valores reajustados com base na variação do IGP-M ou do IPC-A, entre eles a despesa com pessoal (salários, encargos e benefícios), além de outros gastos com viagens, comunicação e aluguel, que também são influenciados por estes índices de inflação. Porém, este impacto é atenuado à medida que as receitas recorrentes também são indexadas pela inflação (IGP-M e IPC-A).

A variação das taxas de juros no país pode influenciar de maneira indireta o resultado operacional da Companhia na medida em que uma eventual elevação deste índice pode gerar uma retração dos investimentos em tecnologia realizados pelos clientes e potenciais clientes. Assim, não é possível quantificar o real impacto da variação da taxa de juros no resultado operacional da Companhia, porém vale ressaltar que, historicamente, nos períodos de alta da taxa SELIC, a Companhia não deixou de registrar crescimento em vendas.

2.2 Resultados operacional e financeiro

Já no resultado financeiro, a Companhia através das subsidiárias Tallos e RBM mantém empréstimo para capital de giro atrelado ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As debêntures emitidas em 2022 são atreladas à variação do CDI. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, os juros incorridos relacionados aos empréstimos, financiamentos e debêntures representaram 70,0% da despesa financeira.

A dívida da Companhia está exposta aos seguintes indicadores em cada período abaixo:

Operação	Risco	Indicadores
Debêntures	CDI	100% CDI + Spread 1,35%
Capital de giro	CDI	100% do CDI

A Companhia e suas controladas têm políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha e são substancialmente remuneradas com base em percentuais da variação do CDI. A receita financeira dessas aplicações, que estão atreladas à taxa de juros, representou no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 representou 92,6% da receita financeira da Companhia.

Adicionalmente, as receitas de algumas controladas que atuam internacionalmente estão expostas ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas como Dólar dos Estados Unidos da América (USD), Euro (EUR), Peso Argentino (ARS), Peso Mexicano (MXN), Peso Chileno (CLP) e Peso Colombiano (COP). A Companhia e suas controladas atuam para que sua exposição líquida seja mantida em nível aceitável de acordo com as políticas e limites definidos pela Administração.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

a. Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Em 1º de janeiro de 2022, entraram em vigor as novas normas contábeis emitidas pelo IASB *(International Accounting Standards Board*) e CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) que resultaram nas alterações abaixo elencadas, porém não tiveram impacto significativo nas Demonstrações Financeiras da Companhia e suas controladas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022:

- CPC 06 (R2)/ IFRS 16: Benefícios relacionados à COVID-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento após 30 de junho de 2021;
- CPC 25/ IAS 37: Contratos onerosos - custos para cumprir um contrato;
- CPC 27/ IAS 16: Imobilizado - receitas antes do uso pretendido;
- CPC 15/ IFRS 3: Referência à estrutura conceitual;
- IFRS 10 e IAS 28: Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto.

A Companhia e suas controladas decidiram não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

b. Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Os auditores independentes emitiram relatório do auditor sem opiniões modificativas ou ênfases nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

No dia 12 de abril de 2022, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a criação de uma Joint Venture com o Itaú Unibanco S.A. (Itaú), denominada TOTVS Techfin (JV), cujo objetivo é operar uma plataforma digital de serviços financeiros para pequenas e médias empresas, através da integração de uma gama completa de serviços financeiros e está inserida na Dimensão de Techfin.

Nesta transação a TOTVS e o Itaú deterão, cada um, 50% de participação societária na JV. Para fins de desenvolvimento das atividades da JV, TOTVS e Itaú contribuirão com suas respectivas *expertises* e assumirão, em especial, as seguintes obrigações:

(i) A TOTVS deverá contribuir com ativos da sua dimensão de negócios Techfin, incluindo a totalidade das ações do capital social votante da Supplier Administradora de Cartões de Crédito S.A. ("Supplier");

(ii) O Itaú será responsável por disponibilizar funding para as operações da JV, pelo prazo e nos volumes necessários e com sua expertise financeira, contribuir com o desenvolvimento de produtos financeiros da JV. O Itaú irá realizar um aporte primário de R$200.000 no capital social da JV.

Adicionalmente, no contexto de criação da JV, o Itaú se compromete a pagar para a TOTVS até R$860.000 pelas ações da JV, dos quais R$410.000 serão pagos à vista, na data do fechamento da Transação, e até R$450.000 a serem pagos após 5 anos, a título de preço complementar (*earn-out*), mediante o atingimento de metas alinhadas aos objetivos de crescimento e performance da JV.

Em 01 de novembro de 2022 a aprovação pelo CADE se tornou definitiva. Em 22 de junho de 2023, o Banco Central do Brasil (BACEN) emitiu ofício aprovando a alteração do controle societário da Supplier Sociedade de Crédito Direto S.A. como consequência do ingresso do Itaú Unibanco S.A (Autorização BACEN). Por fim, no dia 31 de julho de 2023 após o cumprimento de todas as condições precedentes aplicáveis, ocorreu o fechamento da Operação.

Em razão do fechamento da Transação, a TOTVS passa a ter o controle compartilhado (equivalente a 50% do capital social) da TOTVS Techfin e passará a reconhecer o resultado dessa dimensão na linha de Equivalência Patrimonial.

Com o objetivo de contribuir com o atingimento dos objetivos estratégicos, a Companhia avalia constantemente oportunidades de investimento e desinvestimento. As principais operações realizadas pela Companhia podem ser identificadas no item b. deste item.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

InovaMind

Em 7 de janeiro de 2022, foi celebrado contrato de compra e venda para aquisição de 100% das quotas do capital social da startup InovaMind Tech Ltda. pela controlada Dimensa S.A.. O valor pago à vista, incluindo o ajuste de preço foi no montante de R$15.446. Adicionalmente, o contrato prevê o pagamento de preço de compra complementar variável, sujeito ao atingimento de determinadas metas estabelecidas relativas aos exercícios de 2022 e 2023 e ao cumprimento de outras condições. A InovaMind é uma startup de inteligência artificial que utiliza big data para criar produtos e serviços digitais para empresas de todos os portes.

Mobile2you

Em 31 de janeiro de 2022, foi celebrado o contrato de compra e venda para aquisição de 100% das quotas do capital social da Mobile2you Ltda., pela controlada Dimensa S.A.. O valor pago à vista, incluindo o ajuste de preço foi no montante de R$17.316. Adicionalmente, o contrato prevê pagamento de preço de compra complementar, sujeito ao atingimento de determinadas metas estabelecidas relativas aos exercícios de 2022 e 2023 e ao cumprimento de outras condições. A Mobile2you é uma "*mobile-house"* responsável pelo

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

desenvolvimento de aplicativos financeiros sob medida, para empresas que desejam iniciar a jornada de entrada no mercado de "*fintech*".

Vadu
Em 29 de março de 2022, foi celebrado o contrato de compra e venda para aquisição de 100% das quotas do capital social da Vadu Ltda., pela controlada Dimensa S.A.. O valor pago à vista, incluindo o ajuste de preço foi no montante de R$38.535. Adicionalmente, o contrato prevê pagamento de preço de compra complementar, sujeito ao atingimento de determinadas metas de desempenho da Vadu e ao cumprimento de outras condições.
A Vadu é uma plataforma de soluções de análise, automação e monitoramento para o mercado de crédito, que com o uso de Big Data integrada à Inteligência Artificial, a plataforma atua em toda jornada do crédito.

Gesplan
Em 2 de abril de 2022, foi celebrado o contrato de compra e venda de 100% das ações do capital social da Gesplan S.A., pela controlada TOTVS Tecnologia em Software e Gestão Ltda.. O valor pago à vista, incluindo o ajuste de preço foi no montante de R$32.423. Adicionalmente, o contrato prevê o pagamento de preço de compra complementar sujeito ao atingimento de metas estabelecidas para a Gesplan relativas aos exercícios de 2022 e 2023 e ao cumprimento de outras condições no valor de R$14.260. A Gesplan provê soluções de planejamento e gestão financeira, que operam no ambiente transacional de forma integrada com os ERPs, tendo como destaque sua solução *SaaS* (Software como Serviço) de gestão integrada de Tesouraria (*Cash & Treasury Management*).

Tallos
Em 1º de agosto de 2022, foi celebrado o contrato de compra e venda para aquisição da totalidade do capital social da Tallos Tecnologia Integrada e Assessoria em Negócios S.A., pela controlada RD Gestão e Sistemas S.A.. O valor pago à vista foi no montante de R$6.600. Adicionalmente, o contrato prevê pagamento de preço de compra complementar, sujeito ao cumprimento de determinadas condições. A Tallos foi fundada em 2017 para oferecer soluções inovadoras e descomplicar o atendimento digital e vem se consolidando como uma das principais desenvolvedoras de soluções para "conversational commerce" no país, permitindo a otimização no atendimento e potencializando a força de vendas das empresas.

RBM
Em 17 de agosto de 2022, foi celebrado o contrato de compra e venda para aquisição da totalidade das quotas da RBM Web Sistemas Inteligentes Ltda., pela controlada Dimensa S.A.. O valor pago à vista foi no montante de R$20.000. Adicionalmente, haverá o recebimento referente ao ajuste de preço no valor de R$1.515. O fechamento da transação ocorreu em 23 de setembro de 2022. A RBM, fundada em 2006, é uma empresa com mais de 150 clientes e capilaridade no mercado nacional que oferece soluções 100% *SaaS* em *core banking* de fácil implantação com foco no mercado de fintechs, instituições financeiras e gestoras de recebíveis.

Feedz
Em 31 de agosto de 2022, foi celebrado o contrato de compra e venda para aquisição de 60% das ações do capital social da Feedz Tecnologia S.A. pela controlada TOTVS Tecnologia em Software de Gestão Ltda.. O valor pago à vista, incluindo o ajuste de preço foi no montante de R$59.959, além do valor retido de R$6.500 para eventuais indenizações. O contrato também prevê a aquisição, durante o primeiro semestre de 2025, das ações remanescentes, que representam 40% do capital social da Feedz, cujo preço observará os termos e condições pactuados pelas partes conforme o atingimento de determinadas metas e desempenho da Feedz. O valor justo da compra a termo da data da aquisição é de R$59.642. A Feedz é uma HR Tech brasileira especializada em soluções *SaaS* de engajamento, desempenho e clima organizacional, com destaques para as ferramentas de OKR (objetivos e resultados chave), avaliação de desempenho, feedbacks, pesquisas de clima e engajamento por pulsos.

c. Eventos ou operações não usuais
Não houve eventos ou operações não usuais para o ano de 2022.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.5 Medições não contábeis

a. Informar o valor das medições não contábeis

EBITDA (*earning before interest, tax, depreciation and amortization*), sigla em inglês para denominar LAJIDA (lucro antes dos juros, impostos de renda da pessoa jurídica, contribuição social sobre o lucro líquido, depreciação e amortização) é uma medição não contábil calculada pela Companhia.

O EBITDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, em consonância com a Instrução da CVM n° 527, de 4 de outubro de 2012 ("Instrução CVM 527"), conciliada com suas demonstrações financeiras, sendo que o EBITDA consiste no lucro líquido (ou prejuízo) do exercício, ajustado pelas receitas e despesas financeiras, pelo imposto de renda e contribuição social e pelas despesas de depreciação e amortização.

A **Margem EBITDA** é calculada pelo EBITDA dividido pela receita líquida do período.

O **EBITDA Ajustado** é uma medida não contábil elaborada pela Companhia e corresponde ao EBITDA adicionado pelo EBITDA da Dimensão Techfin, ajustes de M&A ao valor justo, perda (ganho) na baixa de ativos, gastos com transações de aquisições (M&A) e créditos tributários que, na opinião da Administração, não fazem parte das operações normais do negócio e/ou distorcem a análise do desempenho da Companhia, entre outras receitas e despesas não recorrentes e que não são parte das operações da Companhia. Os ajustes às operações da Companhia estão descritos abaixo:

(i) EBITDA da Dimensão de Techfin: de acordo com o CPC31/IFRS5, a transação envolvendo a criação da Joint Venture com o Itaú atende aos critérios de ativos mantidos para venda, e consequentemente, está sendo apresentada como resultado de operação descontinuada na Demonstração dos Resultados.
(ii) Ajuste de M&A ao valor justo: refere-se à atualização a valor justo dos pagamentos/recebimentos contingentes relacionados a transações de M&A.
(iii) Perda (ganho) na baixa de ativos: ganho ou perda gerado pela baixa de ativos imobilizados e intangíveis;
(iv) Gastos com transações com M&A: honorários e demais custos decorrentes de processo de aquisição de empresas (M&A).
(v) Crédito tributário: refere-se à constituição de crédito tributário extemporâneo de PIS e COFINS pela exclusão do ICMS da base de apuração, apresentados líquidos do custo com honorários advocatícios para obtenção do parecer legal sobre o tema.

A **Margem EBITDA Ajustada** corresponde ao EBITDA Ajustado dividido pela Receita Líquida Total.

O **EBITDA ajustado Gestão + Biz Performance** e a **Margem EBITDA ajustada Gestão + Biz Performance** é uma medida não contábil elaborada pela Companhia e corresponde ao EBITDA ajustado e a Margem EBITDA ajustada desconsiderando o EBITDA e a Margem EBITDA da Dimensão Techfin.

O EBITDA e a Margem EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA Ajustada, EBITDA Ajustado Gestão + Biz Performance e a Margem EBITDA Ajustada Gestão + Biz Performance não são medidas reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil (BR GAAP) nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* ("IASB"), tampouco representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro (prejuízo) líquido do exercício, como indicadores do desempenho operacional, como indicadores de liquidez, tampouco como base para distribuição de dividendos ou outras medições de desempenho operacional ou liquidez determinadas de acordo com o BRGAAP ou o IFRS. A Companhia utiliza o EBITDA, a margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustada como medidas de desempenho para efeito gerencial e para comparação com empresas similares. Embora o EBITDA possua um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Instrução CVM 527/12, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotem esse significado padrão. Nesse sentido, caso o significado padrão instituído pela Instrução CVM 527/12 não seja adotado por outras sociedades, o EBITDA divulgado pela Companhia pode não ser comparável ao EBITDA divulgado por outras sociedades. Além disso, divulgações feitas anteriormente à entrada em vigor da Instrução CVM 527/12 por empresas que não foram obrigadas a retificá-las

2.5 Medições não contábeis

podem não adotar o significado padronizado instituído pela Instrução CVM 527/12.

Seguem abaixo os valores de EBITDA, Margem EBITDA %, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustada %, do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022:

Em milhares de Reais	2021	2022
EBITDA	732.913	877.204
Margem EBITDA%	24,6%	23,1%
EBITDA Ajustado	789.023	959.556
Margem EBITDA Ajustada%	24,8%	23,8%
EBITDA Ajustado Gestão + Biz Performance	741.237	909.116
Margem EBITDA Ajustada Gestão + Biz Performance %	24,9%	24,0%

Margem de Contribuição e Margem de Contribuição %

A **Margem de Contribuição** representa o quanto a venda de um produto ou serviço contribui para a cobertura dos custos e despesas específicos daquele produto ou serviço, sendo calculada com base no lucro bruto subtraído pela despesa de pesquisa e desenvolvimento (P&D) e pela provisão para perda esperada.

A **Margem de Contribuição %** corresponde à Margem de Contribuição dividida pela receita líquida total.

A Margem de Contribuição e a Margem de Contribuição % não são medidas reconhecidas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), não possui um significado padrão e pode não ser comparável à Margem de Contribuição e a Margem de Contribuição % elaboradas por outras empresas. A Margem de Contribuição e o percentual de Margem de Contribuição apresentam limitações que podem prejudicar a sua utilização como medida de liquidez, e não deve ser considerado isoladamente ou como substituto indicador de liquidez e/ou desempenho.

A **Margem de Contribuição Consolidada** e a **Margem de Contribuição Consolidada %** refere-se a Margem de Contribuição e a Margem de Contribuição % adicionado a Margem de Contribuição e a Margem de Contribuição % da Dimensão Techfin.

Seguem abaixo os valores de Margem de Contribuição e Margem de Contribuição % no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022:

Em milhares de Reais	2021	2022
Margem de Contribuição	1.588.058	2.020.495
Margem de Contribuição %	53,3%	53,3%
Margem de Contribuição Consolidado	1.723.184	2.170.489
Margem de Contribuição Consolidado%	52,9%	51,6%

Dívida Bruta e Dívida Líquida (Caixa Líquido)

A **Dívida Bruta** corresponde ao somatório dos saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures, circulante e

2.5 Medições não contábeis

não circulante.

A **Dívida Líquida (Caixa Líquido)** é calculada pela Dívida Bruta deduzida dos saldos de caixa e equivalentes de caixa.

A Companhia utiliza a Dívida Líquida (Caixa Líquido) e Dívida Bruta na avaliação do grau de endividamento em relação à sua posição de caixa.

A Dívida Bruta e a Dívida Líquida (Caixa Líquido) não são medidas de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), de modo que não possuem significados padrões e não são comparáveis às definições de Dívida Bruta, Dívida Líquida (Caixa Líquido) ou medidas de título similar usadas por outras empresas.

Seguem abaixo os valores da Dívida Bruta e Dívida Líquida (Caixa Líquido) em 31 de dezembro de 2022:

Em milhares de Reais	2021	2022
Dívida Bruta	3.217.466	1.759.542
Dívida Líquida (Caixa Líquido)	(41.760)	(976.223)

A receita Líquida Techfin (Non-GAP)

A **receita líquida Techfin (Non-GAP)** é composta pela Receita de Techfin, deduzida do Custo de captação, que é formado pela remuneração das cotas seniores e mezanino do FIDC, além do custo de eventuais linhas bancárias.

A Companhia utiliza a receita líquida Techfin (Non-GAP) para avaliar a margem de contribuição da operação a partir da receita líquida do custo de captação.

A receita líquida Techfin (Non-GAP) não é medida reconhecida de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB), não possui um significado padrão e pode não ser comparável à Receita Líquida elaborada por outras empresas. A receita líquida Techfin (Non-GAP) apresenta limitações que podem prejudicar a sua utilização como medida de desempenho.

b. Fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

A conciliação entre essas medições não contábeis e as demonstrações financeiras está demonstrada abaixo:

2.5 Medições não contábeis

EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA Ajustada, EBITDA Ajustado Gestão + Biz Performance

(Em milhares de reais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022
Receita Líquida Total	2.977.312	3.792.932
Lucro Líquido	374.037	523.301
(+/-) Receitas e Despesas financeiras	54.202	(20.520)
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social (corrente e dife	84.806	141.204
(+) Depreciação e Amortização	199.184	236.129
(+/-) Lucro/ Prejuízo líquido da operação descontinuada	20.682	(2.910)
EBITDA	**732.913**	**877.204**
Margem EBITDA%	**24,6%**	23,1%
(-/+) Ajuste de M&A a Valor Justo	18.109	28.668
(-/+) Perda (Ganho) na baixa de ativos	(1.156)	4.689
(+) Gastos com transações de M&A	10.567	15.163
(-) Crédito tributário	(19.196)	(16.608)
EBITDA Ajustado Gestão + Biz Performance	**741.237**	**909.116**
Margem EBITDA Ajustada Gestão + Biz Performance%	**24,9%**	**24,0%**
EBITDA Dimensão Techfin	47.786	50.440
EBITDA Ajustado	**789.023**	**959.556**
Margem EBITDA Ajustada %	**24,8%**	**23,8%**

2.5 Medições não contábeis

Margem de Contribuição e %Margem de Contribuição

(Em milhares de reais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022
Lucro Bruto	**2.058.467**	**2.647.663**
Pesquisa e Desenvolvimento	(559.359)	(719.806)
Provisão para Perda Esperada	(20.589)	(26.912)
(-) Depreciação e amortização de Custos	74.260	78.217
(-) Depreciação e amortização de P&D	35.280	41.333
Margem de Contribuição	**1.588.058**	**2.020.495**
Margem de Contribuição %	***53,3%***	***53,3%***
Margem de Contribuição Techfin	135.126	149.994
Margem de Contribuição Consolidado	**1.723.184**	**2.170.489**
Margem de Contribuição Consolidado %	***52,9%***	***51,6%***

Dívida Bruta e Dívida Líquida (Caixa Líquido)

Em milhares de Reais	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022
Empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante)	335.614	212.533
Debêntures (circulante e não circulante)	1.509.126	1.547.009
Cotas sênior e mezanino	1.372.726	-
Dívida Bruta	**3.217.466**	**1.759.542**
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(2.871.072)	(2.735.765)
(-) Aplicação financeira	(388.154)	-
Dívida Líquida (Caixa Líquido)	**(41.760)**	**(976.223)**

(Em milhares de reais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022
Dívida Líquida (Caixa Líquido)	(41.760)	(976.223)
EBITDA Ajustado Gestão + Biz Performance	741.237	909.116
Índice de Endividamento sobre EBITDA Ajustado	-0,1	-1,1

2.5 Medições não contábeis

A receita Líquida Techfin (Non-GAP)

(Em milhares de reais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022
Receita líquida Techfin	281.551	411.884
Custo de funding	(83.082)	(164.752)
Receita Líquida Techfin (Non-GAAP)	**198.469**	**247.132**

c. Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA Ajustada, EBITDA Ajustado Gestão + Biz Performance e Margem EBITDA Ajustada Gestão + Biz Performance
A Companhia entende que o EBITDA e a Margem EBITDA são medidas que melhor refletem a geração de caixa advinda dos resultados operacionais da Companhia. Dessa forma, contribuem para a comparabilidade da Companhia com outras empresas do mesmo setor de atuação no Brasil e no exterior, uma vez que as empresas do setor podem apresentar diferentes estruturas de capital e diferentes patamares de despesas com amortização, especialmente de intangíveis oriundos de aquisições.

A Companhia entende que o EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA Ajustada, EBITDA Ajustado Gestão + Biz Performance e Margem EBITDA Ajustada Gestão + Biz Performance são medidas de desempenho mais apropriadas para a correta compreensão de sua condição financeira e do resultado de suas operações, além de permitir uma comparação com outras Companhias do mesmo segmento, ainda que outras empresas possam calculá-lo de maneira distinta.

A Companhia acredita que o EBITDA Ajustado retrata seu desempenho sem a influência de fatores ligados a: (i) lucro ou prejuízo líquido da Dimensão Techfin; (ii) Ajuste de M&A ao valor justo; (iii) ganho (perda) na baixa de ativos; (iv) gastos com transações de aquisições (M&A); e (v) crédito tributário. Essas características, no entendimento da Companhia, tornam o EBITDA Ajustado uma medida mais prática e mais apropriada do seu real desempenho.

Margem de Contribuição e %Margem de Contribuição
A Companhia entende que as medições da Margem de Contribuição e da %Margem de Contribuição são úteis para medir a rentabilidade, já que as receitas, custos e despesas desta métrica são equiparáveis e podemos saber a lucratividade e rentabilidade da Companhia.

Dívida Bruta e Dívida Líquida (Caixa Líquido)
A Companhia entende que as medições da Dívida Líquida (Caixa líquido) e Dívida Bruta são úteis na avaliação do grau de endividamento em relação à sua posição de caixa. Na data-base de 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía contratos de arrendamento financeiro atrelados à compra de equipamentos e aluguéis das unidades da Companhia, captação de empréstimo para capital de giro e debêntures. Para maiores informações, vide item 2.1(f) deste Formulário de Referência.

Índice de Endividamento sobre EBITDA Ajustado

A Companhia entende que a medição do Índice de Endividamento sobre EBITDA Ajustado é útil na avaliação de sua liquidez, ou seja, sua capacidade de pagamento dos passivos de curto e longo prazo, uma vez que demonstra a dívida da companhia em múltiplos de EBITDA Ajustado, e demonstra também a capacidade de pagamento das dívidas da Companhia. Este indicador é uma das referências para cumprimento das obrigações descritas nos *covenants* das debêntures emitidas em setembro de 2022, no âmbito da 4ª emissão de debêntures da Companhia.

2.5 Medições não contábeis

Receita Líquida Techfin (Non-GAAP)
A Companhia entende que a Receita Líquida Techfin (Non-GAP) é a métrica que melhor representa a Receita Líquida gerada na operação de crédito da Dimensão Techfin, deduzindo os custos de captação gerados pela remuneração dos cotistas seniores e mezanino do FIDC.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

Não houve qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras da Companhia.

2.7 Destinação de resultados

Exercício social encerrado em 31/12/2022	
a. regras sobre retenção de lucros	A Companhia não possui política estabelecendo regras de retenção adicionais àquelas previstas em lei. Conforme a Lei das S.A., a Companhia pode reter 5% (cinco por cento), no mínimo, para a reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital exceder a 30% (trinta por cento) do capital social, a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal não será obrigatória. Ademais, ainda conforme a Lei 6.404/76, a Companhia poderá reter o montante relacionado ao orçamento de capital, submetido pelos órgãos da administração com a justificação da retenção de lucros, compreendendo as fontes de recursos e aplicações de capital, fixo ou circulante, e poderá ter a duração de até 5 (cinco) exercícios, salvo no caso de execução, por prazo maior, de projeto de investimento. O orçamento poderá ser aprovado pela Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre o balanço do exercício e revisado anualmente, quando tiver duração superior a um exercício social.
a.i. valores das Retenções de Lucros	A Administração propõe a seguinte destinação do lucro líquido, que será deliberada na Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 19 de abril de 2023:: Reserva legal R$24.907 mil e Reserva de Retenção de Lucros R$285.448 mil
a.ii percentuais em relação aos lucros totais declarados	R$285.448 mil revertidos da conta de Reserva de Retenção de Lucros correspondem a 57,3%% do lucro líquido declarado pela Companhia.
b. regras sobre distribuição de dividendos	A parcela correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido anual ajustado, na forma prevista pelo Artigo 202 da Lei de Sociedades por Ações e no Artigo 37 do Estatuto Social da Companhia, será destinada ao pagamento do dividendo mínimo necessário
c. periodicidade das distribuições de dividendos	Ao fim de cada exercício social. O Estatuto Social (art. 39) da Companhia contém previsão acerca da possibilidade de distribuição de dividendos em períodos inferiores.
d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Não existe, atualmente, nenhuma restrição à distribuição de dividendos imposta por legislação ou regulamento especial aplicável à Companhia.
e. Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	A Companhia não possui política específica formalmente aprovada que trate sobre destinação de resultados.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

a. Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

(i) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos
Não aplicável, visto que não há ativos ou passivos detidos pela Companhia e suas controladas que não estejam evidenciados em suas demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

(ii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços
Não aplicável, visto que não há ativos ou passivos detidos pela Companhia e suas controladas que não estejam evidenciados em suas demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

(iii) Contratos de construção não terminada
Não aplicável, visto que não há ativos ou passivos detidos pela Companhia e suas controladas que não estejam evidenciados em suas demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

(iv) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos
Não aplicável, visto que não há ativos ou passivos detidos pela Companhia e suas controladas que não estejam evidenciados em suas demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras
Não aplicável, visto que não itens não evidenciados em suas demonstrações financeiras consolidadas.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não existem itens relevantes dessa natureza não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

b. Natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não existem itens relevantes dessa natureza não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não existem itens relevantes dessa natureza não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

2.10 Planos de negócios

a. Investimentos

(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento dos investimentos previstos

A Companhia continua com sua estratégia de buscar o crescimento inorgânico por meio de transações de fusão e aquisição de empresas, desenvolvedoras de software de gestão ou de empresas que possam ampliar as ofertas de serviços de valor agregado da Companhia, no mercado brasileiro e/ou internacional.

A Companhia faz investimentos em *Corporate Venture Capital as a Service* ("**CVC**") por meio de um fundo de investimento de participações ("**FIP**"), um conceito novo que conta com um gestor externo e independente e que nos permitiu criar um mecanismo de investimento direcionado para startups com alto potencial de crescimento e inovação. Em 31 de dezembro de 2022, o valor investido totalizou R$20.081.

Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) é outra linha relevante no plano de investimento, dada sua importância estratégica para o setor da economia no qual a Companhia está inserida. Tais investimentos permitem oferecer soluções cada vez mais aderentes às necessidades dos clientes e agregar inovações tecnológicas que propiciam maior produtividade dos usuários das soluções. As despesas com Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) nas Demonstrações Financeiras no período findo em 31 de dezembro de 2022 totalizaram R$719.806.

As principais iniciativas na linha de investimento com Pesquisa e Desenvolvimento da Companhia no último ano foi voltada a Inteligência Artificial (AI), consolidar e exponencializar produtos voltados para dimensão de business performance e gestão, com a ampliação e modernização do portfólio de produtos, atendimento de novas regulamentações, além da continuidade em facilitar o acesso de nossos clientes a serviços financeiros de forma mais tecnológica, ágil e econômica (Techfin):

- Projetos voltados à iniciativa de ampliar, simplificar e baratear o acesso de nossos clientes a serviços financeiros, por meio da frente de Techfin.
- Projetos voltados a levar inovação ao mercado financeiro, gerando melhores resultados operacionais aos usuários das ferramentas de *financial services*.
- Investimentos em projeto para atender as necessidades dos mercados de manufatura, integrando as diversas soluções com agilidade e buscando sempre as melhores práticas da indústria 4.0.
- Projetos com foco na integração e produtividade da plataforma, tem por objetivo facilitar a administração e utilização da infraestrutura em nuvem.
- Pesquisa e desenvolvimento aplicado a promover ganho de eficiência e melhores práticas na gestão de transportadoras, operadores logísticos, portos, recintos alfandegados e comércio de material de construção.
- Projetos de inovação e integração com o portfólio de parceiros voltado para o setor de hotelaria.
- Investimento em segurança da informação, para atender a LGPD.
- Investimento em desenvolvimento de sistema de saúde para área de Radiologia (RIS).
- Desenvolvimento de sistema Smart Agriculture utilizando processamento multithread de dados telemétricos por meio de radiofrequência, dentro dos conceitos de Agricultura 4.0.
- Projeto para aumento da escalabilidade da plataforma de inteligência artificial por meio de alterações na arquitetura de armazenamento da plataforma.
- Projetos de inovação voltados para a transformação digital do RH através de portfólio de soluções e ofertas que incorporam o inovador conceito *"HXM - Human Experience Management"*.
- Desenvolvimento de competências para capturar, armazenar, analisar e gerar *insights* de negócios a partir de grandes volumes de dados.

(ii) Fontes de financiamento dos investimentos

Os investimentos em P&D têm como fonte de financiamento os recursos gerados nas atividades operacionais da Companhia, emissões de ações e/ou Debêntures (vide item 2.1.(f)). Além dos recursos gerados nas atividades operacionais, as transações de fusão e aquisição de empresas podem também ser viabilizadas por meio de operações estruturadas que envolvam, tanto recursos próprios, quanto de terceiros de acordo com a magnitude da transação.

2.10 Planos de negócios

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos
Não aplicável, tendo em vista que não existem itens relevantes de desinvestimento em andamento e/ou previstos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Em 31 de julho de 2023, foi assinado o closing da transação envolvendo a criação da Joint Venture com o Itaú, descrita no item 2.4 (a). Dessa forma, o Itaú passa a deter 50% do capital social da TOTVS Techfin S.A., em contrapartida a um aporte primário de R$200 milhões na empresa e um pagamento de R$410 milhões para a TOTVS, na mesma data, e até R$450 milhões adicionais a serem pagos após 5 anos.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia
Não aplicável.

c. Novos produtos e serviços, indicando:
(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas
Não aplicável.

(ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços
Não aplicável.

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados
Não aplicável.

(iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços
O total de despesas com Pesquisa e Desenvolvimento representou 19% da receita líquida da Companhia e suas controladas, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Adicionalmente, ao longo de 2022, a Companhia e suas controladas capitalizaram gastos com desenvolvimento de alguns projetos, com claras perspectivas de retorno no médio/longo prazo que totalizaram R$28.871 que representam 0,76% da receita líquida total da Companhia.

d. Oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG
A TOTVS está comprometida com o desenvolvimento de uma Agenda de Sustentabilidade e ESG, que reflete o propósito e a visão da Companhia sobre a forma como ela influencia e impacta positivamente a sociedade, enquanto empregadora e agente econômico-social.

Os temas prioritários para atuação agrupados em uma Matriz de Materialidade, que reflete o grau de importância de temas relevantes e/ou emergentes para o segmento de tecnologia, considerando os cenários atual e futuro, seus desafios e oportunidades, bem como a estratégia de negócio e às agendas globais, como os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e o Pacto Global da ONU, do qual a Companhia é signatária desde 2014.

A Matriz é construída a partir do cruzamento das percepções dos públicos internos e das diferentes visões dos stakeholders externos considerados estratégicos, capturadas por meio de pesquisas quantitativas e entrevistas qualitativas. Os resultados baseiam-se também na análise da capacidade de resposta da TOTVS às expectativas dos stakeholders, de gerenciamentos dos seus impactos – positivos e negativos – e de geração de valor a diferentes partes interessadas.

O compromisso com o desenvolvimento sustentável está presente de forma transversal na atuação da Companhia, contemplando a gestão, os negócios, as operações e o dia a dia.

Acreditamos que há inúmeras oportunidades para ampliarmos a geração de valor aos nossos *stakeholders*, com a evolução da execução da estratégia e o amadurecimento das reflexões em torno do fortalecimento dos pilares

2.10 Planos de negócios

ESG, como parte da nossa cultura de sustentabilidade, ampliando a nossa capacidade de incorporar as demandas de nossos públicos estratégicos e de gerar valor compartilhado em todos os nossos públicos de relacionamento.

Dentre os principais objetivos da Agenda de Sustentabilidade e ESG no desenvolvimento dos negócios temos:

- Potencializar a atuação da TOTVS como agente de mudanças positivas, por meio da conexão dos negócios, das pessoas e da tecnologia, que incluam a sustentabilidade como proposta de valor.

- Fortalecer a integração dos aspectos econômicos, ambientais, sociais e de governança (ESG) na estratégia e no modelo de negócios, nas decisões de investimento, nos produtos, nos serviços, nos processos de inovação e no desenvolvimento tecnológico da Companhia.

- Fomentar o desenvolvimento da cultura de sustentabilidade na TOTVS, ampliando a nossa capacidade de incorporar as demandas de públicos estratégicos e de gerar valor compartilhado em todos os relacionamentos.

- Temos diversas iniciativas em andamento ou desenvolvimento, indicadas no capítulo “Geração de Valor”, relativas à forma como geramos valor em nossos negócios, parcerias e relacionamentos, o que contribui para o atingimento de nossos objetivos estratégicos. Em termos de perspectivas, podemos destacar:

- Em gestão de gente (**Capital Humano**), prosseguiremos em nossos esforços de atração, retenção e desenvolvimento dos TOTVERS. Na atração, queremos tornar a Companhia cada vez mais conhecida entre o público jovem e aumentar o nosso banco de currículos. Também buscaremos estimular ainda mais o desenvolvimento de nossos colaboradores, por meio da Universidade TOTVS em Rede, do programa de desenvolvimento de lideranças e demais programas de desenvolvimento. Teremos grande foco, também, em ações de saúde mental e estímulo à saúde financeira. Queremos, ainda, estimular continuamente a afirmação de diretrizes e o desenvolvimento de ações de diversidade e inclusão.

- Na nossa estrutura para o desenvolvimento de negócios, construção de parcerias e prestação de serviços (**Capital Manufaturado**), estamos permanentemente atentos às novas demandas da sociedade e dos negócios. Continuaremos utilizando nossa capacidade de transformação e adaptação para alcançarmos bons resultados, na conjunção de diferentes dimensões de negócios, e para obtermos crescimento contínuo, com ênfase em desenvolvimento tecnológico, parcerias produtivas e oportunidades com aquisições, buscando ser o melhor parceiro para nossos clientes, acreditando no “BRASIL QUE FAZ” e apoiando o crescimento de empresas e empreendedores.

- Na gestão econômico-financeira (**Capital Financeiro**), seguiremos, a cada ano, buscando os melhores resultados financeiros e operacionais, com estratégias robustas de gerenciamento financeiro, geração de caixa, liquidez e endividamento controlado. A eficiência operacional, por sua vez, é cada vez mais amparada por processos estruturados em nossas operações, gestão de riscos diligente e disciplina no controle de custos.

- Em geração e difusão de conhecimento (**Capital Intelectual**), prosseguiremos com grande foco em inovação, pesquisa e desenvolvimento de *softwares*, soluções e serviços, com investimentos direcionados a essas frentes, além de estimularmos o desenvolvimento contínuo dos TOTVERS e incentivarmos a discussão e a propagação de conhecimento na sociedade, por meio da participação, patrocínio ou fomento de eventos e grupos de trabalho e estudos.

- No relacionamento com clientes, acionistas e investidores, fornecedores e outros públicos, bem como na interação com a sociedade em geral (**Capital Social e de Relacionamento**), continuaremos nos empenhando em oferecer as melhores soluções e parcerias, a fim de beneficiarmos, num processo de ganha-ganha, os nossos públicos de relacionamento e a nossa cadeia de valor.

- E na gestão dos recursos e processos ambientais (**Capital Natural**), manteremos nossa rota de evoluirmos permanentemente em todas as iniciativas, com foco em respeito e conservação do meio

2.10 Planos de negócios

ambiente e pela adoção de práticas ambientalmente sustentáveis, passando por melhorias constantes no uso da água, na gestão de energia, na gestão e na redução de emissões (para tanto, avançaremos em nosso Inventário de Gases de Efeito Estufa).

Para mais informações, vide seções “Como geramos valor” e “Perspectivas para o futuro” do “Relato Integrado 2022” – relatório de sustentabilidade da Companhia, disponível no site da CVM (www.cvm.gov.br) e no site de RI da Companhia (https://ri.totvs.com/esg/relatorios-anuais/relatorio-de-sustentabilidade/).

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

A Companhia e suas controladas continuam monitorando os impactos decorrentes da pandemia da COVID-19 e mantém as medidas preventivas e mitigadoras adotadas desde 2020, em linha com os direcionamentos estabelecidos pelas autoridades de saúde no que se refere à segurança de seus participantes (TOTVERs) e continuidade de suas operações.

3.1 Projeções divulgadas e premissas

As informações divulgadas nesta seção representam uma estimativa e envolvem fatores de mercados e outros que são alheios ao controle da TOTVS, portanto, não constituem promessa de desempenho ou por parte de seus administradores e, desta forma, poderão sofrer alterações.

(a) objeto da projeção

Custos e despesas operacionais (OPEX), exclusivamente da TOTVS TECHFIN, não incluindo, portanto, quaisquer informações ou dados (presentes ou estimados) relativos de sua controlada, Supplier Administradora de Cartão de Crédito S.A.

O OPEX da TOTVS TECHFIN é composto pelas linhas de Custos Operacionais, Pesquisa e Desenvolvimento, Despesas Comerciais e de Marketing e Despesas Administrativas e Outras.

(b) período projetado e o prazo de validade da projeção

As projeções financeiras são referentes ao terceiro trimestre de 2023 (3T23) e ao quarto trimestre de 2024 (4T24).

(c) premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle

Essas informações prospectivas estão sujeitas a incertezas e suposições que incluem, entre outros fatores de riscos:

- Condições econômicas gerais;
- Condições da indústria;
- Outros fatores operacionais podem afetar o desempenho futuro da TOTVS;

Por fim, as informações representam uma estimativa e envolvem fatores de mercados alheios ao controle da TOTVS, portanto, não constituem promessa de desempenho ou por parte de seus administradores e, dessa forma, poderão sofrer alterações.

(d) valores dos indicadores que são objeto da previsão

TOTVS Techfin	2T23 Realizado[1]	3T23 Projetado[2]	4T24 Projetado
Custos e Despesas Operacionais (OPEX)[3]	R$13,5 milhões	R$24 a 30 milhões	R$32 a 40 milhões

[1] Valor realizado (Não é uma projeção) refletido nos resultados divulgados no segundo trimestre de 2023 (2T23).
[2] Primeiro trimestre após o closing da TOTVS TECHFIN.
[3] OPEX composto pelas linhas de Custos Operacionais, Pesquisa e Desenvolvimento, Despesas Comerciais e de Marketing e Despesas Administrativas e Outras.

3.2 Acompanhamento das projeções

(a) informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário

As projeções informadas não substituem projeções anteriores, tampouco estão repetidas, uma vez que a Companhia forneceu projeções relativas à TOTVS TECHFIN (OPEX), pela primeira vez, em 08 de agosto de 2023, conforme Fato Relevante divulgado na mesma data.

(b) quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

O OPEX da TOTVS TECHFIN é composto pelas linhas de Custos Operacionais, Pesquisa e Desenvolvimento, Despesas Comerciais e de Marketing e Despesas Administrativas e Outras.

TOTVS Techfin	2T23	3T23		4T24
	Realizado[1]	Projetado	Realizado[1]	Projetado
Custos e Despesas Operacionais (OPEX)[2]	R$13,5 milhões	**R$24 a 30 milhões**	**R$20,2 milhões**	**R$32 a 40 milhões**

[1] Valor realizado (Não é uma projeção) refletido nos resultados divulgados.
[2] OPEX composto pelas linhas de Custos Operacionais, Pesquisa e Desenvolvimento, Despesas Comerciais e de Marketing e Despesas Administrativas e Outras.

A variação entre os valores realizados e as projeções dos Custos e Despesas Operacionais (OPEX) da TOTVS Techfin relativos ao terceiro trimestre de 2023, deve-se, principalmente, ao ritmo abaixo do projetado de contratação de novos recursos para a operação.

Desta forma, até o presente momento, a Companhia não identificou motivos para efetuar modificações à projeção para o quarto trimestre de 2024 (4T24).

(c) quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

As projeções e premissas relativas a períodos ainda em curso, mencionadas no item 3.1 deste Formulário de Referência, permanecem válidas, não tendo sido abandonadas ou substituídas por ocasião da reapresentação do Formulário de Referência da Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

O investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento, em qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo e as demonstrações financeiras da Companhia, incluindo suas respectivas notas explicativas. Os negócios, situação financeira, resultados operacionais, reputação, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia poderão ser afetados de maneira adversa por quaisquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia poderá diminuir em razão de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder substancial ou totalmente o seu investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia. Os riscos descritos abaixo são aqueles que a Companhia conhece e acredita que, na data deste Formulário de Referência, podem afetar a Companhia e suas subsidiárias adversamente. Além disso, riscos adicionais não conhecidos ou considerados irrelevantes pela Companhia na data deste Formulário de Referência também poderão afetar a Companhia adversamente.

Para os fins desta seção “4. Fatores de Risco”, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar (ou ter) ou causará (ou terá) “efeito adverso” ou “efeito negativo” para a Companhia, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante na participação no mercado, na reputação, nos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia e das suas controladas, bem como no preço dos valores mobiliários de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas na seção “4. Fatores de Risco” devem ser compreendidas nesse contexto.

Não obstante a subdivisão desta seção “4. Fatores de Risco”, determinados fatores de risco que estejam em um item podem também se aplicar a outros itens.

(a) Riscos relacionados à Companhia

O sucesso da Companhia depende de sua capacidade de desenvolver novos produtos e serviços, integrar os produtos e serviços adquiridos e aperfeiçoar seus produtos e serviços existentes.

O mercado de sistemas de gestão, principal mercado em termos de receita em que a Companhia atua, caracteriza-se por constantes avanços tecnológicos, evolução dos padrões de desenvolvimento de *softwares* e de infraestrutura de comunicação, crescente complexidade das necessidades dos clientes, frequentes melhorias na experiência do usuário e lançamentos constantes de novos produtos e serviços. Caso a Companhia deixe de desenvolver melhorias tecnológicas, de aperfeiçoar e de incrementar seus produtos e serviços em tempo hábil, de identificar e traduzir adequadamente as necessidades dos seus clientes ou de posicionar ou precificar seus produtos e serviços, de modo a atender a demanda do mercado, os clientes da Companhia poderão deixar de adquirir novas licenças de *software*, de subscrever pelo uso do *software* e de contratar serviços, ou a Companhia poderá perder sua competitividade no que diz respeito a atrair novos clientes e, com isso, sofrer um impacto relevante em seus resultados.

A habilidade da Companhia para continuar competitiva depende, em parte, de sua capacidade de atender a demanda de seus clientes e do setor de gestão e análise de dados por soluções tecnológicas inovadoras. Caso a Companhia não consiga acompanhar as referidas demandas ou não consiga se associar a parceiros que atendam tempestiva e adequadamente às necessidades tecnológicas do setor, os negócios, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia poderão sofrer um efeito adverso relevante, podendo afetar a competitividade da Companhia nos mercados em que atua.

A eventual não realização de avanços no tocante às linguagens adotadas, simplificação de estruturas ou convergência de soluções, uso inadequado ou insuficiente de dados para o desenvolvimento de novos produtos e atualização do seu portfólio, bem como o atraso ou não adoção de novas tecnologias, inclusive aquelas

4.1 Descrição dos fatores de risco

consideradas disruptivas, poderá ter impacto material na estratégia de negócios da Companhia e, consequentemente, em seus resultados financeiros.

A Companhia pode não ser capaz de concorrer eficientemente nas dimensões de Techfin e Business Performance.

Parte importante da estratégia da Companhia é expandir seus negócios nas dimensões de Techfin, com a oferta de produtos e serviços financeiros e de Business Performance, voltada a apoiar os clientes a aumentar suas vendas e sua competitividade no mercado. Caso a Companhia não seja capaz de desenvolver produtos e serviços que atendam às necessidades dos seus clientes nesses segmentos, a sua estratégia de crescimento e seus resultados operacionais podem ser afetados adversamente.

O sucesso da Companhia nesses segmentos dependerá de sua capacidade de extrair, tratar e utilizar dados oriundos dos seus ERPs (*Enterprise Resource Planning* ou Software de Gestão Empresarial, "**ERP**") para o desenvolvimento de novos produtos e ofertas nessas novas dimensões de negócio. A Companhia poderá ser impactada também pelas baixas quantidade e qualidade de dados.

A Companhia poderá, ainda, não dispor de canais de distribuição e força de vendas suficientes e com conhecimento técnico especializado desses novos produtos e ofertas, o que poderá afetar adversamente a capacidade de penetração e expansão nesses mercados.

A estratégia de expansão das dimensões de Techfin e Business Performance também pode ser afetada negativamente caso a Companhia não obtenha sucesso nos esforços para sinergia e integração desses segmentos com a dimensão de Gestão, incluindo os aspectos de distribuição, desenvolvimento de produtos e vendas.

Na dimensão de Techfin, eventual agravamento do nível de inadimplência, devido a falhas na concessão de crédito, concentração da carteira de crédito em determinados segmentos ou grupo de clientes ou fatores externos, também poderá impactar negativamente essa operação, ocasionando aumento das provisões e retração da oferta de crédito. A operação poderá ser afetada também por variáveis macroeconômicas que alterem significativamente a taxa de juros, bem como pelo baixo crescimento econômico, fatores que podem inibir a demanda por crédito pelos clientes, alterar as condições de concessão de crédito e a competitividade da companhia.

O *funding* representa um elemento fundamental nos negócios da dimensão de Techfin. Se a Companhia não for capaz de captar recursos em volume suficiente e em condições favoráveis e competitivas frente ao mercado, pode não conseguir manter e/ou ampliar a oferta de crédito e sua estratégia de crescimento pode ser adversamente afetada. Ainda, a Companhia está sujeita a descasamentos entre as obrigações decorrentes da captação de recursos e os créditos concedidos, em relação às taxas de juros e os prazos de vencimentos da carteira de crédito. Nesse sentido, a rentabilidade das suas operações de crédito depende de sua capacidade de equilibrar o custo para obtenção de recursos com as taxas de juros cobradas de seus clientes, bem como o eventual descasamento entre o vencimento das operações de crédito e os prazos de amortização do *funding* pode impactar no risco de liquidez dessa operação.

Além disso, eventuais alterações legislativas podem dificultar e/ou demandar adequações operacionais e conceituais significativas em novos modelos de negócios pela Companhia, particularmente no que se refere ao tratamento de dados e regulamentações específicas de determinados segmentos.

Caso esses fatores se materializem e a Companhia não consiga desenvolver, executar, integrar e expandir as dimensões de Techfin e Business Performance conforme planejado, os investimentos realizados nesses segmentos poderão não obter o retorno esperado, impactando adversamente os resultados financeiros da Companhia e sua estratégia de crescimento.

4.1 Descrição dos fatores de risco

As aquisições apresentam riscos e a Companhia pode não alcançar as metas estratégicas previstas à época de qualquer transação.

Fusões e aquisições constituem elemento importante da estratégia da Companhia e ela espera continuar a adquirir empresas, produtos, serviços e tecnologias. A Companhia está sujeita aos seguintes riscos nessas aquisições: (i) a aquisição poderá não contribuir para a estratégia comercial da Companhia, ou pode-se pagar por ela mais do que seu valor justo, bem como pode-se não conseguir rentabilizar os ativos intangíveis e os negócios adquiridos nos níveis estimados à época da aquisição; (ii) a Companhia poderá ter dificuldade em integrar as tecnologias ou produtos adquiridos às suas linhas de produtos, não conseguindo manter padrões, controles, procedimentos e políticas uniformes; (iii) o relacionamento com os atuais e novos profissionais, clientes e distribuidores poderá ficar prejudicado; (iv) o processo de diligência pode não identificar problemas técnicos, tais como questões ligadas a qualidade de produto ou estrutura dos produtos da empresa adquirida, bem como aspectos relacionados à deficiências na governança, no ambiente interno e outros passivos desconhecidos; (v) a Companhia pode enfrentar contingências no que diz respeito a responsabilidade por produto, propriedade intelectual, divulgações financeiras e práticas contábeis ou controles internos; (vi) a aquisição pode acarretar processos movidos por funcionários demitidos ou terceiros; (vii) o processo de aquisição pode sofrer contratempos, e a atenção da administração da Companhia pode ser desviada para questões ligadas à transição ou a integração; (viii) a Companhia pode não ser capaz de obter, em tempo hábil, autorizações de autoridades públicas nos termos das leis que disciplinem a defesa da concorrência; e (ix) aquisições de empresas com cultura organizacional com características muito diferentes em relação à cultura da Companhia, dificultando o processo de integração e retenção de talentos estratégicos para o negócio; e (x) perda de pessoas chave e com conhecimento específico do negócio das empresas adquiridas.

Adicionalmente, o processo de integração das operações adquiridas pode não resultar nos benefícios esperados, o que poderia afetar adversamente os negócios da Companhia. Além dos riscos mencionados, durante esse processo de integração, a Companhia pode enfrentar outros riscos, inclusive os detalhados a seguir:

- Dificuldades de integração, tais como: (i) custos mais altos do que o previsto para dar continuidade à expansão da rede de canais de distribuição com qualidade e capilaridade para atender ao mercado; (ii) incapacidade de administrar maior número de funcionários, dispersos geograficamente; (iii) incapacidade de criar e efetivamente implementar padrões, controles, procedimentos e políticas uniformes, podendo ocasionar, inclusive, descumprimento das diretrizes de conduta estabelecidas pela Companhia; (iv) resistências e morosidade no processo de disseminação e unificação da cultura organizacional; e (v) limitações impostas pelas autoridades de defesa da concorrência.

- Eventual incapacidade de coordenar e integrar esforços de venda e desenvolvimento de *softwares* para efetivamente comunicar as possibilidades de venda combinada de produtos, vender produtos de modo cruzado e gerir com êxito a venda combinada de produtos, bem como a integração das atividades de desenvolvimento realizada pelas adquiridas, falhando em maximizar as sinergias esperadas.

Ademais, outros passivos desconhecidos e não divulgados associados a aquisição e integração das operações adquiridas pela Companhia poderão existir.

Esses fatores podem causar efeito prejudicial relevante sobre os negócios da Companhia, resultados operacionais, situação financeira ou fluxos de caixa, especialmente no caso de aquisição de empresas de maior porte ou de número maior de aquisições. Adicionalmente, à medida que a Companhia emitir ações no âmbito de aquisições futuras, os acionistas existentes poderão ter suas participações diluídas e o lucro por ação poderá diminuir.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Interrupções ou falhas nos sistemas de informações ou incidentes de segurança cibernética, incluindo ataques à infraestrutura necessária para manter sistemas de TI, poderão afetar adversamente e de forma significativa a Companhia.

As operações da Companhia dependem da funcionalidade, disponibilidade, integridade e estabilidade operacional dos seus sistemas de tecnologia da informação, bem como exigem uma estrutura tecnológica altamente complexa e dependem da operação ininterrupta e eficiente dos seus sistemas de *software*, *data centers*, internet, telecomunicações e sistemas de terceiros. Consequentemente, a Companhia conta com os seus sistemas de tecnologia da informação para processar, transmitir e armazenar informações e dados pessoais eletrônicos, bem como para se comunicar com consumidores e fornecedores.

A Companhia pode ser adversamente afetada caso esses sistemas sejam interrompidos, danificados por eventos imprevistos ou apresentem falhas durante um longo período, inclusive em razão da ação de terceiros, desastres naturais, ataques cibernéticos, falhas de segurança da informação no desenvolvimento, operação e manutenção dos seus produtos, problemas de telecomunicações, vírus, ausência de avaliação dos requisitos de segurança da informação na contratação de fornecedores, ausência ou insuficiência de testes de vulnerabilidade em seus sistemas, assim como falhas de segurança em empresas adquiridas pela Companhia, entre outros fatores.

Apesar de a Companhia possuir seguro cibernético para minimizar os impactos de eventuais incidentes de segurança da informação no ambiente de cloud, os resultados das operações da Companhia podem ser negativamente afetados em caso de ocorrência de qualquer incidente envolvendo seus sistemas de tecnologia da informação, especialmente caso esse incidente não esteja coberto pela sua apólice de seguro cibernético.

Eventuais incidentes de segurança da informação podem causar uma interrupção nos negócios da Companhia e resultar em desempenho reduzido e aumento de custos operacionais, o que pode ter um efeito adverso nos negócios, na condição financeira e nos resultados operacionais da Companhia. Ainda, incidentes de segurança podem resultar em apropriação indevida de informações confidenciais da Companhia e/ou dos dados pessoais de seus clientes, colaboradores e terceiros, o que pode afetar material e adversamente a reputação da Companhia. Para maiores informações sobre incidentes de segurança, veja o item 5.5 deste Formulário de Referência.

Qualquer incidente de segurança no ambiente computacional que resulte em acesso não autorizado, perda ou divulgação não autorizada de dados, indisponibilidade de acesso aos sistemas da Companhia, *malware, phishing, ransonware* e outros eventos que possam ter um impacto adverso na segurança da tecnologia de dados da Companhia podem sujeitá-la a litígios significativos, multas regulatórias e outras penalidades, perdas de clientes ou danos à sua reputação, o que poderá causar um efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez, reputação e/ou negócios futuros da Companhia.

Portanto, o sucesso dos negócios da Companhia depende significativamente do desempenho dos sistemas de tecnologia da informação, de modo que qualquer falha da Companhia em impedir violações que afetem a confidencialidade, integridade ou disponibilidade das informações e/ou dados pessoais armazenados e tratados pela Companhia poderá prejudicar a sua reputação e, ainda, afetar substancialmente o negócio e os resultados das operações da Companhia.

A Companhia está sujeita a riscos associados ao não cumprimento das leis de proteção de dados (nacionais e internacionais), podendo ser afetada adversamente pela aplicação de multas e outros tipos de sanções.

A Companhia está sujeita à Constituição Federal, à Lei n° 10.406/02 (Código Civil), à Lei n° 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e), à Lei n° 12.965/14 (Marco Civil da Internet), ao Decreto n° 8.771/16 e à Lei nº 13.709/2018, que entrou em vigor no dia 18 de setembro de 2020, denominada Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (“**LGPD**”), sendo essas as principais leis que regulam as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais no Brasil.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A LGPD disciplina regras para o tratamento de dados pessoais no Brasil em todos os setores da economia, para organizações de todos os portes, tanto no meio digital quanto no meio físico. Dentre outros requisitos previstos na legislação, para que a Companhia possa coletar, utilizar, armazenar e de qualquer outra forma tratar dados pessoais, é necessário que exista uma hipótese legal para cada tratamento e que sejam observados todos os princípios e direitos dos titulares estipulados na legislação, inclusive quanto à informação aos titulares de dados sobre as práticas de tratamento de dados pessoais da Companhia. A LGPD também prevê sanções administrativas em caso de descumprimento de suas disposições, que variam de advertência e determinação de exclusão dos dados pessoais tratados de forma irregular à imposição de multa.

As medidas de segurança adotadas em nossas redes e plataformas internas podem não funcionar como esperado ou podem não ser suficientes para proteger nossas redes internas e plataformas contra certos ataques. Além disso, as técnicas usadas para sabotar ou obter acesso não autorizado a redes nas quais os dados são armazenados ou por meio das quais os dados são transmitidos mudam e evoluem com frequência. Como resultado, a Companhia pode não ser capaz de antecipar essas técnicas ou implementar medidas preventivas adequadas para evitar um ataque em seus sistemas.

Em 27 de fevereiro de 2023, a ANPD publicou Resolução com o regulamento de Dosimetria e Aplicação de Sanções Administrativas, dessa forma tais sanções e multas já podem ser aplicadas pelo órgão em razão de desconformidade com a LGPD, inclusive para processos abertos antes da publicação da referida Resolução.

Caso a Companhia não esteja em conformidade com tal legislação, estará sujeita às seguintes penalidades, de forma isolada ou cumulativa: (i) advertência, com indicação do prazo para adoção de medidas corretivas; (ii) obrigação de divulgação de incidente, após devidamente apurada e confirmada a sua ocorrência; (iii) bloqueio temporário até a sua regularização e/ou eliminação dos dados pessoais correspondentes à infração; (iv) multa de até 2% (dois por cento) do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, até o montante global de R$50.000.000 (cinquenta milhões de reais) por infração. Em caso de reincidência, penalidades administrativas mais graves previstas na LGPD poderão ser aplicadas, tais como: (i) suspensão parcial do funcionamento do banco de dados e/ou da atividade de tratamento de dados pessoais a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período; e (ii) proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas ao tratamento de dados.

A Companhia também pode ser responsabilizada judicialmente por danos materiais, morais, individuais ou coletivos, causados aos titulares de dados pessoais, inclusive quando causados por subsidiárias, prestadores de serviços e parceiros que atuem como operadores de dados pessoais em nome da Companhia ou como controladores em conjunto com a Companhia, em razão do não cumprimento das obrigações previstas na LGPD. Eventuais sanções administrativas ou condenações judiciais podem causar impactos financeiros relevantes, além de poderem afetar adversamente a reputação da Companhia no mercado.

A Companhia pode falhar na priorização de investimentos para o desenvolvimento de novos produtos e/ou na gestão de ciclo de vida dos produtos existentes.

Não há garantias que a Companhia será capaz de manter um portfólio que seja aderente aos diferentes modelos de negócios existentes no mercado e que atenda às necessidades de seus clientes, além de não haver garantia de que novos produtos, incluindo aqueles provenientes das empresas adquiridas, atingirão os resultados e retornos esperados.

Caso a Companhia invista em novos produtos que não tragam o retorno financeiro esperado, mantenha produtos com baixa rentabilidade no portfólio ou deixe de investir os recursos necessários no desenvolvimento e aperfeiçoamento de produtos e novas tecnologias, a competitividade e os resultados financeiros da Companhia poderão ser adversamente afetados.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia está sujeita a riscos relacionados a erros e mal funcionamento de seus produtos que podem ser difíceis ou até mesmo impossíveis de serem corrigidos.

Oferecemos produtos tecnicamente complexos que, quando introduzidos no mercado pela primeira vez ou lançados como novas versões, podem conter defeitos não identificados previamente na fase de homologação ou cuja correção seja de complexa execução. A existência de defeitos, erros e eventuais atrasos ou impossibilidade de corrigi-los podem resultar em consequências negativas, incluindo: (i) cancelamento de pedidos; (ii) despesas adicionais de garantia; (iii) atrasos na coleta de recebíveis; (iv) cancelamento de contratos; (v) perda de aceitação dos produtos da Companhia no mercado; (vi) remanejamento de recursos de pesquisa e desenvolvimento que poderiam ser utilizados na criação e desenvolvimento de novos produtos; (vii) possíveis ações indenizatórias; e (vii) problemas de reputação no mercado. A ocorrência de tais defeitos ou atrasos e a impossibilidade de corrigi-los podem afetar adversamente os nossos resultados e reputação perante o mercado.

A Companhia pode não ser capaz de concorrer eficientemente no setor de software altamente competitivo.

A Companhia concorre em mercados caracterizados pela alta competitividade, pelas evoluções tecnológicas, pelas mudanças das necessidades dos clientes, pelos padrões adotados pelo setor de atuação e frequentes introduções de novos produtos, tecnologias e serviços. Além disso, a Companhia concorre com diversas empresas que atuam no mercado global, regional e local de *softwares* e serviços a eles relacionados, incluindo fornecedores de *softwares* de gestão empresarial integrada, desenvolvedoras de *softwares* que são disponibilizados gratuitamente e empresas prestadoras de serviços de consultoria e *startups* de tecnologia. Alguns dos concorrentes atuais ou potenciais da Companhia estão envolvidos em gama mais abrangente de negócios, sendo que alguns deles possuem maior base instalada de clientes para seus produtos e serviços ou possuem recursos financeiros, técnicos, de vendas e de outra natureza, significativamente maiores do que os da Companhia, incrementando, assim, sua capacidade de concorrência em relação à Companhia. Além disso, a concorrência no mercado de atuação da Companhia pode aumentar em decorrência de fusões realizadas entre clientes em potencial dos produtos da Companhia, bem como entre seus concorrentes, em decorrência de alianças estratégicas entre os concorrentes e demais empresas. Em resposta à concorrência, às fusões nos setores em que a Companhia atua e às conjunturas econômicas adversas, a Companhia poderá ter que conceder a clientes descontos ou outros abatimentos no preço, ou ainda modificar seus modelos de cobrança, para permanecer em condições de concorrência competitivas.

Do mesmo modo, a Companhia pode perder participação de mercado ou não conseguir avançar em novos mercados caso não seja capaz de avançar na digitalização dos seus canais de venda e distribuição em velocidade igual ou superior aos seus concorrentes, bem como se as empresas com as quais compete introduzirem ou adquirirem novos produtos que concorram com os seus ou adicionarem novas funcionalidades a esses. Ademais, em decorrência de sinais de crescimento desacelerado do mercado de *software* ERP para empresas de grande porte, alguns dos concorrentes da Companhia podem explorar o mercado de empresas de pequeno e médio porte como alternativa para aumentar suas receitas, o que pode causar efeito prejudicial relevante sobre os negócios, os resultados operacionais, a situação financeira e os fluxos de caixa da Companhia.

A Companhia possui seu data center localizado próximo ao Campo de Marte, em São Paulo (SP), o que pode acarretar interrupções e falhas na operação do data center em decorrência de acidentes aéreos.

O atual data center da Companhia, ambiente projetado para abrigar servidores, armazenar dados e outros, fica localizado próximo à base aérea do Campo de Marte, em São Paulo (SP), local com potencial risco para acidentes aéreos.

Caso os riscos mencionados se materializem, por qualquer razão exógena ao controle da Companhia, incluindo, mas não se limitando, a desastres naturais que possam ocasionar qualquer interrupção ou falha nas atividades do data center, inclusive qualquer acidente em tal região, capaz de danificar o data center da Companhia, os dados ali armazenados podem ser afetados, o que pode prejudicar a imagem e os negócios da Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Caso a Companhia seja obrigada a despender significativos recursos financeiros e de outra natureza para se proteger da ameaça de quebras de segurança ou reparar os problemas causados por violações e interrupções ou falhas no data center, bem como por qualquer indisponibilidade imprevista dos seus sistemas internos de TI e/ou de seus clientes, seus negócios e suas receitas poderão ser negativamente afetados.

A Companhia pode não ser capaz ou pode falhar em proteger os seus direitos de propriedade intelectual, podendo, assim, ter um impacto negativo em seus resultados operacionais.

O sucesso dos negócios da Companhia depende de sua capacidade de proteger seus ativos de propriedade intelectual atuais e futuros, tais como marcas, códigos-fonte, nomes de domínio, dentre outros direitos de propriedade intelectual.

Eventos como o indeferimento definitivo dos pedidos de registro de marcas da Companhia perante o Instituto Nacional da Propriedade Industrial ("**INPI**"), o eventual uso não autorizado ou indevido dessas, ou, ainda, o eventual reconhecimento de nulidade administrativa dos registros de marca da Companhia podem diminuir o valor dos ativos de propriedade intelectual da Companhia, afetando adversamente os seus negócios e/ou sua reputação.

Adicionalmente, a Companhia pode não conseguir renovar o registro de alguma de suas marcas tempestivamente ou os seus concorrentes podem contestar o uso de quaisquer de nossos ativos registrados ou futuros solicitados ou licenciados pela Companhia. Além disso, terceiros podem alegar que os produtos ou serviços da Companhia violam seus direitos de propriedade intelectual. Nesses casos, ações judiciais podem ser necessárias para garantir os direitos de propriedade intelectual da Companhia. Qualquer disputa ou litígio relacionado a ativos de propriedade intelectual pode ser oneroso e demorado devido à incerteza de litígios sobre o assunto. A Companhia também pode ser obrigada a alterar, no todo ou em parte, algumas das suas marcas que, conforme o caso, infrinjam os direitos de propriedade intelectual de terceiros, e pode ser obrigada a pagar multas expressivas, royalties ou taxas de licenciamento para o uso de patentes ou direitos autorais de terceiros que eventualmente venham a ser cobrados ou requeridos a título indenizatório.

Eventuais acessos não autorizados a mídias físicas e digitais podem elevar o risco de roubo ou uso indevido de sua propriedade. Ademais, é possível que terceiros consigam copiar ou subtrair, por engenharia reversa, parcela dos produtos da Companhia ou de outra forma obter e utilizar sua propriedade intelectual, o que poderia prejudicar a posição competitiva da Companhia em determinados segmentos e reduzir o valor de suas marcas e produtos.

Qualquer discussão acerca do direito de uso e exploração das marcas pela Companhia poderá afetar adversamente a reputação da Companhia, impactando negativamente em seus resultados. Ainda, tais alterações poderão requerer a atenção da administração e/ou acarretar despesas adicionais, inclusive despesas legais, fatores que podem afetar substancial e negativamente os resultados operacionais financeiros da Companhia.

Decisões judiciais ou administrativas desfavoráveis à Companhia podem afetar adversamente seus resultados operacionais.

A Companhia é, e pode vir a ser, parte no polo passivo em investigações, processos judiciais e procedimentos administrativos e arbitrais, das mais diversas naturezas, incluindo, mas não se limitando, a processos cíveis, tributários, trabalhistas, de proteção de dados pessoais e criminais, inclusive em decorrência de notícia de fato em andamento.

Decisões contrárias ou acordos desfavoráveis à Companhia poderão afetar seus negócios, sua condição financeira e reputação de forma negativa, inclusive ocasionando a perda de direitos de contratar com a administração pública, de receber incentivos ou benefícios fiscais ou quaisquer financiamentos e recursos da administração pública. Ainda, não podemos garantir que as provisões constituídas pela Companhia, diante de aspectos subjetivos e julgamentos críticos exercidos pela administração na determinação da possibilidade de

4.1 Descrição dos fatores de risco

perda atribuída a cada processo, serão corretas e suficientes para fazer frente ao custo total decorrente dos processos judiciais ou administrativos.

Adicionalmente, a Companhia pode estar sujeita a contingências por outros motivos que a obriguem a despender valores significativos. A Companhia também está sujeita ao impacto de decisões judiciais, administrativas ou arbitrais em processos nos quais a Companhia não seja parte, mas que versem sobre suas atividades ou sobre a regulação a que estão sujeitas.

Decisões judiciais e administrativas desfavoráveis à Companhia, especialmente em processos envolvendo valores relevantes e causas conexas, que alcancem valores substanciais ou impeçam a realização de negócios conforme inicialmente planejados poderão causar um efeito adverso nos resultados da Companhia, bem como os negócios, a situação financeira e o valor de mercado das ações da Companhia podem ser adversamente afetados.

A Companhia está sujeita a riscos relacionados às suas franquias exclusivas e à prestação de serviços de implementação de software, atendimento e relacionamento de suas franquias exclusivas.

A Companhia conduz seus negócios nos países em que atua na forma de vendas diretas e por meio de uma rede de franquias exclusivas, que comercializam e implementam nossas soluções. As franquias contribuem de forma relevante para as vendas da Companhia, especialmente no mercado de pequenas e médias empresas (*small and medium business – SMB*) e, consequentemente, nossos negócios e resultados podem ser negativamente afetados diretamente pela performance dos nossos franqueados. Os franqueados participam da originação de novos clientes e novas vendas, também prestando serviços de implementação das nossas soluções diretamente aos nossos clientes. A perda de franquias pode prejudicar nosso relacionamento com clientes nos territórios franqueados, o que poderá afetar negativamente novas vendas, prestação dos serviços aos clientes e, como consequência, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia. Além disso, as Franquias podem não ter o nível de especialização adequado para a venda em um mercado em constante evolução tecnológica, considerando produtos segmentados e do portfólio das novas dimensões de Techfin e de Business Performance, o que pode afetar negativamente a capacidade de expansão de distribuição desses produtos e por consequência a estratégia comercial e os resultados operacionais da Companhia.

A qualidade e agilidade na prestação dos serviços de implementação por terceiros sob contrato de franquias exclusivas pode não ser equivalente à qualidade da implementação ofertada pelos nossos canais próprios de venda, causando prejuízos financeiros e operacionais para os clientes que utilizam as soluções de negócio da Companhia e, consequentemente, multas e processos judiciais para a Companhia, além de eventuais serviços adicionais de implementação a serem realizados pela própria Companhia para ajustar soluções implementadas incorretamente pelas franquias, o que pode afetar adversamente os negócios, a posição competitiva, a reputação no mercado, a situação financeira, os resultados operacionais e os fluxos de caixa da Companhia.

A Companhia poderá não ser capaz de detectar comportamentos contrários à legislação e regulamentação aplicáveis e aos seus padrões de ética e conduta, o que pode ocasionar impactos adversos relevantes nos seus negócios, situação financeira, resultados operacionais, sua reputação e cotação de mercado das ações da Companhia.

Os mecanismos de prevenção e combate à corrupção e os controles internos da Companhia podem não ser suficientes para assegurar que todos os membros da administração, funcionários, fornecedores, parceiros de negócio e terceiros que possam agir em nome da Companhia atuem sempre em estrito cumprimento às políticas internas, leis e regulamentos voltados à prevenção e combate à corrupção a que a Companhia está sujeita.

Qualquer investigação de conduta irregular por parte da Companhia e/ou descumprimento das leis anticorrupção aplicáveis à Companhia no Brasil e no exterior pode causar danos à sua reputação e submetê-la a multas, bem como outras penalidades aplicáveis. A Companhia também está exposta ao risco de membros de sua

4.1 Descrição dos fatores de risco

administração, colaboradores ou representantes tomarem medidas que violem leis e regulamentos anticorrupção aplicáveis no Brasil ou nos demais países de atuação.

Os mecanismos de prevenção e combate à corrupção e os controles internos da Companhia podem não ser capazes de prevenir, detectar e tratar (i) violações à Lei de Improbidade Administrativa, à Lei Anticorrupção ou a leis similares, (ii) ocorrências de comportamentos fraudulentos e desonestos por parte de seus administradores, empregados ou representantes agindo em nome, interesse ou benefício (exclusivo ou não) da Companhia, (iii) gerir os riscos de compliance/integridade mapeados, bem como identificar novos riscos; ou (iv) outras ocorrências de comportamentos não condizentes com princípios éticos da Companhia, que possam afetar adversamente a reputação, negócios, condições financeiras e resultados operacionais da Companhia, bem como a cotação de suas ações ordinárias.

A Lei Anticorrupção impõe uma responsabilidade objetiva às empresas por atos de corrupção, fraude ou manipulação de licitações públicas e contratos governamentais, e interferência com investigações ou fiscalizações pelas autoridades governamentais. As empresas consideradas responsáveis nos termos da Lei Anticorrupção podem ter multas de até 20% de sua receita bruta no ano imediatamente anterior ao da instauração do processo administrativo ou, se essa receita bruta anual não puder ser estimada, tais multas podem variar entre R$6.000,00 e R$60.000.000,00.

No âmbito da Lei de Improbidade Administrativa, a Companhia e seus administradores estão sujeitos às sanções de perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao seu patrimônio, ressarcimento integral do dano, suspensão dos direitos políticos de 8 a 10 anos, pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de dez anos, entre outras sanções.

A existência, atual ou passada, de quaisquer investigações, inquéritos ou processos de natureza administrativa ou judicial relacionados à violação de qualquer dessas leis, contra a Companhia, administradores, funcionários, fornecedores, parceiros de negócio ou terceiros que atuam em nome da Companhia pode resultar em: (i) multas e indenizações nas esferas administrativa, civil e penal; (ii) perda de licenças operacionais, com a decorrente responsabilização subsidiária ou solidária da Companhia; (iii) proibição ou suspensão das atividades da Companhia;

(iv) perda de direitos de contratar com a administração pública, de receber incentivos ou benefícios fiscais ou quaisquer financiamentos e recursos da administração pública; (v) publicação extraordinária da decisão condenatória; (vi) apreensão de bens ou benefícios obtidos ilegalmente e/ou (vii) a dissolução da entidade. Todas essas circunstâncias poderão ocasionar um efeito adverso relevante sobre a Companhia.

A Companhia também pode vir a ser solidariamente responsabilizada pelo pagamento de multa e reparação integral do dano causado em razão de práticas contrárias à Lei Anticorrupção por suas sociedades controladas, coligadas, consorciadas ou no âmbito dos respectivos contratos celebrados com terceiros, o que poderia afetar material e adversamente sua reputação, negócios, condições financeiras e resultados operacionais ou a cotação de mercado de ações de sua emissão.

Caso a Companhia não concretize a aquisição de empresas essenciais à consolidação dos pilares de sua estratégia de negócios e o plano de crescimento, os seus resultados podem ser afetados adversamente e a Companhia pode sofrer perda de competitividade frente aos demais concorrentes de mercado.

Historicamente a Companhia tem realizado aquisições de empresas com o objetivo de atingir o crescimento planejado e complementar o seu portfólio de produtos. Historicamente, o mercado de fusões e aquisições é bastante aquecido, o que gera maior concorrência nesse setor, especialmente nos segmentos de tecnologia, financeiro, meios de pagamento e business performance. Consequentemente, a Companhia poderá não conseguir obter êxito na concretização de determinadas transações de M&A consideradas estratégicas para seu plano de

4.1 Descrição dos fatores de risco

negócios, crescimento e desenvolvimento de novos mercados ou, ainda, ter de pagar preços mais altos do que inicialmente previstos, o que pode afetar adversamente os seus resultados financeiros e implicar em perda de competitividade perante concorrentes diretos ou indiretos, inclusive no que tange à conquista de novos mercados.

A Companhia poderá precisar de capital adicional no futuro, que poderá ser captado com a emissão de valores mobiliários, o que poderá resultar em uma diluição da participação do investidor nas ações de emissão da Companhia.

A Companhia poderá emitir mais ações ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações da Companhia a fim de levantar capital visando realizar novas aquisições ou para diversas outras finalidades. Emissões adicionais das ações ordinárias da Companhia poderão ser realizadas de acordo com o exercício ou a conversão de títulos de dívida conversíveis, bônus de subscrição, opções de compra de ações ou outros prêmios de incentivo em ações. Essas emissões poderão não contemplar direitos de preferência aos acionistas da Companhia em algumas situações estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações, o que poderá diluir a participação do investidor no Capital Social. Além disso, a Companhia também poderá realizar incorporações ou outras operações semelhantes no futuro que poderão diluir a participação do investidor no capital social da Companhia. Qualquer parceria estratégica, emissão ou colocação das ações ordinárias da Companhia e/ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por ações ordinárias da Companhia poderá afetar o preço de mercado de suas ações ordinárias e resultar em uma diluição da participação societária do investidor

(b) Riscos relacionados aos acionistas da Companhia, em especial os acionistas controladores.

Os detentores das ações da Companhia podem não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.

De acordo com o estatuto social da Companhia, devem ser pagos aos seus acionistas no mínimo 25% de seu lucro líquido anual, calculado e ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações ("**Lei das S.A.**") em forma de dividendos obrigatórios anuais, dividendos intermediários ou juros sobre o capital próprio. A Lei das S.A. permite que seja suspenso o pagamento de dividendos obrigatórios aos acionistas em um determinado exercício social caso o conselho de administração da Companhia determine que esse pagamento não é aconselhável devido à situação financeira da Companhia. Ademais, conforme estabelecido na Lei das S.A., o lucro líquido da Companhia poderá ser (i) capitalizado; (ii) utilizado para compensar perdas; ou (iii) acumulado e alocado para uma reserva especial e poderá não estar disponível para o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio. Caso esses eventos ocorram, os detentores das ações ordinárias da Companhia podem não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.

Além disso, o pagamento de juros sobre o capital próprio pode estar comprometido em razão de eventual alteração na legislação tributária e alguns dos contratos de financiamento da Companhia restringem o pagamento de dividendos.

A Companhia não possui um acionista controlador ou grupo de controle titular de mais que 50% do capital votante, o que pode deixá-la mais suscetível a alianças entre acionistas, conflitos entre acionistas e outros eventos decorrentes da ausência de um acionista controlador ou grupo de controle titular de* mais *que 50% do capital votante.

A Companhia não possui um acionista ou grupo controlador titular da maioria absoluta do capital votante. Entretanto, podem ocorrer alianças ou acordos entre acionistas, o que poderia ter o mesmo efeito de ter um grupo de controle.

Caso surja um grupo de controle e que passe a deter o poder decisório da Companhia, essa poderia sofrer mudanças inesperadas em suas políticas corporativas e estratégias, inclusive por meio de mecanismos como a

4.1 Descrição dos fatores de risco

substituição dos seus Administradores. Além disso, pode ser que a Companhia fique mais vulnerável a tentativas hostis de aquisição de controle e a conflitos decorrentes desse movimento. Pode ser também que a Companhia se torne alvo de investidas por parte de investidores para burlar as disposições do Estatuto que preveem a realização de oferta pública de aquisição de ações quando da aquisição de mais de 20% do capital social. A ausência de um acionista ou grupo controlador titular de mais de 50% do capital votante poderá dificultar certos processos de tomada de decisão, pois poderá não ser atingido o quórum mínimo exigido por lei para determinadas deliberações. Qualquer mudança inesperada na equipe de administradores, na política empresarial ou no direcionamento estratégico, tentativa de aquisição de controle ou qualquer disputa entre acionistas concernentes aos seus respectivos direitos poderão afetar adversamente os negócios e resultados operacionais da Companhia.

(c) Riscos relacionados a controladas e coligadas da Companhia

Decisões judiciais ou administrativas desfavoráveis às controladas da Companhia podem afetar adversamente os seus resultados operacionais.

As controladas são, e podem vir a ser, partes no polo passivo em investigações, processos judiciais e procedimentos administrativos e arbitrais, das mais diversas naturezas, incluindo, mas não se limitando, a processos cíveis, tributários, trabalhistas, de proteção de dados pessoais e criminais, inclusive em decorrência de notícia de fato em andamento.

Decisões contrárias ou acordos desfavoráveis às controladas da Companhia poderão afetar seus negócios, sua condição financeira e reputação de forma negativa, inclusive ocasionando a perda de direitos de contratar com a administração pública, de receber incentivos ou benefícios fiscais ou quaisquer financiamentos e recursos da administração pública. Ainda, não podemos garantir que as provisões constituídas pela Companhia, diante de aspectos subjetivos e julgamentos críticos exercidos pela administração na determinação da possibilidade de perda atribuída a cada processo, serão corretas e suficientes para fazer frente ao custo total decorrente dos processos judiciais ou administrativos.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Poderá ensejar para a Companhia a responsabilidade subsidiária judicial em processos envolvendo suas controladas.

A Companhia também pode vir a ser solidariamente responsabilizada pelo pagamento de multa e reparação integral do dano causado em razão de práticas contrárias à Lei Anticorrupção por suas sociedades controladas, coligadas, consorciadas ou no âmbito dos respectivos contratos celebrados com terceiros, o que poderia afetar material e adversamente sua reputação, negócios, condições financeiras e resultados operacionais ou a cotação de mercado de ações de sua emissão.

Resultados negativos de sociedades controladas podem afetar negativamente o resultado operacional da Companhia

A Companhia detém participação direta e indireta em diversas sociedades. Dessa forma, parte de seu resultado decorre do resultado de referidas sociedades e, sendo assim, o resultado não satisfatório delas poderá afetar negativamente o resultado da Companhia. Adicionalmente, a piora nas condições setoriais e mercadológicas nas operações desses negócios podem afetar negativamente o resultado consolidado das operações da Companhia.

(d) Riscos relacionados aos administradores da Companhia

O crescimento da Companhia depende de potenciais sucessores para assumir posições chave e da capacidade da Companhia de continuar a atrair, formar e manter pessoas qualificadas e com conhecimentos específicos em tecnologia.

A continuidade da Companhia depende em grande parte da sua capacidade de formar e manter potenciais sucessores para assumir posições na Administração e nas demais posições consideradas estratégicas e depende da qualificação dos seus profissionais para obter sucesso em seu negócio, especialmente em relação à definição e implementação de suas estratégias e desenvolvimento de suas operações, produtos e serviços. Adicionalmente, no caso das empresas adquiridas, os empreendedores podem não permanecer na condução do negócio após o período de *earn-out*, e a Companhia pode não ter sucessores preparados para sucedê-los. Caso não seja capaz de promover de forma adequada a sucessão nessas empresas, a Companhia pode ser afetada adversamente pela perda de conhecimento do negócio (*know-how*) e ter seus resultados operacionais e sua estratégia de crescimento impactados.

Dessa forma, a perda de qualquer pessoa detentora de posição chave poderia prejudicar de maneira relevante o negócio e os resultados operacionais da Companhia, caso seu plano de sucessão não seja efetivo. A Companhia também se apoia na continuidade da prestação de serviços por parte de colaboradores-chave qualificados e com conhecimentos específicos em tecnologia, reconhecidamente escassos no cenário atual, considerando a alta demanda por esses profissionais no mercado e a competição cada vez mais globalizada por esses talentos.

Além disso, a crescente adoção de modelos de trabalho remoto no mercado em geral aumenta a competição pela contratação desses profissionais, ao derrubar ou limitar o impacto de barreiras territoriais. Ademais, há forte e contínua concorrência no setor de tecnologia da informação pela contratação de profissionais altamente capacitados nas áreas comercial, técnica e em outras, e a Companhia concorre, em nível global, na contratação desses profissionais. Consequentemente, a Companhia pode não ser capaz de obter mão-de-obra qualificada ou ter que oferecer remuneração mais elevada para atrair e manter mão-de-obra qualificada, o que poderá representar custos adicionais não compensados pelo aumento de produtividade ou por preços mais elevados.

A Companhia, adicionalmente, pode não ser capaz de formar e qualificar seus profissionais internos em tempo e quantidade suficientes para diminuir a dependência de contratação de profissionais de mercado para atender a sua demanda.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Decisões judiciais ou administrativas desfavoráveis aos administradores da Companhia podem afetar adversamente os seus resultados operacionais.

Os administradores da Companhia são, e podem vir a ser, partes no polo passivo em investigações, processos judiciais e procedimentos administrativos e arbitrais, das mais diversas naturezas, incluindo, mas não se limitando, a processos cíveis, tributários, trabalhistas, de proteção de dados pessoais e criminais, inclusive em decorrência de notícia de fato em andamento.

Decisões contrárias ou acordos desfavoráveis aos administradores da Companhia poderão afetar seus negócios, sua condição financeira e reputação de forma negativa, inclusive ocasionando a perda de direitos de contratar com a administração pública, de receber incentivos ou benefícios fiscais ou quaisquer financiamentos e recursos da administração pública ou do direito de exploração dos serviços de telecomunicações prestados. Ainda, não podemos garantir que as provisões constituídas pela Companhia, diante de aspectos subjetivos e julgamentos críticos exercidos pela administração na determinação da possibilidade de perda atribuída a cada processo, serão corretas e suficientes para fazer frente ao custo total decorrente dos processos judiciais ou administrativos.

Decisões judiciais e administrativas desfavoráveis aos diretores e conselheiros da Companhia, especialmente em processos envolvendo valores relevantes e causas conexas, que alcancem valores substanciais ou impeçam a realização de negócios conforme inicialmente planejados, poderão causar um efeito adverso nos resultados da Companhia, bem como em seus negócios, situação financeira e o valor de mercado de suas ações. Ademais, eventuais decisões desfavoráveis aos diretores e conselheiros da Companhia poderão ocasionar o impedimento do exercício das funções que desempenham na Companhia.

(e) Riscos relacionados aos fornecedores da Companhia

A perda do relacionamento e/ou falência dos prestadores de serviços, inclusive com relação a serviços de parceiros de tecnologia da informação, ou de suporte para manter os produtos e serviços, podem impactar a continuidade das operações da Companhia.

A Companhia possui fornecedores essenciais para a continuidade da operação e da prestação de serviços aos seus clientes. Os serviços e produtos que a Companhia utiliza de seus parceiros, como por exemplo, sistemas de telecomunicação, internet e data centers são partes fundamentais de sua infraestrutura.

Caso ocorram interrupções ou oscilações no nível de prestação de serviços desses fornecedores, inclusive decorrentes de falhas de segurança da informação e na proteção de dados, os produtos e serviços ofertados pela Companhia aos seus clientes poderão ser afetados, e as falhas ocorridas podem afetar negativamente a percepção do mercado sobre a qualidade e a confiabilidade de seus produtos ou serviços.

A concentração em poucos fornecedores de serviços essenciais à operação pode gerar um nível de dependência prejudicial à Companhia e impactar negativamente na qualidade dos seus produtos e serviços na hipótese de falha ou inadequação do nível de serviço pelos seus fornecedores.

Caso os fornecedores ou prestadores de serviços da Companhia apresentem problemas que impactem ou inviabilizem a entrega e a qualidade dos produtos e serviços ou sofram um processo de insolvência ou de falência que comprometam o cumprimento dos seus contratos, a Companhia pode ser impactada adversamente na sua operação e nos produtos e serviços ofertados aos seus clientes, bem como nos resultados, na sua reputação junto aos clientes e ao mercado e no percentual de retenção de clientes.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia licencia fornecedores de linguagens e/ou plataformas tecnológicas que podem afetar e/ou não acompanhar as expectativas de entrega de acordo com o portfólio de produtos em constante evolução, assim como possuem especificações técnicas dependentes dos produtos e plataformas, passíveis de impactar nas iniciativas de convergência de tecnologias.

A dependência desses fornecedores e a ausência ou falhas no mapeamento da priorização dos produtos e soluções, podem afetar o custo da Companhia em suas tomadas de decisões para manter, descontinuar ou transformar a tecnologia realizando a interface com os processos, pessoas e sistemas. Adicionalmente, não há como garantir que os fornecedores acompanhem e respondam às mudanças no ambiente externo, aos objetivos estratégicos do negócio e aqueles propostos para as soluções disruptivas. Nesse caso, os negócios e resultados operacionais da Companhia poderão ser afetados negativamente.

(f) Riscos relacionados aos clientes da Companhia

Caso os clientes da Companhia percam a confiança na segurança e utilização dos seus dados em função de riscos de vazamento e/ou utilização indevida, as receitas da Companhia poderão ser afetadas adversamente.

As tentativas por parte de programadores experientes ou *hackers* de invadir a segurança de redes de clientes ou a segurança de sites da Internet para apropriar-se indevidamente de dados e informações, inclusive confidenciais, constituem, atualmente, fenômeno amplamente difundido no setor e afeta computadores e redes, passando por todas as plataformas.

As vulnerabilidades de segurança efetivas ou percebidas de produtos da Companhia (ou da Internet de modo geral) podem levar alguns clientes a buscar reduzir ou postergar compras futuras ou comprar produtos concorrentes que não sejam aplicativos baseados na Internet. Os clientes também poderão aumentar seus gastos para proteger suas redes d computadores de quebras de segurança, o que poderia postergar a adoção de novas tecnologias.

Quaisquer dessas providências de clientes poderiam prejudicar os negócios e as receitas da Companhia.

A Companhia pode ter sua base de clientes afetada caso os seus processos de suporte e customer success não sejam adequados para atendimento aos seus clientes.

Tendo em vista a estratégia de crescimento da Companhia, seja por meio de aquisições ou crescimento orgânico, é esperado que seu portfólio de produtos e sua base de clientes aumentem, trazendo desafios do ponto de vista de cobertura da digitalização dos processos de suporte e atendimento aos clientes, bem como da implementação e manutenção de iniciativas de customer success.

Caso a Companhia não seja capaz de prover atendimento e suporte de forma ágil, em prazo adequado e de acordo com as expectativas dos clientes, assim como contribuir para o sucesso desses clientes por meio de processos e ferramentas efetivas de *customer success*, o seu índice de retenção de clientes e seus resultados podem ser adversamente afetados.

4.1 Descrição dos fatores de risco

(g) Riscos relacionados aos setores da economia nos quais a Companhia atua

Condições desfavoráveis no setor da Companhia ou da economia global, bem como reduções em gastos com tecnologia da informação podem limitar a capacidade da Companhia de crescer e desenvolver seu negócio e afetar negativamente seus resultados operacionais.

Os resultados operacionais da Companhia podem variar de acordo com o impacto das mudanças da indústria ou da economia global relacionadas à Companhia ou aos seus clientes. O crescimento de receita e da rentabilidade potencial do nosso negócio depende da demanda pelos *softwares* da Companhia e pelos serviços a eles relacionados, bem como da expansão das dimensões de negócios Business Performance e Techfin, cuja operação poderá ser afetada também por variáveis macroeconômicas que alterem significativamente a taxa de juros, bem como pelo baixo crescimento econômico, fatores que podem inibir a demanda por crédito pelos clientes, alterar as condições de concessão de crédito e a competitividade da companhia. Tendo em vista que a Companhia atua como prestadora de serviços, parte de sua receita decorre do número de novos usuários de *softwares* em cada um de seus clientes, que por sua vez é influenciada pela política de contratação de colaboradores dos clientes e potenciais clientes. Na medida em que condições econômicas desfavoráveis façam com que clientes da Companhia e potenciais clientes mantenham ou reduzam a demanda por seus serviços, a receita desta pode ser afetada negativamente. Historicamente, crises econômicas resultaram em reduções globais nos gastos com tecnologia da informação, bem como a pressão por ciclos de faturamento mais prolongados, como ocorreu durante a recente recessão de 2016 e a crise econômica provocada pela pandemia do coronavírus em 2020.

(h) Riscos relacionados à regulação do setor no qual a Companhia atua

Alterações ou diferentes interpretações nas legislações tributária e trabalhista podem afetar adversamente a estratégia e os resultados da Companhia.

As autoridades tributárias têm frequentemente realizado alterações nos regimes fiscais, como mudanças nas alíquotas e a criação de tributos, temporários ou permanentes, que podem afetar a estratégia da Companhia. Algumas dessas mudanças podem aumentar a carga tributária da Companhia, o que pode restringir sua capacidade de fazer negócios em nossos mercados atuais e, portanto, afetar de forma adversa e relevante a lucratividade.

A Companhia recebe atualmente determinados benefícios fiscais e/ou regimes especiais de tributação. Não é possível garantir que esses benefícios serão mantidos ou renovados no futuro, dado o atual ambiente político e econômico no Brasil e o cenário de possível reforma tributária proposta pelo novo governo federal, com mudanças nos critérios fiscais e tributários que, se aprovada, pode não ser favorável aos negócios da Companhia e afetar negativamente os seus resultados operacionais. Caso a Companhia não consiga renovar seus benefícios fiscais, ou se tais benefícios forem modificados, limitados, suspensos ou revogados. Além disso, certas leis tributárias podem estar sujeitas a interpretações controversas pelas autoridades fiscais. Caso as autoridades fiscais interpretem as leis tributárias de forma diferente das interpretações da Companhia, esta poderá ser adversamente afetada.

Ainda, as atividades desempenhadas pela Companhia estão sujeitas à incidência direta ou indireta de impostos, taxas e contribuições que, por sua vez, estão sujeitos a alterações, podendo impactar adversamente seus negócios, sua situação financeira, seus resultados operacionais e seu fluxo de caixa.

Essas alterações podem resultar em uma maior tributação a ser aplicada: (i) sobre a receita bruta da Companhia;

(ii) sobre os royalties que são pagos aos parceiros da Companhia, tanto no Brasil quanto no exterior; (iii) sobre as receitas financeiras; (iv) sobre a lucratividade bruta; e, principalmente, (v) sobre os custos com pessoal da Companhia. O impacto adverso dessas mudanças nas legislações fiscais e trabalhistas pode afetar negativamente

4.1 Descrição dos fatores de risco

a estratégia e a competitividade da Companhia frente aos seus concorrentes, sobretudo estrangeiros, no caso dessas alterações elevarem apenas a tributação para as empresas estabelecidas no Brasil.

Alterações nas regulamentações do setor financeiro podem dificultar ou inviabilizar novos modelos de negócio

A dimensão de Techfin é um dos pilares que sustentam a estratégica de crescimento da Companhia, em conjunto com as dimensões de Gestão e Business Performance. Essa dimensão envolve a atuação no segmento financeiro, um setor altamente regulado pelo Banco Central do Brasil (Bacen), cujo cenário regulatório é historicamente dinâmico, em função de novos modelos de negócio e produtos que surgem neste setor.

Eventuais alterações na regulação vigente ou novas exigências regulatórias do Banco Central do Brasil podem limitar a expansão dos produtos de crédito atualmente oferecidos, inviabilizar o lançamento de novos produtos, bem como o próprio modelo de negócios ou, ainda, a adequação aos requisitos regulatórios podem exigir um investimento financeiro significativo. Caso esses eventos ocorram, a estratégia e os resultados da Companhia poderão ser adversamente afetados.

(i) Riscos relacionados aos países estrangeiros em que a Companhia atua

Tendo em vista que as atividades da Companhia nos países fora do Brasil não tiveram representação material na receita líquida total da Companhia no último exercício social, a Companhia entende que não está sujeita a riscos relevantes nos países estrangeiros em que atua.

(j) Riscos relacionados a questões sociais

A extensão da pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde em razão da disseminação da COVID-19, a percepção de seus efeitos, e a forma pela qual tal pandemia impactará os negócios da Companhia dependem de desenvolvimentos futuros, que são incertos e imprevisíveis, podendo resultar em um efeito adverso relevante em seus negócios, condição financeira, resultados operacionais e fluxo de caixa.

Em 11 março de 2020, a Organização Mundial de Saúde ("OMS") declarou o estado de pandemia em razão da disseminação global da COVID-19. Em resposta, muitos governos implementaram políticas destinadas a impedir ou retardar a propagação da doença, tais como a restrição à livre circulação e até mesmo o isolamento social. A disseminação da COVID-19 levou a Companhia a modificar algumas de suas práticas de negócios, como a inclusão de medidas sanitárias recomendadas pela OMS, práticas de higienização de locais de trabalho e dos funcionários, implementação de sistema de *home office*, além do cancelamento de participação física em reuniões, eventos e conferências.

Em março de 2022, com o arrefecimento da pandemia globalmente e também no Brasil, a Companhia, seguindo as exigências legais e todos os protocolos sanitários, promoveu o retorno dos seus colaboradores aos seus escritórios, no modelo predominantemente híbrido. Contudo, a COVID-19 ainda continua sendo classificada como pandemia e há incertezas quanto a um possível agravamento futuro. Caso ocorra um agravamento da pandemia, a Companhia poderá vir a tomar outras ações adicionais, conforme exigido pelas autoridades governamentais ou conforme determinado pela administração. A Companhia pode ser adversa e materialmente impactada em seus negócios, em razão do impacto econômico global ou brasileiro, incluindo recessão, desaceleração econômica ou aumento nos níveis de desemprego, que poderá afetar o poder de compra de seus clientes. Por fim, o impacto da

4.1 Descrição dos fatores de risco

pandemia da COVID-19 também pode precipitar ou agravar os outros riscos descritos neste item 4.1 do Formulário de Referência.

(k) Riscos relacionados a questões ambientais

As atividades da Companhia não implicam em riscos relevantes relacionados a questões ambientais.

(l) Riscos relacionados a questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição

Não há riscos climáticos mapeados e considerados materiais, com potencial para causar impacto financeiro ou estratégico significativo para os negócios.

(m) Outras questões não compreendidas nos itens anteriores

O governo federal exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e política brasileira, podem ter um efeito material adverso sobre a Companhia.

O governo federal pode realizar modificações significativas em suas políticas e normas monetárias, creditícias, tarifárias, fiscais e outras, de modo a influenciar de forma significativa a economia brasileira. As medidas adotadas pelo governo federal para controlar a inflação, além da implementação e alteração de outras políticas e normas com potencial impacto no ambiente econômico, podem implicar no aumento das taxas de juros, mudança das políticas fiscais, controle de preços, intervenções no mercado de câmbio, controle de capital e limitação às importações, entre outras medidas. A Companhia não tem controle e não pode prever quais medidas ou políticas o governo federal poderá adotar no futuro.

A Companhia poderá vir a ser material e adversamente afetada por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem certos fatores, tais como:

- expansão ou contração da economia brasileira, conforme medida pelas taxas de crescimento do PIB;
- inflação;
- taxas de câmbio;
- taxas de juros;
- aumento do desemprego;
- mudanças nas leis fiscais e tributárias;
- mudança na legislação trabalhista;
- liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- restrições nas remessas de fundos ao exterior; e
- outros fatores políticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

A incerteza sobre a implementação de mudanças políticas ou regulatórias pelo governo brasileiro cria instabilidade na economia brasileira, aumentando a volatilidade do seu mercado de valores mobiliários. Somadas a essas incertezas, a recessão com um período de lenta recuperação no Brasil e outros desenvolvimentos futuros na economia brasileira podem afetar adversamente as atividades e, consequentemente, os resultados operacionais e o preço de negociação de ações da Companhia.

Instabilidade política pode afetar adversamente a economia brasileira, os negócios da Companhia e os resultados de suas operações, bem como pode afetar também o preço de negociação de suas ações.

O ambiente político brasileiro tem influenciado historicamente o desempenho da economia do país e a confiança de investidores e do público em geral, podendo resultar em desaceleração ou recessão econômica e aumento da volatilidade nos valores mobiliários emitidos por Companhias brasileiras.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Em 2022, ocorreram no Brasil eleições presidenciais, para governos dos estados, senado e câmaras de deputados federais e estaduais. A Companhia não é capaz de prever os eventuais impactos que os resultados das eleições podem ocasionar aos seus negócios em função de mudanças das políticas públicas e sobretudo da política econômica a ser adotada pelo Governo Federal.

Incertezas em relação às mudanças relativas às políticas monetária, fiscal e previdenciária, e à legislação pertinente, podem contribuir para a instabilidade econômica. Essas incertezas e novas medidas podem aumentar a volatilidade do mercado de títulos brasileiros.

O Presidente do Brasil tem poder para determinar políticas relativas à condução da economia brasileira e, consequentemente, afetar as operações e o desempenho financeiro das empresas, incluindo os da Companhia. A Companhia não pode prever quais políticas o Governo Federal irá adotar, muito menos se tais políticas ou mudanças nas políticas atuais poderão ter um efeito adverso sobre a Companhia ou sobre a economia brasileira.

A inflação e os esforços governamentais para combatê-la podem contribuir para um cenário de incerteza econômica, afetando adversamente a Companhia e o preço de mercado das suas ações.

No passado, o Brasil registrou altas taxas de inflação, que tiveram, em conjunto com determinadas ações tomadas pelo governo brasileiro para combatê-la e especulações sobre quais medidas seriam adotadas, efeitos negativos sobre a economia brasileira. O Índice Geral de Preços do Mercado ("**IGP-M**") encerrou 2022 com alta acumulada de 5,45%, ante 17,78% em 2021, o que representou uma desaceleração na comparação entre esses períodos. Historicamente, as medidas adotadas pelo governo brasileiro para o controle inflacionário incluíram a manutenção de rígidas políticas monetárias com elevadas taxas de juros, consequentemente restringindo a disponibilidade de crédito e reduzindo o crescimento econômico. O Comitê de Política Monetária ("**COPOM**") frequentemente ajusta a taxa de juros em situações de incerteza econômica para atingir as metas estabelecidas na política econômica do governo brasileiro. A inflação, bem como as medidas governamentais para combatê-la e a especulação pública sobre possíveis medidas governamentais futuras, tem produzido efeitos negativos relevantes sobre a economia brasileira e contribuído para a incerteza econômica no Brasil, aumentando a volatilidade do mercado de capitais brasileiro, o que pode causar um efeito adverso sobre a Companhia.

Quaisquer medidas tomadas pelo governo brasileiro no futuro, incluindo a redução nas taxas de juros, intervenção no mercado de câmbio e a implementação de mecanismos para ajustar ou determinar o valor do Real, podem desencadear inflação, afetando adversamente o desempenho geral da economia brasileira. Se o Brasil enfrentar inflação alta no futuro, talvez a Companhia não possa ajustar os preços que cobra de seus clientes para compensar os efeitos da inflação em sua estrutura de custos, o que poderia aumentar custos e reduzir as margens operacionais e líquidas da Companhia.

Além disso, no caso de aumento da inflação, o governo brasileiro pode optar por aumentar significativamente as taxas de juros. O aumento nas taxas de juros pode afetar não apenas o custo de nossos novos empréstimos e financiamentos, mas também o custo do endividamento atual da Companhia, bem como seu caixa e equivalentes a caixa, títulos e valores mobiliários e contratos de arrendamento a pagar, que estão sujeitos a taxas de juros. Dessa forma, a flutuação nas taxas de juros brasileiras e a inflação podem nos afetar adversamente porque a Companhia tem empréstimos e financiamentos indexados à variação do Certificado de Depósito Interbancário ("**CDI**") e as Taxas Oficiais de Juros de Longo Prazo ("**TJLP**"). Por outro lado, uma redução significativa nas taxas de CDI, TJLP ou inflação pode afetar adversamente a receita das aplicações financeiras da Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A instabilidade cambial pode prejudicar a economia brasileira e, consequentemente, a Companhia.

A moeda brasileira tem sofrido forte oscilação com relação ao Dólar dos Estados Unidos da América e outras moedas fortes ao longo das últimas quatro décadas. Durante todo esse período, o Governo Federal implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, desvalorizações periódicas, sistemas de mercado de câmbio flutuante, controles cambiais e mercado de câmbio duplo. Desde 1999, o Brasil adota um sistema de câmbio flutuante com intervenções do Banco Central na compra ou venda de moeda estrangeira. De tempos em tempos, houve flutuações significativas da taxa de câmbio entre o Real e o Dólar dos Estados Unidos da América e outras moedas. Em 2016, o Real se valorizou frente ao Dólar em 16,3%, fechando o exercício em R$3,25. Em 29 de dezembro de 2017, a taxa de câmbio Real/Dólar estava R$3,31 e aumentou para R$3,88 no final de 2018, fechando em R$4,01 em 2019. O ano de 2020 ficou marcado por forte aceleração do dólar, fechando em alta de 29,33%, cotado a R$5,19. Em 2021, a taxa de câmbio Real/Dólar encerrou o ano no patamar de R$5,57. Ao final do ano de 2022, a taxa de câmbio Real/Dólar foi de R$5,28. Não se pode assegurar que a desvalorização ou a valorização do Real frente ao Dólar e outras moedas não terá um efeito adverso para as atividades da Companhia. Além disso, alguns custos de serviços atrelados ao dólar podem impactar seus resultados.

A desvalorização do Real pode criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo e os resultados da Companhia, por conta da retração no consumo e do aumento dos custos da Companhia. Por outro lado, a valorização do Real pode levar à deterioração das contas correntes do país e da balança de pagamentos, bem como a um enfraquecimento no crescimento do produto interno bruto gerado pela exportação. A Companhia não exerce quaisquer influências sobre a política cambial adotada no Brasil e nem dispõe da capacidade de prevê-la. A situação financeira, resultados operacionais e perspectivas da Companhia poderão ser afetadas negativamente por mudanças em tais políticas cambiais.

Qualquer rebaixamento na classificação de crédito do Brasil poderá afetar adversamente o preço de negociação das ações da Companhia.

Os *ratings* de crédito afetam a percepção de risco dos investimentos. Agências de classificação avaliam regularmente o Brasil e seus *ratings* soberanos, tendo como base diversos fatores, incluindo tendências macroeconômicas, condições físicas e orçamentárias, métricas de endividamento e a perspectiva de mudanças em quaisquer desses fatores.

As agências de *rating* começaram a revisar a classificação de *rating* de crédito soberano do Brasil em setembro de 2015. Subsequentemente, o Brasil perdeu sua condição de grau de investimento nas três principais agências de *rating*.

- Standard & Poor´s: inicialmente reduziu o *rating* de crédito brasileiro de BBB-negativo para BB-positivo e, posteriormente, reduziu-o novamente de BB-positivo para BB, mantendo sua perspectiva negativa sobre o *rating*, citando uma situação de crédito pior desde o primeiro rebaixamento. No dia 11 de janeiro de 2018, Standard & Poor's rebaixou novamente o *rating* de crédito brasileiro de BB para BB- com uma perspectiva estável, em vista das eleições presidenciais e dos esforços da reforma da previdência. Atualmente, o *rating* de crédito permanece inalterado nesta agência.

- Moody´s: em fevereiro de 2016, a agência rebaixou o *rating* de crédito do Brasil de Baa3 para Ba2-Negativo citando a perspectiva de uma maior deterioração nos indicadores de dívida brasileira, considerando um ambiente de baixo crescimento e com dinâmicas políticas desafiadoras. A classificação alternou algumas vezes entre Ba2-Negativo e Ba2-Estável, entre março de 2017 e abril de 2018, quando recebeu a última alteração, mantendo o rating em Ba2-Estável, com a perspectiva de recuperação do crescimento e expectativa das próximas reformas. Atualmente, o *rating* de crédito permanece inalterado nesta agência.

- Fitch: em maio de 2016 a Fitch rebaixou a classificação para BB com uma perspectiva negativa, a qual foi mantida em 2017. Em fevereiro de 2018, a Fitch rebaixou novamente a classificação de crédito soberano do Brasil para BB-negativo, citando entre outros motivos, déficits fiscais, a elevada e crescente carga da

4.1 Descrição dos fatores de risco

dívida pública e a impossibilidade de implementar as reformas que melhorariam o desempenho estrutural das finanças públicas. Tal classificação se manteve até julho de 2022, quando a agência elevou o rating para BB- estável. A mudança reflete a evolução das finanças públicas acima do esperado, em um curto prazo, e o compromisso das autoridades em retirar os estímulos implementados durante a pandemia, atrelado ao compromisso com o combate à inflação. Atualmente, o *rating* de crédito permanece inalterado nesta agência.

Diante das atualizações de rating que ocorreram desde 2015, o Brasil mantém baixos grau de investimento nas três grandes agências de rating, que apesar de estar com status estável em duas delas, este rating pode gerar consequência nos preços de negociação de valores mobiliários dos mercados de dívida e de ações brasileiro de maneira negativa. Um retorno ao cenário de recessão brasileira poderia levar a novos rebaixamentos. Na data deste Formulário de Referência, o *rating* de crédito brasileiro era classificado como BB-negativo, Ba2-Estável e BB-Estável, pela Standard & Poor´s, Moody´s e Fitch, respectivamente.

Não podemos garantir que as agências de *rating* manterão essas classificações sobre o crédito brasileiro e qualquer rebaixamento de *rating* de crédito soberano brasileiro poderá aumentar a percepção de risco dos investimentos e, como resultado, aumentar o custo de futuras emissões de dívida e afetar adversamente o preço de negociação das ações da Companhia.

A relativa volatilidade do mercado de capitais brasileiro poderá restringir consideravelmente a capacidade dos investidores de vender as ações da Companhia pelo preço desejado e no momento desejado.

O investimento em valores mobiliários brasileiros, como as ações da Companhia, envolve um grau de risco maior do que o investimento em valores mobiliários de emitentes de países cujos cenários político e econômico são mais estáveis, e, em geral, tais investimentos são considerados especulativos por natureza. Esses investimentos estão sujeitos a riscos econômicos e políticos, tais como:

- Alterações no cenário regulatório, tributário, econômico e político que possam afetar a capacidade dos investidores de receber pagamento, no todo ou em parte, relativo a seus investimentos;
- Restrições ao investimento estrangeiro e à repatriação do capital investido; e
- Eventos inesperados e que possam afetar adversamente a economia brasileira ou global, como pandemias e catástrofes naturais de grande escala.

O mercado brasileiro de valores mobiliários é consideravelmente menor, menos líquido, mais volátil e mais concentrado do que os grandes mercados de valores mobiliários internacionais, como o dos Estados Unidos da América. Essas características de mercado poderiam restringir consideravelmente a capacidade dos titulares das ações da Companhia de vendê-las pelo preço e na data que desejarem, afetando de modo desfavorável os preços de comercialização das ações da Companhia.

Riscos relacionados à situação da economia global poderão afetar a percepção do risco em outros países, especialmente nos Estados Unidos da América e mercados emergentes, o que poderá afetar negativamente a economia brasileira, inclusive por meio de oscilações nos mercados de valores mobiliários, o que pode impactar o preço de negociação das ações da Companhia.

O crescimento da Companhia está diretamente atrelado à expansão do mercado interno brasileiro, estando os negócios da Companhia bastante integrados às operações de seus clientes, distribuídos em diversos setores econômicos. A redução do ritmo de crescimento econômico do país ou mesmo um eventual cenário de recessão, com retração da demanda no atacado e varejo, a redução de investimentos em bens de capital e infraestrutura, além do acirramento da concorrência no setor, podem afetar diretamente o resultado operacional e financeiro da Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Além disso, o valor de mercado de valores mobiliários de emissão de Companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive economias desenvolvidas como Estados Unidos da América, de certos países europeus e emergentes. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses países pode causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários das Companhias brasileiras, em especial, aqueles negociados em bolsas de valores. Os preços das ações na B3, por exemplo, são historicamente afetados por flutuações nas taxas de juros vigentes nos Estados Unidos da América, bem como pelas variações dos principais índices de ações do país. Qualquer aumento nas taxas de juros de outros países, especialmente nos Estados Unidos da América, pode reduzir a liquidez global e o interesse dos investidores nos mercados de capitais brasileiros, afetando negativamente as ações da Companhia. Crises ou acontecimentos relevantes em outros países e mercados de capitais podem reduzir o interesse dos investidores nos valores mobiliários das Companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários de emissão da Companhia e o seu respectivo preço de negociação, podendo dificultar ou impedir totalmente o acesso da Companhia aos mercados de capitais e ao financiamento de suas operações no futuro em termos aceitáveis.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

Dentre os fatores de riscos apresentados no item 4.1, a Companhia considera que os 5 (cinco) principais fatores de risco (elencados conforme criticidade) são:

1. ***O sucesso da Companhia depende de sua capacidade de desenvolver novos produtos e serviços, integrar os produtos e serviços adquiridos e aperfeiçoar seus produtos e serviços existentes (Item 4.1, Página 103)***

2. ***A Companhia pode não ser capaz de concorrer eficientemente nas dimensões de Techfin e Business Performance (Item 4.1, Página 104)***

3. ***As aquisições apresentam riscos e a Companhia pode não alcançar as metas estratégicas previstas à época de qualquer transação (Item 4.1, Página 105)***

4. ***Interrupções ou falhas nos sistemas de informações ou incidentes de segurança cibernética, incluindo ataques à infraestrutura necessária para manter sistemas de TI, poderão afetar adversamente e de forma significativa a Companhia (Item 4.1, Página 106)***

5. ***A Companhia está sujeita a riscos associados ao não cumprimento das leis de proteção de dados (nacionais e internacionais), podendo ser afetada adversamente pela aplicação de multas e outros tipos de sanções (Item 4.1, Página 106)***

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Os principais riscos de mercado aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas na execução de suas atividades são: (i) risco de liquidez; (ii) risco de crédito; (ii) risco de taxa de juros; e (iii) risco de taxa de câmbio. Não há garantias, no entanto, de que a Companhia não será adversamente afetada por outros riscos de mercado que não aqueles aqui descritos.

Risco de Liquidez

Possibilidade de a Companhia não ser capaz de honrar seus compromissos, correntes e futuros, em virtude de indisponibilidade de caixa, tendo como consequência, o impacto em suas operações.

Risco de Crédito

Risco de crédito é o risco da contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento, o que levaria a um prejuízo financeiro. A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada também pelas características individuais de cada cliente.

Risco de Taxa de Juros e Inflação

O risco de taxa de juros decorre da parcela da dívida e das aplicações financeiras referenciadas ao Certificado do Depósito Bancário ("**CDI**"), que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

Os instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas são representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e a pagar, empréstimos e financiamentos, além das debêntures, os quais estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, ou pelo valor justo quando aplicável, em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021. Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação do CDI.

Os principais custos e despesas da Companhia são periodicamente reajustados. Exemplo de gastos reajustados com base em índices de inflação previamente definidos são as despesas com aluguel e com comunicação. Já as despesas com salários, benefícios e encargos, que representaram 53,3% e 53,6% do total de custos e despesas operacionais nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, respectivamente, são parte de negociações coletivas regionais, que tomam os índices de inflação (geralmente próximos ao Índice de Preço ao Consumidor Amplo ("**IPCA**") como referência.

Os contratos da Receita Líquida de Software Recorrente, que representaram 85,6% e 82,9% da Receita Líquida de Software Total no período findo em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, respectivamente (cobrindo 103% do total de custos e despesas operacionais) também são reajustados anualmente com base em índices de inflação, tomando principalmente como base o IGP-M e o IPCA.

Historicamente, a Companhia também reajusta a tabela de preços das taxas de licenciamento de *software*, dos acessos de subscrição e das taxas horárias de serviços com base em índices de inflação. Não há garantia de que a Companhia continue a repassar os impactos inflacionários sobre essas linhas de receita futuramente.

Uma vez que os índices inflacionários utilizados para reajustar as linhas de receita são diferentes daqueles utilizados para reajustar os custos e despesas, a inflação pode provocar efeitos relevantes sobre suas operações.

Os investimentos avaliados pelo valor justo por meio de resultado são representados por *startups* de capital fechado e, por não terem preços cotados em mercado ativo, o valor justo para estes investimentos é mensurado por múltiplas técnicas de avaliação praticadas pelo mercado, como fluxo de caixa descontado ou múltiplos de receita, considerando a razoabilidade da faixa de valores. A mensuração do valor justo é o ponto dentro dessa faixa que melhor represente o valor justo nas circunstâncias. Com o objetivo de verificar a sensibilidade do indexador sobre as dívidas as quais a Companhia está exposta na data base de 31 de dezembro de 2022, foram definidos três cenários diferentes. Com base nos valores do CDI vigente nesta data, foi definido o cenário provável (cenário I) para o ano de 2022 e a partir deste foi calculada variações de 25% (cenário II) e 50% (cenário III). Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta, não levando em consideração a incidência de tributos e o fluxo de vencimentos

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

de cada contrato programado para 2022. A data base utilizada para os empréstimos e financiamentos foi de 31 de dezembro de 2022, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Operação (R$ mil)	Saldos em 31/12/2022	Risco	Cenário Provável I	Cenário II	Cenário III
		Aumento do CDI	12,39%	15,49%	18,59%
Empréstimos e Financiamentos[1]	R$ 575		71	89	107
Debêntures	R$ 1.547.009		191.674	239.632	287.589
Despesa Financeira Estimada			191.745	239.721	287.696

[1] O saldo não contempla arrendamento mercantil.

No que tange aos Ativos Financeiros, para cada cenário foi calculada a “receita financeira bruta”, não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi de 31 de dezembro de 2022, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Operação (R$ mil)	Saldos em 31/12/2022	Risco	Cenário Provável I	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras consolidadas	2.713.140	Redução do CDI	12,39%	9,29%	6,20%
Receita financeira estimada			**336.158**	**252.051**	**168.215**

Risco de Taxa de Câmbio

O risco de taxa de câmbio decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os passivos decorrentes de empréstimos e compromissos de compra em moeda estrangeira ou que reduzam os ativos decorrentes de valores a receber em moeda estrangeira.

Algumas controladas atuam internacionalmente e estão expostas ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas como Dólar americano (USD), Peso Argentino (ARS), Peso Mexicano (MXN), Peso Chileno (CLP).

No período findo em 31 de dezembro de 2022 os saldos dos ativos são superiores aos saldos dos passivos expostos conforme demonstrado abaixo:

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Em 31 de dezembro de 2022 (em R$ mil)						
Empresa	**Contas a pagar**	**Caixa e equivalente de caixa**	**Contas a receber**	**Outros ativos (i)**	**Exposição líquida**	**Moeda**
RJ Consultores México	(28)	1.296	517	-	1.785	Peso (MXN)
CMNet Participações	(26)	300	126	106	506	Peso (CLP) e EUR
CMNet Argentina	(45)	1.352	248	-	1.555	Peso (ARS)
TOTVS S.A.	(6.136)	125	-	-	(6.011)	USD
TOTVS México	(2.892)	1.613	9.238	-	7.959	Peso (MXN)
TOTVS Argentina	(2.907)	5.851	10.255	-	13.199	Peso (ARS)
TOTVS Incorporation [(i)]	(337)	1.572	697	93.144	95.076	USD
RD Colômbia	(27)	1.165	-	-	1.138	Peso (COP)
RD Station	(93)	-	-	-	(93)	USD
Feedz Tecnologia S.A	(28)	-	-	-	(28)	USD
Total	**(12.519)**	**13.274**	**21.081**	**93.250**	**115.086**	

[(i)] O valor de R$93.144 refere-se ao ativo financeiro de investimento da Companhia na empresa *GoodData*.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em ações judiciais sobre questões tributárias, trabalhistas e cíveis.

Quanto aos processos judiciais e administrativos de natureza ambiental, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas controladas não eram partes em quaisquer ações desta natureza.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências atuais, as decisões mais recentes nos tribunais sobre cada tema, bem como a avaliação dos advogados externos. A Companhia revisa suas estimativas e premissas continuamente.

A Companhia registra provisões para contingências de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS e constitui provisões para processos com chance de perda provável, conforme avaliados e classificados por seus consultores legais e pela Administração. Para aqueles processos, cuja probabilidade de perda é considerada possível, a Companhia não registra qualquer provisão; no entanto, divulga nas notas explicativas de suas demonstrações financeiras, a natureza e valores dos temas mais relevantes enquadrados nessa categoria.

O valor das provisões constituídas em 31 de dezembro de 2022 são como segue:

(Em milhares de Reais)

Em 31.12.2022	
Tributárias	11.881
Trabalhistas	62.463
Cíveis	33.147
Ambientais	-
Total	**107.491**

Tributário e Previdenciário

Em 31 de dezembro de 2022, a provisão constituída para as demandas tributárias totalizou a quantia de R$11.881 mil (R$9.090 mil em 31 de dezembro de 2021). Não há processos de natureza tributária com prognóstico de perda provável que a Companhia julgue individualmente relevantes.

Os processos de natureza tributária e previdenciária classificados como de perda possível referem-se, principalmente, a ações que discutem lançamentos de ISS e de compensações com saldo negativo de CSLL e de IRPJ.

Em 31 de dezembro de 2022, o valor discutido nessas ações, classificadas como de perda possível, totaliza a quantia de R$246.264 mil (R$187.353 mil em 31 de dezembro de 2021).

4.4 Processos não sigilosos relevantes

- Lista de Processos individualmente relevantes de natureza tributária/previdenciária - Prognóstico de Perda Possível

Processo: 1029577-12.2021.8.26.0053 (antigo 6017.2019/0010313-2)	
a. Juízo	3ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo
b. Instância	21ª Instância
c. Data de instauração	05/07/2021
d. Partes no processo	Autora: TOTVS S/A Ré: Prefeitura de São Paulo
e. Valores, bens ou direitos envolvidos (R$ milhões)	R$ 24.897 mil (atualizado até 31/12/2022)
f. Principais fatos	Trata-se de Ação Anulatória de débito fiscal para cancelamento de 227 autos de infração reunidos no processo administrativo nº 6017.2019/0010313-2 lavrados contra a TOTVS, em que se pretende a cobrança de ISS supostamente devido sobre serviços de suporte técnico de informática e desenvolvimento de software, relativo ao ano calendário de 2014. Em abril de 2021 houve o trânsito em julgado do processo administrativo para anular parcialmente a autuação. Em maio de 2021 foi protocolada a ação anulatória, com apresentação de seguro garantia. Em maio de 2021, foi proferida decisão reconhecendo que, em face da garantia ofertada, os débitos objeto da ação não deverão obstar a emissão da certidão negativa com efeitos de positiva da companhia. Em julho de 2021 houve o início da prova pericial, ainda em andamento. Em agosto de 2021 houve o ajuizamento de 20 execuções fiscais relacionadas com os autos de infração em discussão na ação anulatória. Em dezembro de 2021 foi proferida decisão determinando o processo de execução principal nº 1640748-97.2021.8.26.0090, com a apensação das outras 19 execuções e suspendendo o curso ação executiva até o julgamento definitivo da ação anulatória.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Em dezembro de 2022 foi proferida sentença parcialmente procedente para anular 98% da exigência fiscal. Na oportunidade foi constituída provisão do valor mantido em primeira instância no valor de R$573 mil.
h. Estágio do processo	Segunda Instância Judicial
i. Chance de perda	Possível - R$24.897 mil
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Processo em que a Companhia figura no polo passivo e cujo valor é superior a R$13.000 mil, com prognóstico de perda possível.
k. Impacto em caso de perda do processo	Pagamento do valor envolvido.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo: 0000756-14.0500.8.26.0090	
a. Juízo	Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
b. Instância	1ª Instância
c. Data de instauração	27/02/2019
d. Partes no processo	Autora: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO Ré: TOTVS S/A
e. Valores, bens ou direitos envolvidos (R$ milhões)	R$ 14.897 mil (atualizado até 31/12/2022)
f. Principais fatos	Trata-se de execução fiscal para a cobrança de ISS, sobre supostas prestações de serviços realizados no Município de São Paulo no período de 1996 a 2001, o qual, segundo alegação da Fazenda, não teria sido recolhido. Considerando a não apresentação de documentos pela empresa à época, a Fazenda arbitrou o valor do imposto cobrado. Foram opostos embargos à execução, na data de 18/02/2015, distribuídos sob o nº 0000557-86.2015.8.26.0090, alegando-se a prescrição da cobrança e a desconstituição do arbitramento do valor do imposto devido. Atualmente, os autos estão passando por perícia judicial iniciada em maio de 2019. Aguardamos a análise das provas apresentadas ao perito para a verificação dos serviços que de fato foram prestados dentro do território do Município de São Paulo para que seja avaliado se o arbitramento está correto.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Até o momento não foram proferidas decisões de mérito.
h. Estágio do processo	Primeira Instância Judicial
i. Chance de perda	Possível - R$14.897 mil
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Processo em que a Companhia figura no polo passivo e cujo valor é superior a R$13.000 mil, com prognóstico de perda possível.
k. Impacto em caso de perda do processo	Pagamento do valor envolvido. Em caso de perda do processo, a parte contrária efetuará o levantamento da quantia já depositada nos autos, em montante a ser apurado em liquidação de sentença.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo: 10880-957.117/2021-95	
a. Juízo	Receita Federal do Brasil
b. Instância	1ª Instância
c. Data de instauração	12/08/2021
d. Partes no processo	Autora: Receita Federal do Brasil Ré: TOTVS S/A
e. Valores, bens ou direitos envolvidos (R$ milhões)	R$ 18.817 mil (atualizado até 31/12/2022)
f. Principais fatos	Trata-se de despacho decisório que não homologou compensações efetuadas com saldo negativo de IRPJ do período de 2015.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Até o momento não foram proferidas decisões de mérito.
h. Estágio do processo	Primeira Instância Administrativa.
i. Chance de perda	Possível - R$18.817 mil
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Processo em que a Companhia figura no polo passivo e cujo valor é superior a R$13.000 mil, com prognóstico de perda possível.
k. Impacto em caso de perda do processo	Pagamento do valor envolvido.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo: 10880946.760/202274	
a. Juízo	Receita Federal do Brasil
b. Instância	1ª Instância
c. Data de instauração	11/08/2022
d. Partes no processo	Autora: Receita Federal do Brasil Ré: TOTVS S/A
e. Valores, bens ou direitos envolvidos (R$ milhões)	R$ 17.593 mil (atualizado até 31/12/2022)
f. Principais fatos	Trata-se de despacho decisório que não homologou compensações efetuadas com saldo negativo de IRPJ do período de 2017
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Até o momento não foram proferidas decisões de mérito
h. Estágio do processo	Primeira Instância Administrativa
i. Chance de perda	Possível - R$17.593 mil
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Processo em que a Companhia figura no polo passivo e cujo valor é superior a R$13.000 mil, com prognóstico de perda possível.
k. Impacto em caso de perda do processo	Pagamento do valor envolvido.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo: 10880-942.958/2021-06	
a. Juízo	Receita Federal do Brasil
b. Instância	1ª Instância
c. Data de instauração	08/07/2021
d. Partes no processo	Autora: Receita Federal do Brasil Ré: TOTVS S/A
e. Valores, bens ou direitos envolvidos (R$ milhões)	R$ 14.821 mil (atualizado até 31/12/2022)
f. Principais fatos	Trata-se de despacho decisório que não homologou compensações efetuadas com saldo negativo de IRPJ do período de 2016
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Até o momento não foram proferidas decisões de mérito
h. Estágio do processo	Primeira Instância Administrativa
i. Chance de perda	Possível - R$14.821 mil
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Processo em que a Companhia figura no polo passivo e cujo valor é superior a R$13.000 mil, com prognóstico de perda possível.
k. Impacto em caso de perda do processo	Pagamento do valor envolvido.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Cível

Em 31 de dezembro de 2022, a provisão constituída para as demandas cíveis totalizou a quantia de R$33.147 mil (R$25.643 mil em 31 de dezembro de 2021). Não há processos de natureza cível com prognóstico de perda provável que a Companhia julgue individualmente relevantes

Os processos de natureza cível classificados como de perda possível se referem, principalmente, a ações ajuizadas por clientes sob a alegação de determinados problemas na prestação de serviços oferecidos aos clientes, aplicação do incremento padrão, aplicação de carência a contratos rescindidos e cobranças feitas indevidamente.

- Lista de Processos individualmente relevantes de natureza cível - Prognóstico de Perda Possível

Processo: 1057798-58.2021.8.26.0100	
a. Juízo	11ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Capital/SP
b. Instância	1ª Instância
c. Data de instauração	08/06/2021
d. Partes no processo	Autor: Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A. Ré: TOTVS S/A
e. Valores, bens ou direitos envolvidos (R$ milhões)	R$16.154 mil (atualizado até 31/12/2022)
f. Principais fatos	Ação cível movida pela empresa autora informando que após assinatura das propostas comerciais, os prazos acordados para a entrega da implantação dos serviços não teriam sido cumpridos. A empresa alegou que novos prazos foram acordados entre as partes e logo após, a TOTVS foi surpreendida com o pedido de rescisão contratual. Por fim, pleiteia a rescisão contratual, perdas e danos e lucros cessantes. O processo encontra-se em fase probatória.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Até o momento não foram proferidas decisões de mérito
h. Estágio do processo	Fase probatória
i. Chance de perda	Possível - R$16.154 mil
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Processo em que a Companhia figura no polo passivo e cujo valor é superior a R$13.000 mil, com prognóstico de perda possível.
k. Impacto em caso de perda do processo	Pagamento do valor envolvido.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Trabalhistas

A Companhia possui provisão relativa aos processos movidos por ex-empregados e de empresas prestadoras de serviços, onde se alega redução de suas comissões sobre vendas e serviços, reconhecimento de vínculo empregatício, verbas rescisórias, horas extras, etc. Em 31 de dezembro de 2022, a provisão constituída para essas demandas totalizava R$62.463 mil (R$72.913 mil em 31 de dezembro de 2021).

Não há processos de natureza trabalhista com prognóstico de perda provável e possível que a Companhia julgue individualmente relevantes.

Ambientais

Não há processos de natureza ambiental.

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

Tributário

A Companhia constituiu provisão relativa ao processo 1029577-12.2021.8.26.0053, em razão da publicação da decisão de mérito em primeira instância, que ratificou integralmente o laudo pericial para declarar que os serviços de treinamento foram classificados em código diverso do previsto na legislação municipal. A Companhia apresentou recurso em segunda instância sobre o valor controverso, que representa aproximadamente 2% do valor total atualizado da autuação. Em 31 de dezembro de 2022, a provisão constituída para essa demanda totaliza R$573 mil (não havia provisão constituída em 31 de dezembro de 2021).

Cível

Em 31 de dezembro de 2022, a provisão constituída para as demandas cíveis totalizou a quantia de R$33.147 mil (R$25.643 mil em 31 de dezembro de 2021). Não há processos de natureza cível com prognóstico de perda provável que a Companhia julgue individualmente relevantes.

Os processos de natureza cível classificados como de perda possível se referem, principalmente, a ações ajuizadas por clientes sob a alegação de determinados problemas na prestação de serviços oferecidos aos clientes, aplicação do incremento padrão, aplicação de carência a contratos rescindidos e cobranças feitas indevidamente.

Trabalhista

A Companhia possui provisão relativa aos processos movidos por ex-empregados e de empresas prestadoras de serviços, onde se alega redução de suas comissões sobre vendas e serviços, reconhecimento de vínculo empregatício, verbas rescisórias, horas extras, etc. Em 31 de dezembro de 2022, a provisão constituída para essas demandas totalizava R$62.463 mil (R$ 72.913 mil em 31 de dezembro de 2021).

4.6 Processos sigilosos relevantes

A Companhia não está envolvida em processos sigilosos relevantes.

4.7 Outras contingências relevantes

Em novembro de 2011, a Companhia firmou Termo de Ajuste de Conduta ("**TAC**") com o Ministério Público do Trabalho de Minas Gerais, que versa sobre obrigações trabalhistas. No TAC, a Companhia assumiu o compromisso de abster-se de praticar atos que pudessem ser considerados como em desacordo com a legislação trabalhista, sob pena de aplicação de multas pecuniárias. A Companhia vem envidando todos os esforços para cumprir as obrigações assumidas no TAC que, atualmente, está sob acompanhamento do Ministério Público do Trabalho de Minas Gerais.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

(a) Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando em caso afirmativo, o órgão que aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política.

A Companhia possui uma Política de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance ("**Política de Gestão de Riscos**"), a fim de regulamentar o processo de identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e reporte dos riscos estratégicos, operacionais, financeiros, abrangendo risco de mercado, regulatórios/*compliance* e de tecnologia da informação. A atualização dessa política foi aprovada pelo Conselho de Administração em 05 de maio de 2023, e está sob responsabilidade da área de Controles Internos, Riscos e Compliance.

A Política de Gestão de Riscos está disponível no site de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.totvs.com/esg/estatuto-politicas-e-regimento/) e da CVM (http://www.cvm.gov.br/) e da B3 (www.b3.com.br).

(b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, incluindo:

O objetivo da Política de Gestão de Riscos é estabelecer os princípios, as diretrizes e responsabilidades a serem observados no gerenciamento de riscos corporativos, controles internos e compliance, bem como disseminar a cultura de Gestão de Riscos e o Programa de integridade por todos os níveis da Companhia.

A política visa, ainda, assegurar a presença dos seguintes elementos:

Governança e Cultura de Gestão de Riscos:
A cultura de gestão de riscos deve ser disseminada em todos os níveis da Companhia e a gestão e o monitoramento dos riscos devem ser realizados de forma descentralizada pelas respectivas áreas responsáveis pelos riscos. Os gestores são responsáveis primários pela gestão cotidiana dos riscos associados à sua área e/ou pelo processo de negócio e disseminação da cultura de gestão de riscos entre seus liderados, gerenciando a exposição aos riscos por meio de planos de ação definidos e monitorados pelo Conselho de Administração.

Identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e reporte:
Os riscos devem ser periodicamente identificados, analisados, avaliados e documentados de forma estruturada para que possam ser tratados adequadamente e reportados aos órgãos competentes.

A Matriz de Riscos é revisada anualmente pela área de Controles Internos, Riscos e Compliance e validada pelos Vice-Presidentes e Presidente da Companhia, sendo o Comitê de Auditoria Estatutário responsável por avaliar e recomendar a sua aprovação ao Conselho de Administração.

De acordo com os critérios definidos na Política, os riscos contidos na matriz são objeto de planos de ação apresentados e periodicamente reportados ao Comitê de Auditoria Estatutário e ao Conselho de Administração, em conjunto com os Indicadores Chave de Risco ("**KRI's**") apurados e o nível de exposição aos riscos.

(i) riscos para os quais se busca proteção

A Política de Gestão de Riscos visa a proteção da Companhia contra os principais tipos de riscos, que podem afetar o curso e o atingimento dos seus objetivos de negócios. A Companhia considera, dentre outros aspectos, fatores internos e externos e categoriza seus riscos conforme as diretrizes abaixo:

Riscos Estratégicos: trata-se dos eventos de riscos associados às decisões que afetam a estratégia de negócios ou os objetivos estratégicos da Companhia, considerando os ambientes interno e externo.

Riscos Operacionais: referem-se às possíveis perdas resultantes de falhas, deficiências ou inadequação de processos internos, pessoas, ambiente tecnológico ou provocadas por eventos externos.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Riscos Financeiros: trata-se de exposição a potenciais perdas financeiras da Companhia, incluindo riscos de mercado.

Riscos Regulatórios/de *Compliance*: refere-se aos riscos de sanções legais ou regulatórias, de perda financeira ou de reputação que a Companhia pode sofrer como resultado de falhas no cumprimento da aplicação de leis, acordos, regulamentos, Código de Ética e Conduta, dentre outros.

Riscos de Tecnologia da Informação: trata-se dos riscos relacionados ao ambiente de tecnologia da informação (infraestrutura, gestão de acessos, segurança da informação) que podem impactar os negócios da Companhia, como a ocorrência de *ciberataques*, vazamento e/ou perda de integridade de informações, indisponibilidade do ambiente de TI e obsolescência tecnológica.

Risco de taxa de juros e inflação: o risco de taxa de juros é o risco de mercado decorrente da parcela da dívida e das aplicações financeiras referenciadas ao CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação. Os direitos creditórios gerados pelos Produtos de Crédito – Supplier, ativo classificado mantido para a venda, são de curto prazo e, portanto, não estão sujeitos a variações de taxas de juros.

Riscos de taxas de câmbio: os riscos de taxas de câmbio são riscos de mercado decorrentes da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os passivos decorrentes de empréstimos e compromissos de compra em moeda estrangeira ou que reduzam os ativos decorrentes de valores a receber em moeda estrangeira. Além disso, algumas controladas atuam internacionalmente e estão expostas ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas como dólar americano (USD), Peso Argentino (ARS), Peso Mexicano (MXN), Peso Chileno (CLP) e Peso Colombiano (COP).

(ii) instrumentos utilizados para proteção
A Companhia possui as seguintes práticas:

Riscos Estratégicos (Negócio):

Os riscos estratégicos são mapeados pela Área de Controles Internos, Riscos e Compliance, com base na avaliação dos ambientes interno e externo e em entrevistas com os respectivos "donos" de cada risco na Companhia, responsáveis ainda pela avaliação conjunta dos fatores de risco, impacto e probabilidade, bem como pela implementação dos planos de ação, de forma a garantir a mitigação dos riscos. As ações de melhoria (planos de ação) são objeto de acompanhamento e monitoramento pela Área de Controles Internos, Riscos e Compliance, além de reporte ao Comitê de Auditoria Estatutário e ao Conselho de Administração.

Riscos Operacionais e Tecnologia da Informação:

São identificados e documentados por meio do mapeamento dos processos considerados críticos pela Área de Controles Internos, Riscos e Compliance. Após a identificação dos riscos, são atribuídos seus respectivos impactos e probabilidades, a fim de identificar as ações de melhoria (planos de ação) necessárias para sua mitigação, cabendo a sua implementação às áreas responsáveis.

Os referidos planos de ação são objeto de acompanhamento e monitoramento pela Área de Controles Internos, Riscos e Compliance, além de reporte às estruturas competentes de governança e gestão da Companhia, como o Comitê de Auditoria Estatutário e o Conselho de Administração.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Riscos Financeiros:

Com relação ao risco de crédito associado às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas atuam de modo a diversificar essa exposição entre instituições financeiras de mercado. As aplicações financeiras devem ser alocadas em instituições cuja classificação de risco seja igual ou superior ao Risco Soberano (Risco Brasil) atribuído pelas agências de rating Standard & Poor's, Moody's ou Fitch, observado, que, no caso de aplicação em fundos de investimento, a referida classificação será substituída pela classificação "Grau de Investimento", atribuída pela ANBIMA. O valor alocado em cada emissor, exceto União/títulos públicos federais, não pode superar 30% do montante total dos saldos em contas correntes somados aos das aplicações financeiras, como também não pode representar mais que 5% do patrimônio líquido do emissor/fundo de investimento.
A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de crédito é influenciada também pelas características individuais de cada cliente. A Companhia e suas controladas estabeleceram uma política de crédito em que cada novo cliente tem a sua capacidade de crédito analisada individualmente antes dos termos e condições normais de pagamento.

Para as contas a receber da Companhia e suas controladas de software, a carteira de clientes é bastante diversificada, com baixo nível de concentração e estabelece uma estimativa de provisão para perdas que representa sua estimativa de perdas incorridas em relação às contas a receber. O principal componente desta provisão é específico e relacionado a riscos individuais significativos.

A estrutura de avaliação de risco da carteira dos produtos de crédito da controlada Supplier, ativo classificado como mantido para venda, está baseada em metodologias estatísticas de *Application e Behavior Scoring*, além de utilização de instrumentos mitigadores de risco, como seguro de crédito e interveniência. Além disso, a controlada Supplier Administradora busca prevenir eventuais riscos da carteira de crédito por meio de relatórios de acompanhamentos, comitê de risco, ações de readequação de limites de crédito, monitoramento de carteira e melhorias no sistema de cadastro. As perdas potenciais de crédito são mitigadas, quando necessário, através de seguros, garantidos pelo emissor, desde que aprovada pelo comitê de cartão de crédito. A avaliação da eficiência desses instrumentos é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas significativas. Cabe destacar que o giro da carteira é rápido com prazo médio de 71 dias, ou quando são vendidos no curto prazo.

Riscos Regulatórios/de Compliance:

A Companhia monitora as novas regulamentações aplicáveis ao negócio, bem como as alterações no arcabouço regulatório ao qual está submetida. Após a avaliação de impacto ao negócio, são identificadas as medidas necessárias para cumprimento dos requisitos legais, cabendo às áreas responsáveis providenciar as adequações pertinentes, com o devido apoio legal do Departamento Jurídico. Além disso, do ponto de vista de anticorrupção a Companhia possui um Programa de Integridade apto à prevenção, detecção e remediação de atos ilícitos e/ou que violem as diretrizes de conduta da Companhia. Adicionalmente, a área de Controles Internos, Riscos e Compliance possui uma interação contínua com a área de Relações Institucionais e Governamentais com o intuito de antecipar potenciais impactos regulatórios que eventualmente poderão afetar os negócios da Companhia.

Inflação:

A Companhia entende que o impacto e a volatilidade de índices inflacionários, como o IGP-M e o IPCA, sobre seu resultado operacional é mitigado pelo reajuste anual dos contratos de manutenção e de subscrição e pelos reajustes periódicos nas tabelas de preços para novas vendas, que englobam as taxas de licenciamento, cobranças recorrentes de contratos de subscrição e nas taxas horárias dos projetos de serviços vendidos. No entanto, como mencionado no item 4.3, essa estratégia de proteção natural não trata o risco residual do descasamento entre a inflação de custos e despesas e os índices de inflação aplicados nos contratos de manutenção e de subscrição. Com base no histórico, a Companhia entende que esses indicadores de inflação tendem a convergir no médio/longo prazo. Assim, a Companhia utiliza como instrumento de proteção o reajuste das receitas com base em índices de preços.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Taxa de juros:

A Companhia busca monitorar o endividamento líquido por meio da comparação da geração operacional de caixa e a dívida total. Ainda, a Companhia utiliza como instrumento de proteção o monitoramento do índice de Endividamento e do fluxo de caixa das operações individuais e consolidadas.

Variação cambial:

No atual estágio de maturidade das suas operações internacionais, a Companhia busca dimensionar estruturas de custos e despesas compatíveis com as respectivas gerações de receita. A Companhia atua para que sua exposição líquida em variação cambial seja mantida em nível aceitável de acordo com as políticas e limites definidos pela Administração e, conforme mencionado no item 4.3, no período findo em 31 de dezembro de 2022 os saldos dos ativos são superiores aos saldos dos passivos. Adicionalmente, a Companhia busca a proteção através de operações internacionais com receitas e custos essencialmente incorridos nas mesmas moedas.

(iii) estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Conselho de Administração: órgão de deliberação que, entre outras atribuições, tem por objetivo monitorar a operação da Companhia e avaliar periodicamente sua exposição a riscos, bem como:

- Definir os objetivos estratégicos e aprovar a metodologia de gestão de riscos da Companhia;
- Aprovar a Política de Gestão de Riscos;
- Determinar os níveis de apetite e de tolerância aos riscos propostos pela Administração e recomendados pelo Comitê de Auditoria Estatutário;
- Aprovar anualmente a Matriz de Riscos Prioritários tomando conhecimento das respectivas ações de gerenciamento adotadas e seus resultados, bem como os KRI's" a serem monitorados;
- Aprovar a documentação de informações públicas sobre o modelo de gestão de riscos e transparência de informações prestadas ao público interno e externo;
- Acompanhar e deliberar sobre as recomendações do Comitê de Auditoria Estatutário a respeito dos resultados da Gestão de Riscos; e
- Aprovar a assunção de riscos Altos e Críticos.

Comitê de Governança e Indicação: órgão de assessoramento do Conselho de Administração, responsável por:

- Avaliar a Política de Gestão de Riscos e apresentar recomendação ao Conselho de Administração quanto à sua aprovação.

Comitê de Auditoria Estatutário: órgão de assessoramento do Conselho de Administração, cujas atribuições incluem:

- Avaliar a Política de Gestão de Riscos e apresentar recomendação ao Comitê de Governança e Indicação quanto à sua aprovação pelo Conselho de Administração;
- Auxiliar a Administração na definição das diretrizes e metodologia de gestão de riscos, além das métricas de mensuração da tolerância e apetite aos riscos, apresentando ao Conselho de Administração sua recomendação de aprovação;
- Avaliar os trabalhos de Gestão de Riscos e a construção da Matriz de Riscos Prioritários, apresentando ao Conselho de Administração suas recomendações;
- Avaliar e recomendar ao Conselho de Administração a fixação dos níveis de apetite e de tolerância aos riscos;
- Acompanhar periodicamente os planos de ação mitigatórios e os Indicadores Chave de Risco - KRI's apurados, reportando ao Conselho de Administração desvios e ocorrências consideradas relevantes; e
- Fazer recomendações ao Conselho de Administração quanto à assunção de riscos Altos e Críticos.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Vice-Presidências e Diretorias: suas atribuições incluem:

- Gerir os riscos sob sua responsabilidade e auxiliar na criação de controles e ações mitigatórias.

Controles Internos, Riscos e Compliance: estruturada em uma gerência executiva subordinada ao Diretor Presidente. A estrutura conta ainda com duas coordenações distintas: controles internos e seguros; e gestão de riscos e compliance. A área tem como principais atribuições:

- Propor alterações e submeter a Política de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance à aprovação do Conselho de Administração por recomendação do Comitê de Auditoria Estatutário e do Comitê de Governança e Indicação;
- Estruturar, implementar, gerir e disseminar a metodologia de gestão de riscos;
- Monitorar e reportar os planos de ação e os indicadores de chave de risco definidos para gerenciamento dos riscos;
- Conscientizar os gestores e demais colaboradores sobre a importância da gestão de riscos;
- Atuar de forma independente e autônoma, de modo a garantir a imparcialidade em todas as suas atividades e reportar ao Comitê de Auditoria Estatutário caso algo interfira em sua independência; e
- Reportar a Matriz de riscos à Diretoria Executiva, ao Comitê de Auditoria Estatutário e ao Conselho de Administração.

Auditoria Interna: Reporta-se ao Conselho de Administração, através do Comitê de Auditoria Estatutário e tem como responsabilidades:

- Aferir a efetividade da gestão de riscos;
- Verificar a implementação dos planos de ação, a tempestividade de implementação e eficácia;
- Atuar de forma independente e autônoma, de modo a garantir a imparcialidade em todas as suas atividades e reportar ao Comitê de Auditoria Estatutário caso algo interfira em sua independência; e
- Reportar à área de Controles Internos, Riscos e Compliance riscos e não conformidades identificadas nos trabalhos de Auditoria.

“Donos dos Riscos” / Áreas de Negócios Operacionais: possuem como responsabilidades, nos termos da política de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance:

- Identificar continuamente e documentar os riscos sob sua gestão;
- Comunicar a Área de Controles Internos, Riscos e Compliance novos riscos identificados e qualquer alteração significativa em seu processo de negócio;
- Implementar, apurar e reportar periodicamente os Indicadores Chave de Risco - KRI’s à área de Controles Internos, Riscos e Compliance; e
- Implementar controles e planos de ação em seus processos, assegurando que sejam efetivos e resultem em redução do grau de exposição aos riscos a níveis aceitáveis.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Organograma da Estrutura Organizacional de Gerenciamento de Riscos:

(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia conta com uma estrutura de Controles Internos, cujas atividades envolvem mapear processos e auxiliar na identificação de riscos, além dos respectivos controles de mitigação, acompanhar e sugerir melhorias de controles internos pelas áreas operacionais e, por fim, reportar inconsistência ou desatualização de desenhos de fluxos de processos, normas e procedimentos cujas alterações possam impactar o ambiente de controles. A estrutura de controles internos é avaliada periodicamente, a fim de verificar a eficiência dos controles existentes e possíveis impactos decorrentes de potenciais mudanças nos ambientes interno da Companhia e/ou externo.

A estrutura de gestão de riscos monitora continuamente os riscos e os respectivos fatores de riscos mapeados, de forma a acompanhar a evolução dos níveis de risco em face das medidas mitigatórias adotadas (planos de ação) e assegurar a identificação tempestiva de eventuais desvios ou movimentos que possam aumentar a exposição da Companhia aos riscos ou ameaçar a continuidade dos negócios. A Área de Controles Internos, Riscos e *Compliance* reporta periodicamente o status das ações e a evolução da classificação dos riscos ao Comitê de Auditoria Estatutário e Conselho de Administração. Por fim, quando do planejamento estratégico da Companhia, é realizada uma revisão sistêmica do processo de gestão de riscos, visando garantir o adequado mapeamento e priorização de riscos mediante a estratégia da Companhia.

5.2 Descrição dos controles internos

(a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A Companhia, alinhada continuamente às melhores práticas de mercado na gestão de controles internos, possui uma Área de Controles Internos, Riscos e Compliance, que tem como principais atribuições conduzir e estabelecer diretrizes para os trabalhos relacionados a Controles Internos, bem como atestar o correto funcionamento do ambiente de controles, buscando mitigar riscos de acordo com a complexidade dos negócios da Companhia e visando garantir as boas práticas de governança, mercado e atendimento às legislações vigentes.

Ainda, o processo definido visa a garantir segurança razoável para proteção do patrimônio, exatidão e fidedignidade das informações contábeis, eficiência operacional e adesão às políticas, normas e procedimentos.

Definição de escopo e atuação:

Os controles internos contribuem para a mitigação dos riscos, propiciando um ambiente mais seguro e eficaz, no que tange a eficiência operacional e a integridade dos registros e informações, considerando principalmente os seguintes aspectos:

(i) os objetivos estratégicos da Companhia;
(ii) composição e natureza das contas contábeis;
(iii) possibilidade de perdas decorrentes de erros e fraudes; e
(iv) complexidade nas transações das contas contábeis.

Para atingimento dos seus objetivos, a gestão dos controles internos da Companhia está estruturada em um modelo integrado de três Linhas de Defesa, sendo:

1ª Linha de Defesa: São as Áreas de Negócio, responsáveis por identificar e reportar os riscos de suas operações e zelar pelo atendimento dos seus objetivos, bem como pelo adequado funcionamento da sua estrutura de controles internos;

2ª Linha de Defesa: Representada pela Área de Controles Internos, Riscos e Compliance, utiliza a documentação suporte produzida pela 1ª Linha de Defesa como subsídio para revisão do ambiente de controles. Atua de forma consultiva apoiando as áreas de negócio no desenvolvimento e melhoria de processos e implementação de controles;

3ª Linha de Defesa: Auditoria Interna, responsável por analisar e avaliar de forma independente o ambiente de controles internos com base nos trabalhos executados pela 1ª e 2ª linhas de defesa. Pode executar trabalhos adicionais conforme necessidade identificada.

A área de Controles Internos realiza os mapeamentos e atualizações dos processos, da matriz de riscos e dos controles e testes de desenho dos controles (denominados "*walkthroughs*"), com a finalidade de confirmar o entendimento dos processos mapeados, bem como se os controles estão implementados e operando de forma adequada.

Os controles inexistentes ou considerados insatisfatórios para mitigação dos riscos identificados nos processos de negócio são reportados para as áreas responsáveis para elaboração de planos de ação, que consistem na criação de novos controles ou do aperfeiçoamento dos controles já existentes.

Concluídas essas etapas, os responsáveis pelos processos devem realizar anualmente o *Control Self Assessment*, bem como disponibilizar as evidências de execução dos controles no sistema utilizado pela Companhia e, quando for o caso, apontar novos riscos por eles identificados em seus processos ou atividades.

Os processos e controles mapeados pela área de Controles Internos, Riscos e Compliance são ferramentas fundamentais para o planejamento da Auditoria Interna que, com base nesse mapeamento, define a estratégia e

5.2 Descrição dos controles internos

os testes de efetividade que serão realizados ("**Testes de Controles**"), com o objetivo de avaliar a correta aplicação e eficiência operacional dos controles na prevenção ou detecção de distorções relevantes.

Cabe ao Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia supervisionar e acompanhar periodicamente os resultados dos testes e os planos de ação desenvolvidos pelos responsáveis dos processos.

(b) estruturas organizacionais envolvidas

Conselho de Administração: cujas atribuições foram indicadas no item 5.1(iii) acima, em conformidade com a Política de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance.

Comitê de Governança e Indicação: cujas atribuições foram indicadas no item 5.1(iii) acima, em conformidade com a Política de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance.

Comitê de Auditoria Estatutário: órgão de assessoramento do Conselho de Administração, cujas atribuições incluem, além das previstas no item 5.1(iii) acima, em conformidade com a Política de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance:

- Supervisionar e acompanhar periodicamente os resultados dos testes de controles e os planos de ação mitigatórios, reportando ao Conselho de Administração desvios e ocorrências consideradas relevantes.

Vice-Presidências e Diretorias: cujas atribuições foram indicadas no item 5.1(iii) acima, em conformidade com a Política de Gestão de Riscos.

Área de Controles Internos, Riscos e Compliance: está subordinada ao Diretor Presidente e, além das atribuições previstas no item 5.1(iii) acima, em conformidade com a Política de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance:

- Acompanhar e sugerir melhorias de controles internos pelas áreas operacionais;
- Mapear processos e auxiliar na identificação dos riscos e no desenvolvimento dos respectivos controles que mitiguem esses riscos;
- Monitorar as ações de implementação de controles internos para gerenciamento dos riscos;
- Executar e reportar os resultados do Control Self Assessment ao Comitê de Auditoria.

Auditoria Interna: Reporta-se ao Comitê de Auditoria e tem como responsabilidades, além das atribuições previstas no item 5.1(iii) acima, em conformidade com a Política de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance:

- Realizar o monitoramento do ambiente de controles internos e aferir a efetividade da gestão de riscos;
- Executar e reportar os resultados dos testes de controles ao Comitê de Auditoria;
- Verificar a implementação dos planos de ação, a tempestividade de implementação e eficácia;
- Emitir opinião formal sobre os controles internos testados no ciclo anual de auditoria.

Áreas de Negócios Operacionais: é responsabilidade, nos termos da Política de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance:

- Identificar continuamente e documentar os riscos sob sua gestão;
- Realizar anualmente o Control Self Assessment e disponibilizar as evidências necessárias;
- Comunicar a Área de Controles Internos, Riscos e Compliance novos riscos identificados e qualquer

5.2 Descrição dos controles internos

alteração significativa em seu processo de negócio; e

- Implementar controles e planos de ação em seus processos, assegurando que sejam efetivos e resultem em redução do grau de exposição aos riscos a níveis aceitáveis.

(c) Se e como a eficiência de controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

Após a finalização do mapeamento dos processos, identificação de riscos, e testes de desenho (*walkthroughs*), as áreas de negócio devem realizar o *Control Self Assessment*, bem como disponibilizar as evidências de execução dos controles no sistema utilizado pela Companhia e, quando for o caso, apontar novos riscos por eles identificados em seus processos ou atividades.

Com base no mapeamento e no *Self Assessment* realizados e documentados pelas áreas de negócios, a área de Controles Internos, Riscos e Compliance realiza os testes de efetividade ("**Testes de Controles**"), para confirmar o entendimento dos processos mapeados, bem como se os controles estão implementados e funcionando de forma adequada, com o objetivo de avaliar a correta aplicação e eficiência operacional dos controles na prevenção ou detecção de distorções relevantes.

Todo o processo de mapeamento e revisão dos controles é efetuada pela gerência executiva de Controles Internos, Riscos e Compliance e seus respectivos resultados são reportados ao Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia, que acompanha periodicamente a eficiência de controles internos, os planos de ação desenvolvidos e sua implementação, e caberá ao Conselho de Administração acompanhar e deliberar sobre as recomendações do Comitê de Auditoria Estatutário.

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e exercício da atividade de auditoria independente

O relatório emitido pelos Auditores Independentes relativo às Demonstrações Financeiras da Companhia para o encerramento do exercício de 31 de dezembro de 2022, apontou deficiências significativas de controles.

Uma se refere à avaliação do relatório ISAE de fornecedores externos, na qual, ao longo dos procedimentos adotados foi verificado que a Companhia definiu e executou o controle, bem como elaborou o memorando de avaliação dos relatórios de SOC-1 (relatório que documenta os controles internos de um fornecedor de serviços em nuvem) para os sistemas em escopo, entretanto não contemplou alguns itens esperados pelos Auditores Independentes na análise.

Nas demais deficiências significativas apontadas pelos Auditores Independentes há fragilidades em controles de gestão de acessos, falhas na retenção de logs utilizados para o controle de gerenciamento de mudanças de um dos sistemas, e fragilidades em situações específicas do processo de segregação de funções. Para tais deficiências, os Auditores Independentes recomendaram a ampliação dos itens analisados na avaliação dos relatórios SOC-1, revisão dos procedimentos atuais de concessão de acesso de colaboradores e terceiros, da retenção de logs dos sistemas escopo, bem como do processo de segregação de funções.

Cabe ressaltar que, por meio de procedimentos comprobatórios adicionais, os auditores externos verificaram que as deficiências identificadas não geraram nenhum tipo de ressalva em seu parecer final e não alteraram os resultados financeiros da Companhia.

5.2 Descrição dos controles internos

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

As principais ações adotadas pela Companhia para mitigar as fragilidades identificadas pelos Auditores Independentes são (i) adoção das análises sugeridas dos relatórios de SOC-1; (ii) tratamento dos casos identificados, bem como reforço na comunicação dos times e criação de rotinas para monitorar eventos de criação de acessos de forma manual; (iii) ajuste imediato na retenção de logs utilizados para o gerenciamento de mudanças, garantindo os controles necessários; (iv) revogação tempestiva das permissões de acessos indevidos identificados e, para evitar novas ocorrências, foram criados novos controles com o intuito de identificar usuários não vinculados; e (v) reforço do processo de controle da segregação de funções (SoD), bem como sua revisão.

Cabe ressaltar que as demais recomendações dos Auditores Independentes, ainda que não consideradas significativas, já foram endereçadas aos responsáveis das respectivas áreas e também possuem prazo definido para sua implementação em 2023.

5.3 Programa de integridade

(a) Se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando em casos positivo:

i. principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor

A Companhia possui um Programa de Integridade por meio do qual estabelece e adota mecanismos e procedimentos visando a prevenção, detecção e o tratamento adequado de atos de corrupção, fraudes e condutas ilícitas ou antiéticas de qualquer natureza, praticados contra a administração pública nacional ou estrangeira, bem como no âmbito privado, considerando os países de atuação da Companhia.

O Programa de Integridade está estruturado em 5 (cinco) pilares inter-relacionados:

Cultura de Integridade: tem por objetivo fortalecer e disseminar a todos os níveis hierárquicos uma cultura que esteja em conformidade com os padrões de ética e de integridade da Companhia, por meio do engajamento e apoio constante do Presidente e Vice-Presidentes da Companhia ("**Alta Administração**") e das principais lideranças da empresa.

Avaliação de Riscos: visa identificar e avaliar os principais riscos anticorrupção e de *compliance* aos quais a Companhia está exposta, mensurar seus impactos e recomendar medidas mitigatórias, especialmente em processos considerados sensíveis, considerando o cumprimento da legislação anticorrupção aplicável aos países em que atua e às diretrizes de conduta da Companhia estabelecidos no Código de Ética e Conduta e demais documentos normativos do Programa de Integridade.

Código de Ética e Conduta, Políticas e Procedimentos: tem por objetivo estabelecer e formalizar as diretrizes, regras e procedimentos internos que devem ser seguidos pelos colaboradores e terceiros no âmbito do Programa de Integridade. O Código de Ética e Conduta, as Políticas, Normas e Procedimentos que integram o Programa de Integridade formam a base de referência para que os mecanismos e controles de integridade sejam implementados e/ou otimizados.

Comunicação e Treinamento: visa conscientizar e facilitar a compreensão dos colaboradores da Companhia quanto às diretrizes, regras e responsabilidades a serem cumpridas no âmbito do Programa de Integridade, por meio de ações de comunicação e treinamento gerais e específicos sobre as diretrizes de ética e conduta da Companhia.

Detecção e Remediação: tem por finalidade identificar a ocorrência de condutas irregulares, ilegais, fraudes ou quaisquer outros descumprimentos à legislação e regulamentação aplicáveis e às Normas Internas da Companhia, bem como garantir a interrupção de tais condutas e a aplicação de medidas disciplinares e/ou corretivas, utilizando como principal instrumento um Canal gerido por empresa independente e especializada ("**Canal de Ética e Conduta**") para recepção e tratamento de denúncias, disponível aos públicos interno e externo.

O Programa de Integridade e seus controles são reavaliados anualmente, a fim de assegurar a sua efetividade, sendo que podem ocorrer atualizações ou implementação de novos controles a qualquer tempo, em função de alterações nas regras, nos processos e no cenário de riscos. As Políticas Corporativas são objeto de revisão mandatória a cada 3 (três) anos, sem prejuízo da realização de eventuais alterações necessárias no decorrer do período. Especificamente quanto ao gerenciamento de riscos e metodologia aplicadas pela Companhia, vide o item 5.1 deste Formulário de Referência.

5.3 Programa de integridade

Conjunto de mecanismos e Normativos do Programa de Integridade TOTVS

Código de Ética e Conduta ("Código de Ética e Conduta"): tem por objetivo estabelecer regras de conduta e princípios éticos que orientam o compromisso da Companhia, suas controladas e subsidiárias, diretas ou indiretas, com a integridade dos seus negócios e relacionamentos internos e externos e se aplica a todos os conselheiros, administradores, acionistas que participem do controle da Companhia, colaboradores, prestadores de serviços, fornecedores e parceiros. A atualização do código vigente foi aprovada pelo Conselho de Administração em 30 de agosto de 2023.

Política de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance: tem por objetivo estabelecer os princípios, as diretrizes e responsabilidades a serem observadas no processo de gestão de riscos corporativos, controles internos e *compliance*, bem como disseminar a cultura de Gestão de Riscos e o Programa de Integridade por todos os níveis do Grupo TOTVS. A atualização da política vigente foi aprovada pelo Conselho de Administração em 05/05/2023.

Política de Relacionamento Comercial e Institucional com Entes Públicos: visa estabelecer diretrizes e regras de conduta a serem observadas no relacionamento da Companhia com agentes públicos e garantir a aderência da conduta de seus colaboradores à legislação vigente, às políticas corporativas e ao Código de Ética e Conduta da Companhia. A atualização da política vigente foi aprovada pelo Conselho de Administração em 16/03/2022.

Política de Contribuições, Doações e Patrocínios: tem por objetivo estabelecer as diretrizes e regras a serem observadas para a realização de contribuições, doações e patrocínios comerciais e institucionais pela Companhia. A atualização da política vigente foi aprovada pelo Conselho de Administração em 16/03/2022.

***Due Diligence* de *Compliance* de Terceiros:** refere-se aos processos e procedimentos voltados à identificação e avaliação de riscos de *compliance*, especialmente quanto ao tema anticorrupção, no relacionamento da Companhia com fornecedores, parceiros comerciais, associações, instituições beneficentes para os quais a Companhia pretenda realizar doações e demais terceiros conforme aplicável, visando garantir que não sejam realizados negócios com terceiros envolvidos em quaisquer práticas ilícitas ou irregulares à luz da legislação vigente, em especial a anticorrupção, e aos princípios éticos e regras refletidos no Código de Ética e Conduta e demais Políticas e Normas Internas da Companhia.

Registro de Interação Comercial e Institucional com Entes Públicos: procedimento para o registro de interações presenciais ou virtuais de natureza comercial e/ou institucional com entes públicos, a fim de cumprir as diretrizes definidas na Política de Relacionamento Comercial e Institucional com Entes Públicos. A Companhia dispõe de ferramenta eletrônica que permite aos colaboradores realizarem o registro completo das interações realizadas com agentes públicos, visando a transparência nas relações com o Setor Público.

***Onboarding* de Compliance:** treinamento mensal, no formato virtual, para os novos colaboradores da Companhia, no qual são abordados os princípios éticos e de integridade, combate à corrupção e apresentados o Programa de Integridade, as principais diretrizes e regras do Código de Ética e Conduta e o Canal de Ética e Conduta.

Treinamento do Código de Ética e Conduta: treinamento *e-learning* do Código de Ética e Conduta, obrigatório para todos os colaboradores das unidades próprias, no Brasil e no exterior, e franqueadas, abordando a totalidade de temas presentes no documento. O conteúdo é apresentado por meio de vídeos explicativos e animações e a compreensão do conteúdo é exercitada por meio de perguntas e dilemas éticos que devem ser respondidas à luz

5.3 Programa de integridade

dos princípios e regras do Código de Ética e Conduta, sendo requerido um aproveitamento mínimo de 70% para conclusão do curso e obtenção do certificado. Os colaboradores cujas atividades não requeiram o uso de computadores são treinados presencialmente ou virtualmente. A capacitação atingiu uma adesão de 95% dos colaboradores.

Treinamento de Relacionamento com Agentes Públicos: treinamento em formato *e-learning* obrigatório para os colaboradores das áreas que potencialmente se relacionam com agentes públicos, visando capacitar o público-alvo quanto às práticas e procedimentos a serem observados nessas interações, considerando o cumprimento da legislação aplicável e as diretrizes do Código de Ética e Conduta e da Política de Relacionamento Comercial e Institucional com Entes Públicos. Além disso, são ministrados treinamentos presenciais ou virtuais, para reforçar as diretrizes anticorrupção para as áreas com maior exposição.

Treinamentos Temáticos: treinamentos específicos para áreas mais expostas a determinados riscos de *Compliance*.

Treinamento Anticorrupção para a Alta Administração: treinamento em formato presencial/virtual realizado por consultoria externa especializada para os membros do Conselho de Administração, para os Vice-Presidentes e Diretores da Companhia sobre o tema de combate à corrupção, abordando os riscos, papéis e responsabilidades do público-alvo em relação ao tema, bem como sobre os impactos legais e reputacionais para a Companhia.

Cláusula anticorrupção e de cumprimento do Código de Ética e Conduta: os contratos com terceiros possuem cláusula acerca do cumprimento da legislação anticorrupção aplicável e ao Código de Ética e Conduta da Companhia, bem como recomendação da adoção de um programa de integridade, caso não possuam.

Contrato com Franquias: os franqueados se comprometem, por meio de cláusula contratual específica, a cumprir com os dispositivos da Lei 12.846/2013 – “Anticorrupção” e com o Código de Ética e Conduta do Grupo TOTVS.

Auditoria do Programa de Integridade: periodicamente o Programa de Integridade é objeto de avaliação por auditoria interna ou externa, com o objetivo de avaliar o cumprimento das ações estabelecidas para cada um dos pilares, bem como identificar oportunidades de melhoria para o aprimoramento do programa. O resultado do trabalho é reportado ao Comitê de Auditoria Estatutário e eventuais planos de ação oriundos do trabalho são acompanhados e monitorados pela Administração.

ii. a estrutura organizacional envolvida no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade.

No âmbito do Programa de Integridade, as principais atribuições das estruturas e órgãos de governança envolvidos estão elencadas a seguir:

Conselho de Administração:

- Definir os objetivos estratégicos e aprovar o Programa de Integridade da Companhia;
- Aprovar a Política de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance;
- Acompanhar as ações do Programa de Integridade e reforçar junto à Diretoria Executiva o comprometimento com o seu cumprimento;
- Assegurar-se da existência de recursos adequados para o funcionamento eficaz do Programa de Integridade e garantir a autonomia da área de Controles Internos, Riscos e Compliance; e
- Acompanhar e deliberar sobre as recomendações do Comitê de Auditoria Estatutário a respeito dos resultados do Programa de Integridade.

5.3 Programa de integridade

5.3 Programa de integridade

Comitê de Governança e Indicação:

- Avaliar a Política de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance e apresentar recomendação ao Conselho de Administração quanto à sua aprovação; e
- Avaliar e deliberar sobre determinados casos envolvendo conflitos de interesse, conforme estabelecido no Código de Ética e Conduta da Companhia.

Comitê de Auditoria Estatutário:

- Avaliar a Política de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance, do Código de Conduta e apresentar recomendação ao Comitê de Governança e Indicação quanto à sua aprovação pelo Conselho de Administração;
- Discutir e aprovar o cronograma anual de *compliance*;
- Avaliar e acompanhar os planos de ação da auditoria do Programa de Integridade;
- Avaliar os resultados do Programa de Integridade e apresentar ao Conselho de Administração suas recomendações; e
- Reportar periodicamente, ao Conselho de Administração, casos críticos de denúncias e de desvios de conduta relativos ao Código de Ética e Conduta e à Política de Gestão de Riscos, Controles Internos e, bem como as eventuais medidas disciplinares adotadas.

Comissão de Ética e Conduta: suas atribuições incluem:

- Avaliar e opinar sobre a procedência e gravidade das denúncias de violação ao Código de Ética e Conduta recebidas e às demais diretrizes e regras de conduta da Companhia;
- Deliberar e acompanhar a aplicação de medidas disciplinares; e
- Interpretar o Código de Ética e Conduta no caso de dúvidas.

Vice-Presidências e Diretorias: suas atribuições incluem:

- Conduzir práticas de negócio que atendam à legislação e regulamentação aplicáveis e à estrutura normativa da Companhia;
- Apoiar na implementação e demonstrar comprometimento ao Programa de Integridade; e
- Zelar para que as diretrizes de conduta da Companhia sejam comunicadas e compreendidas pelos parceiros, franqueados, canais, terceiros e clientes.

Controles Internos, Riscos e Compliance: está subordinada ao Diretor Presidente e tem como principais atribuições:

- Propor alterações e submeter a Política de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance à aprovação, bem como disseminar as suas diretrizes na Companhia;
- Estruturar, implementar, gerir e disseminar o Programa de Integridade;
- Conscientizar os gestores e demais colaboradores sobre a importância e do Programa de Integridade;
- Coordenar a revisão periódica de conteúdo do Código de Ética e Conduta;
- Realizar a gestão do Canal de Ética e Conduta, bem como reportar os casos à Comissão de Ética e Conduta e Comitê de Auditoria Estatutário;
- Atuar de forma independente e autônoma, de modo a garantir a imparcialidade em todas as suas atividades e reportar ao Comitê de Auditoria Estatutário caso algo interfira em sua independência;
- Compartilhar com a Auditoria Interna informações e/ou fatos sujeitos à investigação interna; e
- Reportar os resultados do Programa de Integridade à Diretoria Executiva, ao Comitê de Auditoria Estatutário e ao Conselho de Administração.

Diretoria Jurídica

- Orientar a Companhia em relação às normas emitidas pelos órgãos reguladores e às alterações legislativas, tanto federais, estaduais, como municipais;
- Relatar a ocorrência de ato que constitua ilícito administrativo, civil ou penal à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração; e
- Apoiar a área de Controles Internos, Riscos e Compliance na interpretação das leis anticorrupção

5.3 Programa de integridade

aplicáveis.

Auditoria Interna

- Realizar investigações sobre denúncias e reportar o resultado à Comissão de Ética;
- Atuar de forma independente e autônoma, de modo a garantir a imparcialidade em todas as suas atividades e reportar ao Comitê de Auditoria Estatutário caso algo interfira em sua independência; e
- Reportar à área de Controles Internos, Riscos e Compliance riscos e não conformidades identificadas nos trabalhos de Auditoria.

Relações Humanas: sua atribuição é:

- Fomentar e assegurar que os princípios do Programa de Integridade sejam difundidos junto à cultura organizacional da Companhia.

Demais áreas: Todos os colaboradores da Companhia, independentemente de seu cargo possuem as seguintes atribuições no âmbito do Programa de Integridade:

- Cumprir a estrutura normativa interna da Companhia, a legislação e regulamentação aplicável;
- Reportar por meio do Canal de Ética e Conduta qualquer violação ou suspeita de violação à leis ou regulamentações aplicáveis, ou descumprimento da Estrutura Normativa Interna da Companhia;
- Participar dos treinamentos considerados obrigatórios; e
- Apresentar todas as informações e/ou documentos corporativos dos quais estejam na posse, quando solicitados (i) pela Auditoria Interna, (ii) pela área de Controles Internos, Riscos e Compliance ou (iii) pela Comissão de Ética e Conduta, no contexto de investigação interna.

iii. Código de ética ou de conduta

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

A Companhia possui Código de Ética e Conduta arquivado na CVM desde 2012. O Código, cuja versão vigente foi aprovada pelo Conselho de Administração em 30 de agosto de 2023, é aplicável a todos os conselheiros, administradores, colaboradores, prestadores de serviços, fornecedores e parceiros.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

A Companhia conta com uma Comissão de Ética e Conduta, responsável por tomar conhecimento das denúncias e deliberar, por meio de processo formal, se ocorreu violação ao Código de Ética e Conduta, demais normas internas ou à legislação vigente e, em sendo o caso, definir e aplicar as medidas cabíveis ao infrator de acordo com as regras e critérios estabelecidos na Norma de Gestão de Consequências da Companhia, que podem ser de caráter disciplinar, como aplicação de advertência, até o desligamento por justa causa, além de medidas judiciais cabíveis, quando aplicável.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

A versão vigente do Código de Ética e Conduta foi aprovada pelo Conselho de Administração em 30 de agosto de 2023 e encontra-se disponível para consulta na página de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.totvs.com/esg/estatuto-politicas-e-regimento/), bem como na página do Canal de Ética e Conduta da Companhia (www.canalconfidencial.com.br/totvs/), da CVM (http://www.cvm.gov.br/) e da B3 (www.b3.com.br).

5.3 Programa de integridade

(b) Se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

A Companhia possui um Canal de Ética e Conduta gerido por empresa terceirizada, independente e especializada.

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados.**

O Canal de Ética e Conduta está apto a recepcionar denúncias de empregados e terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, parceiros comerciais e clientes. As denúncias podem ser feitas por meio dos telefones (i) 0800 721 5966, no Brasil e (ii) +55 11 3232-0766, nas demais localidades, de segunda a sexta, das 09h às 17h, ou pelo endereço eletrônico www.canalconfidencial.com.br/totvs, a qualquer tempo. Ou, se preferir, o denunciante pode acionar a área de Relações Humanas ou a área de Controles Internos, Riscos e Compliance.

- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé**

O Canal de Ética e Conduta permite que as denúncias sejam realizadas de forma anônima ou identificada, e garante a confidencialidade das informações e o anonimato do denunciante que optar por não se identificar. A Companhia não admite retaliação e garante que os denunciantes não serão prejudicados por reportar quaisquer suspeitas de irregularidades.

- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

As áreas de Auditoria Interna e Controles Internos, Riscos e Compliance da Companhia são responsáveis pela análise e apuração das denúncias recebidas, conforme escopo de cada área. A área de Controles Internos, Riscos e Compliance é responsável também pela gestão do Canal de Ética e Conduta, bem como pelo reporte dos casos à Comissão de Ética e Conduta, que define e aplica as medidas a serem adotadas para cada caso.

(c) Número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

Não houve casos de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, bem como em anos anteriores, que tenham sido identificados pela Companhia.

(d) Caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável, pois a Companhia possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

5.4 Alterações significativas

A Companhia possui expectativa de redução do nível de exposição a determinados riscos da sua matriz face às ações de mitigação adotadas para essa finalidade, conforme as diretrizes e metodologias estabelecidas em sua Política de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance, de que trata o item 5.1 deste Formulário.

5.5 Outras informações relevantes

Em 31/12/2022 a Companhia contava com 21 empregados envolvidos nas atividades de auditoria interna, compliance, controles internos e riscos corporativos.

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Blackrock, Inc					
	Estados Unidos	Não	Não	02/06/2022	
Sim	Citibank Distribuidora de Titulos e Valores Mobiliarios S.A.		Juridica	33.868.597/0001-40	
31.632.336	5,125	0	0,000	31.632.336	5,125
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
TOTAL	0	0.000			
Canada Pension Plan Investment Board					
00.000.000/0000-00	Canadá	Não	Não	24/09/2021	
Sim	Tania Sztamfater Chocolat		Fisica	278.583.348-16	
32.754.201	5,307	0	0,000	32.754.201	5,307
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
TOTAL	0	0.000			
GIC Private Limited					
08.765.815/0001-73	Estados Unidos	Não	Não	04/10/2022	
Sim	Citibank Distribuidora de Titulos e Valores Mobiliarios S.A.		Juridica	33.868.597/0001-40	
37.582.739	6,089	0	0,000	37.582.739	6,089
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
HG SENTA PUA FIA					
08.613.315/0001-16	Brasil	Não	Não	24/09/2021	
Não					
144.800	0,023	0	0,000	144.800	0,023
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
TOTAL	0	0.000			
Laércio José de Lucena Cosentino					
032.737.678-39	Brasil	Não	Não	18/05/2023	
Não					
3.798.936	0,616	0	0,000	3.798.936	0,616
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
TOTAL	0	0.000			
LC EH Participações e Empreendimentos S/A					
02.986.755/0001-32	Brasil	Não	Não	24/09/2021	
Não					
80.282.970	13,008	0	0,000	80.282.970	13,008
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
TOTAL	0	0.000			
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração: 10/08/2023					

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
13.383.462	2,168	0	0,000	13.383.462	2,168
OUTROS					
417.603.737	67,663	0	0,000	417.603.737	67,663
TOTAL					
617.183.181	100,000	0	0,000	617.183.181	100,000

6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	19/04/2023
Quantidade acionistas pessoa física	46.526
Quantidade acionistas pessoa jurídica	331
Quantidade investidores institucionais	1.405

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias	514.122.351	83,301%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	514.122.351	83,301%

6.4 Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Participação do emisor (%)
Dimensa S.A	27.231.185/0001-00	62,5
Soluções em Software e Serviços TTS Ltda.	07.363.764/0001-90	100
TOTVS ARGENTINA S.A.	00.000.000/0000-00	100
TOTVS Hospitality Ltda.	09.131.273/0001-40	74,2
TOTVS HOSPITALITY TECHNOLOGY ARGENTINA S.A (ARGENTINA)	00.000.000/0000-00	100
TOTVS INC. (ESTADOS UNIDOS)	00.000.000/0000-00	100
TOTVS Large Enterprise Tecnologia S.A.	82.373.077/0001-71	100
TOTVS MÉXICO S.A. DE CV (MÉXICO)	00.000.000/0000-00	100
TOTVS SERVIÇOS DE DESENVOLVIMENTO E CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA. (ELEVE)	30.011.940/0001-47	100
TOTVS Tecnologia em Software de Gestão Ltda.	07.577.599/0001-70	100
VT Comércio Digital S.A	15.760.400/0001-72	50

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico

6.6 Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes, além daquelas apresentadas nos itens acima.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

(a) principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso o emissor a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado

Como parte integrante do processo de indicação e de preenchimento de cargos do Conselho de Administração, a Companhia conta com o Comitê de Governança e Indicação, órgão de assessoramento do Conselho de Administração, cujas atribuições estão previstas no artigo 25 do Estatuto Social e no artigo 40 do Regimento Interno do Conselho de Administração

Em 15 de dezembro de 2020, o Conselho de Administração aprovou a Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, seus Comitês de Assessoramento e da Diretoria Estatutária ("**Política de Indicação**"), na qual constam o processo e os requisitos mínimos para a indicação de membros ao Conselho, aos Comitês e à Diretoria Estatutária da Companhia.

Conforme previsto na Política de Indicação, a composição do Conselho de Administração deve considerar a diversidade de formação acadêmica, experiências profissionais, comportamentos, aspectos culturais, faixa etária e gênero, bem como a complementariedade de competências, para permitir que a Companhia se beneficie da pluralidade de argumentos aprimorando estratégias de negócio e visando um processo de tomada de decisão com maior qualidade e segurança.

A indicação de membros do Conselho deve estar alinhada ao melhor interesse da Companhia e obedecer aos seguintes critérios:

i. os cargos de Presidente do Conselho e Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não podem ser acumulados pela mesma pessoa;
ii. os executivos da Companhia (diretores e gerentes, exceto o Diretor Presidente) não podem ser membros do Conselho;
iii. reputação ilibada, não podendo ser eleito, salvo dispensa da Assembleia Geral, aquele que (a) ocupar cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes da Companhia; ou (b) tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia;
iv. profissionais altamente qualificados, com notável e adequada experiência profissional, técnica e acadêmica, compatível com o cargo para o qual estão sendo indicados, sendo recomendável ter conhecimento das melhores práticas de governança corporativa e experiência em temas diversificados, tais como aspectos financeiros, de sustentabilidade, tecnologia, e segurança da informação;
v. alinhamento e comprometimento com os princípios, os valores e a cultura do Grupo TOTVS e o seu Código de Ética e Conduta - CODEC;
vi. visão estratégica e entendimento do negócio; e
vii. disponibilidade de tempo para dedicar-se adequadamente à função e responsabilidade assumida.

Em relação à Diretoria Estatutária, conforme previsto na Política de Indicação, cabe ao Conselho de Administração selecionar, eleger e avaliar o Diretor-Presidente, contando para isso com o apoio do Comitê de Gente e Remuneração e do Comitê de Governança e Indicação para garantir a existência, eficácia e implementação de um plano de sucessão de executivos.

Caberá ao Diretor-Presidente indicar ao Conselho de Administração candidatos aos demais cargos da Diretoria Estatutária, que sob sua liderança, reúnam as competências e atribuições necessárias para alcançar as metas e planos de negócio da Companhia.

A indicação de membros da Diretoria Estatutária deve estar alinhada ao melhor interesse da Companhia e obedecer a critérios objetivos que indiquem a qualificação do candidato, tais como, conhecimento técnico e experiência profissional, tempo de atuação em cargos de liderança, formação acadêmica compatível com as atribuições do cargo e reputação ilibada.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

No mais, não deve ser eleito para ocupar o cargo de Diretor Presidente quem já tiver completado 62 anos de idade na data da eleição e não deve ser eleito para ocupar os demais cargos na Diretoria quem já tiver completado 60 anos de idade na data da eleição. É vedada a reserva de cargos de Diretoria para indicação direta por acionistas.

O Estatuto, o Regimento Interno do Conselho de Administração e a Política de Indicação da Companhia estão disponíveis para consulta no website de Relações com Investidores da Companhia (ri.totvs.com/esg/estatuto-politicas-e-regimento/) e da CVM (www.cvm.gov.br).

(b) se há mecanismos de avaliação de desempenho, informando, em caso positivo:

- **a periodicidade das avaliações e sua abrangência**
- **metodologia adotada e os principais critérios utilizados nas avaliações**
- **se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos**

Existem mecanismos de avaliação do Conselho de Administração, seus Comitês de Assessoramento, da Diretoria Estatutária, além do desempenho na Companhia como um todo.

Conforme previsto no Regimento Interno do Conselho de Administração e de seus Comitês de Assessoramento, conforme sua revisão aprovada na Reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de abril de 2022:

a) O Conselho de Administração deverá estabelecer mecanismos de avaliação de desempenho do Conselho e seus Comitês, como órgãos colegiados, do Presidente do Conselho e dos conselheiros, individualmente considerados, e da Secretaria de Governança Corporativa;
b) O Presidente do Conselho tem como atribuição liderar, com a colaboração da Secretaria de Governança Corporativa, e de acordo com as recomendações do Comitê de Governança e Indicação, um processo estruturado e formal de avaliação do Conselho e seus Comitês, como órgãos colegiados, do Presidente do Conselho, dos conselheiros individualmente considerados e da Secretaria de Governança Corporativa, sendo que os resultados da avaliação do Conselho serão divulgados a todos os Conselheiros;
c) O Comitê de Governança e Indicação tem como atribuição apoiar o Presidente do Conselho na organização do processo de avaliação de desempenho do Conselho de Administração e dos Conselheiros, que deverá ser realizado anualmente;
d) O Comitê de Gente e Remuneração deverá acompanhar o processo de avaliação anual dos executivos da Companhia, com base na verificação do atingimento das metas de desempenho, financeiras e não financeiras (incluindo aspectos ambientais, sociais e de governança), alinhadas com os valores e princípios éticos da Companhia.

O processo de avaliação do Conselho de Administração e seus Comitês de Assessoramento no ano de 2022 foi liderado por seu Presidente, com a colaboração da Secretaria de Governança Corporativa e conforme recomendações do Comitê de Governança e Indicação, tendo sido realizado entre os meses de outubro e novembro de 2022. O relatório da avaliação foi apresentado e discutido em Reunião do Conselho de Administração ocorrida em 21 de dezembro de 2022, pelo Presidente do Conselho de Administração, sendo que previamente a esta reunião, o Presidente realizou reuniões individuais de feedback com os Conselheiros acerca da avaliação.

A avaliação ocorreu através de processo interno, desenvolvido pela Companhia, consistindo de questionário eletrônico, respondido pelos Conselheiros e membros dos Comitês, através de aplicativo próprio, tendo como principais temas: aspectos estratégicos, dinâmica geral do Conselho e das respectivas reuniões, desempenho dos Comitês, da Secretaria de Governança Corporativa e do Presidente do Conselho, autoavaliação e avaliação entre os próprios Conselheiros e membros dos Comitês. Ao final do processo foram decididas algumas ações visando melhorias na dinâmica dos trabalhos do Conselho, dos Comitês e da Secretaria de Governança, a serem implementadas em 2023.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

A cada dois anos, coincidindo com a renovação dos mandatos dos conselheiros, o Conselho de Administração pode decidir pela contratação de consultoria especializada para a realização de seu processo de avaliação. Em 2021, a avaliação foi executada e relatada pela ZRG.

Adicionalmente, o Comitê de Auditoria Estatutário realiza anualmente processo de autoavaliação de suas atividades, enquanto órgão colegiado e seus membros, bem como avaliação dos trabalhos da área de Auditoria Interna e da Auditoria Externa da Companhia, conforme previsto em seu Regimento Interno, aprovado em 04 de novembro de 2021. O processo é realizado internamente, contando com os direcionamentos de seu Coordenador e com o apoio da Secretaria de Governança Corporativa, observados os procedimentos e processos aprovados pelo Conselho de Administração, contando com questionário eletrônico, e perguntas relacionadas aos temas de Supervisão das Demonstrações Financeiras, Supervisão da Gestão de Riscos, da própria Governança e Atuação do Comitê na Supervisão da Auditoria Interna e dos trabalhos da Auditoria Externa. Os resultados do processo foram discutidos e apresentados, em reunião do Comitê em 10 de março de 2023 e relatados ao Conselho de Administração em reunião de 15 de março de 2023.

Em relação à Diretoria, sua avaliação é realizada com base em metas individuais e de performance da Companhia, definidas pelo Diretor Presidente e pelo Conselho de Administração para o ano. Além disso, considera-se a iniciativa, pró-atividade, tomada de decisões, postura profissional, relacionamento interpessoal, trabalho em equipe e o alinhamento com os valores da Companhia.

Adicionalmente, desde 2019, a Secretaria de Governança Corporativa organiza um programa de educação continuada para os Conselheiros e membros dos Comitês de Assessoramento, chamado “Trilha do Conhecimento”, criado com o intuito de elevar o nível de conhecimento sobre os negócios da Companhia, além de proporcionar a atualização e o aprimoramento em temas relevantes e estratégicos para a Companhia. Atualmente, os Conselheiros contam com acesso à “Universidade TOTVS”, universidade corporativa da Companhia, com indicação de cursos e trilhas de desenvolvimento, além da realização de sessões durante reuniões do Conselho de Administração, que proporcionam a ampliação de conhecimentos sobre o ecossistema de negócios.

(c) regras de identificação e administração de conflito de interesses

Conforme previsto no Estatuto Social, o membro do Conselho de Administração não poderá ter acesso a informações ou participar de reuniões de Conselho de Administração relacionadas a assuntos sobre os quais tenha ou represente interesse conflitante com os da Companhia.

De acordo com o previsto no Regimento Interno do Conselho de Administração e dos Comitês de Assessoramento, na hipótese de ser constatado conflito de interesses ou interesse particular de um dos membros do Conselho em relação a determinado assunto a ser decidido, é dever do próprio membro do Conselho comunicar, tempestivamente, tal fato aos demais membros.

Caso algum membro do Conselho, que possa ter um potencial benefício particular ou conflito de interesses com alguma decisão a ser tomada, não manifeste seu benefício ou conflito de interesses, qualquer outro membro do Conselho que tenha conhecimento da situação poderá fazê-lo. A não manifestação voluntária daquele membro será considerada uma violação ao Regimento, caso os referidos benefícios particulares ou conflito de interesses venham a se confirmar.

Tão logo identificado o conflito de interesses ou benefício particular, a pessoa envolvida afastar-se-á das discussões e deliberações, devendo retirar-se temporariamente da reunião até o encerramento do assunto, mas podendo previamente à sua retirada prestar informações, fornece detalhes, expor motivos e dirimir eventuais dúvidas do Conselho. Adicionalmente, de acordo com a Política de Transações entre Partes Relacionadas da Companhia, nas situações em que uma Transação com Parte Relacionada necessite de aprovação societária específica e que, no processo decisório, haja uma pessoa com potencial benefício particular ou conflito de interesses com a decisão a ser tomada, o membro conflitado deverá imediatamente declarar-se impedido e se ausentar das discussões sobre

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

o tema, bem como se abster de negociar, avaliar, opinar, votar ou de qualquer outra forma participar ou influenciar na condução ou aprovação da respectiva matéria, enquanto Pessoa Chave da Administração

A manifestação da situação de conflito de interesses ou benefício particular deverá constar da ata da reunião do Conselho de Administração. A competência do Conselho sobre o tema do conflito de interesses não afasta a competência da Assembleia Geral prevista em lei.

(e) se houver, objetivos específicos que o emissor possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal

O Conselho de Administração, bem como os Comitês relacionados, acompanham continuamente a estratégia e o avanço da agenda de diversidade e inclusão na Companhia.

Bimestralmente, os indicadores de diversidade relacionados aos grupos minorizados (mulheres, pessoas com deficiência, e etnia/raça) são apresentados para o Comitê de Gente e Remuneração.

(f) papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima

A TOTVS está comprometida com o desenvolvimento de uma agenda de negócio pautada pela integração e melhores práticas de ESG, manifestado em sua Política de Sustentabilidade, lançada em 2020 e disponível para todos os seus stakeholders, por meio dos sites da CVM (http://www.cvm.gov.br/), da B3 (www.b3.com.br) e de Relações com Investidores da Companhia (ri.totvs.com/esg/estatuto-politicas-e-regimento/).

Como movimento natural da sedimentação da sua Política e cultura de sustentabilidade por toda a organização, a Administração trabalhou ao longo dos últimos anos na implementação da Agenda ESG em todos os níveis da TOTVS, fortalecendo ainda mais o tema dentro da Companhia, o conta com a liderança dos Comitê de Governança e Indicação (CGI) e Comitê de Estratégia (CE), e engajamento do Conselho de Administração (CA).

A partir desse período, o Comitê de Estratégia passou a atuar na definição das diretrizes estratégicas relacionadas aos aspectos ESG e, por sua vez, o Comitê de Governança e Indicação passou a acompanhar regularmente a agenda de sustentabilidade e a validar o plano de trabalho elaborado pela Comissão ESG e Comissões relacionados aos ODS, compostas por equipes multidisciplinares e coordenadas pela Diretoria de Relações com Investidores, agente multiplicador da cultura ESG na organização.

No contexto da Agenda ESG da Companhia, destaca-se que a Companhia estruturou em 2022 seu primeiro Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa, pelo qual a pauta climática é tema desenvolvido no âmbito da Comissão ODS 12, Consumo e Produção Responsáveis, e seus avanços são monitorados e acompanhados regularmente pelo CGI e Comitê de Auditoria Estatutário, nas reuniões previstas no calendário anual de governança corporativa.

A partir do diagnóstico gerado em função desta primeira experiência de inventário de emissões, a Companhia planejará suas ações no tema, relacionadas ao desafio global de prevenção e combate aos efeitos das mudanças no clima, especialmente em seu setor de atuação, com o engajamento de seus Comitês de Governança e Indicação, de Estratégia, e de Auditoria Estatutário e também do Conselho de Administração, na definição da estratégia, aprovação e acompanhamento de plano de trabalho e supervisão e gerenciamento de riscos e oportunidades.

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Diretoria	1	7	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	3	4	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	0	3	0	0	0
Conselho Fiscal - Suplentes	2	1	0	0	0
TOTAL = 21	**6**	**15**	**0**	**0**	**0**

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Diretoria	0	6	0	0	0	0	2
Conselho de Administração - Efetivos	0	7	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	0	3	0	0	0	0	0
Conselho Fiscal - Suplentes	0	3	0	0	0	0	0
TOTAL = 21	**0**	**19**	**0**	**0**	**0**	**0**	**2**

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

(a) órgãos e comitês permanentes que se reportem ao conselho de administração

Comitê de Auditoria Estatutário

O Comitê de Auditoria da Companhia tem previsão estatutária (artigo 23) desde 5 de abril de 2018, conforme deliberação aprovada na Assembleia Geral Extraordinária ocorrida nesta data. Em 4 de novembro de 2021, o Conselho de Administração aprovou o Regimento Interno do Comitê de Auditoria Estatutário ("**CAE**") e sua instalação, nos termos da Resolução CVM nº 23/2021, arquivado na sede da Companhia e disponível no website de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.totvs.com/esg/estatuto-politicas-e-regimento/) da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 (www.b3.com.br). O Comitê de Auditoria Estatutário é órgão estatutário e colegiado, de funcionamento permanente, vinculado diretamente ao Conselho de Administração, tendo por finalidade assessorá-lo no monitoramento e controle da qualidade das demonstrações e informações financeiras, gerenciamento de riscos, controles internos e na análise das transações com partes relacionadas. As competências específicas, composição e modo de funcionamento do CAE estão descritas no Regimento Interno do CAE.

Comitê de Gente e Remuneração

Conforme previsto no artigo 22 do Estatuto Social da Companhia, a Companhia possui um Comitê de Gente e Remuneração ("**CGR**"), que exerce funções consultivas e auxilia o Conselho de Administração a estabelecer os termos da remuneração e dos demais benefícios e pagamentos a serem recebidos a qualquer título da Companhia por Diretores e Conselheiros

As atribuições, responsabilidades, composição e modo de funcionamento do Comitê de Gente e Remuneração estão previstas no Regimento Interno do Conselho de Administração e seus Comitês de Assessoramento, com revisão aprovada em Reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de abril de 2022, arquivado na sede da Companhia e disponível no website de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.totvs.com/esg/estatuto-politicas-e- regimento/), da CVM (http://www.cvm.gov.br/) e da B3 (www.b3.com.br), observadas as disposições do Estatuto Social e da legislação aplicável em vigor.

Comitê de Estratégia

A Companhia possui um Comitê de Estratégia ("**CE**"), não estatutário, sendo que suas atribuições, responsabilidades, composição e modo de funcionamento estão previstos no Regimento Interno do Conselho de Administração e seus Comitês de Assessoramento, com revisão aprovada em Reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de abril de 2022. O CE exerce funções consultivas em temas que viabilizem a construção da visão de futuro e o planejamento estratégico da Companhia, incluindo diretrizes estratégicas relacionadas aos aspectos ambientais, sociais e de governança.

Comitê de Governança e Indicação

Conforme previsto no artigo 24 do Estatuto Social da Companhia, a Companhia possui um Comitê de Governança e Indicação ("**CGI**"), cujas atribuições e responsabilidades estão descritas no Regimento Interno do Conselho de Administração e seus Comitês de Assessoramento, com revisão aprovada em Reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de abril de 2023, arquivado na sede da Companhia e disponível no website de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.totvs.com/esg/estatuto-politicas-e-regimento/), da CVM (http://www.cvm.gov.br/) e da B3 (www.b3.com.br), disciplina o funcionamento do Comitê de Governança e Indicação, observadas as disposições do Estatuto Social e da legislação em vigor.

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

(b) de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Para informações sobre a forma que o Conselho de Administração da Companhia avalia o trabalho da auditoria independente, favor consultar o item 9.3 deste Formulário de Referência.

A Companhia possui uma Política, aprovada por seu Conselho de Administração em 28/06/2021, que disciplina a forma de contratação de serviços e o relacionamento com a firma de Auditoria Independente.

(c) se houver, canais instituídos para que questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade cheguem ao conhecimento do conselho de administração

Temos um canal direto, que é o Canal de Ética e Conduta, para que qualquer pessoa possa comunicar, de forma confidencial ou não, a seu critério, situações que possam caracterizar violação do Código de Ética e Conduta do Grupo TOTVS ou qualquer outro ato que infrinja ou possa infringir a legislação e/ou as regulamentações vigentes, no que tange a aspectos de conformidade (*Compliance*), inclusive na esfera das práticas de ESG.

O canal pode ser acessado via telefone: 0800 721 5966 no Brasil / 55 11 3232 0766 nas demais localidades

De segunda a sexta-feira, das 9h às 17h.

Ou via internet: www.canalconfidencial.com.br/totvs

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Nome: Adriana Sanches dos Santos **CPF:** 021.384.907-00 **Profissão:** Administradora **Data de Nascimento:** 12/07/1971

Experiência Profissional: A Sra. Adriana Sanches Dos Santos atua há cerca de 25 anos no mercado de capitais no Brasil. Desenvolveu e implementou projetos nas áreas de Governança Corporativa para companhias abertas e fechadas, Finanças Corporativas, M;A, Listagem em Bolsa, Abertura de Capital, Ofertas Públicas, Relações com Investidores, Infraestrutura do Mercado de Capitais, Produtos de Ação, Derivativos e Renda Fixa e Investimentos Estrangeiros de Portfolio. Nos últimos 5 anos, a referida administradora não esteve sujeita (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, a referida administradora não é considerada uma pessoa exposta politicamente.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	19/04/2023	A.G.O 2024	C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas		19/04/2023	Não	19/04/2023

Nome: Alexandre Haddad Apendino **CPF:** 292.459.418-92 **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 08/12/1979

Experiência Profissional: Nos últimos 5 anos, o Sr. Alexandre Haddad Apendino atuou como Diretor Executivo de Atendimento e Relacionamento da Companhia, tendo ingressado na Companhia em 2013 como gestor de vendas e canais, e posteriormente assumindo as áreas comerciais de Cloud e Analitics (GoodData). Anteriormente, desenvolveu sua carreira na SAP e Oracle, e acumula mais de 18 anos de experiência no ramo de Vendas e Gestão de Canais, sempre com foco em pequenas e médias empresas (SMB). Sr. Apendino gradou-se em Administração de Empresas na Universidade Presbiteriana Mackenzie em 2001, possui MBA Executivo e MBA Corporativo pelo INSPER e especialização em "Effective Sales Management" pela Wharton University (EUA). Nos últimos 5 anos, o referido administrador não esteve sujeito (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, o referido administrador não é considerado uma pessoa exposta politicamente.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	10/02/2023	2 anos a contar da posse	Outros Diretores	Diretor Vice Presidente	20/04/2023	Não	16/03/2017

Nome: Ana Claudia Piedade Silveira Dos Reis **CPF:** 855.720.046-34 **Profissão:** Consultora **Data de Nascimento:** 10/11/1971

Experiência Profissional: A Sra. Ana Claudia Piedade Silveira dos Reis é graduada em ciência da computação pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e mestre em ciência da informação pela Universidade Federal de Minas Gerais. Com mais de quinze anos de experiência em recrutamento de executivos para os setores de Tecnologia, Mídia, Telecomunicações, Serviços, E-Commerce, Private Equity, Venture Capital, Startups, Educação e Real Estate, é sócia sênior da Kingsley Gate Partners e responsável pela operação da empresa no Brasil. Na TOTVS S.A., é Conselheira Independente e Coordenadora do Comitê de Gente e Remuneração. Adicionalmente, a nova conselheira agrega à Companhia sua sólida experiência em consultoria de gestão e de tecnologia, atuando em questões relacionadas à atração, recrutamento, retenção e gestão de pessoas, tendo inclusive assessorado a Companhia no processo de sucessão que resultou na contratação do atual CEO. Principais Contribuições para a Companhia: Planejamento Estratégico; e Gestão de Pessoas. Nos últimos 5 anos, o referido administrador não esteve sujeito (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, o referido administrador não é considerado uma pessoa exposta politicamente. Sim, se caracteriza como Conselheira Independente segundo os critérios definidos no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e adotadas pelo Estatuto Social da TOTVS.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	07/10/2022	A.G.O 2024	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	Coordenadora do Comitê de Gente e Remuneração	07/10/2022	Não	07/10/2022

Nome: Carla Alessandra Trematore **CPF:** 248.855.668-86 **Profissão:** Administradora **Data de Nascimento:** 30/10/1975

Experiência Profissional: A Sra. Carla Alessandra Trematore é Bacharel em Ciência da Computação pela Universidade Estadual Paulista – UNESP e em Ciências Contábeis pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas. Atuou nas empresas de auditoria independente Arthur Andersen, Deloitte e EY entre 1996 e 2010. Foi sócia da Hirashima ; Associados, onde liderou serviços de consultoria contábil e financeira, e atuou como consultora da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI. De julho de 2014 a agosto de 2017, ocupou a posição de controller em empresas de geração de energia elétrica. Foi presidente do Comitê de Auditoria da Caixa Econômica Federal e Conselheira de Administração do BRB – Banco de Brasília. Atualmente é membro do Conselho de Administração da BR Partners e CI;T e de conselhos fiscais e comitês de auditoria. Nos últimos 5 anos, a referida administradora não esteve sujeita (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, a referida administradora não é considerada uma pessoa exposta politicamente.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	19/04/2023	A.G.O 2024	C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas		19/04/2023	Não	19/04/2023

Nome: Dennis Herszkowicz **CPF:** 165.783.068-38 **Profissão:** Publicitário **Data de Nascimento:** 06/11/1974

Experiência Profissional: O Sr. Dennis Herszkowicz foi, entre 2003 e 2018, sócio e Diretor Estatutário da Linx S.A., ocupando diferentes Vice-Presidências, além de ter sido Membro do Conselho de Administração no período de 2011 a 2014. Entre 2012 e 2017 foi Chief Financial Officer e Diretor de Relações com Investidores, sendo responsável pelo IPO em 2013 e pelo follow-on em 2016, além de conduzir 20 aquisições no período. Entre 2017 e 2018, foi Vice-Presidente Executivo de Novos Mercados, Unidade de Negócios focada em Fintech. Anteriormente à Linx, foi Diretor Geral do DeRemate.com no Brasil, fundador e CEO da Gibraltar.com, além de passagens pela Unilever e Credicard S.A. É formado em Propaganda e Marketing pela ESPM. Nos últimos 5 anos, o referido administrador não esteve sujeito (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, o referido administrador não é considerado uma pessoa exposta politicamente.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	10/02/2023	2 anos a contar da posse	Diretor Presidente / Superintendente		20/04/2023	Não	26/11/2018

Nome: Eduardo Mazzilli de Vassimon **CPF:** 033.540.748-09 **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 07/10/1958

Experiência Profissional: O Sr. Eduardo Mazzilli de Vassimon é formado em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade de São Paulo – USP e em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas, ambas concluídas em 1980, e pós- graduado pela EAESP/FGV e pela École dês Hautes Études Commerciales – França, ambas em 1982. Desde abril de 2019, é Presidente do Conselho de Administração da Votorantim S/A e desde 2015, é membro do Conselho de Administração da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e Coordenador do Comitê de Riscos e Financeiro. Foi Presidente do Itaú BBA e Diretor Geral da Área de Atacado do Itaú Unibanco de 2016 a 2018; Vice-Presidente Executivo, CFO e CRO – Itaú Unibanco S.A. de 2015 a 2016; Vice-Presidente Executivo e CRO – Itaú Unibanco S.A. de 2013 a 2015; Membro do Conselho de Administração - Banco Itaú BBA S.A. de 2003 a 2015. Na TOTVS S.A., é Conselheiro Independente, Coordenador do Comitê de Governança e Indicação e membro do Comitê de Gente e Remuneração. É membro de organizações do terceiro setor. Principais Contribuições para a Companhia: Gestão de Negócios; Mercado de Capitais; e Governança Corporativa. Nos últimos 5 anos, o referido administrador não esteve sujeito (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, o referido administrador não é considerado uma pessoa exposta politicamente. Sim, se caracteriza como Conselheiro Independente segundo os critérios definidos no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e adotadas pelo Estatuto Social da TOTVS.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	19/04/2022	A.G.O 2024	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	Coordenador do Comitê de Governança e Indicação e Membro do Comitê de Gente e Remuneração	20/04/2022	Não	18/04/2019

Nome: Eduardo Strazza **CPF:** 225.652.458-23 **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 05/06/1982

Experiência Profissional: O Sr. Eduardo Strazza é diretor de vendas da LexisNexis Risk Solutions, uma das maiores empresas de tecnologia e dados para ajudar empresas a mitigar riscos relacionados a crimes financeiros e fraude. Formado em administração de empresas pela Fundação Armando Álvares Penteado e MBA em gestão empresarial na Fundação Getúlio Vargas, consolidou a carreira no setor bancário e tecnologia, onde trabalhou em grandes bancos privados nacionais e globais, e empresas líderes em tecnologia e dados (IBM, Thomson Reuters). Nos últimos 5 anos, o referido administrador não esteve sujeito (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, o referido administrador não é considerado uma pessoa exposta politicamente.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	19/04/2023	A.G.O 2024	C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas		19/04/2023	Não	19/04/2023

Nome: Fernando Heitor Batista Vaccari **CPF:** 287.308.218-60 **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 23/11/1979

Experiência Profissional: O Sr. Fernando Heitor B. Vaccari é formado em Administração de Empresas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com pós-graduação em finanças e gestão pelo Insper. Atualmente, é CFO da Mar Capital, Diretor de compliance da Mar Gestão de Recursos, Conselheiro da GJP Hotéis e membro do Conselho Consultivo da Afesu. Entre 2010 a 2018, atuou como membro do Conselho de Administração e do Comitê Financeiro da CVC Brasil. Anteriormente, teve passagens como head de planejamento da TOTVS, gerente executivo da LC-EH e CFO da GJP Hotéis e da GJP Participações. Nos últimos 5 anos, o referido administrador não esteve sujeito (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, o referido administrador não é considerado uma pessoa exposta politicamente.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	19/04/2023	A.G.O 2024	C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas		19/04/2023	Não	19/04/2023

Nome: Gilberto Mifano **CPF:** 566.164.738-72 **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 11/11/1949

Experiência Profissional: O Sr. Gilberto Mifano é formado em Administração pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (1972). Atualmente, na TOTVS S.A., além de Conselheiro Independente, é Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário e membro do Comitê de Governança e Indicação. Sr. Gilberto é Conselheiro Independente e Coordenador do Comitê de Auditoria, Gestão de Riscos e Finanças da Natura ; Co. Holding S.A., Conselheiro Independente e Coordenador do Comitê de Auditoria da Construtora Pacaembu S.A, Conselheiro Consultivo da Pragma Gestão de Patrimônio Ltda, Conselheiro Fiscal do Instituto Arapyaú de Educação e Desenvolvimento Sustentável e Conselheiro Fiscal do CIEB - Centro de Inovação para a Educação Brasileira. Nos últimos 5 anos, foi Conselheiro de Administração Independente da Cielo S/A até 04/2022. Anteriormente, destaca-se que foi: Conselheiro, Vice-Presidente e Presidente (pro-bono) do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), entre 2006 e 2012; CEO da Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) e da Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC), entre 1994 e 2008. No plano internacional, foi membro e Vice-Presidente dos Comitês Executivos da Federação Mundial de Bolsas (WFE) e da Federação Ibero-Americana de Bolsas (FIAB), entre 1999 e 2007. Principais Contribuições para a Companhia: Governança Corporativa; Finanças; e Gestão de Negócios. Nos últimos 5 anos, o referido administrador não esteve sujeito (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, o referido administrador não é considerado uma pessoa exposta politicamente. Sim, se caracteriza como Conselheiro Independente segundo os critérios definidos no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e adotadas pelo Estatuto Social da TOTVS.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	19/04/2022	A.G.O 2024	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário e Membro do Comitê de Governança e Indicação	20/04/2022	Não	16/03/2017

Nome: Gilsomar Maia Sebastião **CPF:** 174.189.288-07 **Profissão:** Bacharel em Ciências Contábeis **Data de Nascimento:** 06/12/1975

Experiência Profissional: Nos últimos 5 anos, o Sr. Gilsomar Maia Sebastião atuou como Vice-Presidente, Diretor de Planejamento, Diretor de Finanças Corporativas, Diretor de Relações com Investidores e Diretor de Fusões e Aquisições na Companhia e atuou como Vice-Presidente de Relações Humanas no período de Junho a Outubro de 2023. Anteriormente, foi Gerente de Processos e Riscos da Companhia, entre 2006 e 2007. Atualmente é Vice-Presidente Financeiro e Diretor de Relações com Investidores. Fez carreira na Ernst & Young Auditores Independentes como gerente de auditoria, onde atuou em projetos de auditoria externa entre 1996 e 2004. Graduou-se em Ciências Contábeis pela Universidade Mackenzie em 2000 e possui MBA em Mercado de Capitais pela FIPECAFI. Nos últimos 5 anos, o referido administrador não esteve sujeito (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, o referido administrador não é considerado uma pessoa exposta politicamente.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	10/02/2023	2 anos a contar da posse	Diretor de Relações com Investidores	O Sr. Gilsomar Maia Sebastião é Vice Presidente Administrativo e Financeiro e Diretor de Relações c	20/04/2023	Não	23/04/2009
Diretoria	10/02/2023	2 anos a contar da posse	Diretor Vice Presidente/ Superintendente		20/04/2023	Não	01/12/2015

Nome: Guilherme Stocco Filho **CPF:** 176.649.438-25 **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 01/07/1974

Experiência Profissional: O Sr. Guilherme Stocco Filho possui grande experiência na criação de negócios digitais e transformação empresarial com mais de 20 anos de experiência. Responsável por projetos bem-sucedidos no Banco Digital (Banco Original), Mobile e E-commerce (Buscapé), Plataformas de Internet (Microsoft) e Publicidade (TeRespondo). Atualmente, é membro do Conselho de Administração e do Comitê de Estratégia da TOTVS S.A. e do Conselho de Administração Banco Original. Foi Conselheiro Consultivo na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, Grupo Carrefour Brasil, Hapvida e Cielo S.A. Palestrante em Tendências e Inovação, com mais de 120 palestras no Brasil, LATAM, Canadá, Estados Unidos, Dinamarca e Reino Unido. Graduado em Administração de Empresas pela Fundação Armando Alvares Penteado - FAAP em 1997, com MBA em Gestão no Insper em 2010; pós-graduação em Gestão de Marketing pela FAAP em 2007 e certificado de Marketing na Berkeley, Universidade da Califórnia, em 1996. Principais Contribuições para a Companhia: Gestão de Negócios Digitais; Visão Inovadora em Tecnologia; e Empreendedorismo. Nos últimos 5 anos, o referido administrador não esteve sujeito (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, o referido administrador não é considerado uma pessoa exposta politicamente. Sim, se caracteriza como Conselheiro Independente segundo os critérios definidos no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e adotadas pelo Estatuto Social da TOTVS.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	19/04/2022	A.G.O 2024	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	Membro do Comitê de Estratégia	20/04/2022	Não	05/04/2018

Nome: Guillermo Oscar Braunbeck **CPF:** 106.627.498-39 **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 08/12/1972

Experiência Profissional: O Sr. Guillermo Oscar Braunbeck é economista, contador e doutor em controladoria e contabilidade. Conselheiro Fiscal e Membro de Comitês de Auditoria, inclusive como coordenador. Sólida experiência construída como auditor externo, auditor interno, gestor de riscos e assessor em operações de M;A. Parecerista e Perito especialista em temas de Contabilidade, Auditoria e Finanças. Professor Universitário. Membro votante do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) por 7 anos. Nos últimos 5 anos, o referido administrador não esteve sujeito (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, o referido administrador não é considerado uma pessoa exposta politicamente.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	19/04/2023	A.G.O 2024	C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas		19/04/2023	Não	19/04/2023

Nome: GUSTAVO AVELAR **CPF:** 057.922.966-18 **Profissão:** Engenheiro de Produção **Data de Nascimento:** 19/10/1983

Experiência Profissional: Gustavo Avelar tem mais de 15 anos de experiência profissional, com trajetória marcada pelo empreendedorismo e pela atuação como executivo em grandes empresas. Iniciou sua carreira na Accenture, na área de Estratégia, e esteve em empresas como Cnova (casasbahia.com, pontofrio.com e extra.com) e Linx. Foi sócio e CEO da Neemu (adquirida pela Linx), 1M2 (vendida em uma operação combinada com Tok&Stok e um player local de real state) e Domus Digital, onde atuou no projeto Tok&Stok liderando os times de e-commerce, Marketing de Performance e Tecnologia. Atua também como conselheiro da 3778, companhia focada em fornecer soluções de tecnologia para empresas de saúde. Possui experiência na formação e liderança de times de produto e tecnologia, projetos de performance de varejo e digital commerce. É graduado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Minas Gerais.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	01/11/2023	A.G.O 2025	Diretor Vice Presidente/ Superintendente		06/11/2023	Não	06/11/2023

Nome: Gustavo Dutra Bastos **CPF:** 026.942.416-46 **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 19/03/1976

Experiência Profissional: O Sr. Gustavo Dutra Bastos atualmente é Vice-Presidente de Plataformas da Companhia. Há mais de 25 anos trabalhando em empresas do segmento de TI com atuação no mercado de software e serviços associados, o Sr. Bastos está na companhia há quase 20 anos e já respondeu por áreas de pré-venda, oferta, projetos e serviços de software, sendo esta última até 2012. Em 2013, cumpriu importante papel na estruturação das áreas de Atendimento Técnico e Qualidade, passando a responder por áreas de Produto da companhia. Possui formação técnica em Informática Industrial pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET/MG) e graduou-se em Administração pela UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais, em 2000. Nos últimos 5 anos, o referido administrador não esteve sujeito (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, o referido administrador não é considerado uma pessoa exposta politicamente.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	10/02/2023	2 anos a contar da posse	Diretor Vice Presidente/ Superintendente	O Sr. Gustavo Dutra Bastos é Vice Presidente de Plataformas	20/04/2023	Não	06/05/2008

Nome: JULIANO DE MIRANDA TUBINO **CPF:** 254.357.978-88 **Profissão:** Bacharel em Ciência da Computação **Data de Nascimento:** 05/08/1974

Experiência Profissional: O Sr. Juliano de Miranda Tubino atua como CEO da RD Station e Vice-Presidente de Business Performance da TOTVS. Anteriormente atuou como executivo na Accenture Digital, Netshoes, Amazon e Microsoft, acumulando experiências em Marketing, Vendas e Inovação, e também atua como conselheiro e investidor no mercado de tech. Juliano Tubino é formado em Ciência da computação pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e possui especialização em Administração e Marketing pela Kellogg Executive Education (EUA).

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	10/02/2023	2 anos a contar da posse	Diretor Vice Presidente/ Superintendente		20/04/2023	Não	03/04/2018

Nome: Laércio José de Lucena Cosentino **CPF:** 032.737.678-39 **Profissão:** Engenheiro Elétrico **Data de Nascimento:** 11/08/1960

Experiência Profissional: O Sr. Laércio José de Lucena Cosentino é fundador e presidente do Conselho de Administração da TOTVS e membro do Comitê de Estratégia, Comitê de Governança e Indicação e Comitê de Gente e Remuneração, maior empresa de tecnologia do Brasil. Formado em Engenharia Eletrotécnica pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP), sua carreira e história consolidaram-se no setor de TI, especialmente com a fundação da TOTVS em 1983. A empresa é líder absoluta no Brasil e presente em 41 países. Laércio Cosentino é Presidente do Conselho de Administração da Associação Brasileira de Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (Brasscom), presidente do Conselho da Mendelics, conselheiro do A.C. Camargo Cancer Center, dentre outras atividades. Principais Contribuições para a Companhia: Empreendedorismo; Estratégia de Capital Humano em Tecnologia; Visão Inovadora em Tecnologia; e empresário referência no setor de Tecnologia e no Brasil. Nos últimos 5 anos, o referido administrador não esteve sujeito (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, o referido administrador não é considerado uma pessoa exposta politicamente. Não se caracteriza como Conselheiro Independente segundo os critérios definidos no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e adotadas pelo Estatuto Social da TOTVS.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	19/04/2022	A.G.O 2024	Presidente do Conselho de Administração	Membro do Comitê de Estratégia, Comitê de Governança e Indicação e do Comitê de Gente e Remuneração	20/04/2022	Não	07/03/2006

Nome: Luiz Gotardo Furlan **CPF:** 329.669.418-80 **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 10/07/1984

Experiência Profissional: O Sr. Luiz Gotardo Furlan é formado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas, com MBAs na London Business School e Columbia University. Possui, ainda, cursos e certificados de sistemas e mercado financeiro, como CEA e Power BI. Atualmente, é CFO da Trinus Co. De 2017 a 2021, atuou como Vice-Presidente do Conselho de Administração da Necton, onde também atuou como sócio desde 2009, com foco nas áreas de wealth management, home broker, marketing e administração de fundos. Anteriormente, também trabalhou na Bain ; Company e Maersk Line. Nos últimos 5 anos, o referido administrador não esteve sujeito (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, o referido administrador não é considerado uma pessoa exposta politicamente.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	19/04/2023	A.G.O 2024	C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas		19/04/2023	Não	19/04/2023

Nome: Marcelo Eduardo Sant'anna Cosentino **CPF:** 306.743.308-46 **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 06/01/1983

Experiência Profissional: O Sr. Marcelo Eduardo Sant'Anna Cosentino ingressou na Companhia em 2001 e atuou em diversas áreas, tais como tecnologia da informação, desenvolvimento de produtos, alianças, novos negócios, planejamento corporativo e desenvolvimento dos produtos da Companhia. Nos últimos três anos foi responsável pela expansão internacional da Companhia, participando dos principais processos de M;A realizados ao longo dos anos. Atualmente atua como Vice-Presidente de Negócios para os Segmentos. Graduou-se em administração de empresas na Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP) em 2005 e possui MBA pela Kellogg School of Management (EUA). Nos últimos 5 anos, o referido administrador não esteve sujeito (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, o referido administrador não é considerado uma pessoa exposta politicamente.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	10/02/2023	2 anos a contar da posse	Diretor Vice Presidente/ Superintendente	O Sr. Marcelo Eduardo Sant'Anna Cosentino é Vice-Presidente de Negócios para os Segmentos	20/04/2023	Não	27/01/2011

Nome: Maria Letícia de Freitas Costa **CPF:** 050.932.788-58 **Profissão:** Engenheira de Produção **Data de Nascimento:** 27/03/1960

Experiência Profissional: A Sra. Maria Letícia de Freitas Costa é formada em engenharia de produção pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo e possui MBA pela Samuel Curtis Johnson School of Management de Cornell University. Atualmente, é Conselheira Independente e Coordenadora do Comitê de Estratégia na TOTVS S.A., sócia na Prada Assessoria Empresarial, Conselheira independente, Coordenadora do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance, membro do Comitê de Governança e Indicação da Localiza S.A., Conselheira independente da Mapfre S.A., Conselheira independente, Coordenadora do Comitê de Pessoas e ESG e membro do Comitê de Estratégia e Inovação da Embraer S.A, e Conselheira independente e Coordenadora do Comitê de Auditoria da Mobly S.A. De 2001 a 2010, a Sra. Letícia atuou como Presidente das operações da Booz Allen Hamilton (hoje Strategy;). Atuou também como Conselheira da Sadia, Gafisa, Technip, e Marcopolo, além de ter sido Membro de Comitê do Conselho na Votorantim Industrial, Votorantim Metais, CBA e Bematech. Principais Contribuições para a Companhia: Planejamento Estratégico; Gestão; e Visão de Negócios. Nos últimos 5 anos, a referida administradora não esteve sujeita: (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, a referida administradora não é considerado uma pessoa exposta politicamente. Sim, se caracteriza como Conselheira Independente segundo os critérios definidos no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e adotadas pelo Estatuto Social da TOTVS.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	19/04/2022	A.G.O 2024	Vice Presidente Cons. de Administração Independente	Coordenadora do Comitê de Estratégia	20/04/2022	Não	16/03/2017

Nome: Tania Sztamfater Chocolat **CPF:** 278.583.348-16 **Profissão:** Engenheira de Produção **Data de Nascimento:** 17/01/1977

Experiência Profissional: A Sra. Tania Sztamfater Chocolat é formada em Engenharia de Produção pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. Atualmente, é Diretora Sênior, responsável pela área de Direct Equity Investments para América Latina e Chefe do Escritório de São Paulo no Canada Pension Plan Investment Board. Na TOTVS S.A., é Conselheira Independente e membro do Comitê de Auditoria Estatutário. É também membro independente do Conselho de Administração, Coordenadora do Comitê de Auditoria, membro do Comitê de Estratégia e Novos Negócios e do Comitê de Pessoas e Sustentabilidade da Equatorial Energia, desde abril de 2019. Anteriormente, de 2013 a 2017, Tania foi responsável pela gestão de investimentos ilíquidos na Raiz Investimentos, e por investimentos em Private Equity no Brasil pela Capital Group. Foi membro suplente do Conselho de Administração da STP (Sem Parar). Entre 2004 e 2013, atuou nas áreas de Investment Banking, Private Banking e Equity Research do Banco Unibanco e do Itaú Unibanco S.A. Foi Head da área de Solution Partners no Itaú Private Bank, Diretora Executiva no Itaú BBA, Diretora, Head e Analista Sênior do setor de consumo e varejo da área de Equity Research do Banco Unibanco S.A, tendo também trabalhado na área de Investment Banking do Banco JP Morgan, entre 1999 e 2002. Principais Contribuições para a Companhia: Planejamento Estratégico; Finanças Corporativas; Mercado de Capitais e Investimentos e Sustentabilidade. Nos últimos 5 anos, o referido administrador não esteve sujeito (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, o referido administrador não é considerado uma pessoa exposta politicamente. Sim, se caracteriza como Conselheira Independente segundo os critérios definidos no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e adotadas pelo Estatuto Social da TOTVS.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	19/04/2022	A.G.O 2024	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	Membro do Comitê de Auditoria Estatutário	20/04/2022	Não	19/04/2022

Nome: VIVIAN BROGE **CPF:** 273.141.918-08 **Profissão:** Comunicação Social **Data de Nascimento:** 04/04/1976

Experiência Profissional: A Sra. Vivian Broge atualmente é Diretora Vice-Presidente de Relações Humanas e Marketing da TOTVS desde outubro de 2023, possui mais de 20 anos de experiência em Recursos Humanos, Parcerias e Alianças (M&A), Inovação Comercial (Projetos) e Marketing de Relacionamento. Trabalhou na Iguatemi como Diretora de Recursos Humanos e ESG de 2018 a 2023. Foi Diretora de RH da Danone Early Life Nutrition no Brasil e Diretora Executiva de Pessoas e Cultura na ISS Facility Service do Brasil. Entre 2007 e 2014 atuou na Natura Cosméticos e anteriormente desenvolveu sua carreira em empresas como Grupo IBOPE, Atento e BCP Telecomunicações. É graduada em Comunicação Social pela FAAP, pós-graduada em Administração de Marketing pela mesma instituição e com MBA em Desenvolvimento e Gestão de Pessoas pela FGV. Nos últimos 5 anos, a referida administradora não esteve sujeita (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, a referida administradora não é considerada uma pessoa exposta politicamente.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	29/09/2023	A.G.O 2025	Diretor Vice Presidente/ Superintendente		09/10/2023	Não	09/10/2023

7.4 Composição dos comitês

Nome: Ana Claudia Piedade Silveira Dos Reis **CPF:** 855.720.046-34 **Profissão:** Consultora **Data de Nascimento:** 10/11/1971

Experiência Profissional: A Sra. Ana Claudia Piedade Silveira dos Reis é graduada em ciência da computação pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e mestre em ciência da informação pela Universidade Federal de Minas Gerais. Com mais de quinze anos de experiência em recrutamento de executivos para os setores de Tecnologia, Mídia, Telecomunicações, Serviços, E-Commerce, Private Equity, Venture Capital, Startups, Educação e Real Estate, é sócia sênior da Kingsley Gate Partners e responsável pela operação da empresa no Brasil. Na TOTVS S.A., é Conselheira Independente e Coordenadora do Comitê de Gente e Remuneração. Adicionalmente, a nova conselheira agrega à Companhia sua sólida experiência em consultoria de gestão e de tecnologia, atuando em questões relacionadas à atração, recrutamento, retenção e gestão de pessoas, tendo inclusive assessorado a Companhia no processo de sucessão que resultou na contratação do atual CEO. Principais Contribuições para a Companhia: Planejamento Estratégico; e Gestão de Pessoas. Nos últimos 5 anos, o referido administrador não esteve sujeito (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, o referido administrador não é considerado uma pessoa exposta politicamente. Sim, se caracteriza como Conselheira Independente segundo os critérios definidos no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e adotadas pelo Estatuto Social da TOTVS.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Presidente do Comitê	07/10/2022	A.G.O 2024	Coordenadora do Comitê de Gente e Remuneração		07/10/2022	Não	07/10/2022

Nome: Eduardo Mazzilli de Vassimon **CPF:** 033.540.748-09 **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 07/10/1958

Experiência Profissional: O Sr. Eduardo Mazzilli de Vassimon é formado em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade de São Paulo – USP e em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas, ambas concluídas em 1980, e pós- graduado pela EAESP/FGV e pela École dês Hautes Études Commerciales – França, ambas em 1982. Desde abril de 2019, é Presidente do Conselho de Administração da Votorantim S/A e desde 2015, é membro do Conselho de Administração da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e Coordenador do Comitê de Riscos e Financeiro. Foi Presidente do Itaú BBA e Diretor Geral da Área de Atacado do Itaú Unibanco de 2016 a 2018; Vice-Presidente Executivo, CFO e CRO – Itaú Unibanco S.A. de 2015 a 2016; Vice-Presidente Executivo e CRO – Itaú Unibanco S.A. de 2013 a 2015; Membro do Conselho de Administração - Banco Itaú BBA S.A. de 2003 a 2015. Na TOTVS S.A., é Conselheiro Independente, Coordenador do Comitê de Governança e Indicação e membro do Comitê de Gente e Remuneração. É membro de organizações do terceiro setor. Principais Contribuições para a Companhia: Gestão de Negócios; Mercado de Capitais; e Governança Corporativa. Nos últimos 5 anos, o referido administrador não esteve sujeito (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, o referido administrador não é considerado uma pessoa exposta politicamente. Sim, se caracteriza como Conselheiro Independente segundo os critérios definidos no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e adotadas pelo Estatuto Social da TOTVS.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Presidente do Comitê	20/04/2022	A.G.O 2024	Coordenador do Comitê de Governança e Indicação		19/04/2022	Não	30/04/2020
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	20/04/2022	A.G.O 2024	Membro do Comitê de Gente e Remuneração		19/04/2022	Não	26/04/2019

Nome: Gilberto Mifano **CPF:** 566.164.738-72 **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 11/11/1949

Experiência Profissional: O Sr. Gilberto Mifano é formado em Administração pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (1972). Atualmente, na TOTVS S.A., além de Conselheiro Independente, é Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário e membro do Comitê de Governança e Indicação. Sr. Gilberto é Conselheiro Independente e Coordenador do Comitê de Auditoria, Gestão de Riscos e Finanças da Natura ; Co. Holding S.A., Conselheiro Independente e Coordenador do Comitê de Auditoria da Construtora Pacaembu S.A, Conselheiro Consultivo da Pragma Gestão de Patrimônio Ltda, Conselheiro Fiscal do Instituto Arapyaú de Educação e Desenvolvimento Sustentável e Conselheiro Fiscal do CIEB - Centro de Inovação para a Educação Brasileira. Nos últimos 5 anos, foi Conselheiro de Administração Independente da Cielo S/A até 04/2022. Anteriormente, destaca-se que foi: Conselheiro, Vice-Presidente e Presidente (pro-bono) do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), entre 2006 e 2012; CEO da Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) e da Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC), entre 1994 e 2008. No plano internacional, foi membro e Vice-Presidente dos Comitês Executivos da Federação Mundial de Bolsas (WFE) e da Federação Ibero-Americana de Bolsas (FIAB), entre 1999 e 2007. Principais Contribuições para a Companhia: Governança Corporativa; Finanças; e Gestão de Negócios. Nos últimos 5 anos, o referido administrador não esteve sujeito (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, o referido administrador não é considerado uma pessoa exposta politicamente. Sim, se caracteriza como Conselheiro Independente segundo os critérios definidos no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e adotadas pelo Estatuto Social da TOTVS.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatuário aderente a Resolução CVM nº 23/21	Presidente do Comitê	20/04/2022	A.G.O 2024			19/04/2022	Não	04/11/2021
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	20/04/2022	A.G.O 2024	Membro do Comitê de Governança e Indicação		19/04/2022	Não	20/12/2018

Nome: Guilherme Stocco Filho **CPF:** 176.649.438-25 **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 01/07/1974

Experiência Profissional: O Sr. Guilherme Stocco Filho possui grande experiência na criação de negócios digitais e transformação empresarial com mais de 20 anos de experiência. Responsável por projetos bem-sucedidos no Banco Digital (Banco Original), Mobile e E-commerce (Buscapé), Plataformas de Internet (Microsoft) e Publicidade (TeRespondo). Atualmente, é membro do Conselho de Administração e do Comitê de Estratégia da TOTVS S.A. e do Conselho de Administração Banco Original. Foi Conselheiro Consultivo na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, Grupo Carrefour Brasil, Hapvida e Cielo S.A. Palestrante em Tendências e Inovação, com mais de 120 palestras no Brasil, LATAM, Canadá, Estados Unidos, Dinamarca e Reino Unido. Graduado em Administração de Empresas pela Fundação Armando Alvares Penteado - FAAP em 1997, com MBA em Gestão no Insper em 2010; pós-graduação em Gestão de Marketing pela FAAP em 2007 e certificado de Marketing na Berkeley, Universidade da Califórnia, em 1996. Principais Contribuições para a Companhia: Gestão de Negócios Digitais; Visão Inovadora em Tecnologia; e Empreendedorismo. Nos últimos 5 anos, o referido administrador não esteve sujeito (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, o referido administrador não é considerado uma pessoa exposta politicamente. Sim, se caracteriza como Conselheiro Independente segundo os critérios definidos no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e adotadas pelo Estatuto Social da TOTVS.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	20/04/2022	A.G.O 2024	Membro do Comitê de Estratégia		19/04/2022	Não	28/04/2017

Nome: Laércio José de Lucena Cosentino **CPF:** 032.737.678-39 **Profissão:** Engenheiro Elétrico **Data de Nascimento:** 11/08/1960

Experiência Profissional: O Sr. Laércio José de Lucena Cosentino é fundador e presidente do Conselho de Administração da TOTVS e membro do Comitê de Estratégia, Comitê de Governança e Indicação e Comitê de Gente e Remuneração, maior empresa de tecnologia do Brasil. Formado em Engenharia Eletrotécnica pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP), sua carreira e história consolidaram-se no setor de TI, especialmente com a fundação da TOTVS em 1983. A empresa é líder absoluta no Brasil e presente em 41 países. Laércio Cosentino é Presidente do Conselho de Administração da Associação Brasileira de Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (Brasscom), presidente do Conselho da Mendelics, conselheiro do A.C. Camargo Cancer Center, dentre outras atividades. Principais Contribuições para a Companhia: Empreendedorismo; Estratégia de Capital Humano em Tecnologia; Visão Inovadora em Tecnologia; e empresário referência no setor de Tecnologia e no Brasil. Nos últimos 5 anos, o referido administrador não esteve sujeito (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, o referido administrador não é considerado uma pessoa exposta politicamente. Não se caracteriza como Conselheiro Independente segundo os critérios definidos no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e adotadas pelo Estatuto Social da TOTVS.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	20/04/2022	A.G.O 2024	Membro do Comitê de Estratégia		19/04/2022	Não	28/04/2016
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	20/04/2022	A.G.O 2024	Membro do Comitê de Governança e Indicação		19/04/2022	Não	16/12/2016
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	20/04/2022	A.G.O 2024	Membro do Comitê de Gente e Remuneração		19/04/2022	Não	20/04/2022

Nome: Lavínia Moraes de Almeida Nogueira Junqueira **CPF:** 269.993.118-70 **Profissão:** Advogada **Data de Nascimento:** 31/05/1976

Experiência Profissional: A Sra. Lavinia Junqueira é advogada em São Paulo, formada em direito pela Universidade de São Paulo e mestre em economia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. É Certified Public Accountant (CPA), consultora do Comitê de Auditoria, Gestão de Riscos e de Finanças da Naturaamp;Co Holding S.A, membro do Conselho Fiscal do Instituto Natura e já atuou como membro do Comitê de Auditoria do Banco Pine. Tem expressiva experiência executiva em mercado financeiro e em temas jurídicos, de Compliance e de gestão de riscos. Principais Contribuições para a Companhia: Finanças Corporativas, Inteligência Jurídica e Governança Corporativa. Nos últimos 5 anos, a referida administradora não esteve sujeita (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Sim, se caracteriza como Membro Independente segundo os critérios definidos no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e adotadas pelo Estatuto Social da Companhia.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatuário aderente a Resolução CVM nº 23/21	Membro do Comitê (Efetivo)	20/04/2022	A.G.O 2024			19/04/2022	Não	04/11/2021

Nome: Maria Letícia de Freitas Costa **CPF:** 050.932.788-58 **Profissão:** Engenheira de Produção **Data de Nascimento:** 27/03/1960

Experiência Profissional:

A Sra. Maria Letícia de Freitas Costa é formada em engenharia de produção pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo e possui MBA pela Samuel Curtis Johnson School of Management de Cornell University. Atualmente, é Conselheira Independente e Coordenadora do Comitê de Estratégia na TOTVS S.A., sócia na Prada Assessoria Empresarial, Conselheira independente, Coordenadora do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance, membro do Comitê de Governança e Indicação da Localiza S.A., Conselheira independente da Mapfre S.A., Conselheira independente, Coordenadora do Comitê de Pessoas e ESG e membro do Comitê de Estratégia e Inovação da Embraer S.A, e Conselheira independente e Coordenadora do Comitê de Auditoria da Mobly S.A. De 2001 a 2010, a Sra. Letícia atuou como Presidente das operações da Booz Allen Hamilton (hoje Strategy;). Atuou também como Conselheira da Sadia, Gafisa, Technip, e Marcopolo, além de ter sido Membro de Comitê do Conselho na Votorantim Industrial, Votorantim Metais, CBA e Bematech. Principais Contribuições para a Companhia: Planejamento Estratégico; Gestão; e Visão de Negócios. Nos últimos 5 anos, a referida administradora não esteve sujeita: (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, a referida administradora não é considerado uma pessoa exposta politicamente. Sim, se caracteriza como Conselheira Independente segundo os critérios definidos no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e adotadas pelo Estatuto Social da TOTVS.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Presidente do Comitê	20/04/2022	A.G.O 2024	Coordenadora do Comitê de Estratégia		19/04/2022	Não	16/03/2017

Nome: Tania Sztamfater Chocolat **CPF:** 278.583.348-16 **Profissão:** Engenheira de Produção **Data de Nascimento:** 17/01/1977

Experiência Profissional:

A Sra. Tania Sztamfater Chocolat é formada em Engenharia de Produção pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. Atualmente, é Diretora Sênior, responsável pela área de Direct Equity Investments para América Latina e Chefe do Escritório de São Paulo no Canada Pension Plan Investment Board. Na TOTVS S.A., é Conselheira Independente e membro do Comitê de Auditoria Estatutário. É também membro independente do Conselho de Administração, Coordenadora do Comitê de Auditoria, membro do Comitê de Estratégia e Novos Negócios e do Comitê de Pessoas e Sustentabilidade da Equatorial Energia, desde abril de 2019. Anteriormente, de 2013 a 2017, Tania foi responsável pela gestão de investimentos ilíquidos na Raiz Investimentos, e por investimentos em Private Equity no Brasil pela Capital Group. Foi membro suplente do Conselho de Administração da STP (Sem Parar). Entre 2004 e 2013, atuou nas áreas de Investment Banking, Private Banking e Equity Research do Banco Unibanco e do Itaú Unibanco S.A. Foi Head da área de Solution Partners no Itaú Private Bank, Diretora Executiva no Itaú BBA, Diretora, Head e Analista Sênior do setor de consumo e varejo da área de Equity Research do Banco Unibanco S.A, tendo também trabalhado na área de Investment Banking do Banco JP Morgan, entre 1999 e 2002. Principais Contribuições para a Companhia: Planejamento Estratégico; Finanças Corporativas; Mercado de Capitais e Investimentos e Sustentabilidade.
Nos últimos 5 anos, o referido administrador não esteve sujeito (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, o referido administrador não é considerado uma pessoa exposta politicamente. Sim, se caracteriza como Conselheira Independente segundo os critérios definidos no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e adotadas pelo Estatuto Social da TOTVS.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatuário aderente a Resolução CVM nº 23/21	Membro do Comitê (Efetivo)	20/04/2022	A.G.O 2024			19/04/2022	Não	20/04/2022

7.5 Relações familiares

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor ou controlada	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo	**Passaporte**		**Nacionalidade**	
Administrador do emissor ou controlada				
Marcelo Eduardo Sant'anna Cosentino	306.743.308-46	TOTVS S.A	53.113.791/0001-22	
Vice-Presidente de Negócios para os Segmentos	N/A		Brasileiro(a)	
Pessoa relacionada				
Laércio José de Lucena Cosentino	032.737.678-39	TOTVS S.A	53.113.791/0001-22	Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
Presidente do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Governança e Indicação e Membro do Comitê de Estratégia.	N/A		Brasileiro(a)	

Observação

Não há relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os outros Conselheiros e (a) os demais administradores da Companhia; (b) os administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia; (c) os controladores diretos ou indiretos da Companhia ou de suas controladas, diretas ou indiretas; ou (d) os administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia.

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	**Passaporte**	**Nacionalidade**	

Exercício Social 31/12/2022

Administrador do Emissor

Laércio José de Lucena Cosentino	032.737.678-39	Controle	Fornecedor
Presidente do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Gente e Remuneração, do Comitê de Governança e Indicação e do Comitê de Estratégia	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

VIP IV Empreendimentos e Participações Ltda.	07.951.381/0001-33		
Sócio	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

Contrato de locação de imóvel, tendo como locatária a TOTVS S.A. e locadora a referida parte relacionada

---

Administrador do Emissor

Laércio José de Lucena Cosentino	032.737.678-39	Controle	Cliente
Presidente do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Gente e Remuneração, do Comitê de Governança e Indicação e do Comitê de Estratégia	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

Inovalli Administração de Obras, Engenharia e Empreendimentos Imobiliários Ltda.	05.127.830/0001-06		
Sociedade controlada por pessoa relacionada ao administrador	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

Sociedade controlada por pessoa relacionada ao administrador

Administrador do Emissor

Laércio José de Lucena Cosentino	032.737.678-39	Controle	Controlada Indireta
Presidente do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Gente e Remuneração, do Comitê de Governança e Indicação e do Comitê de Estratégia	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

Instituto da Oportunidade Social	02.449.283/0001-89		
Administrador com participação na sociedade	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	**Passaporte**	**Nacionalidade**	
Administrador com participação na sociedade			
Administrador do Emissor			
Laércio José de Lucena Cosentino	032.737.678-39	Prestação de serviço	Fornecedor
Presidente do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Gente e Remuneração, do Comitê de Governança e Indicação e do Comitê de Estratégia	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (BRASSCOM)	06.244.855/0001-44		
Membro do Conselho Deliberativo	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Contribuição associativa anual			
Administrador do Emissor			
Laércio José de Lucena Cosentino	032.737.678-39	Controle	Cliente
Presidente do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Gente e Remuneração, do Comitê de Governança e Indicação e do Comitê de Estratégia	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
GHT4 EMPREENDIMENTOS, SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A.	43.317.413/0001-07		
Sociedade controlada por pessoa relacionada ao administrador	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Sociedade controlada por pessoa relacionada ao administrador			

Exercício Social 31/12/2021

Administrador do Emissor			
Laércio José de Lucena Cosentino	032.737.678-39	Controle	Fornecedor
Presidente do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Governança e Indicação e do Comitê de Estratégia	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
VIP IV Empreendimentos e Participações Ltda.	07.951.381/0001-33		

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	**Passaporte**	**Nacionalidade**	
Sócio	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Contrato de locação de imóvel, tendo como locatária a TOTVS S.A. e locadora a referida parte relacionada			
Administrador do Emissor			
Laércio José de Lucena Cosentino	032.737.678-39	Controle	Cliente
Presidente do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Governança e Indicação e do Comitê de Estratégia	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Inovalli Administração de Obras, Engenharia e Empreendimentos Imobiliários Ltda.	05.127.830/0001-06		
Sociedade controlada por pessoa relacionada ao administrador	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Sociedade controlada por pessoa relacionada ao administrador			
Administrador do Emissor			
Laércio José de Lucena Cosentino	032.737.678-39	Controle	Controlada Indireta
Presidente do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Governança e Indicação e do Comitê de Estratégia	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Instituto da Oportunidade Social	02.449.283/0001-89		
Administrador com participação na sociedade	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador com participação na sociedade			
Administrador do Emissor			
Laércio José de Lucena Cosentino	032.737.678-39	Prestação de serviço	Fornecedor
Presidente do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Governança e Indicação e do Comitê de Estratégia	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (BRASSCOM)	06.244.855/0001-44		

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	**Passaporte**	**Nacionalidade**	
Membro do Conselho Deliberativo	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Contribuição associativa anual			

Exercício Social 31/12/2020

Administrador do Emissor			
Laércio José de Lucena Cosentino	032.737.678-39	Controle	Devedor
Presidente do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Governança e Indicação, Membro do Comitê de Estratégia	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
VIP IV Empreendimentos e Participações Ltda.	07.951.381/0001-33		
Sócio	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Contrato de locação de imóvel, tendo como locatária a TOTVS S.A. e locadora a referida parte relacionada			

Administrador do Emissor			
Laércio José de Lucena Cosentino	032.737.678-39	Prestação de serviço	Fornecedor
Presidente do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Governança e Indicação, Membro do Comitê de Estratégia	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Inovalli Administração de Obras, Engenharia e Empreendimentos Imobiliários Ltda.	05.127.830/0001-06		
Sociedade controlada por pessoa relacionada ao administrador	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Sociedade controlada por pessoa relacionada ao administrador			

Administrador do Emissor			
Laércio José de Lucena Cosentino	032.737.678-39	Controle	Controlada Indireta
Presidente do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Governança e Indicação, Membro do Comitê de Estratégia	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	**Passaporte**	**Nacionalidade**	
Pessoa Relacionada			
Instituto da Oportunidade Social	02.449.283/0001-89		
Administrador com participação na sociedade	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador com participação na sociedade			
Administrador do Emissor			
JULIANO DE MIRANDA TUBINO	254.357.978-88	Controle	Cliente
Vice-Presidente de Estratégia e Novos Negócios	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Startup Brewing Indústria e Comércio de Bebidas Ltda.	29.000.088/0001-23		
Administrador com participação na sociedade	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador com participação na sociedade			
Administrador do Emissor			
Marcelo Eduardo Sant'anna Cosentino	306.743.308-46	Controle	Fornecedor
Vice-Presidente de Negócios para Segmentos	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
GoodData Corporation	208898777		
Joint Venture da TOTVS	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Joint Venture da TOTVS			

7.7 Acordos/seguros de administradores

Sem prejuízo da validade da cláusula arbitral, o requerimento de medidas de urgência pelas partes ao Poder Judiciário, quando aplicável, obedecerá às previsões do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado. A Companhia e suas controladas mantêm a contratação de apólice de Seguro de Responsabilidade Civil para Administradores - D&O (classe mundial), que prevê o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes de reparação de danos causados a terceiros ou à Companhia.

A Atual apólice número 087372022010310000726 (plano de seguro registrado na SUSEP sob o nº 15414.901229/2017-25), firmada com a seguradora AIG SEGUROS BRASIL S.A., está vigente a partir de 01/07/2022 até 01/07/2023 e tem limite máximo de indenizações de R$100.000.000,00 (cem milhões de reais).

Apesar de cobertos pela atual apólice de D&O firmada no Brasil, os diretores e administradores das operações no México, Argentina e Estados Unidos da América, também estão cobertos por uma apólice local emitida em cada país, com valor de cobertura de USD 1.000.000,00 (um milhão de dólares dos Estados Unidos da América), visando a celeridade no reembolso de despesas decorrentes de possíveis sinistros.

Em 20 de abril de 2021, os acionistas da Companhia aprovaram a inclusão do Artigo 55 no Estatuto Social, para prever a possibilidade de celebração de contrato de indenidade com seus Administradores e membros externos dos Comitês de Assessoramento, sem prejuízo das apólices de D&O. As condições e limitações foram determinadas pela Política de Indenidade da Companhia, conforme aprovada pelo Conselho de Administração em Reunião realizada em 22 de dezembro de 2021. Para mais informações, a Política de Indenidade está disponível para consulta website de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.totvs.com/esg/estatuto-politicas-e-regimento/) e da CVM no site da CVM (www.cvm.gov.br).

7.8 Outras informações relevantes

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

A Companhia divulga abaixo informações referentes às assembleias realizadas nos últimos 3 (três) exercícios sociais e no exercício social corrente:

Evento	Principais Matérias	Data	Convocação	Quórum
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária 2023	(i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; (ii) Deliberar sobre o orçamento de capital para fins do Artigo 196 da Lei nº 6.404/76 (“Lei das S.A.”); (iii) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e sobre a distribuição de dividendos.; (iv) Fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria para o exercício de 2023.; (v) Deliberar sobre a eleição de membro do Conselho de Administração da Companhia, nomeado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 07/10/2022 em face da renúncia de Conselheiro, nos termos do artigo 150 da Lei das S.A., para cumprimento do mandato em curso a se encerrar na Assembleia Geral Ordinária de 2024	19/04/2023	Instalação em 1ª convocação	AGO 80,54% AGE 80,27%

7.8 Outras informações relevantes

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária 2022	(i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; (ii) deliberar sobre o orçamento de capital para fins do artigo 196 da Lei nº 6.404/76; (iii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e sobre a distribuição de dividendos; (iv) aprovar o número de membros para compor o Conselho de Administração observado o disposto no parágrafo 3º do Artigo 16 do Estatuto Social da Companhia; (v) eleger os membros do Conselho de Administração; (vi) fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria para o exercício de 2022; (vii) alterar o Estatuto Social.	19/04/2022	Instalação em 1ª convocação	AGO 71,82% AGE 73,51%

7.8 Outras informações relevantes

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária 2021	(i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020; (ii) deliberar sobre orçamento de capital para fins do artigo 196 da Lei nº 6.404/76; (iii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e sobre a distribuição de dividendos; (iv) fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria para o exercício de 2021; (v) aprovar Plano de Incentivo Baseado em Ações; (vi) aprovar o aumento do capital social mediante a capitalização de saldo da reserva de retenção de lucros, sem a emissão de novas ações; (vii) alteração do Estatuto Social	20/04/2021	Instalação em 1ª convocação	AGO 72,44% AGE 72,24%

7.8 Outras informações relevantes

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária 2020	(i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019; (ii) deliberar sobre o orçamento de capital para fins do artigo 196 da Lei nº 6.404/76; (iii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e sobre a distribuição de dividendos; (iv) aprovar o número de membros para compor o Conselho de Administração, (v) eleger os membros do Conselho de Administração; (vi) fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria para o exercício de 2020; (vii) deliberar sobre proposta de desdobramento da totalidade das ações de emissão da Companhia, na proporção de três ações ordinárias para cada ação da mesma espécie existente na data da deliberação, sem modificação do capital social, com a consequente alteração do artigo 5º do Estatuto Social; e (viii) consolidar o Estatuto Social da Companhia,	27/04/2020	Instalação em 1ª convocação	AGO 67,75% AGE 72,15%

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária do exercício social corrente, realizada em 19 de abril de 2023, a Administração da Companhia aprovou, entre outros temas, as seguintes matérias: o orçamento de capital, a proposta de remuneração global da Administração, a eleição da Sra. Ana Claudia Piedade Silveira Dos Reis como Membro Independente do Conselho de Administração da Companhia, instalação do Conselho Fiscal e as alterações no Plano de Incentivo Baseado em Ações da Companhia.

7.8 Outras informações relevantes

Em complemento à seção 7.3/4

A Companhia possui um processo de integração para novos membros do Conselho de Administração e Comitês de Assessoramento, para garantir que possam desempenhar suas funções de forma adequada e eficaz, através do qual o membro tem acesso a informações sobre a estrutura organizacional, posicionamento de mercado, visão da estratégia e dos principais projetos estratégicos da Companhia. O atual plano de integração conta com a realização de reuniões com os executivos-chave da Companhia, preferencialmente, antes da primeira participação em reunião do órgão, dando a base adequada ao membro para iniciar o exercício de seu mandato. Conforme previsto no Regimento Interno do Conselho de Administração e seus Comitês de Assessoramento, cabe ao Presidente do Conselho de Administração, em conjunto com o Diretor-Presidente e com a colaboração da Secretaria de Governança Corporativa, organizar e coordenar um programa de integração e treinamento para novos membros.

Ademais, a Companhia esclarece que todos os funcionários participaram do treinamento sobre o Código de Ética e Conduta. Além disso, informamos que a diretoria deve participar do treinamento anualmente.

Para mais informações sobre o processo de avaliação do Conselho de Administração, da Diretoria e dos membros de cada um dos referidos órgãos, ver item 7.1 (b) deste Formulário de Referência.

8.1 Política ou prática de remuneração

a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia possui Política de Relações Humanas e Remuneração, cuja versão vigente foi aprovada pelo Conselho de Administração em 05 de maio de 2023. A Política tem como objetivo estabelecer as diretrizes e responsabilidades a serem observadas no processo de gestão de pessoas da TOTVS, em todas as etapas do seu Ciclo de Gestão de Gente. Isto inclui os modelos de remuneração, visando fornecer aos executivos os incentivos adequados em relação ao desempenho de longo prazo da Companhia, competitivos e alinhados às práticas de mercado e padrões internacionais que potencializam a atração e retenção dos profissionais, elevando o alinhamento de médio e longo prazo entre os interesses dos executivos e dos acionistas.

A Política de Relações Humanas e Remuneração está disponível no site de Relações com Investidores da TOTVS (https://ri.totvs.com/esg/estatuto-politicas-e-regimento/) e no site da CVM.

b. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

(i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

A participação dos órgãos da Companhia no processo de definição da remuneração está estabelecida na Lei das S.A., no Estatuto Social da Companhia[1] e na Política de Relações Humanas e Remuneração, disponibilizada nos endereços indicados no item 8.1.(a) acima.

ASSEMBLEIA GERAL: mediante recomendação do Conselho de Administração, aprova a remuneração global dos membros do Conselho de Administração, dos Diretores Estatutários e dos membros do Conselho Fiscal (se instalado).

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: após considerar o parecer do Comitê de Gente e Remuneração, é responsável por distribuir entre os Diretores, individualmente, parcela da remuneração anual global dos Administradores fixada pela Assembleia Geral.

COMITÊ DE GENTE E REMUNERAÇÃO: órgão que assessora o Conselho de Administração com funções consultivas estabelecendo os termos da remuneração e dos demais benefícios e pagamentos a serem recebidos a qualquer título da Companhia por Diretores e Conselheiros, apresentando ao Conselho de Administração proposta de distribuição da remuneração global anual entre os Diretores e os Conselheiros e no processo decisório ligado à elaboração da proposta de remuneração individual dos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal (se instalado) e Diretoria Estatutária, por meio de análise das melhores práticas de mercado e padrões internacionais. O Comitê de Gente e Remuneração é composto por, no mínimo, 3 membros, todos conselheiros e, ao menos, 2 independentes.

O Presidente do Conselho de Administração não participa de discussões no âmbito do Comitê de Gente e Remuneração nem das discussões e deliberações no Conselho de Administração que tratem de sua própria remuneração.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

Os critérios e metodologia utilizados para a fixação da remuneração individual consideram estudos relacionados às melhores práticas de mercado, com base em resultados de pesquisas anuais efetuadas por consultorias especializadas no mercado, tomando-se por base o grupo de empresas que representam o adequado balanceamento das características apresentadas, como (i) relevante representatividade em seus segmentos de atuação, incluindo o mercado de tecnologia; (ii) majoritariamente nacionais e de capital aberto no novo mercado; (iii) porte similar ou superior ao da TOTVS, no que se refere a faturamento, *headcount* e valor de mercado; (iv)

[1] O Estatuto Social da Companhia está disponível nos seguintes endereços:
1. Site de Relações com Investidores da Companhia (https//ri.totvs.com), clicando em "ESG", "Estatuto, Políticas e Regimento", e, por fim, "Estatuto Social" ou diretamente por meio do link; e
2. Site da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (https://www.rad.cvm.gov.br/ENET/frmConsultaExternaCVM.aspx) pesquisando EMPRESA:019992 - TOTVS S.A. e CATEGORIA: Estatuto Social

8.1 Política ou prática de remuneração

empresas que podem concorrer com a TOTVS na aquisição de talentos no mercado de trabalho. Adicionalmente, as diretrizes TOTVS utilizadas para o alinhamento dos objetivos estratégicos da Companhia e estratégia de remuneração dos administradores da Companhia estão estabelecidos na Política de Relações Humanas e Remuneração, disponibilizada nos endereços indicados no item 8.1(a) acima.

(iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor
Anualmente, o Comitê de Gente e Remuneração avalia a atratividade, engajamento e retenção dos talentos da Companhia, o que inclui a análise da necessidade de adequação das práticas de remuneração adotadas, incluindo benefícios, aos padrões praticados no mercado e, especialmente, no mercado de tecnologia. Caso o referido Comitê considere necessário e/ou apropriado, são propostos ajustes ao Conselho de Administração. Adicionalmente, as metas dos executivos, cujo atingimento é determinante na aferição do montante a ser pago pela Companhia à título de remuneração variável de curto e longo prazos, e do montante de ações restritas a serem concedidas, nos termos do Plano de Remuneração baseada em Ações, são anualmente revistas e validadas pelo Conselho de Administração da Companhia.

c. composição da remuneração:

(i) descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A remuneração dos membros do Conselho de Administração é predominante baseado no modelo fixo, sendo que desde 2019, a remuneração do Presidente do Conselho também é composta por uma parcela variável pelo Incentivo de Longo Prazo (plano de ações), baseada em desempenho, seguindo os termos e condições estabelecido no Plano de Incentivo e Retenção Baseado em Ações vigente, aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de abril de 2021.

Elementos da Estrutura de Remuneração do Conselho de Administração
• **Membros do Conselho (exceto Presidente do Conselho) -** composta por remuneração fixa com dois componentes: Fixa de Curto Prazo e Fixa de Longo Prazo, cujos termos são ora submetidos à aprovação em Assembleia Geral Extraordinária. • **Presidente do Conselho:** composta por remuneração Fixa de Curto Prazo, Variável de Longo Prazo e Benefícios.

A estrutura de remuneração segue detalhada a seguir:

➔ **seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor**

Membros do Conselho (exceto Presidente do Conselho):
Até o ano de 2022, 100% da remuneração fixa era paga em dinheiro. A partir do ano de 2023, 80% da remuneração fixa deverá ser paga em dinheiro e 20% em ações da TOTVS, no âmbito de um Plano de Remuneração de Ações, que estabelece regras específicas destinadas aos membros do Conselho, observadas as melhores práticas de governança, cujos termos são ora submetidos à aprovação em Assembleia Geral Extraordinária.

- **Remuneração Fixa (Curto Prazo):** Representa 80% da remuneração total e refere-se ao valor recebido mensalmente em dinheiro pelo profissional, tendo como objetivo atrair e recompensar os conselheiros pelas atribuições e responsabilidades pertinentes ao cargo exercido e de acordo com as práticas de mercado.

- **Remuneração Fixa (Longo Prazo - Plano de Ações):** Representa 20% da remuneração total e refere-se ao valor recebido em ações da TOTVS pelo profissional, tendo como objetivo atrair e reter seus

8.1 Política ou prática de remuneração

conselheiros, e baseada nas melhores práticas e tendências de mercado nacional e internacional bem como em estudos realizados por consultorias especializadas, proporcionando alinhamento aos objetivos de longo prazo da Companhia. É importante ressaltar que o componente de longo prazo da remuneração fixa dos membros do conselho não está vinculado a nenhuma métrica de desempenho da Companhia ou individual, sendo calculado com base em um percentual da remuneração total.

Presidente do Conselho:

- **Remuneração Fixa (Curto Prazo):** Refere-se ao valor recebido mensalmente em dinheiro pelo profissional, tendo como objetivo recompensar o Presidente do Conselho pelas atribuições e responsabilidades pertinentes ao cargo exercido e de acordo com as práticas de mercado.

- **Remuneração Variável (Incentivo de Longo Prazo - Plano de Ações):** Refere-se a concessão das Ações Restritas, baseada em desempenho, seguindo os termos e condições estabelecido no Plano de Incentivo e Retenção Baseado em Ações vigente (programa ILP Performance), tendo como objetivo reconhecer a importância e o papel diferenciado que o Presidente do Conselho possui para a Companhia considerado similar ao papel de um *Chairman* ampliado que inclui, dentre outras, metas com ciclos de três anos relacionadas à estratégia, desempenho de longo prazo da Companhia, atuação institucional e mentoria do CEO.

- **Benefícios:** Refere-se ao conjunto de benefícios concedidos ao Presidente do Conselho de Administração, que inclui: seguro de vida, plano médico e plano odontológico. O pacote de benefícios tem como objetivo estar alinhado às melhores práticas de mercado, sendo adotadas as modalidades de benefícios mais prevalentes.

➔ **sua metodologia de cálculo e de reajuste**

Abaixo estão detalhadas as metodologias de cálculo e de reajuste usadas em cada elemento da remuneração do Conselho de Administração:

Membros do Conselho (exceto Presidente do Conselho):

- **Remuneração Fixa (Curto Prazo):** 80% da remuneração total fixa é pago em dinheiro 12 (doze) vezes no ano, e é revista anualmente tendo em vista as práticas de mercado identificadas por consultorias especializadas, sendo também submetida anualmente à aprovação dos acionistas da Companhia.

- **Remuneração Fixa (Longo Prazo - Plano de Ações):** conforme proposto, a partir do ano de 2023, pretende-se que a remuneração do Conselho possua um componente baseado em ações, ou seja, 20% deverá ser paga em ações da TOTVS, no âmbito de um Plano de Remuneração de Ações, que estabelece regras específicas ao Conselho e observa as melhores práticas de governança, cujos termos são ora submetidos à aprovação em Assembleia Geral Extraordinária. A metodologia de cálculo considera outorgas no início de cada período de 12 meses contados a partir da data de eleição dos membros do Conselho de Administração ("Ano Mandato"), a cada Participante membro do Conselho de Administração, de um montante de Ações Restritas equivalente a 20% da remuneração fixa total de cada membro do Conselho de Administração, observado o limite global de remuneração aprovado em Assembleia Geral e a fixação da remuneração individual dos administradores aprovada pelo Conselho de Administração. As Ações Restritas serão efetivamente transferidas aos membros do Conselho de Administração que sejam participantes, após 2 anos a contar do encerramento do respectivo mandato do Participante membro do Conselho de Administração e não possuem quaisquer vínculos com indicadores ou metas de desempenho ou performance individual. Assim como a parcela de remuneração fixa de curto prazo paga em dinheiro, esta parcela é revista anualmente tendo em vista as práticas de mercado identificadas por consultorias especializadas, sendo também submetida anualmente à aprovação dos acionistas da Companhia.

Presidente do Conselho:

- **Remuneração Fixa (Curto Prazo):** a remuneração fixa, paga 12 (doze) vezes no ano, é revista anualmente tendo em vista as práticas de mercado identificadas por consultorias especializadas, sendo também submetida anualmente à aprovação dos acionistas da Companhia.

8.1 Política ou prática de remuneração

- **Remuneração Variável (Incentivo de Longo Prazo - Plano de Ações):** Desde 2019, a remuneração do Presidente do Conselho reconhece seu papel diferenciado e é composta por uma parcela variável pelo Incentivo de Longo Prazo (plano de ações), baseada em desempenho, seguindo atualmente os termos e condições estabelecidos no Plano de Incentivo e Retenção Baseado em Ações vigente, considerando o programa ILP Performance. A concessão das Ações Restritas está condicionada ao cumprimento de metas de longo prazo pré-definidas que refletem a assertividade e a relevância de seu papel na contribuição e execução da estratégia da Companhia de médio e longo prazo com objetivo de gerar valor para os acionistas e demais *stakeholders*. Além disso, esta concessão é administrada pelo Conselho de Administração da Companhia, com o apoio do Comitê de Gente e Remuneração, ambos os órgãos compostos majoritariamente por membros independentes e que possuem amplos poderes para sugerir o número de ações restritas a serem conferidas ao Presidente do Conselho de Administração, estipulado com base no valor da remuneração livremente atribuível que considera referências de posicionamento de mercado em relação à ancoragem e alinhamento do pacote de remuneração, observado o limite quantitativo do plano, e submetendo a proposta à Assembleia Geral de Acionistas. O Conselho de Administração, ainda, discute e revisa anualmente as metas institucionais e de negócio atreladas à cada concessão, tornando-as ao mesmo tempo, desafiadoras e exequíveis.

  É importante ressaltar que o Presidente do Conselho de Administração não participa de discussões no âmbito do Comitê de Gente e Remuneração, nem das discussões e deliberações no Conselho de Administração que tratem de sua própria remuneração.

- **Benefícios:** os benefícios aplicáveis ao Presidente do Conselho de Administração são revistos anualmente tendo em vista as práticas de mercado identificadas com o auxílio de consultorias especializadas no tema. Caso haja alguma proposta de alteração, ela deve ser sugerida pelo Comitê de Gente e Remuneração e aprovada pelo Conselho de Administração.

➔ **principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG**

A remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração e do Presidente do Conselho de Administração não é baseada em indicadores de desempenho.

Presidente do Conselho:

- **Remuneração Variável (Incentivo de Longo Prazo - Plano de Ações):** Os indicadores de desempenho utilizados pelo Conselho de Administração para fixação da quantidade de ações a ser concedida no âmbito do Programa ILP Performance do Plano de Ações (Incentivo de Longo Prazo) segue a conjugação de fatores quantitativos e qualitativos, conforme descrito abaixo:

  ➢ ***teor quantitativo*:** metas atreladas ao negócio, avaliando a assertividade na contribuição e execução da estratégia da Companhia de médio e longo prazo com objetivo de gerar valor para os acionistas da Companhia, incluindo indicadores absolutos e relativos, como a performance de longo prazo da ação da TOTVS frente aos índices Ibovespa e IBrX-50.

  ➢ **teor qualitativo:** metas atreladas ao papel institucional exercido pelo Presidente do Conselho de Administração, atuando junto às entidades do setor de tecnologia, seja por si próprio ou na liderança da área de Relações Institucionais e Governamentais da Companhia, com o objetivo de fortalecer o papel da TOTVS como uma das empresas referência na construção de um ecossistema de crescimento e inovação tecnológica no país; e a avaliação por parte dos membros independentes do Conselho de Administração, acerca da qualidade de atuação para o bom funcionamento do Conselho.

A Companhia não possui indicadores de desempenho diretamente atrelados a questões ASG expostos em sua Política de Remuneração.

➔ **sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais**

Segue demonstrado na tabela abaixo a proporção de cada elemento na remuneração total do Conselho de Administração em relação aos três últimos exercícios sociais:

8.1 Política ou prática de remuneração

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Elemento de Remuneração	2022	2021	2020
Fixa	45%	50%	64%
Variável*	54%	45%	31%
Benefícios*	1%	5%	5%

*Aplicável apenas ao Presidente do Conselho de Administração

O aumento da relação da remuneração variável frente à remuneração fixa ao longo dos anos alinha-se adequadamente à estratégia de remuneração de médio e longo prazo, com o objetivo de impulsionar o desempenho futuro da Companhia.

COMITÊS DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO, GENTE E REMUNERAÇÃO, GOVERNANÇA E INDICAÇÃO E ESTRATÉGIA

Os comitês da Companhia são órgãos consultivos compostos por membros do Conselho de Administração, membros externos e por membros da Diretoria da Companhia.

➔ **seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor**

De acordo com as principais práticas de mercado, os membros do Conselho de Administração que integram comitês recebem uma remuneração fixa mensal adicional à remuneração que fazem jus como conselheiros da Companhia, com o objetivo de recompensá-los pela dedicação nos comitês. Os membros externos também recebem remuneração fixa mensal pela participação nos comitês. Já os membros da Diretoria da Companhia não recebem remuneração adicional pela participação nos comitês, quando ocorre.

A remuneração dos conselheiros e membros externos pela participação em comitês visa garantir paridade com práticas de mercado, representando a estratégia de atração e retenção de profissionais qualificados, bem como a sustentabilidade dos negócios da Companhia.

➔ **sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais**

Segue demonstrado na tabela abaixo a proporção de cada elemento na remuneração total dos Comitês em relação aos três últimos exercícios sociais:

COMITÊS DE ASSESSORAMENTO

Elemento de Remuneração	2022	2021	2020
Fixa	100%	100%	100%
Variável	-	-	-
Benefícios	-	-	-

A remuneração dos membros dos comitês é 100% composta por remuneração fixa nos 3 últimos exercícios sociais.

8.1 Política ou prática de remuneração

➔ **sua metodologia de cálculo e de reajuste**

A adequação da remuneração dos conselheiros e membros externos por participação em comitês é revista anualmente, considerando as práticas de mercado identificadas com o apoio de consultorias especializadas, cujos valores são anualmente submetidos à aprovação dos acionistas.

➔ **principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG**

A remuneração fixa dos membros do Comitês de Assessoramento do Conselho não é baseada em indicadores de desempenho.

CONSELHO FISCAL

➔ **seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor**

Se instalado, possui remuneração fixa, paga 12 (doze) vezes no ano, conforme aprovação dos acionistas e observados os termos da legislação aplicável e melhores práticas de mercado.

➔ **sua metodologia de cálculo e de reajuste**

Se instalado, a adequação da remuneração dos membros é revista anualmente, considerando as práticas de mercado identificadas com o apoio de consultorias especializadas, cujos valores são anualmente submetidos à aprovação dos acionistas

➔ **principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG**

A remuneração fixa dos membros do Conselho Fiscal não é baseada em indicadores de desempenho.

➔ **sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais**

Segue demonstrado na tabela abaixo a proporção de cada elemento na remuneração total do Conselho Fiscal em relação aos três últimos exercícios sociais:

CONSELHO FISCAL

Elemento de Remuneração	2022*	2021	2020*
Fixa	100%	100%	-
Variável	-	-	-
Benefícios	-	-	-

*A Companhia não possuía Conselho Fiscal instalado até abril de 2021. O mandato dos Conselheiros Fiscais se encerrou em 19 de abril de 2022, sem nova instalação para o exercício social de 2022.

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal é 100% composta por remuneração fixa nos últimos exercícios sociais.

8.1 Política ou prática de remuneração

DIRETORIA ESTATUTÁRIA E NÃO ESTATUTÁRIA

A composição da remuneração da Diretoria Estatutária e não Estatutária tem um mix de incentivos variáveis de curto, médio e longo prazos com base no desempenho, além de um salário base fixo, conforme detalhado a seguir.

➔ **seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor**

- **Remuneração Fixa (Curto Prazo):** refere-se ao valor recebido mensalmente pelo profissional, com o objetivo de remunerá-lo pelas atribuições e responsabilidades pertinentes ao cargo exercido.

- **Remuneração Variável (Incentivo de Curto Prazo - Bonificação semestral):** refere-se aos valores variáveis recebidos semestralmente pelo profissional, com o objetivo de recompensá-lo pelos seus resultados individuais e pelos resultados globais da Companhia e de cada negócio. A bonificação semestral é atrelada a indicadores financeiros globais, de cada negócio e ao desempenho individual por meio do cumprimento de métricas de desempenho objetivas que incluem uma combinação de medidas com teor financeiro e não financeiro (estratégicas e operacionais).

- **Remuneração Variável (Incentivo de médio e longo prazo - Plano de Ações):** refere-se ao valor das ações restritas ordinárias de emissão da Companhia que são entregues aos Participantes elegíveis, baseado em desempenho individual, estritamente nos termos e condições estabelecidas nos Planos de Incentivo e Retenção Baseado em Ações vigentes, aprovados pela Assembleia Geral de 15 de dezembro 2015 (e aditado em 5 de abril de 2018 e 18 de abril de 2019) e 20 de abril de 2021, considerando os programas ILP Performance e ILP Master, com os objetivos de: (i) aumentar o alinhamento de médio e longo prazos entre os interesses dos executivos e dos acionistas, ampliando o senso de propriedade e comprometimento dos participantes por meio do conceito de investimento e risco; (ii) fortalecer os incentivos para permanência e estabilidade de longo prazo dos Participantes, dentro do contexto de uma companhia aberta; (iii) servir de ferramenta fundamental de retenção e atração de talentos, em uma indústria que sofre com a competição global e tem remunerações acima da média de outros setores; e (iv) estimular o aumento da performance de longo prazo da Companhia, conforme apurada através de indicadores de negócios. A quantidade de ações a ser concedidas anualmente a cada participante tem como base a avaliação de performance individual medida com base na metodologia “9 Box”, que considera as entregas efetivas de cada executivo ao longo do exercício social, a aderência às competências essenciais da TOTVS e o potencial futuro de contribuição com a Companhia. As avaliações são efetuadas pelo gestor do executivo, com posterior calibração por um colegiado composto: (i) pela Diretoria Estatutária, no caso da avaliação dos diretores não estatutários; (ii) pelo Comitê de Gente e Remuneração; e (iii) pelo Conselho de Administração, no caso de avaliação dos diretores estatutários. A quantidade de ações restritas a ser concedida para cada participante indicado é recomendada pelo Comitê de Gente e Remuneração e deliberada pelo Conselho de Administração.

- **Benefícios:** refere-se ao conjunto de benefícios concedidos aos executivos, como plano de saúde, plano odontológico, vale-refeição, previdência privada, seguro de vida, automóvel e vale combustível. O pacote de benefícios tem como objetivo estar alinhado com as principais práticas de mercado, sendo adotadas as modalidades de benefícios mais prevalentes no mercado. O conjunto de benefícios é o mesmo para todos os executivos, porém, podem existir diferenças nos valores dos benefícios concedidos em função do cargo ou/e da região na qual o diretor atua.

➔ **sua metodologia de cálculo e de reajuste**

Abaixo estão detalhadas as metodologias de cálculo e de reajuste usadas em cada elemento da remuneração dos Administradores:

- **Remuneração Fixa (Curto Prazo):** a remuneração fixa é paga 13 (treze) vezes no ano para a Diretoria Estatutária. Pode ser reajustada anualmente a exclusivo critério do Conselho de Administração, conforme recomendação do Comitê de Gente e Remuneração, que avalia o desempenho do Diretor em suas atividades e o cumprimento das metas estabelecidas. A remuneração fixa pode ser, ainda, atualizada de acordo com índices oficiais de inflação e análises comparativas de mercado efetuadas por consultorias especializadas, considerando as melhores práticas de mercado. A Diretoria Não Estatutária tem sua remuneração fixa reajustada anualmente de acordo com as convenções coletivas de trabalho negociadas entre os sindicatos da categoria.

8.1 Política ou prática de remuneração

- **Remuneração Variável (Incentivo de Curto Prazo - Bonificação semestral):** o pool de bônus semestral a ser distribuído aos diretores estatutários e não estatutários depende do atingimento de metas de EBITDA e receita recorrente + receita transacional da Companhia, bem como da margem de contribuição e receita recorrente + receita transacional do negócio ou de despesas de cada Diretoria, conforme definidos para o período pelo Conselho de Administração. Caso algum desses indicadores não tenham o atingimento mínimo de 90% da meta fixada para o período, não haverá o pagamento do bônus relativo ao período correspondente. Caso o atingimento das metas seja entre 90% e 99%, o pool sofrerá redução proporcional entre 50% e 95%. Caso a meta seja atingida ou superada, o pool de bônus semestral poderá ser distribuído integralmente.

  Uma vez determinado o *pool* de bônus aplicável a cada semestre, a bonificação individual é ponderada de acordo com o atingimento das metas individuais de cada diretor estatutário e não estatutário, que refletem as definições de objetivos financeiros, de produtividade e as prioridades estratégicas da Companhia, inclusive o Mapa Estratégico, medidos por meio de indicadores financeiros (tais como crescimento de receita recorrente, custos e despesas operacionais), de eficiência e projetos (atrelados ao crescimento da Companhia nas dimensões de Gestão, Techfin e Business Performance), satisfação de clientes (NPS) e indicadores relacionados a pessoas (tais como retenção de talentos e índices de engajamento). O quadro a seguir exemplifica a metodologia de cálculo:

Pool de distribuição: definido no orçamento, equivale a um % do EBITDA

Gatilho para disparar o pagamento do programa na TOTVS:
EBITDA (80%) e Receita Recorrente + Transacional (20%) TOTVS
mínimo de 90%, ou seja: <90% = 0%; => 90% e < 100% = entre 50% e 99%; => 100% = 100%

Gatilho para disparar o pagamento do programa em cada área:
Margem de contribuição (MC) e Receita Recorrente do negócio ou despesas de áreas corporativas
mínimo de 90%, ou seja: <90% = 0%; => 90% e < 100% = entre 50% e 99%; => 100% = 100%

Apuração do Contrato de Metas de Gerentes e Diretores, replicados para as equipes:	Régua de apuração das metas quantitativas:	Régua de apuração das metas qualitativas:
• Financeiras • Projetos Estratégicos • Gente • Área	Entre 90% e 110% de atingimento da meta, que equivale entre 50% e 150% da bonificação	a) Programa, projeto ou subprojeto: 0%, 25%, 50%, 75% ou 100% b) Entrega: 0% ou 100% c) KPIs: conforme régua financeira

Periodicidade de pagamento	1° Semestre: Pagamento em Setembro	2° semestre: Pagamento em Março

Caso o segundo semestre compense um eventual não atingimento (<90%) ou atingimento parcial (entre 90% e 99%) do primeiro semestre e a meta total do ano seja batida, é garantido um adicional de 50% do pool referente ao primeiro semestre no momento do cálculo do pagamento do segundo semestre

As metas de cada Diretor Estatutário e Não Estatutário são definidas individualmente, levando em consideração sua área de atuação. Existem também metas compartilhadas, especialmente as relacionadas ao Mapa Estratégico da Companhia. As metas dos Diretores Estatutários só podem ser alteradas ao longo do exercício por razões extraordinárias, sendo que eventuais ajustes deverão ser avaliados pelo Comitê de Gente e Remuneração e aprovados pelo Conselho de Administração, conforme aplicável.

O potencial de ganho do incentivo de curto prazo por semestre está vinculado a um múltiplo do salário base mensal definido por nível de carreira, a exclusivo critério do Conselho de Administração, conforme recomendação do Comitê de Gente e Remuneração, que avalia o posicionamento competitivo deste item de remuneração frente ao mercado, conforme as melhores práticas de mercado.

8.1 Política ou prática de remuneração

- **Remuneração Variável (Incentivo de Longo Prazo - Plano de Ações):** assistido pelo Comitê de Gente e Remuneração, o Conselho de Administração aprova os membros da Diretoria Estatutária e Não Estatutária que poderão participar do Plano e receber ações restritas de emissão da Companhia, baseado em desempenho, observados os termos e condições do Plano. O número de ações outorgadas a título dos Programas ILP Performance e ILP Master será estipulado com base no valor da remuneração livremente atribuível a cada um dos Participantes, sendo fixada pelo Conselho de Administração, com base na avaliação de performance individual, considerando as melhores práticas de mercado, medida com base na metodologia "9 Box" que considera as entregas efetivas de cada executivo ao longo do exercício social, a aderência às competências essenciais da TOTVS e o potencial futuro de contribuição do Diretor com a Empresa. De acordo com a metodologia 9 Box, cada Diretor Estatutário e Não Estatutário é enquadrado numa matriz com 9 quadrantes, cujo: (i) eixo X (peso de 50%) representa indicadores de resultado, atrelados às metas individuais quantitativas estabelecidas para o ano (indicadores como EBITDA, Receita, Custo, entre outros), que medem o desempenho efetivo do Diretor; e (ii) eixo Y (peso de 50%) mede a aderência às competências estratégicas de negócio (como Excelência Operacional, Inovação para Resultado e Foco no Sucesso do Cliente, dentre outras) e o potencial que o diretor apresenta, de acordo com o plano de sucessão definido, para assumir maiores desafios. Para o **Programa ILP Performance**, como resultado da avaliação, o executivo pode receber um range entre 0% e 130% em relação aos valores de referência adotados à luz da ancoragem e alinhamento do pacote de remuneração executiva frente ao mercado comparativo de referência no momento da outorga. O resultado é submetido à apreciação do Comitê de Gente e Remuneração e deliberação final do Conselho de Administração. A quantidade de Ações Restritas a ser transferida para os Participantes após o período de carência de 3 (três) anos variará entre 80% e 130% em função do atingimento de metas de performance de longo prazo fixadas e previstas nos respectivos contratos, com foco no adequado balanceamento entre o impacto do *management* e o retorno aos acionistas. No caso do **Programa ILP Master** o período de carência é de 5 (cinco) anos e para que possa receber as Ações Restritas o respectivo Participante deverá (i) no termo final do período de três anos que se seguir à data da outorga, (ii) no último dia dos meses de maio, agosto e novembro seguintes ao termo final do referido período de três anos até a data da efetiva entrega das ações restritas pela Companhia, e (iii) na data da efetiva entrega das Ações Restritas pela Companhia, comprovar ser titular de ações da Companhia cujo valor de mercado corresponda a 12 (doze) salários brutos fixos mensais. Caso as datas de comprovação da titularidade das ações referidas na sentença anterior coincidam com períodos de vedação da negociação de ações da Companhia, far-se-á a verificação no segundo dia útil imediatamente posterior à data em que se encerrar o período de vedação respectivo às Ações Restritas. Caso o Participante não cumpra qualquer uma destas condições, não fará jus ao recebimento das Ações Restritas ao final do período de carência. O Conselho de Administração, no interesse da Companhia e de seus acionistas, poderá extinguir ou suspender o plano, ou, ainda, rever suas condições, desde que não altere os respectivos princípios básicos, especialmente os limites máximos para a transferência de ações restritas, aprovados pela assembleia geral. A assembleia geral poderá, ainda, aprovar um novo plano de incentivo baseado em ações da Companhia, inclusive a fim de permitir a aquisição de ações que excedam os limites máximos aprovados no plano atual.

- **Benefícios:** o pacote de benefícios é revisto anualmente tendo em vista as práticas de mercado identificadas com o auxílio de consultorias especializadas no tema. Caso haja alguma proposta de alteração, ela deve ser sugerida pelo Comitê de Gente e Remuneração e aprovada pelo Conselho de Administração.

➔ **principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG**

As medidas de desempenho selecionadas pela Companhia para determinar cada um dos elementos de remuneração variável de curto e longo prazo do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária estão relacionadas ao negócio e setor específico em que a empresa opera e, especialmente, aplicáveis aos principais direcionamentos de valor.

Os principais indicadores de desempenho utilizados na determinação do **Incentivo de Curto Prazo** são:

- **Gatilhos do programa:** EBITDA e receita recorrente + receita transacional da Companhia, bem como margem de contribuição e receita recorrente de cada negócio ou despesas de cada Diretoria, conforme definidos para o período pelo Conselho de Administração.

8.1 Política ou prática de remuneração

- **Contratos de metas individuais:**
  - ❖ Indicadores financeiros, tais como receita recorrente, custos e despesas operacionais;
  - ❖ Indicadores de produtividade, eficiência e projetos estratégicos atrelados ao crescimento da Companhia nos mercados de Gestão, Techfin e Business Performance;
  - ❖ Indicadores de satisfação de clientes (ex.: NPS); e
  - ❖ Indicadores relacionados a pessoas, tais como retenção de talentos e índices de engajamento.

Os indicadores de desempenho utilizados pelo Conselho de Administração para fixação da quantidade de ações a ser concedida no âmbito do Programa ILP Performance do Plano de Ações (**Incentivo de Longo Prazo**) se baseia na metodologia "9Box", conforme descrita no item 8.1(b) (i) e (iii) e resumida no quadro a seguir:

Os indicadores de performance de longo prazo internos e externos da Companhia que determinarão a quantidade de ações a ser transferida para os Participantes após o período de carência de 3 (três) anos serão mensurados a partir da conjugação dos seguintes indicadores considerando o ciclo de outorga:

Válido para o ciclo de outorga realizado em 2022:

- ***Total Shareholder Return ("TSR"):*** retorno total do Acionista avaliado em relação ao TSR das empresas que compõem o índice IBrX-50. Como referência, esse índice indica o desempenho médio das cotações dos 50 ativos de maior negociabilidade e representatividade do mercado de ações brasileiro. Desde 2021 a TOTVS faz parte deste índice.

- **Evolução do Lucro por Ação ("LPA"):** métrica que mede a relação entre o lucro líquido da operação continuada da Empresa e a quantidade de ações que faz parte do Capital Social da Empresa relativo a índice de mercado.

- **Satisfação dos clientes:** medido através do indicador de NPS (*Net Promoter Score*), que tem como objetivo medir o grau de lealdade dos clientes das empresas de qualquer segmento, refletindo a satisfação e a experiência dos clientes. Este indicador é amplamente utilizado por grande parte das empresas em virtude da sua simplicidade, confiabilidade e flexibilidade.

Válido para o ciclo de outorga a ser realizado em 2023:

- ***Total Shareholder Return* ("TSR"):** retorno total do Acionista avaliado em relação ao TSR das empresas que compõem o índice IBrX-50. Como referência, esse índice indica o desempenho médio das cotações dos 50 ativos de maior negociabilidade e representatividade do mercado de ações brasileiro. A TOTVS faz parte deste índice a partir de 2021.

- **Evolução do EBITDA:** métrica que mede o crescimento do EBITDA ajustado da empresa ao longo dos anos relativo a índice de mercado.

8.1 Política ou prática de remuneração

- **Satisfação dos clientes:** medido através do indicador de NPS (*Net Promoter Score*), que tem como objetivo medir o grau de lealdade dos clientes das empresas de qualquer segmento, refletindo a satisfação e a experiência dos clientes. Este indicador é amplamente utilizado por grande parte das empresas em virtude da sua simplicidade, confiabilidade e flexibilidade.

Os indicadores de desempenho estão estritamente relacionados ao negócio e setor específico em que a empresa opera e são, especialmente, aplicáveis aos principais direcionadores de valor da TOTVS. O conjunto destas métricas permite um acompanhamento mais completo do desempenho da Companhia.

Os mesmos indicadores de desempenho utilizados no Incentivo de Curto Prazo e Incentivo de Longo Prazo são considerados por parte do Conselho de Administração, conforme sugestão do Comitê de Gente e Remuneração, para avaliação de eventuais reajustes na remuneração fixa de cada diretor estatutário.

Não existem critérios de desempenho atrelados à concessão de remuneração fixa e benefícios. O pacote é o mesmo para todos os diretores, podendo existir diferenças nos valores dos benefícios concedidos em função do cargo e/ou da região na qual o diretor atua.

➔ **sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais**

Segue demonstrado nas tabelas abaixo a proporção de cada elemento na remuneração total de cada órgão em relação aos três últimos exercícios sociais:

DIRETORIA

Elemento de Remuneração	2022	2021	2020
Fixa	25%	26%	27%
Variável	71%	70%	68%
Benefícios	4%	4%	5%

O aumento da relação da remuneração variável frente à remuneração fixa ao longo dos anos alinha-se adequadamente à estratégia de remuneração de médio e longo prazo, com o objetivo de impulsionar o desempenho futuro da Companhia.

(ii) razões que justificam a composição da remuneração

A composição da remuneração considera as responsabilidades de cada cargo e tem como parâmetro os valores praticados pelo mercado para os profissionais que exercem funções com complexidade similar, além de buscar alinhar os interesses entre membros da administração e acionistas, contribuindo para o estímulo e para a retenção de profissionais devidamente qualificados para o desempenho de suas funções, assim como o de atrair novos profissionais sempre que necessário.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A remuneração fixa do Conselho de Administração e beneficios do Presidente do Conselho de Administração visa garantir paridade com práticas de mercado e padrões internacionais, representando a estratégia de atração e retenção de profissionais qualificados, bem como a sustentabilidade dos negócios da Companhia, fornecendo aos conselheiros formas de remuneração adequadas em relação ao desempenho de longo prazo da Companhia.

8.1 Política ou prática de remuneração

Membros do Conselho (exceto Presidente do Conselho):

Remuneração Fixa (Longo Prazo - Plano de Ações): a proposta de remuneração dos membros do Conselho de Administração para 2023 está alinhada ao propósito primordial do conselho de visão de sucesso de longo prazo da organização, e se justifica na medida que:
(i) Fortalece o nível de competitividade para estratégia de atração e retenção de profissionais qualificados, bem como a sustentabilidade dos negócios da Companhia;
(ii) Contribui para o alcance dos objetivos estratégicos da Companhia, a medida que o componente de 20% da remuneração fixa total paga em ações, é executada de forma diferida, apenas após 2 anos o término do mandato, sem qualquer vínculo com métricas de desempenho, permitindo um maior alinhamento dos Conselheiros com os acionistas no longo prazo (senso de *ownership*);
(iii) Segue as melhores práticas e uma das principais tendências do mercado nacional e internacional. Tendo como referência a "Pesquisa anual de práticas de Governança e Remuneração de Conselhos no Brasil", realizada pela consultoria de remuneração Korn Ferry, com apoio técnico no IBGC, divulgada em dezembro de 2022 e adquirida pela TOTVS, observou-se um aumento gradativo, ao longo dos anos, da prática de remuneração baseada em ações para membros do Conselho de Administração de empresas nacionais e internacionais com características similares à proposta pela TOTVS.

Presidente do Conselho:

- **Remuneração Variável (Incentivo de Longo Prazo - Plano de Ações):** O modelo de remuneração se justifica pelo fato que o atual Presidente do Conselho de Administração é o fundador da Companhia, tendo exercido o cargo de Presidente (CEO) durante mais de 30 anos. O nível de conhecimento, experiência e representatividade que ele possui na Companhia e perante aos demais *stakeholders* (acionistas, clientes, parceiros, entidades públicas e privadas, etc.) é de grande valor. Desta forma, entendemos que a sua posição é diferenciada pois agrega um conjunto distinto de habilidades, experiências e conhecimento que tornam suas contribuições para o Conselho e para a TOTVS relevantes para o sucesso da organização.

  Dentre as principais habilidades do atual Presidente do Conselho de Administração estão:
  (i) Amplitude e profundidade de conhecimento sobre o setor de tecnologia e o mercado de software, com respeito e admiração dos acionistas e clientes, que lhe permite exercer um papel de referência frente aos vários stakeholders;
  (ii) Sólidas habilidades interpessoais na representação institucional, articulação e representatividade na defesa de temas estratégicos e assuntos governamentais e setoriais que são relevantes para Companhia;
  (iii) Habilidade para navegar com grande profundidade em temas de grande complexidade ligados ao negócio e ao setor, estabelecendo uma liderança visionária na construção do direcionamento estratégico da TOTVS;
  (iv) Efetividade na condução de discussões do Conselho, estímulo do engajamento e busca por decisões;
  (v) Desenvolvimento e empowerment do CEO.

  Destacam-se as seguintes atividades atuais inerentes a posição de Presidente do Conselho de Administração da TOTVS:
  (i) manter relacionamento com acionistas para assuntos de governança e diretrizes estratégicas;
  (ii) atuar junto às entidades do setor de tecnologia, seja por si próprio ou através da área de Relações Institucionais da Companhia, objetivando que a TOTVS seja uma das empresas referência na construção de um ecossistema de crescimento e inovação tecnológica no país.
  (iii) representar a Companhia, sempre que necessário, junto ao Governo, a instâncias políticas nacionais ou internacionais, entidades de mercado, órgãos reguladores, órgãos multilaterais e/ou internacionais e associações internacionais de que a Companhia faça parte; e
  (iv) atuar como porta-voz do Conselho de Administração, podendo pronunciar-se sobre assuntos institucionais da Companhia e temas relativos aos mercados de capitais nacional e internacional.

  Entendemos também que a prática de remuneração baseada em ações atrelada à métricas de desempenho, está alinhada às melhores práticas internacionais e ao papel do Presidente do Conselho de assegurar a sustentabilidade da empresa, sem interferir nas suas funções de supervisão do Conselho de Administração e sem apresentar conflitos de interesse. De acordo com o "Estudo de Conselhos de Administração 2021" da Korn Ferry adquirida pela TOTVS, cerca de 80% das empresas dos Estados Unidos praticam ILP sob forma de ações restritas para membros do Conselho, prática que vem aumentando ano após ano no mercado brasileiro, representando 20% das empresas consideradas na amostra, sendo a TOTVS uma das precursoras deste movimento no Brasil.

8.1 Política ou prática de remuneração

Assim, com o objetivo de garantir a sua retenção e dedicação, tendo em vista o escopo das atribuições do Presidente do Conselho de Administração da TOTVS, conforme previsto no Regimento Interno do Conselho de Administração da Companhia, a estratégia de remuneração variável baseada em ações tem como objetivo assegurar maior alinhamento de interesses com os acionistas e a concessão dos benefícios visa garantir paridade com práticas de mercado aplicáveis a cargos com atribuições similares.

DIRETORIA ESTATUTÁRIA E NÃO ESTATUTÁRIA

Os componentes de remuneração estabelecidos visam garantir paridade com práticas de mercado e padrões internacionais, representando a estratégia de atração e retenção de profissionais qualificados, bem como a sustentabilidade dos negócios da Companhia, combinando a remuneração fixa mensal com a remuneração variável semestral (curto prazo) e com o plano de ações (médio e longo prazos), fornecendo aos executivos incentivos adequados em relação ao desempenho de longo prazo da Companhia. A estratégia de remuneração variável atrelada aos resultados da Companhia visa garantir maior engajamento, senso de propriedade dos executivos, incentivo ao desempenho futuro da Companhia e maior alinhamento de interesses com os acionistas. Ao mesmo tempo, visa também garantir a retenção, especialmente no setor de tecnologia que sofre competição global por talentos e que vem experimentando uma importante inflação de custos e escassez de capital humano. Entendemos que um fator crítico de sucesso da Companhia é a capacidade de atrair e reter seus principais executivos e talentos e a remuneração é peça fundamental nisso.

(iii) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para este fato

A Sra. Tania Sztamfater Chocolat, membro do Conselho de Administração e que também integra Comitês de Assessoramento do Conselho, apresentou renúncia ao recebimento de remuneração pelo fato de ocupar cargo na Canada Pension Plan Investment Board ("CPPIB"). A CPPIB possui políticas internas de vedação de recebimento de remuneração a membros que ocupem cargo no conselho de administração de empresas onde a CPPIB figure como acionista, como é o caso da TOTVS. Portanto, a renúncia ao recebimento de remuneração dá-se em razão da incompatibilidade da sua natureza com as políticas internas da CPPIB e com o cargo ocupado na TOTVS. Insta salientar que os demais membros da Diretoria Estatutária, Conselho de Administração e Comitês de Assessoramento do Conselho são remunerados, excetuando-se os Diretores Estatutários no que tange à sua eventual participação em Comitês de Assessoramento do Conselho.

d. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há remuneração de administradores estatutários suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos na Companhia.

e. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

O contrato dos Diretores Estatutários prevê o pagamento de indenização aos mesmos exclusivamente na hipótese de a destituição do diretor ocorrer após determinadas alterações societárias relevantes, como alterações no poder de controle da Companhia; aquisições e/ou subscrições por terceiros de ações representativas de 20% do capital social da Companhia; reorganizações societárias; ou a deliberação da dissolução da Companhia.

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2023 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	7,50	0,00	14,50
Nº de membros remunerados	7,00	7,50	0,00	14,50
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	4.067.399,29	10.117.428,50	0,00	14.184.827,79
Benefícios direto e indireto	141.593,34	1.829.047,60	0,00	1.970.640,94
Participações em comitês	1.519.760,74	0,00	0,00	1.519.760,74
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	-	-		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	14.263.860,00	0,00	14.263.860,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	-	Os valores da remuneração variável contemplam metas de performance de longo prazo acompanhadas pelo Conselho de Administração.		
Pós-emprego	0,00	464.465,30	0,00	464.465,30
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	5.992.225,14	27.505.467,99	0,00	33.497.693,13
Observação	Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 19/04/2023, foi aprovado o aditamento do Plano de Remuneração em Ações para abranger membros do Conselho de Administração, cuja vigência iniciou em 01/05/2023	Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 19/04/2023, foi aprovado a possibilidade de acrescentar um membro à Diretoria Estatutária ao longo do ano de 2023	A Companhia não possui Conselho Fiscal instalado	
Total da remuneração	11.720.978,51	54.180.269,39	0,00	65.901.247,90

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2022 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	7,00	1,00	15,00
Nº de membros remunerados	7,00	7,00	1,00	15,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.452.246,23	8.802.713,60	100.435,11	12.355.394,94
Benefícios direto e indireto	128.669,06	1.548.438,76	0,00	1.677.107,82
Participações em comitês	1.321.105,58	0,00	0,00	1.321.105,58
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	5.439.576,20	0,00	5.439.576,20
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	292.073,37	0,00	292.073,37
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	5.772.812,66	24.416.216,69	0,00	30.189.029,35
Observação	(i) O número de membros de cada órgão foi calculado como média anual de cada órgão, apurado mensalmente, nos termos da metodologia apresentada no Ofício Circular/Anual-2022-CVM/SEP.	(i) O número de membros de cada órgão foi calculado como média anual de cada órgão, apurado mensalmente, nos termos da metodologia apresentada no Ofício Circular/Anual-2022-CVM/SEP. (ii) A Proposta da Administração aprovada na Assembleia de 19/04/2022 prevê a possibilidade de acrescentar um membro à Diretoria Estatutária ao longo do ano de 2022.	(i) O número de membros de cada órgão foi calculado como média anual de cada órgão, apurado mensalmente, nos termos da metodologia apresentada no Ofício Circular/Anual-2022-CVM/SEP, e considerando o final do mandato do Conselho Fiscal em 19/04/2022.	
Total da remuneração	10.674.833,53	40.499.018,62	100.435,11	51.274.287,26

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2021 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	7,00	2,00	16,00
Nº de membros remunerados	7,00	7,00	2,00	16,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.381.243,84	7.840.102,31	231.277,16	11.452.623,31
Benefícios direto e indireto	563.521,59	1.365.540,06	0,00	1.929.061,65
Participações em comitês	1.247.073,98	0,00	0,00	1.247.073,98
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	5.043.677,34	0,00	5.043.677,34
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	124.022,27	0,00	124.022,27
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	4.679.013,54	19.312.195,63	0,00	23.991.209,17
Observação	O número de membros de cada órgão foi calculado como média anual de cada órgão, apurado mensalmente, nos termos da metodologia apresentada no Ofício Circular/Anual-2021-CVM/SEP.	O número de membros de cada órgão foi calculado como média anual de cada órgão, apurado mensalmente, nos termos da metodologia apresentada no Ofício Circular/Anual-2021-CVM/SEP.	(i) O número de membros de cada órgão foi calculado como média anual de cada órgão, apurado mensalmente, nos termos da metodologia apresentada no Ofício Circular/Anual-2021-CVM/SEP. (ii) O Conselho Fiscal foi instalado após a Assembleia de 20/04/2021.	
Total da remuneração	9.870.852,95	33.685.537,61	231.277,16	43.787.667,72

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,67	7,00	0,00	14,67
Nº de membros remunerados	7,67	7,00	0,00	14,67
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.452.224,00	7.472.519,96	0,00	10.924.743,96
Benefícios direto e indireto	369.311,15	1.238.120,80	0,00	1.607.431,95
Participações em comitês	1.010.995,20	0,00	0,00	1.010.995,20
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	3.579.074,14	0,00	3.579.074,14
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	161.884,25	0,00	161.884,25
Cessação do cargo	0,00	92.195,26	0,00	92.195,26
Baseada em ações (incluindo opções)	2.139.000,00	15.025.297,32	0,00	17.164.297,32
Observação	(i) O número de membros de cada órgão foi calculado como média anual de cada órgão, apurado mensalmente, nos termos da metodologia apresentada no Ofício Circular/Anual-2021-CVM/SEP.	O número de membros de cada órgão foi calculado como média anual de cada órgão, apurado mensalmente, nos termos da metodologia apresentada no Ofício Circular/CVM/SEP/Nº2/2020.	A Companhia não possuia Conselho Fiscal instalado.	
Total da remuneração	6.971.530,35	27.569.091,73	0,00	34.540.622,08

8.3 Remuneração Variável

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	7,00	7,50	0,00	**14,50**
N° de membros remunerados	7,00	7,50	0,00	**14,50**
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	1782982,50	0,00	**1.782.982,50**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	7131930,00	0,00	**7.131.930,00**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	7131930,00	0,00	**7.131.930,00**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	**0,00**
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	5705544,00	0,00	**5.705.544,00**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	8558316,00	0,00	**8.558.316,00**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	7131930,00	0,00	**7.131.930,00**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	**0,00**

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	7,00	7,00	1,00	**15,00**
N° de membros remunerados	7,00	7,00	1,00	**15,00**
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	1596564,25	0,00	**1.596.564,25**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	6386257,00	0,00	**6.386.257,00**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	6386257,00	0,00	**6.386.257,00**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	5439576,20	0,00	**5.439.576,20**
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	**0,00**

Exercício Social: 31/12/2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	7,00	7,00	2,00	**16,00**
N° de membros remunerados	7,00	7,00	2,00	**16,00**
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	1353918,80	0,00	**1.353.918,80**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	5415675,20	0,00	**5.415.675,20**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	5415675,20	0,00	**5.415.675,20**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	5043677,34	0,00	**5.043.677,34**
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	**0,00**

Exercício Social: 31/12/2020

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,67	7,00	0,00	**14,67**
Nº de membros remunerados	7,67	7,00	0,00	**14,67**
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	1197233,84	0,00	**1.197.233,84**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	4788935,36	0,00	**4.788.935,36**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	4788935,36	0,00	**4.788.935,36**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	3579074,15	0,00	**3.579.074,15**
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	1137218,00	0,00	**1.137.218,00**

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

A Companhia possui atualmente um Plano de Incentivo Baseado em Ações vigente, denominado "Plano 3", aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de abril de 2021 e aditado em 19 de abril de 2023. O Plano 3 substituiu, a partir de 1º de janeiro de 2022, o Plano de Incentivo e Retenção baseado em Ações aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de dezembro de 2015 e aditado em 5 de abril de 2018 e 18 de abril de 2019 ("Plano 2"), permanecendo íntegras e em vigor as outorgas de Ações Restritas realizadas de acordo com o Plano 2 até 31 de dezembro de 2021.

A intenção da Administração é fazer as concessões no âmbito do Plano 3, já tendo realizado a sua 1ª em 2022, sem prejuízo do cumprimento, pela Companhia, das obrigações remanescentes com relação às concessões já efetuadas. A proposta de concessões realizadas em 2022 e previstas para o exercício social corrente baseiam-se exclusivamente no âmbito deste plano, contemplando, inclusive, a proposta de aditamento que será submetida à Assembleia.

DESCRIÇÃO DO PLANO 2

a. termos e condições gerais do plano

O Plano de Incentivo e Retenção Baseado em Ações, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 15 de dezembro de 2015, foi alterado, conforme aprovado em assembleia realizada em 05 de abril de 2018 e 18 de abril de 2019, para aprimorar seus conceitos, efetividade e simplicidade, focando nos aspectos centrais e mais críticos.
O Plano é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, com o apoio do Comitê de Gente e Remuneração, que possui poderes para administrá-lo, dispondo, dentre outros, de poderes necessários para, observados os termos e condições do Plano:

(i) decidir sobre todas e quaisquer providências relativas à administração do Plano, e interpretar e aplicar as normas gerais ora estabelecidas;
(ii) selecionar, dentre as pessoas elegíveis a participar do Plano;
(iii) determinar o número de Ações Restritas a ser conferido para cada Participante;
(iv) deliberar sobre a aquisição de Ações pela própria Companhia, conforme necessário;
(v) aprovar o Contrato a ser celebrado entre a Companhia e cada um dos Participantes;
(vi) modificar os Períodos de Carência, bem como os demais termos e condições do Contrato na medida em que os direitos dos Participantes decorrentes de, ou relacionados com o Plano não sejam prejudicados, estando excluídas dessa limitação eventuais adaptações que vierem a ser realizadas pelo Conselho de Administração em decorrência de alterações implementadas na legislação pertinente;
(vii) analisar casos excepcionais decorrentes de, ou relacionados com o Plano; e
(viii) dirimir dúvidas quanto à interpretação das normas gerais estabelecidas no Plano e tratar dos casos omissos.

Nenhum Participante terá quaisquer dos direitos e privilégios de acionista da Companhia, incluindo o recebimento de dividendos, juros sobre o capital próprio e demais proventos até a data da efetiva transferência das Ações Restritas.
O Plano, entrou em vigor na data de sua aprovação pela Assembleia Geral da Companhia em 15 de dezembro de 2015 e foi aditado em 5 de abril de 2018 e em 18 de abril de 2019. Este plano foi substituído pelo Plano 3 a partir de 1º de janeiro de 2022.
Indicam-se a seguir as principais características do Plano 2:

● Ações: significa as ações ordinárias de emissão da Companhia.
● Ações Restritas: significa as ações ordinárias de emissão da Companhia que serão entregues ao Participante, estritamente nos termos e condições estabelecidos no Plano e no Contrato.
● Período de Carência do Programa Regular: significa, em relação ao Programa Regular, o período de carência de 3 (três) anos contado da Data de Outorga das Ações Restritas, após o qual o Participante adquire o direito de tornar-se titular das Ações Restritas e a Companhia estará obrigada a transferir ao Participante as Ações Restritas nos termos do Contrato.
● Período de Carência do Programa de Sócios: significa, em relação ao Programa de Sócios, o período de carência de 3 (três) anos contado da Data de Outorga das Ações Restritas, após o qual o Participante adquire o direito de tornar-se titular das Ações Restritas e a Companhia estará obrigada a transferir ao Participante as Ações Restritas nos termos do Contrato.
● Programa Regular: significa uma parte do Plano composta por: (i) Programa Executivo - para o qual serão elegíveis os empregados e administradores da Companhia e/ou das sociedades controladas ou subsidiárias da Companhia, que sejam considerados executivos da Companhia, com base em avaliação e performance; e (ii) Programa Destaques do Ano - para o qual serão elegíveis os empregados da Companhia e/ou das

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

sociedades controladas ou subsidiárias da Companhia, não executivos, que sejam considerados destaques do ano, com base em avaliação e performance; todos eles indicados pelo Comitê de Gente e Remuneração e aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia, a seu único e exclusivo critério.
● Programa de Sócios: significa uma parte do Plano, para a qual poderão ser convidados a integrar, por indicação do Comitê de Gente e Remuneração e eleição feita pelo Conselho de Administração da Companhia, a seu exclusivo critério, com base em métodos de avaliação individual e corporativa, performance, potencial, plano de carreira e grau de vínculo com a Companhia, determinados empregados e administradores da Companhia e/ou de sociedades controladas ou subsidiárias da Companhia.

b. data de aprovação e órgão responsável

O Plano 2 foi aprovado por deliberação dos acionistas em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 15 de dezembro de 2015, e aditado pelas Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 05 de abril de 2018 e em 18 de abril de 2019, para aprimorar seus conceitos, efetividade e simplicidade, focando nos aspectos centrais e mais críticos.

c. número máximo de ações abrangidas

O número máximo de Ações Restritas a serem concedidas aos Participantes no âmbito do Plano não poderá exceder a Ações Restritas correspondentes a 5,68% (cinco vírgula sessenta e oito por cento) do capital social total da Companhia, incluídas neste limite as outorgas realizadas no âmbito do Plano de Incentivo e Retenção baseado em Ações aprovado em Assembleia Geral em 15 de dezembro de 2015. Essa diluição está alinhada com o contexto da indústria na qual a TOTVS está inserida no Brasil, considerando seu tamanho, estrutura de propriedade, crescimento histórico e potencial futuro, condição financeira e práticas históricas de pagamento por desempenho.

d. número máximo de opções a serem outorgadas

Não aplicável, pois o Plano 2 não contempla opções de ações.

e. condições de aquisição de ações

Programa Regular. Os Participantes terão direito de receber as Ações Restritas do Programa Regular e a Companhia terá a obrigação de transferir tais Ações Restritas do Programa Regular ao final do período de carência do Programa Regular, de acordo com os procedimentos a serem estabelecidos no Contrato, termos e condições do Plano.

Programa de Sócios. Em relação ao Programa de Sócios, os Participantes terão direito de receber as Ações Restritas do Programa de Sócios e a Companhia terá a obrigação de transferir a titularidade sobre tais Ações Restritas do Programa de Sócios ao final do período de carência do Programa de Sócios, desde que o Participante possua o montante equivalente a 12 (doze) salários fixos mensais investido em ações da Companhia entre a data de outorga das Ações Restritas (data de assinatura do Contrato) e a data de entrega das Ações Restritas, de forma contínua e ininterrupta.

O Participante que não mantiver o montante equivalente a 12 (doze) salários fixos mensais investido em ações da Companhia, de forma contínua e ininterrupta, após a data da efetiva entrega das Ações Restritas não será elegível a outorgas futuras de Ações Restritas do Programa de Sócios da Companhia.

Para os atuais Participantes do Programa de Sócios e para os Participantes elegíveis ao Programa de Sócios no exercício social de 2018, o montante equivalente a 12 (doze) salários fixos mensais investido em ações da Companhia poderá ser atingido pelo respectivo Participante em até 3 (três) anos contados da data de outorga das Ações Restritas do Programa de Sócios referente ao ano de 2018, ou a partir de outro critério conforme venha a ser definido pelo Conselho de Administração.

f. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Não se trata de um plano de opção de compra de ações, nos moldes do Artigo 168, §3º da Lei das S.A., mas de remuneração baseada em Ações Restritas que serão diretamente entregues aos Participantes. O preço de referência para o cálculo do número de Ações Restritas a serem entregues no âmbito do Plano corresponderá à média da cotação de fechamento das ações da Companhia nos 30 (trinta) pregões anteriores à data da efetiva entrega das Ações Restritas ao Participante ou a outro valor de acordo com critério determinado pelo Conselho de Administração que reflita o valor de mercado das Ações.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

g. critérios para fixação do prazo de exercício

Não aplicável. Não se trata de um plano de opção de compra de ações, nos moldes do Artigo 168, §3º da Lei das S.A, mas de remuneração baseada na entrega de Ações Restritas diretamente aos Participantes. Após o período de carência de 3 (três) anos contado da data de outorga das ações restritas, o Participante adquire o direito de tornar-se titular das Ações Restritas e a Companhia estará obrigada a transferir ao Participante as Ações Restritas.

h. forma de liquidação

O Plano tem, dentre outros, o objetivo de conceder ações restritas a determinados Participantes, sem contraprestação financeira. A obrigação da Companhia de transferir ações restritas no âmbito do Plano está: (i) condicionada à celebração de Contrato de Concessão de Ações Restritas e Outras Avenças com cada um dos Participantes; e (ii) sujeita à continuidade do vínculo empregatício e/ou estatutário, conforme o caso, de cada Participante com a Companhia até o término dos períodos de carência aplicáveis. De tal forma, uma vez atendidas as condições previstas no Plano, o Participante fará jus ao recebimento de tais ações restritas, cabendo à administração da Companhia tomar todas as providências necessárias para formalizar a respectiva transferência.

i. restrições à transferência das ações

Sujeito à continuidade do vínculo empregatício e/ou estatutário, conforme o caso, do Participante com a Companhia e/ou com sociedades controladas ou subsidiárias da Companhia até o término do Período de Carência aplicável e às regras contidas em cada Contrato, as Ações Restritas serão transferidas pela Companhia ao Participante no prazo de 30 (trinta) dias do término do Período de Carência, conforme aplicável, bem como nos termos do Contrato.

j. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Conselho de Administração, no interesse da Companhia e de seus acionistas, poderá extinguir ou suspender o Plano, ou, ainda, rever as condições do Plano, desde que não altere os respectivos princípios básicos, especialmente os limites máximos para a transferência de Ações Restritas, aprovados pela Assembleia Geral. A Assembleia Geral poderá, ainda, aprovar um novo plano de incentivo baseado em ações da Companhia, inclusive a fim de permitir a aquisição de ações que excedam os limites máximos aprovados no Plano.

O Conselho de Administração poderá ainda estabelecer tratamento particular para casos e situações especiais, durante a vigência do Plano, desde que não sejam afetados os direitos já concedidos aos Participantes, nem os princípios básicos do Plano. Tal tratamento particular não constituirá precedente invocável por outros Participantes.

k. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Nenhuma disposição do Plano poderá ser interpretada como constituição de direitos aos Participantes empregados e/ou estatutários, conforme o caso, além daqueles inerentes às Ações Restritas, e nem conferirá direitos aos Participantes relativos à garantia de permanência como empregado e/ou diretor estatutário da Companhia e/ou com sociedades controladas ou subsidiárias da Companhia, ou interferirá de qualquer modo no direito da Companhia, sujeito às condições legais e àquelas do contrato de trabalho ou de administração (no caso dos Participantes estatutários sem vínculo empregatício), de rescindir a qualquer tempo o relacionamento com o Participante.

Em caso de desligamento do Participante por sua iniciativa a qualquer momento durante os Períodos de Carência, o Participante deixará de fazer jus ao direito de receber ações restritas. Não obstante, o Participante conservará o direito de titularidade sobre eventuais ações restritas do Programa Regular e ações restritas do Programa de Sócios que já sejam de sua titularidade por força do decurso dos períodos de carência.

Em caso de desligamento do Participante por iniciativa da Companhia sem justa causa, o Participante fará jus ao recebimento de metade das ações restritas caso tenham decorrido mais de 2 (dois) anos dos Períodos de Carência aplicáveis. O Participante perderá o direito ao recebimento de todas as demais Ações Restritas do Programa Regular e/ou do Programa de Sócios.

Em caso de desligamento por justa causa do Participante, o Participante perderá o direito ao recebimento de todas as ações restritas que não tenham sido transferidas até o momento do desligamento, independentemente do programa aplicável ao Participante.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

No caso de falecimento, desaparecimento ou invalidez permanente do Participante, todos os períodos de carência serão considerados vencidos antecipadamente, ao momento do falecimento, desaparecimento ou invalidez do Participante.

DESCRIÇÃO DO PLANO 3

a. termos e condições gerais

Os Programas serão administrados pelo Comitê, que tem amplos poderes para administrá-lo e interpretá-lo, dispondo, dentre outros, dos poderes necessários para:

(i) aprovar os Programas previstos neste Plano, bem como seu respectivo regulamento;
(ii) decidir sobre todas e quaisquer providências relativas à administração deste Plano, e interpretar e aplicar as normas gerais ora estabelecidas;
(iii) selecionar, dentre as pessoas elegíveis a participar dos Programas, aqueles que deles participarão em determinado exercício social ou fixar os critérios para sua determinação;
(iv) determinar o número de Ações Restritas a ser conferido para cada Participante no âmbito dos Programas, observado o limite quantitativo previsto na Cláusula 7 do plano;
(v) aprovar o Contrato a ser celebrado entre a Companhia e cada um dos Participantes;
(vi) aditar as disposições dos Programas conforme necessário à administração, bem como ao atendimento dos interesses da Companhia, na medida em que (a) tais alterações não violem as disposições deste Plano ou dos Programas; ou (b) os direitos dos Participantes decorrentes de, ou relacionados com os Programas não sejam prejudicados; estando excluídas dessa limitação eventuais adaptações que vierem a ser realizadas pelo Comitê em decorrência de alterações implementadas na legislação vigente;
(vii) analisar casos excepcionais decorrentes de, ou relacionados com os Programas; e
(viii) exclusivamente no tocante aos Programas, dirimir dúvidas quanto à interpretação das normas gerais estabelecidas neste Plano e tratar dos casos omissos.

“Comitê” significa o Comitê de Gente e Remuneração da Companhia, conforme previsto em seu estatuto social, ou outro Comitê que venha a ser especificamente formado ou designado pelo Conselho de Administração para administrar o Plano, conforme aplicável.

As deliberações do Comitê têm caráter vinculante para a Companhia e para os Participantes, quando tomadas em observância deste Plano, do respectivo Programa ou da legislação aplicável.

Nenhum Participante pode participar de discussões no âmbito do Comitê relativamente a este Plano ou a qualquer Programa ou Contrato.

Nenhum Participante pode, ainda, em quaisquer outros órgãos da administração da Companhia, participar das discussões ou votar em qualquer matéria em que o Participante tenha um potencial interesse relativo a este Plano, aos Programas ou a qualquer Contrato, bem como com relação à sua remuneração individual no âmbito deste Plano.

O Comitê não será competente para definir, nem poderá alterar as regras relativas à outorga de Ações Restritas ao Conselho de Administração, sendo a Diretoria competente para implementar a Outorga ao Conselho, nos termos deste Plano, conforme aprovado pela Assembleia Geral.

O Plano 3 entrou em vigor em 1º de janeiro de 2022, em substituição ao Plano 2, conforme aditado em 19 de abril de 2023, e permanecerá vigente até 14 de dezembro de 2025.

Indicam-se a seguir as principais características do Plano 3:

- “Ações” significa as ações ordinárias de emissão da Companhia.
- “Ações Restritas” significa as Ações que serão entregues, nos termos deste Plano e dos Programas.
- “CLT” significa a Consolidação das Leis do Trabalho.
- “Conselho de Administração” significa o Conselho de Administração da Companhia.
- “Contrato” significa o Contrato de Concessão de Ações e Outras Avenças, aprovado pelo Comitê, a ser celebrado entre a Companhia e cada Participante no âmbito dos respectivos Programas.
- “Companhia” significa a TOTVS S.A.
- “Desligamento” significa qualquer ato ou fato que ponha fim à relação jurídica do Participante ou conselheiro de administração com a Companhia, exceto nos casos de aposentadoria pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) em razão de invalidez permanente, falecimento ou declaração judicial de ausência em face de desaparecimento do Participante ou conselheiro de administração, conforme o caso.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

Desligamento abrange, entre outras, as hipóteses de desligamento voluntário, pedido de demissão, renúncia ao cargo, destituição, substituição ou não reeleição como administrador sem vínculo de emprego e rescisão do contrato de trabalho, por qualquer motivo, com ou sem justa causa, por iniciativa de qualquer das partes ou por mútuo acordo.

- "Diretoria" significa a diretoria estatutária da Companhia.
- "Estatuto Social" significa o Estatuto Social da Companhia.
- "Outorga ao Conselho" tem o significado atribuído na Cláusula 15.1 do Plano.
- "Participantes" significa os empregados e administradores da Companhia e de suas controladas que sejam considerados elegíveis no âmbito de cada um dos Programas.
- "Períodos de Carência" significa o Período de Carência do Programa ILP Destaques, o Período de Carência do Programa ILP Performance e o Período de Carência do Programa ILP Master, em conjunto.
- "Período de Carência do Programa ILP Destaques" significa o período de carência de 3 (três) anos contados da assinatura do respectivo Contrato, após o qual o Participante adquire o direito de tornar-se titular das Ações Restritas outorgadas no âmbito do Programa ILP Destaques e a Companhia estará obrigada a transferir ao Participante as Ações Restritas nos termos do Contrato.
- "Período de Carência do Programa ILP Performance" significa o período de carência de 3 (três) anos contados da assinatura do respectivo Contrato, após o qual o Participante adquire o direito de tornar-se titular das Ações Restritas outorgadas no âmbito do Programa ILP Performance e a Companhia estará obrigada a transferir ao Participante as Ações Restritas nos termos do Contrato, observado o atingimento dos indicadores de performance de longo prazo, internos e externos da Companhia, conforme venha a ser previsto no respectivo Contrato.
- "Período de Carência do Programa ILP Master" significa o período de carência de 5 (cinco) anos contados da assinatura do respectivo Contrato, após o qual o Participante adquire o direito de tornar-se titular das Ações Restritas outorgadas no âmbito do Programa ILP Master e a Companhia estará obrigada a transferir ao Participante as Ações Restritas nos termos do Contrato.
- "Plano" significa este Plano de Incentivo Baseado em Ações.
- "Programas" significa, em conjunto, o Programa ILP Destaques, o Programa ILP, Performance e o Programa ILP Master, e não abarca as Outorgas ao Conselho.
- "Programa ILP Destaques" significa o programa, sujeito ao presente Plano, para o qual o Comitê poderá indicar, anualmente, a seu exclusivo critério, com base em avaliação de performance individual, que adota metodologia objetiva aprovada pelo Conselho de Administração, e é informada aos respectivos Participantes, a qual inclui critérios como resultado, potencial e competências, determinados empregados da Companhia e/ou de sociedades controladas em cargos não executivos (abaixo de Gerente Executivo ou de outro cargo que venha a substituí-lo) que sejam considerados, na referida avaliação, "Destaques do Ano". Embora seja possível, não há quaisquer regras que determinem que o Participante seja indicado todo ano para participar deste programa.
- "Programa ILP Master" significa o programa, sujeito ao presente Plano, para o qual poderão ser indicados anualmente a participar, pelo Comitê, a seu exclusivo critério, um grupo seleto de indivíduos considerados chave e críticos para a Companhia, que estejam em cargos executivos, assim entendidos aqueles Participantes que ocupem o cargo de gerente executivo ou superior (ou outros cargos que venham a substituí- los), sejam empregados ou administradores estatutários, observada a avaliação de performance individual, que adota metodologia objetiva aprovada pelo Conselho de Administração, e é informada aos respectivos Participantes, a qual inclui critérios como resultado, potencial e competências. Para fazer jus às ações restritas objeto da outorga, o Participante deverá cumprir a "diretriz de propriedade de ações" que estabelece as seguintes obrigações (i) no termo final do período de três anos que se seguir à data da outorga, (ii) no último dia dos meses de maio, agosto e novembro seguintes ao termo final do referido período de três anos até a data da efetiva entrega das ações restritas pela Companhia, e (iii) na data da efetiva entrega das ações restritas pela Companhia, comprovar ser titular de ações da Companhia cujo valor de mercado corresponda a 12 (doze) salários brutos fixos mensais. Caso as datas de comprovação da titularidade das ações referidas na sentença anterior coincidam com períodos de vedação da negociação de ações da Companhia, far-se-á a verificação no segundo dia útil imediatamente posterior à data em que se encerrar o período de vedação respectivo. Caso o Participante não cumpra qualquer uma destas condições, não fará jus ao recebimento das ações restritas ao final do período de carência. É de responsabilidade exclusiva do Participante garantir o cumprimento destas condições, considerando eventuais variações no valor de seu salário bruto fixo mensal, bem como nas eventuais variações do valor de mercado da ação da Companhia. Embora seja possível, não há quaisquer regras que determinem que o participante seja indicado todo ano para participar desse programa.
- "Programa ILP Performance" significa o programa, sujeito ao presente Plano, para o qual são elegíveis a participar anualmente, conforme indicação do Comitê, a seu exclusivo critério, executivos da Companhia, assim entendidos aqueles Participantes que ocupem o cargo de gerente executivo ou superior (ou outros cargos que venham a substituí-lo), sejam empregados ou administradores estatutários, observado o atingimento dos indicadores de performance de longo prazo internos e externos da Companhia

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

estabelecidos anualmente pelo Conselho de Administração e informados aos Participantes, e a avaliação de performance individual, que adota metodologia objetiva aprovada pelo Conselho de Administração, também informada aos respectivos Participantes, e inclui critérios como resultado, potencial e competências.

- "Troca de Controle" significa qualquer um dentre os seguintes eventos: (i) a aquisição, por um acionista ou grupo de acionistas representando um interesse comum, de 30% ou mais das ações representativas do capital social da Companhia; ou (ii) uma reorganização societária, incluindo fusão, incorporação, incorporação de ações, cisão seguida de incorporação da parcela cindida ou qualquer operação semelhante que resulte na titularidade, por um acionista ou grupo de acionistas representando um interesse comum, de 30% ou mais das ações representativas do capital social da sociedade resultante.

b. data de aprovação e órgão responsável

O Plano de Incentivo e Retenção Baseado em Ações foi aprovado por deliberação dos acionistas em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 20 de abril de 2021 e aditado conforme aprovado por deliberação dos acionistas na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 19 de abril de 2023.

c. número máximo de ações abrangidas

O número máximo de ações que poderão ser concedidas no âmbito do Plano não poderá ultrapassar, quando somadas às Ações Restritas entregues sob a égide do Plano 2, 5,68% (cinco vírgula sessenta e oito por cento) do capital social da Companhia.

d. número máximo de opções a serem outorgadas

Não aplicável, tendo em vista que não serão outorgadas opções de ações em decorrência do Plano.

e. condições de aquisição de ações

As condições de aquisição serão aplicáveis de acordo com o respectivo Programa do qual o Participante seja elegível a participar. Não obstante, ficará a cargo do Comitê, observados os critérios de seleção de cada um dos Programas, realizar anualmente a seleção dos Participantes de cada um dos Programas.

Cumpre ressaltar que as outorgas realizadas aos membros do Conselho de Administração, não estarão sujeitas às regras estabelecidas pelo Plano relacionadas a metas ou avaliação de desempenho. O Comitê não será competente para definir, nem poderá alterar as regras relativas à referida outorga de Ações, sendo a Diretoria competente para implementar a outorga aos membros do Conselho de Administração, nos termos do Plano.

Especificamente para o Programa ILP Master, para que possa receber as Ações Restritas o respectivo Participante deverá (i) no termo final do período de três anos que se seguir à data da outorga, (ii) no último dia dos meses de maio, agosto e novembro seguintes ao termo final do referido período de três anos até a data da efetiva entrega das ações restritas pela Companhia, e (iii) na data da efetiva entrega das Ações Restritas pela Companhia, comprovar ser titular de ações da Companhia cujo valor de mercado corresponda a 12 (doze) salários brutos fixos mensais.

Caso as datas de comprovação da titularidade das ações referidas na sentença anterior coincidam com períodos de vedação da negociação de ações da Companhia, far-se-á a verificação no segundo dia útil imediatamente posterior à data em que se encerrar o período de vedação respectivo às Ações Restritas. Caso o Participante não cumpra qualquer uma destas condições, não fará jus ao recebimento das Ações Restritas ao final do período de carência.

Especificamente para o Programa ILP Performance, a quantidade de Ações Restritas a ser transferida para os Participantes após o período de carência de 3 (três) anos variará entre 70% e 130% em função do atingimento de metas de performance de longo prazo fixadas e previstas nos respectivos contratos, com foco no adequado balanceamento entre o impacto do management e o retorno aos acionistas.

Para a primeira concessão, deliberada em Reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de abril de 2022, a performance, para fins de apuração do programa, é mensurada a partir da conjugação dos seguintes indicadores:

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

- *Total Shareholder Return* ("TSR"): retorno total do Acionista avaliado em relação ao TSR das empresas que compõem o índice IBrx-50. Como referência, esse índice indica o desempenho médio das cotações dos 50 ativos de maior negociabilidade e representatividade do mercado de ações brasileiro. Desde 2021, a TOTVS faz parte deste índice.

- Evolução do Lucro por Ação ("LPA"): métrica que mede a relação entre o lucro líquido da operação continuada da Empresa e a quantidade de ações que faz parte do Capital Social da Empresa.

- Satisfação dos clientes: medido através do indicador de NPS (Net Promoter Score), que tem como objetivo medir o grau de lealdade dos clientes das empresas de qualquer segmento, trazendo reflexos da experiência dos clientes. Este indicador é amplamente utilizado por grande parte das empresas em virtude da sua simplicidade, confiabilidade e flexibilidade.

Para a segunda concessão, prevista para ser realizada até maio de 2023, a proposta é que a performance, para fins de apuração do programa, seja mensurada a partir da conjugação dos seguintes indicadores:

- Total Shareholder Return ("TSR"): retorno total do Acionista avaliado em relação ao TSR das empresas que compõem o índice IBrx-50. Como referência, esse índice indica o desempenho médio das cotações dos 50 ativos de maior negociabilidade e representatividade do mercado de ações brasileiro. Desde 2021, a TOTVS faz parte deste índice.

- Evolução do EBITDA: métrica que mede o crescimento do EBITDA ajustado da empresa ao longo dos anos relativo a índice de mercado.

- Satisfação dos clientes: medido através do indicador de NPS (Net Promoter Score), que tem como objetivo medir o grau de lealdade dos clientes das empresas de qualquer segmento, trazendo reflexos da experiência dos clientes. Este indicador é amplamente utilizado por grande parte das empresas em virtude da sua simplicidade, confiabilidade e flexibilidade.

Os indicadores de desempenho observados em 2022 estão estritamente relacionados ao negócio e setor específico em que a empresa opera e são, especialmente, aplicáveis aos principais direcionadores de valor da TOTVS. O conjunto destas três métricas permite um acompanhamento mais completo do desempenho da empresa.

Cada um dos Participantes deverá celebrar Contrato de Concessão de Ações e Outras Avenças, conforme aprovado pelo Comitê, a ser celebrado entre a Companhia e cada Participante no âmbito dos respectivos Programas, o qual disporá sobre a outorga das Ações Restritas correspondentes, bem como os termos e condições para sua concessão ("**Contrato**").

A obrigação da Companhia de transferir Ações Restritas no âmbito do Plano estará sujeita (i) à celebração de Contrato com cada um dos Participantes, (ii) à continuidade do vínculo empregatício e/ou estatutário, conforme o caso, de cada Participante com a Companhia até o término do período de carência aplicável, conforme detalhado abaixo; (iii) ao atendimento das metas de performance fixadas para os Participantes, no caso do Programa ILP Performance, conforme previsto nos respectivos Contratos; (iv) ao atendimento da diretriz de propriedade de ações estabelecidos no Programa ILP Master e (v) a outras condições eventualmente previstas neste Plano e, conforme aplicável, nos respectivos Programas e Contratos.

O **Programa ILP Destaques** estará sujeito a um período de carência de 3 (três) anos contados da assinatura do respectivo Contrato, após o qual o Participante adquire o direito de tornar-se titular das Ações Restritas outorgadas no âmbito do Programa ILP Destaques.

O **Programa ILP Performance** estará sujeito a um período de carência de 3 (três) anos contados da assinatura do respectivo Contrato, após o qual o Participante adquire o direito de tornar-se titular das Ações Restritas outorgadas no âmbito do Programa ILP Performance.

O **Programa ILP Master** estará sujeito a um período de carência de 5 (cinco) anos contados da assinatura do respectivo Contrato, após o qual o Participante adquire o direito de tornar-se titular das Ações Restritas outorgadas no âmbito do Programa ILP Master.

Observado o limite máximo de Ações Restritas que poderão ser outorgadas no âmbito do Plano, e considerando o número de Ações Restritas a serem entregues aos Participantes no âmbito dos Programas, o Comitê poderá, com o objetivo de atrair determinados indivíduos-chave para a Companhia e/ou para as sociedades controladas pela Companhia, a seu exclusivo critério, utilizar eventual saldo remanescente de Ações Restritas no âmbito do Plano

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

para realizar concessões de Ações Restritas aos indivíduos que pretendem atrair em número limitado. Tais concessões adicionais estarão sujeitas a eventuais períodos de carência, regras de desligamento do Participante e outros termos e condições específicas livremente fixados pelo Comitê, conforme vir a ser estabelecido nos respectivos Contratos. O período de carência a ser fixado pelo Comitê para esse fim será de, pelo menos, 3 (três) anos contados da data de outorga das Ações Restritas.

f. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O Plano tem, dentre outros, o objetivo de outorgar um incentivo de longo prazo aos Participantes por meio da concessão de Ações Restritas de emissão da Companhia, sem o pagamento de preço de exercício pelos Participantes. Não se trata, portanto, de uma opção de compra de ações, nos moldes do art. 168, §3º da Lei das S.A., mas de remuneração baseada na entrega de ações aos Participantes.

Não obstante, o preço de referência por Ação Restrita, para os fins do Plano, corresponderá à média da cotação de fechamento das ações da Companhia nos 60 (sessenta) pregões anteriores à data da concessão ou, no tocante aos Programas, outro valor de acordo com critério determinado pelo Comitê que reflita o valor de mercado das Ações Restritas.

g. critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

A transferência das Ações Restritas estará sujeita a um prazo de carência de 3 a 5 anos, conforme detalhado no item “d” acima. Os Participantes farão jus ao recebimento integral das Ações Restritas se estiverem vinculados à Companhia até o término do período de carência aplicável, observadas as regras específicas previstas no Plano, nos Programas e nos Contratos, principalmente nas hipóteses de desligamento do Participante (i) por sua iniciativa ou por justa causa em que o participante deixará de faz jus ao direito de receber Ações Restritas; (ii) por iniciativa da Companhia, sem justa causa ou por mútuo acordo, em que o Participante poderá fazer jus ao recebimento parcial das Ações Restritas; (iii) por aposentadoria compulsória; ou (iv) por falecimento, desaparecimento e/ou invalidez permanente, em que o Participante fará jus ao recebimento integral das Ações Restritas.

h. forma de liquidação

Conforme mencionado no item “e” acima, trata-se da outorga de um incentivo de longo prazo aos Participantes, por meio da concessão de ações de emissão da Companhia, sem qualquer contraprestação financeira correspondente por parte dos Participantes. Desse modo, uma vez atendidas as condições previstas no Plano, nos Programas e no respectivo Contrato, o Participante ou conselheiro de administração fará jus ao recebimento das Ações Restritas, no prazo de 60 (sessenta) dias do término do respectivo período de carência, cabendo à administração da Companhia tomar todas as providências necessárias para formalizar a respectiva transferência.

A Companhia poderá, a seu critério, de forma alternativa à entrega das Ações Restritas ao Participante, realizar pagamento em dinheiro do valor equivalente às Ações Restritas a que o Participante faria jus. Caso a Companhia opte por realizar pagamento em dinheiro, o preço por ação corresponderá à média da cotação de fechamento das ações da Companhia nos 60 (sessenta) pregões anteriores à data da concessão ou outro valor de acordo com critério determinado pelo Comitê que reflita o valor de mercado das Ações.

i. restrições à transferência das ações

Após sua transferência aos Participantes, esses poderão vender, transferir ou, de qualquer forma, alienar as Ações Restritas sem qualquer restrição.

j. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Comitê de Gente e Remuneração, no interesse da Companhia e de seus acionistas, poderá extinguir ou suspender o Plano, ou, ainda, rever as condições do Plano, desde que não altere os seus princípios básicos, especialmente os limites máximos para a transferência de Ações Restritas aprovados pela Assembleia Geral.

O Comitê poderá ainda, exclusivamente no tocante aos Programas, estabelecer tratamento particular para casos e situações especiais, durante a vigência do Plano, podendo inclusive deliberar sobre a concessão de Ações Restritas

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

adicionais, desde que não sejam afetados os direitos já concedidos aos Participantes e respeitado o limite ao número total de Ações Restritas que poderão ser outorgadas no âmbito do Plano.

Embora não implique na extinção, suspensão ou alteração do Plano, note-se que na hipótese de Troca de Controle (conforme definido no Plano) da Companhia, caso o Participante seja desligado involuntariamente da Companhia, no prazo de 12 (doze) meses a contar do respectivo evento, este fará jus ao pagamento integral das Ações Restritas, observados os indicadores de performance existentes e informados ao Participante quando do evento em questão, aplicáveis as disposições acima após o referido prazo de 12 (doze) meses.

Na hipótese de dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão ou reorganização da Companhia, na qual a Companhia não seja a sociedade remanescente ou, em sendo a sociedade remanescente, deixe de ter suas ações admitidas à negociação em bolsa de valores, os Contratos em vigor, a critério do Comitê no tocante aos Programas, ou da Assembleia Geral, no que se refere às Ações Restritas outorgadas no âmbito da Outorga ao Conselho, poderão: (i) ser transferidos para a companhia sucessora; ou (ii) ter seus Prazos de Carência antecipados, conforme aplicável.

k. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Nenhuma disposição do Plano poderá ser interpretada como constituição de direitos aos Participantes ou aos conselheiros de administração, sejam empregados e/ou administradores estatutários, conforme o caso, além daqueles inerentes às Ações Restritas, e nem conferirá direitos aos mesmos relativos à garantia de permanência como empregado e/ou administrador da Companhia e/ou nas sociedades controladas pela Companhia, ou interferirá de qualquer modo com o direito da Companhia ou de suas controladas, conforme o caso, sujeito às condições legais e àquelas do contrato de trabalho ou de administração (no caso de administradores estatutários sem vínculo empregatício), de rescindir a qualquer tempo o relacionamento com o Participante ou conselheiro de administração.

Em caso de desligamento do Participante por sua iniciativa ou por justa causa, a qualquer momento durante os Períodos de Carência, conforme aplicáveis, o Participante deixará de fazer jus ao direito de receber Ações Restritas. Não obstante, o Participante conservará o direito de titularidade sobre eventuais Ações Restritas que sejam de sua titularidade ao tempo do desligamento, por força do decurso dos Períodos de Carência aplicáveis.

Em caso de desligamento do Participante por iniciativa da Companhia, sem justa causa, ou por mútuo acordo, o Participante fará jus ao recebimento proporcional das Ações Restritas objeto da outorga, conforme o tempo já transcorrido dos Períodos de Carência aplicáveis calculados até a efetiva data de desligamento, sendo que, no caso do Programa ILP Performance, a transferência das ações somente será devida ao final do respectivo Período de Carência e sujeito à apuração das metas de performance fixadas no Contrato. Considera-se como mês trabalhado integral, para fins de proporcionalidade, aquele que tiver ao menos 15 dias trabalhados.

Em caso de aposentadoria compulsória, o Participante fará jus ao recebimento integral das Ações Restritas que lhe tiverem sido outorgadas, vencendo-se antecipadamente os Períodos de Carência então vigentes, exceto na hipótese do Programa ILP Performance, em que o pagamento somente será devido ao final do respectivo Período de Carência e sujeito à apuração das metas de performance fixadas no Contrato.

Na hipótese de Troca de Controle, caso o Participante seja desligado involuntariamente da Companhia, no prazo de 12 (doze) meses a contar do respectivo evento, este fará jus ao recebimento integral das Ações Restritas, observados os indicadores de performance existentes e informados ao Participante quando do evento em questão, aplicáveis as disposições acima após o referido prazo de 12 (doze) meses.

Os demais casos de desligamento não previstos acima serão regulados pelo Comitê.

No caso de falecimento, ausência reconhecida judicialmente ou invalidez permanente do Participante, todos os Períodos de Carência serão considerados vencidos antecipadamente, no momento do falecimento, ausência pelo juízo competente ou da declaração de invalidez do Participante pelo Instituto Nacional da Seguridade Social, fazendo esse ou seus respectivos sucessores, conforme aplicável, jus ao recebimento integral das Ações Restritas no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar do evento em questão. Na hipótese do Programa ILP Performance, será desconsiderada a apuração dos indicadores de performance e transferida a quantidade de Ações Restritas estabelecida no contrato.

8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia possuía plano de remuneração baseado em ações sob a forma de opções de compra de ações denominado “Plano 1”, aprovado na Assembleia de 29/11/2012, que foi posteriormente substituído pelo Plano 2. Para os exercícios sociais de 2020, 2021 e 2022, não há mais opções em aberto no âmbito do "Plano 1", de forma com que não existam mais informações a serem reportadas neste item.

8.6 Outorga de opções de compra de ações

A Companhia possuía plano de remuneração baseado em ações sob a forma de opções de compra de ações denominado “Plano 1”, aprovado na Assembleia de 29/11/2012, que foi posteriormente substituído pelo Plano 2. Para os exercícios sociais de 2020, 2021 e 2022, não há mais opções em aberto no âmbito do "Plano 1", de forma com que não existam mais informações a serem reportadas neste item.

8.7 Opções em aberto

A tabela abaixo apresenta informações sobre as ações em aberto do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia ao final do último exercício social.

TABELA REFERENTE AO "PLANO 2":

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Diretoria Estatutária
Concessão	**27ª outorga**	**27ª outorga**	**28ª outorga**	**29ª outorga**	**29ª outorga**	**30ª outorga**
Nº de membros*	7,67	7,00	7,00	7,00	7,00	7,00
Nº de membros remunerados**	1,00	7,00	7,00	1,00	7,00	7,00
Data de concessão	27/04/2020	27/04/2020	27/04/2020	05/05/2021	05/05/2021	05/05/2021
Ações em aberto						
Quantidade	285.282	827.625	407.625	270.000	787.050	387.900
Prazo de carência das ações	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos
Prazo máximo transferência das ações	27/05/2023	27/05/2023	27/05/2023	05/06/2024	05/06/2024	05/06/2024
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Preço de referência das ações restritas	17,00	17,00	17,00	30,58	30,58	30,58
Valor justo das ações no último dia do exercício social	16,41	16,41	16,41	29,39	29,39	29,39
Valor justo do total das ações no último dia do exercício social	4.681.477,62	13.581.326,25	6.689.126,25	7.935.300,00	23.131.399,50	11.400.381,00

*Conforme informado no item 13.4 – em 27/04/2020, a AGE aprovou o desdobramento da totalidade das ações de emissão da Companhia, na proporção de uma ação ordinária para três ações da mesma espécie, sem alteração no capital social; sendo que os valores mencionados acima já refletem esse efeito para todas outorgas.

8.7 Opções em aberto

TABELA REFERENTE AO "PLANO 3":

Órgão	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Concessão	**31ª outorga**	**32ª outorga**	**32ª outorga**
Nº de membros*	7,00	7,00	7,00
Nº de membros remunerados**	7,00	1,00	7,00
Data de concessão	29/04/2022	29/04/2022	29/04/2022
Ações em aberto			
Quantidade	320.183	163.270	479.790
Prazo de carência das ações	5 anos	3 anos	3 anos
Prazo máximo transferência das ações	29/05/2027	29/05/2025	29/05/2025
Prazo de restrição à transferência das ações	NA	NA	NA
Preço de referência das ações restritas	32,87	32,87	32,87
Valor justo das ações no último dia do exercício social	30,90	31,67	31,67
Valor justo do total das ações no último dia do exercício social	9.893.654,70	5.170.760,90	15.194.949,30

8.8 Opções exercidas e ações entregues

A Companhia possuía plano de remuneração baseado em ações sob a forma de opções de compra de ações denominado “Plano 1”, aprovado na Assembleia de 29/11/2012, que foi posteriormente substituído pelo Plano 2. Para os exercícios sociais de 2020, 2021 e 2022, não há mais opções em aberto no âmbito do "Plano 1", de forma com que não existam mais informações a serem reportadas neste item.

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

Informamos nas tabelas abaixo a remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários prevista para o exercício social corrente e referentes aos 3 últimos exercícios sociais.

Remuneração baseada em ações sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários – Previsão para o Exercício Social a ser encerrado em 31/12/2023		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	7,00	7,50
Nº de membros remunerados	7,00	7,50
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	0,13%	0,68%

Remuneração baseada em ações sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários – Previsão para o Exercício Social a ser encerrado em 31/12/2022		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	7,00	7,00
Nº de membros remunerados	1,00	7,00
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	0,12%	0,52%

Remuneração baseada em ações sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários – Previsão para o Exercício Social a ser encerrado em 31/12/2021		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	7,00	7,00
Nº de membros remunerados	1,00	7,00
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	0,09%	0,39%

Remuneração baseada em ações sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários – Previsão para o Exercício Social a ser encerrado em 31/12/2020		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	7,67	7,00
Nº de membros remunerados	1,00	7,00
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	0,05%	0,20%

8.10 Outorga de ações

Informamos nas tabelas abaixo as informações referentes às outorgas de ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária prevista para o exercício social corrente e referentes aos 3 últimos exercícios sociais.

TABELA REFERENTE AO "PLANO 2":

Outorga de Ações – Previsão para o Exercício Social encerrado em 31/12/2020 – Outorga (27) de Ações Restritas		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	7,67	7,00
Nº de membros remunerados	1,00	7,00
Data de outorga	27/04/2020	27/04/2020
Quantidade de ações outorgadas	285.282	827.625
Prazo máximo para entrega das ações	27/05/2023	27/05/2023
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a
Valor justo das ações na data de outorga	16,41	16,41
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	4.681.477,62	13.581.326,25

Outorga de Ações – Previsão para o Exercício Social encerrado em 31/12/2020 – Outorga (28) de Ações Restritas		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	7,67	7,00
Nº de membros remunerados	-	7,00
Data de outorga	-	27/04/2020
Quantidade de ações outorgadas	-	407.625
Prazo máximo para entrega das ações	-	27/05/2023
Prazo de restrição à transferência das ações	-	n/a
Valor justo das ações na data de outorga	-	16,41
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	-	6.689.126,25

8.10 Outorga de ações

Outorga de Ações – Previsão para o Exercício Social encerrado em 31/12/2021 – Outorga (29) de Ações Restritas		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	7,00	7,00
Nº de membros remunerados	1,00	7,00
Data de outorga	05/05/2021	05/05/2021
Quantidade de ações outorgadas	270.000	787.050
Prazo máximo para entrega das ações	05/06/2024	05/06/2024
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a
Valor justo das ações na data de outorga	29,39	29,39
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	7.935.300,00	23.131.399,50

Outorga de Ações – Previsão para o Exercício Social encerrado em 31/12/2021 – Outorga (30) de Ações Restritas		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	7,00	7,00
Nº de membros remunerados	-	7,00
Data de outorga	-	05/05/2021
Quantidade de ações outorgadas	-	387.900
Prazo máximo para entrega das ações	-	05/06/2024
Prazo de restrição à transferência das ações	-	n/a
Valor justo das ações na data de outorga	-	29,39
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	-	11.400.381,00

8.10 Outorga de ações

TABELA REFERENTE AO "PLANO 3":

Outorga de Ações – Previsão para o Exercício Social encerrado em 31/12/2022 – Outorga (31) de Ações Restritas		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	7,00	7,00
Nº de membros remunerados	-	7,00
Data de outorga	-	29/04/2022
Quantidade de ações outorgadas	-	320.183
Prazo máximo para entrega das ações	-	29/05/2027
Prazo de restrição à transferência das ações	-	n/a
Valor justo das ações na data de outorga	-	30,90
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	-	9.893.654,70

Outorga de Ações – Previsão para o Exercício Social encerrado em 31/12/2022 – Outorga (32) de Ações Restritas		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	7,00	7,00
Nº de membros remunerados	1,00	7,00
Data de outorga	29/04/2022	29/04/2022
Quantidade de ações outorgadas	163.270	479.790
Prazo máximo para entrega das ações	29/05/2025	29/05/2025
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a
Valor justo das ações na data de outorga	31,67	31,67
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	5.170.760,90	15.194.949,30

8.10 Outorga de ações

Outorga de Ações – Previsão para o Exercício Social corrente findo em 31/12/2023 - Outorga (33) de Ações Restritas		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	7,00	7,50
Nº de membros remunerados	-	7,50
Data de outorga	-	05/05/2023
Quantidade de ações outorgadas	-	373.446*
Prazo máximo para entrega das ações	-	05/06/2028
Prazo de restrição à transferência das ações	-	n/a
Valor justo das ações na data de outorga	-	a ser determinado
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	-	a ser determinado

*Considera estimativa com base no preço médio de R$ 29,90 entre os pregões 03/02/2023 a 06/02/2023

Outorga de Ações – Previsão para o Exercício Social corrente findo em 31/12/2023 - Outorga (34) de Ações Restritas		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	7,00	7,50
Nº de membros remunerados	1,00	7,50
Data de outorga	05/05/2023	05/05/2023
Quantidade de ações outorgadas	114.828*	639.707*
Prazo máximo para entrega das ações	05/06/2026	05/06/2026
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a
Valor justo das ações na data de outorga	a ser determinado	a ser determinado
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	a ser determinado	a ser determinado

*Considera estimativa com base no preço médio de R$ 29,90 entre os pregões 03/02/2023 a 06/02/2023

8.10 Outorga de ações

Outorga de Ações – Previsão para o Exercício Social corrente findo em 31/12/2023 - Outorga (35) de Ações Restritas		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	7,00	7,50
Nº de membros remunerados	6,00	-
Data de outorga	05/05/2023	-
Quantidade de ações outorgadas	22.476*	-
Prazo máximo para entrega das ações	05/06/2026	-
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	-
Valor justo das ações na data de outorga	a ser determinado	-
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	a ser determinado	-

*Considera estimativa com base no preço médio de R$ 29,90 entre os pregões 03/02/2023 a 06/02/2023

8.11 Ações Entregues

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	7,00	7,00	
Nº de membros remunerados	1,00	6,00	
Nº de ações	283.905	848.250	
Preço médio ponderado de aquisição	12,83	12,83	
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	32,38	32,38	
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	-5.550.342,75	-16.583.287,50	

Exercício Social: 31/12/2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	7,00	7,00	
Nº de membros remunerados	0,00	7,00	
Nº de ações	0	924.564	
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	9,84	
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	32,50	
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	-20.950.620,24	

Exercício Social: 31/12/2020

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	7,67	7,00	
Nº de membros remunerados	0,00	6,00	
Nº de ações	0	777.799	
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	13,11	
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	24,59	
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	-8.929.132,52	

8.12 Precificação das ações/opções

a. modelo de precificação

O valor justo das Ações Restritas emitidas no âmbito dos "Plano 2" e "Plano 3" é determinado com base no valor da ação de mercado na data da concessão, deduzido da expectativa de dividendos do período de carência, uma vez que os beneficiários não fazem jus ao recebimento. De acordo com o CPC-10, esse valor é diferido e amortizado durante o período de carência.

b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Os dados e premissas utilizadas no modelo de precificação estão na tabela a seguir:

TABELA REFERENTE AO "PLANO 2"

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Diretoria Estatutária
Concessão	27ª outorga	27ª outorga	28ª outorga	29ª outorga	29ª outorga	30ª outorga
Data	27/04/2020	27/04/2020	27/04/2020	05/05/2021	05/05/2021	05/05/2021
Preço de referência das ações restritas	17,00	17,00	17,00	30,58	30,58	30,58
Expectativa de dividendos	1,17%	1,17%	1,17%	1,31%	1,31%	1,31%
Expectativa de volatilidade	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Taxa de juros livre de risco	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Prazo de carência das ações	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos
Valor justo	R$16,41	R$16,41	R$16,41	R$29,39	R$29,39	R$29,39

TABELA REFERENTE AO "PLANO 3"

Órgão	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Concessão	31ª outorga	32ª outorga	32ª outorga	33ª outorga	34ª outorga	35ª outorga
Data	29/04/2022	29/04/2022	29/04/2022	05/05/2023	05/05/2023	05/05/2023
Preço de referência das ações restritas	32,87	32,87	32,87	29,90	29,90	29,90
Expectativa de dividendos	1,23%	1,23%	1,23%	NA	NA	NA
Expectativa de volatilidade	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Taxa de juros livre de risco	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Prazo de carência das ações	5 anos	3 anos	3 anos	5 anos	3 anos	3 anos
Valor justo	R$ 31,67	R$ 31,67	R$ 31,67	NA	NA	NA

c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

As ações restritas possuem a regra de reserva de direito (*vesting period*) de 3 e 5 anos a contar da data da outorga, data essa da entrega das referidas ações. Desse modo, a premissa utilizada para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado das opções foi o reconhecimento das ações restritas em resultado ao longo de 3 e 5 anos.

d. forma de determinação da volatilidade esperada

Não aplicável, uma vez que temos apenas ações restritas.

e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não aplicável, uma vez que temos apenas ações restritas.

8.13 Participações detidas por órgão

Na tabela abaixo apresentamos a quantidade de ações da TOTVS detidas pelos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal ao final do último exercício social.

	Exercício encerrado em 31/12/2022			
Sociedade	**Conselho de Administração**	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal***	**Total**
TOTVS S.A.	86.171.000	1.736.016	-	87.907.016

* Foi deliberada a instalação do Conselho Fiscal na Assembleia Geral Ordinária realizada em 20 de abril de 2021. O mandato se encerrou em 19/04/2022 e não foi instalado um novo Conselho para o Exercício Social de 2022.

O Presidente do Conselho de Administração e a Diretoria Estatutária ainda possuem 3.928.725 ações restritas em período de carência do "Plano 2" e “Plano 3” de remuneração baseado em ações, conforme demonstrado no item 8.7.

8.14 Planos de previdência

Além da contribuição para a seguridade social (INSS) os diretores podem aderir, voluntariamente, ao plano de previdência privada da Companhia. A contribuição básica consiste em contribuições mensais com seu valor limitado ao intervalo entre 2% a 5% da remuneração fixa mensal (salário base) do diretor e tem uma contrapartida (depósito de igual valor) da Companhia. Adicionalmente, podem ser feitas contribuições voluntárias mensais ou esporádicas, porém, sem a contrapartida da Companhia. Para fazer jus ao resgate do montante depositado pela Companhia, o diretor deverá contribuir com o programa ao menos por 3 anos, sendo que o percentual a ser resgatado varia conforme demonstrado na tabela abaixo:

Tempo de contribuição ao programa	Percentual do saldo das contribuições normais da empresa
Até 2 anos e 11 meses	-
De 3 anos a 3 anos e 11 meses	30%
De 4 anos a 4 anos e 11 meses	40%
De 5 anos a 5 anos e 11 meses	50%
De 6 anos a 6 anos e 11 meses	60%
De 7 anos a 7 anos e 11 meses	70%
De 8 anos a 8 anos e 11 meses	80%
De 9 anos a 9 anos e 11 meses	90%
A partir de 10 anos	100%

Segue abaixo tabela com as informações sobre os planos de previdência em vigor conferidos aos membros do Conselho de Administração e aos Diretores Estatutários:

Plano de Previdência em Vigor		
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**
Nº de membros	7,00	7,00
Nº de membros remunerados	7,00	7,00
Nome do plano	N/A	Plano de Previdência Privada TOTVS*
Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	N/A	Nenhum executivo está em vias de aposentadoria atualmente
Condições para se aposentar antecipadamente	N/A	Não há possibilidade de aposentadoria antecipada
Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	N/A	R$1.918.990,86
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	N/A	R$292.073,37
Se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	N/A	O executivo tem direito a resgatar as contribuições da previdência privada, porém, com cancelamento do plano e sem possibilidade de retorno. Ele será elegível a contribuição da empresa, conforme tabela de tempo de contribuição

*O plano de previdência privada não contempla os membros do Conselho de Administração.

8.15 Remuneração mínima, média e máxima

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Nº de membros	7,00	7,00	7,00	7,00	7,00	7.67	1,00	2,00	0,00
Nº de membros remunerados	7,00	7,00	7,00	7,00	7,00	7,67	1,00	2,00	0,00
Valor da maior remuneraçãoReal	12.482.437,41	9.114.888,24	4.888.046,07	7.525.386,24	8.349.782,24	2.878.838,40	100.435,11	77.092,39	0,00
Valor da menor remuneraçãoReal	3.828.106,94	2.933.016,19	1.859.255,18	460.918,15	425.881,84	407.616,00	100.435,11	77.092,39	0,00
Valor médio da remuneraçãoReal	5.785.618,54	4.812.219,66	3.938.441,68	1.524.976,20	1.410.121,85	909.330,05	100.435,11	77.092,39	0,00

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2022	Foram excluídos dos cálculos de remuneração mínima, média, e máxima os administradores que exerceram o cargo por menos de 12 meses. Maior valor contempla verbas relativas aos honorários, férias, 13º e retorno de férias. Permanência no cargo do membro com maior remuneração: 12 meses.
31/12/2021	Foram excluídos dos cálculos de remuneração mínima, média, e máxima os administradores que exerceram o cargo por menos de 12 meses. Maior valor contempla verbas relativas aos honorários, férias, 13º e retorno de férias. Permanência no cargo do membro com maior remuneração: 12 meses.
31/12/2020	Foram excluídos dos cálculos de remuneração mínima, média, e máxima os administradores que exerceram o cargo por menos de 12 meses. Maior valor contempla verbas relativas aos honorários, férias, 13º e retorno de férias. Permanência no cargo do membro com maior remuneração: 12 meses.

Conselho de Administração	
31/12/2022	Foram excluídos dos cálculos de remuneração mínima, média, e máxima os administradores que exerceram o cargo por menos de 12 meses. Maior valor contempla verbas relativas aos honorários, férias, 13º e retorno de férias. Permanência no cargo do membro com maior remuneração: 12 meses.
31/12/2021	Foram excluídos dos cálculos de remuneração mínima, média, e máxima os administradores que exerceram o cargo por menos de 12 meses. Maior valor contempla verbas relativas aos honorários, férias, 13º e retorno de férias. Permanência no cargo do membro com maior remuneração: 12 meses.
31/12/2020	Foram excluídos dos cálculos de remuneração mínima, média, e máxima os administradores que exerceram o cargo por menos de 12 meses. Maior valor contempla verbas relativas aos honorários, férias, 13º e retorno de férias. Permanência no cargo do membro com maior remuneração: 12 meses.

Conselho Fiscal	
31/12/2022	O Final do mandato do Conselho Fiscal encerrou em 19/04/2022. Maior valor contempla verbas relativas aos honorários, férias, 13º e retorno de férias. Permanência no cargo do membro com maior remuneração: 4 meses.
31/12/2021	A Companhia não possuía Conselho Fiscal instalado até 20/04/2021 Maior valor contempla verbas relativas aos honorários, férias, 13º e retorno de férias. Permanência no cargo do membro com maior remuneração: 8 meses.
31/12/2020	A companhia não possui Conselho Fiscal instalado.

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

Caso a Companhia rescinda o contrato imotivadamente dentro de 12 (doze) meses após a data de ocorrência de uma Alteração Societária Relevante, o Diretor Estatutário fará jus ao recebimento de uma indenização equivalente a 18 (dezoito) remunerações mensais vigentes à época da rescisão, bem como fará jus ao recebimento da integralidade dos valores relativos ao Programa de Bonificação por Metas.

A Companhia e suas controladas mantêm a contratação de apólice de seguro de Responsabilidade Civil para Administradores – D&O classe mundial, que prevê o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores e demais segurados, decorrentes de reparação de danos causados a terceiros ou à Companhia. A atual apólice número 087372022010310000726 (plano de seguro registrado na SUSEP sob o nº 15414.901229/2017-25), firmada com a seguradora AIG SEGUROS BRASIL S.A., está vigente até 01 de julho de 2023 e tem limite máximo de indenizações de R$100,0 milhões. Apesar de cobertos pela atual apólice de D&O firmada no Brasil, os diretores e administradores das operações no México, Argentina e USA, também estão cobertos por uma apólice local emitida em cada país, com valor de cobertura de USD 1,0 milhão, visando celeridade no reembolso de despesas decorrentes de possíveis sinistros.

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

Não é aplicável. Não há controlador, direto ou indireto, na Companhia.

8.18 Remuneração - Outras funções

Não aplicável, tendo em vista que nos últimos 3 exercícios sociais, os administradores e membros do conselho fiscal da Companhia não receberam qualquer remuneração em virtude de qualquer razão que não a função que ocupam.

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada

Inexistem administradores na Companhia que possuam remuneração por meio de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum ou de controladas do emissor.

8.20 Outras informações relevantes

Iniciaremos este item demonstrando, para fins comparativos, no subitem (A), a remuneração anual global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia no exercício de 2022, e posteriormente, no subitem (B), a proposta de remuneração anual global da Administração para o exercício de 2023:

(A) Exercício 2022

Na Assembleia Geral Ordinária realizada em 19 de abril de 2022, foi aprovada a verba de remuneração total de até R$54.290.241,59 (cinquenta e quatro milhões, duzentos e noventa mil, duzentos e quarenta e um reais e cinquenta e nove centavos) para o exercício social de 2022, englobando a Remuneração Fixa, Variável (bônus), Benefícios e a Remuneração Baseada em Ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária. Do montante total aprovado, foram efetivamente pagos R$51.274.287,26 (cinquenta e um milhões, duzentos e setenta e quatro mil, duzentos e oitenta e sete reais e vinte e seis centavos), conforme demonstrado nos quadros abaixo:

PROPOSTA E EXECUTADO 2022

	Proposta 2022				Executado 2022			
	Cons Adm	**Diretoria**	**Cons Fiscal**	**Total**	**Cons Adm**	**Diretoria**	**Cons Fiscal**	**Total**
Número de Membros	7,00	7,50	1,00	15,50	7,00	7,00	1,00	15,00
Remuneração Fixa Anual (RF)								
Salário ou pró-labore	3.659.410,96	9.364.611,11	125.349,74	13.149.371,81	3.452.246,23	8.802.713,60	100.435,11	12.355.394,94
Benefícios diretos e indiretos	132.119,25	1.560.992,41	0,00	1.693.111,66	128.669,06	1.548.438,76	0,00	1.677.107,82
Remuneração por participações em Comitês	1.417.026,32	0,00	0,00	1.417.026,32	1.321.105,58	0,00	0,00	1.321.105,58
Total RF	**5.208.556,53**	**10.925.603,53**	**125.349,74**	**16.259.509,80**	**4.902.020,87**	**10.351.152,36**	**100.435,11**	**15.353.608,34**
Remuneração Variável (RV)								
Bônus	0,00	6.749.407,85	0,00	6.749.407,85	0,00	5.439.576,20	0,00	5.439.576,20
Total RV	**0,00**	**6.749.407,85**	**0,00**	**6.749.407,85**	**0,00**	**5.439.576,20**	**0,00**	**5.439.576,20**
Total RF + RV	**5.208.556,53**	**17.675.011,37**	**125.349,74**	**23.008.917,64**	**4.902.020,87**	**15.790.728,56**	**100.435,11**	**20.793.184,54**
Outros								
Benefícios pós-emprego	0,00	430.922,65	0,00	430.922,65	0,00	292.073,37	0,00	292.073,37
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total RV + Outros	**0,00**	**7.180.330,50**	**0,00**	**7.180.330,50**	**0,00**	**5.731.649,57**	**0,00**	**5.731.649,57**
Total RF + RV + Outros	**5.208.556,53**	**18.105.934,02**	**125.349,74**	**23.439.840,29**	**4.902.020,87**	**16.082.801,93**	**100.435,11**	**21.085.257,91**
Remuneração baseada em ações [1]								
Reconhecimento contábil - concessões ano corrente	1.192.592,67	5.328.884,71	0,00	6.521.477,38	1.149.057,96	4.695.809,36	0,00	5.844.867,32
Reconhecimento contábil - concessões anos anteriores	4.608.516,62	19.720.407,30	0,00	24.328.923,92	4.623.754,70	19.720.407,33	0,00	24.344.162,03
Total de Remuneração baseada em ações	**5.801.109,29**	**25.049.292,01**	**0,00**	**30.850.401,30**	**5.772.812,66**	**24.416.216,69**	**0,00**	**30.189.029,35**
Total Geral	**11.009.665,82**	**43.155.226,04**	**125.349,74**	**54.290.241,59**	**10.674.833,53**	**40.499.018,62**	**100.435,11**	**51.274.287,26**

[1] Correspondente à previsão máxima de contabilização em decorrência do diferimento contábil determinado pela legislação aplicável (CPC 10). Nota: o valor executado em 2022 do reconhecimento contábil de anos anteriores da remuneração baseada em ações refere-se a R$244.082,98 (duzentos e quarenta e quatro mil, oitenta e dois reais e noventa e oito centavos), da outorga de 2018; R$1.627.075,51 (um milhão, seiscentos e vinte e sete mil, setenta e cinco reais e cinquenta e um centavos), das outorgas de 2019; R$8.317.310,08 (oito milhões, trezentos e dezessete mil, trezentos e dez reais e oito centavos), das outorgas de 2020; e R$14.155.693,46 (quatorze milhões, cento e cinquenta e cinco mil, seiscentos e noventa e três reais e quarenta e seis centavos) das outorgas de 2021. O número de membros de cada órgão foi calculado como média anual, nos termos da metodologia apresentada no Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP.

8.20 Outras informações relevantes

VARIAÇÃO PROPOSTA E EXECUTADO 2022

	Executado 2022 versus Proposta 2022							
	Variação absoluta				Variação percentual (%)			
	Cons Adm	Diretoria	Cons Fiscal	Total	Cons Adm	Diretoria	Cons Fiscal	Total
Número de Membros	0,00	-0,50	0,00	-0,50	0,00%	-6,67%	0,00%	-3,23%
Remuneração Fixa Anual (RF)								
Salário ou pró-labore	-207.164,73	-561.897,51	-24.914,63	-793.976,87	-5,66%	-6,00%	-19,88%	-6,04%
Benefícios diretos e indiretos	-3.450,19	-12.553,65	0,00	-16.003,84	-2,61%	-0,80%	-	-0,95%
Remuneração por participações em Comitês	-95.920,74	0,00	0,00	-95.920,74	-6,77%	-	-	-6,77%
Total RF	**-306.535,66**	**-574.451,17**	**-24.914,63**	**-905.901,46**	**-5,89%**	**-5,26%**	**-19,88%**	**-5,57%**
Remuneração Variável (RV)								
Bônus	0,00	-1.309.831,65	0,00	-1.309.831,65	-	-19,41%	-	-19,41%
Total RV	0,00	-1.309.831,65	0,00	-1.309.831,65	-	-19,41%	-	-19,41%
Total RF + RV	**-306.535,66**	**-1.884.282,81**	**-24.914,63**	**-2.215.733,10**	**-5,89%**	**-10,66%**	**-19,88%**	**-9,63%**
Outros								
Benefícios pós-emprego	0,00	-138.849,27	0,00	-138.849,27	-	-32,22%	-	-32,22%
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	-	-
Total RV + Outros	**0,00**	**-1.448.680,92**	**0,00**	**-1.448.680,92**	**-**	**-20,18%**	**-**	**-20,18%**
Total RF + RV + Outros	**-306.535,66**	**-2.023.132,09**	**-24.914,63**	**-2.354.582,38**	**-5,89%**	**-11,17%**	**-19,88%**	**-10,05%**
Remuneração baseada em ações [1]								
Reconhecimento contábil - concessões ano corrente	-43.534,71	-633.075,35	0,00	-676.610,06	-3,65%	-11,88%	-	-10,38%
Reconhecimento contábil - concessões anos anteriores	15.238,08	0,03	0,00	15.238,11	0,33%	0,00%	-	0,06%
Total de Remuneração baseada em ações	**-28.296,63**	**-633.075,32**	**0,00**	**-661.371,95**	**-0,49%**	**-2,53%**	**-**	**-2,14%**
Total Geral	**-334.832,29**	**-2.656.207,41**	**-24.914,63**	**-3.015.954,33**	**-3,04%**	**-6,16%**	**-19,88%**	**-5,56%**

[1] Correspondente à previsão máxima de contabilização em decorrência do diferimento contábil determinado pela legislação aplicável (CPC 10). Nota: O número de membros de cada órgão foi calculado como média anual, nos termos da metodologia apresentada no Ofício Circular/Anual- 2023-CVM/SEP.

PROPOSTA VS. EXECUTADO 2022

*O valor da Proposta e Executado 2022 no gráfico Total incorpora a soma do Conselho de Administração e Diretoria.

8.20 Outras informações relevantes

Conforme demonstrado nos quadros anteriores, a realização de 5,56% abaixo do limite efetivamente aprovado ocorreu em virtude dos seguintes fatores:

- O novo membro da Diretoria previsto na proposta para a segunda metade do exercício de 2022 não foi contratado;
- Houve a eleição dos membros do Conselho de Administração, dentre os quais um voluntariamente renunciou à percepção da remuneração;
- Valores de bônus da Diretoria contabilizados abaixo do previsto originalmente na proposta;
- Adesão individual da Diretoria ao benefício pós-emprego relativo ao plano de previdência privada em nível inferior ao previsto na proposta; e
- Concessão de ações restritas nas outorgas realizadas em 2022 em quantidade 14% inferior à prevista originalmente na Proposta de Remuneração do ano de 2022, visto que a superação de performance individual prevista não foi efetivamente verificada.

(B) Exercício 2023

A Administração da Companhia propõe a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária para 2023, nos termos da reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de março de 2023, no montante de até R$65.901.247,89 (sessenta e cinco milhões, novecentos e um mil, duzentos e quarenta e sete reais e oitenta e nove centavos), 21,39% acima da remuneração global proposta para o exercício de 2022. Este crescimento se deve, majoritariamente pelo aumento da linha de "remuneração variável", que por si só, possui um crescimento de R$7.514.452,15 (sete milhões, quinhentos e quatorze mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e quinze centavos), equivalente a um incremento de 111,33% ano contra ano, conforme demonstrado no quadro abaixo, e que será detalhado mais adiante no documento:

REMUNERAÇÃO GLOBAL DOS ADMINISTRADORES

	Proposta 2023				Proposta 2022			
	Cons Adm	Diretoria	Cons Fiscal	Total	Cons Adm	Diretoria	Cons Fiscal	Total
Número de Membros	7,00	7,50	0,00	14,50	7,00	7,50	1,00	15,50
Remuneração Fixa Anual (RF)								
Salário ou pró-labore	4.067.399,29	10.117.428,50	0,00	14.184.827,79	3.659.410,96	9.364.611,11	125.349,74	13.149.371,81
Benefícios diretos e indiretos	141.593,34	1.829.047,60	0,00	1.970.640,94	132.119,25	1.560.992,41	0,00	1.693.111,66
Remuneração por participações em Comitês	1.519.760,74	0,00	0,00	1.519.760,74	1.417.026,32	0,00	0,00	1.417.026,32
Total RF	**5.728.753,37**	**11.946.476,10**	**0,00**	**17.675.229,47**	**5.208.556,53**	**10.925.603,53**	**125.349,74**	**16.259.509,80**
Remuneração Variável (RV)								
Bônus	0,00	14.263.860,00	0,00	14.263.860,00	0,00	6.749.407,85	0,00	6.749.407,85
Total RV	**0,00**	**14.263.860,00**	**0,00**	**14.263.860,00**	**0,00**	**6.749.407,85**	**0,00**	**6.749.407,85**
Total RF + RV	**5.728.753,37**	**26.210.336,10**	**0,00**	**31.939.089,47**	**5.208.556,53**	**17.675.011,37**	**125.349,74**	**23.008.917,64**
Outros								
Benefícios pós-emprego	0,00	464.465,30	0,00	464.465,30	0,00	430.922,65	0,00	430.922,65
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total RV + Outros	**0,00**	**14.728.325,30**	**0,00**	**14.728.325,30**	**0,00**	**7.180.330,50**	**0,00**	**7.180.330,50**
Total RF + RV + Outros	**5.728.753,37**	**26.674.801,40**	**0,00**	**32.403.554,77**	**5.208.556,53**	**18.105.934,02**	**125.349,74**	**23.439.840,29**
Remuneração baseada em ações [1]								
Reconhecimento contábil - concessões ano corrente	912.264,17	5.833.778,84	0,00	6.746.043,01	1.192.592,67	5.328.884,71	0,00	6.521.477,38
Reconhecimento contábil - concessões anos anteriores	5.079.960,97	21.671.689,14	0,00	26.751.650,11	4.608.516,62	19.720.407,30	0,00	24.328.923,92
Total de Remuneração baseada em ações	**5.992.225,14**	**27.505.467,99**	**0,00**	**33.497.693,12**	**5.801.109,29**	**25.049.292,01**	**0,00**	**30.850.401,30**
Total Geral	**11.720.978,50**	**54.180.269,39**	**0,00**	**65.901.247,89**	**11.009.665,82**	**43.155.226,04**	**125.349,74**	**54.290.241,59**

[1] Correspondente à previsão máxima de contabilização em decorrência do diferimento contábil determinado pela legislação aplicável (CPC 10).

Nota: as concessões efetuadas em exercícios anteriores foram aprovadas pelos competentes órgãos, conforme os Planos de Incentivo e Retenção Baseado em Ações, aprovados pelos acionistas em Assembleias Gerais realizadas, respectivamente, em 15/12/2015 e aditado em 05/04/2018 e 18/04/2019, sendo, portanto, já concedido aos beneficiários. O número de membros de cada órgão foi calculado como média anual, nos termos da metodologia apresentada no Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP

8.20 Outras informações relevantes

REMUNERAÇÃO GLOBAL DOS ADMINISTRADORES - VARIAÇÃO ANO CONTRA ANO

	Proposta 2023 versus Proposta 2022							
	Variação absoluta				Variação percentual (%)			
	Cons Adm	Diretoria	Cons Fiscal	Total	Cons Adm	Diretoria	Cons Fiscal	Total
Número de Membros	0,00	0,00	-1,00	-1,00	0,00%	0,00%	-100,00%	-6,45%
Remuneração Fixa Anual (RF)								
Salário ou pró-labore	407.988,33	752.817,39	-125.349,74	1.035.455,98	11,15%	8,04%	-100,00%	7,87%
Benefícios diretos e indiretos	9.474,09	268.055,19	0,00	277.529,28	7,17%	17,17%	-	16,39%
Remuneração por participações em Comitês	102.734,42	0,00	0,00	102.734,42	7,25%	-	-	7,25%
Total RF	**520.196,83**	**1.020.872,57**	**-125.349,74**	**1.415.719,67**	**9,99%**	**9,34%**	**-100,00%**	**8,71%**
Remuneração Variável (RV)								
Bônus	0,00	7.514.452,15	0,00	7.514.452,15	-	111,33%	-	111,33%
Total RV	0,00	7.514.452,15	0,00	7.514.452,15	-	111,33%	-	111,33%
Total RF + RV	**520.196,83**	**8.535.324,73**	**-125.349,74**	**8.930.171,82**	**9,99%**	**48,29%**	**-100,00%**	**38,81%**
Outros								
Benefícios pós-emprego	0,00	33.542,65	0,00	33.542,65	-	7,78%	-	7,78%
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	-	-
Total RV + Outros	**0,00**	**7.547.994,80**	**0,00**	**7.547.994,80**	**-**	**105,12%**	**-**	**105,12%**
Total RF + RV + Outros	**520.196,83**	**8.568.867,38**	**-125.349,74**	**8.963.714,47**	**9,99%**	**47,33%**	**-100,00%**	**38,24%**
Remuneração baseada em ações [1]								
Reconhecimento contábil - concessões ano corrente	-280.328,50	504.894,13	0,00	224.565,64	-23,51%	9,47%	-	3,44%
Reconhecimento contábil - concessões anos anteriores	471.444,35	1.951.281,84	0,00	2.422.726,19	10,23%	9,89%	-	9,96%
Total de Remuneração baseada em ações	**191.115,85**	**2.456.175,97**	**0,00**	**2.647.291,82**	**3,29%**	**9,81%**	**-**	**8,58%**
Total Geral	**711.312,68**	**11.025.043,35**	**-125.349,74**	**11.611.006,29**	**6,46%**	**25,55%**	**-100,00%**	**21,39%**

[1] Correspondente à previsão máxima de contabilização em decorrência do diferimento contábil determinado pela legislação aplicável (CPC 10).

Nota: O número de membros de cada órgão foi calculado como média anual, nos termos da metodologia apresentada no Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP

REMUNERAÇÃO GLOBAL DOS ADMINISTRADORES

*O valor da Proposta 2022 e Proposta 2023 no gráfico Total incorpora a soma do Conselho de Administração e Diretoria.

A seguir, a Companhia detalha cada item que integra a proposta de remuneração da Administração para o exercício de 2023:

8.20 Outras informações relevantes

(i) Número de membros:
Em relação ao número de membros do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária para 2023, a Administração da Companhia propõe:

- A manutenção da quantidade de cadeiras do Conselho de Administração; e
- A possibilidade de acrescentar um membro à Diretoria Estatutária ao longo do ano de 2023.

(ii) Remuneração fixa, variável e benefícios:
Para 2023 e visando a equiparação e competitividade às práticas de mercado, a Administração da Companhia propõe:

- Remuneração Fixa:
  - *Salário ou pró-labore:* atualizar os valores referentes à Remuneração fixa da Diretoria Estatutária e do Presidente do Conselho de Administração em índice equivalente à inflação apurada em 2022; e atualizar os valores referentes à Remuneração fixa dos Conselheiros Independentes do Conselho de Administração em índice superior à inflação, visando acompanhar os padrões praticados no mercado brasileiro, especialmente das empresas de capital aberto no novo mercado. Estes itens, em conjunto, representam um adicional de 7,87% neste percentual na linha de salário em relação à proposta de 2022;
  - *Benefícios diretos e indiretos:* reajustar os valores de benefícios da Diretoria Estatutária e Presidente do Conselho de Administração, conforme condições previstas nos contratos com os fornecedores, representando um adicional de 16,39% em relação à proposta de 2022;
  - *Remuneração por participação em comitês:* atualizar os valores referentes à Remuneração por Participação em Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração em índice equivalente à inflação apurada em 2022. Este item representa um adicional de 7,25% em relação à proposta de 2022;

- Remuneração Variável: (i) atualizar os valores referentes ao Bônus da Diretoria Estatutária em índice equivalente à inflação apurada do período, seguindo a mesma premissa aplicada para a remuneração fixa; e (ii) adicionalmente ao bônus, prever o provisionamento de possível concessão extraordinária referente a uma premiação de longo prazo baseada em performance adicional conjunta, que está alinhada aos interesses da Companhia e de seus acionistas. Os itens (i) e (ii), em conjunto, representam um adicional de 111,33% na linha de remuneração variável em relação à proposta de 2022.

- Outros:
  - *Benefício pós emprego*: manter o benefício pós emprego (previdência privada) nos moldes já vigentes, representando um adicional de 7,78% em relação à proposta de 2022;

8.20 Outras informações relevantes

PROPOSTA 2022 e PROPOSTA 2023 (RF + RV + BENEFÍCIOS)

*O valor da Proposta 2022 e Proposta 2023 no gráfico Total incorpora a soma do Conselho de Administração e Diretoria.

(iii) Remuneração baseada em ações:

A remuneração baseada em ações reconhecida em cada exercício social e explicada ao longo deste tópico segue estritamente os critérios correspondentes à previsão máxima de contabilização em decorrência do diferimento contábil determinado pela legislação aplicável através do pronunciamento técnico CPC 10. O referido pronunciamento, baseado na norma internacional IFRS 2, tem por objetivo prescrever procedimentos para o reconhecimento e divulgação das transações com pagamento com base em ações realizadas pelas empresas. Para auxiliar o entendimento, de acordo com o CPC 10, o custo de transações liquidadas com instrumentos patrimoniais deve ser mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados, utilizando um modelo de avaliação adequado. Esse custo é reconhecido em despesas de remuneração baseada em ações em conjunto com o correspondente aumento no patrimônio líquido, ao longo do período de carência do plano. Para informações detalhadas, acesse:
http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=41

Em relação à evolução ano contra ano, a Remuneração Baseada em Ações passa do valor proposto em 2022 de R$30.850.401,30 (trinta milhões, oitocentos e cinquenta mil, quatrocentos e um reais e trinta centavos) para a proposta de R$33.767.429,68 (trinta e três milhões, setecentos e sessenta e sete mil, quatrocentos e vinte e nove reais e sessenta e oito centavos) em 2023, conforme demonstrado no quadro a seguir:

8.20 Outras informações relevantes

REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES

	Proposta 2023				Proposta 2022			
	Cons Adm	Diretoria	Cons Fiscal	Total	Cons Adm	Diretoria	Cons Fiscal	Total
Remuneração baseada em ações [1]								
Reconhecimento contábil - concessões ano corrente	912.264,17	5.833.778,84	0,00	6.746.043,01	1.192.592,67	5.328.884,71	0,00	6.521.477,38
Reconhecimento contábil - concessões anos anteriores	5.079.960,97	21.671.689,14	0,00	26.751.650,11	4.608.516,62	19.720.407,30	0,00	24.328.923,92
Total de Remuneração baseada em ações	**5.992.225,14**	**27.505.467,99**	**0,00**	**33.497.693,12**	**5.801.109,29**	**25.049.292,01**	**0,00**	**30.850.401,30**
Quantidade total de ações - concessões ano corrente	137.304	1.013.153	0	1.150.457	176.710	943.038	0,00	1.119.748
Quantidade total de ações - concessões anos anteriores	718.552	3.210.173	0	3.928.725	837.999	3.258.450	0,00	4.096.449
Quantidade total de ações	**855.856**	**4.223.326**	**0**	**5.079.182**	**1.014.709**	**4.201.488**	**0,00**	**5.216.197**
Valor econômico nominal total - concessões ano corrente [2]	**4.322.019**	**31.891.764**	**0**	**36.213.783**	**5.366.683**	**28.640.064**	**0,00**	**34.006.747**

[1] Correspondente à previsão máxima de contabilização em decorrência do diferimento contábil determinado pela legislação aplicável (CPC 10).

[2] O valor econômico nominal total multiplica a quantidade total de ações das concessões do ano corrente com o valor justo das ações.

Nota: as concessões efetuadas em exercícios anteriores foram aprovadas pelos competentes órgãos, conforme os Planos de Incentivo e Retenção Baseado em Ações, aprovados pelos acionistas em Assembleias Gerais realizadas, respectivamente, em 15/12/2015 e aditado em 05/04/2018 e 18/04/2019, sendo, portanto, já concedido aos beneficiários.

REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES - VARIAÇÃO ANO CONTRA ANO

	Proposta 2023 versus Proposta 2022							
	Variação absoluta				Variação percentual (%)			
	Cons Adm	Diretoria	Cons Fiscal	Total	Cons Adm	Diretoria	Cons Fiscal	Total
Remuneração baseada em ações								
Reconhecimento contábil - concessões ano corrente	-280.328,50	504.894,13	0,00	224.565,64	-23,51%	9,47%	-	3,44%
Reconhecimento contábil - concessões anos anteriores	471.444,35	1.951.281,84	0,00	2.422.726,19	10,23%	9,89%	-	9,96%
Total de Remuneração baseada em ações	**191.115,85**	**2.456.175,97**	**0,00**	**2.647.291,82**	**3,29%**	**9,81%**	**-**	**8,58%**
Quantidade total de ações - concessões ano corrente	-39.406	70.115	0	30.709	-22,30%	7,44%	-	2,74%
Quantidade total de ações - concessões anos anteriores	-119.447	-48.277	0	-167.724	-14,25%	-1,48%	-	-4,09%
Quantidade total de ações	**-158.853**	**21.838**	**0**	**-137.015**	**-15,66%**	**0,52%**	**-**	**-2,63%**
Valor econômico nominal total - concessões ano corrente	**-1.044.663,70**	**3.251.699,94**	**0,00**	**2.207.036,24**	**-19,47%**	**11,35%**	**-**	**6,49%**

Este crescimento de R$2.647.291,82 (dois milhões seiscentos e quarenta e sete mil, duzentos e noventa e um reais e oitenta e dois centavos) se deve aos seguintes fatores:

- Reconhecimento contábil das outorgas do ano corrente: a remuneração total das outorgas do ano corrente representará um incremento ano contra ano de R$ 224.565,64 (duzentos e vinte e quatro mil, quinhentos e sessenta e cinco reais e sessenta e quatro centavos) ou 3,44%, com uma estimativa de entrega de 30.709 (trinta mil, setecentos e nove) ações a mais em 2023, com os seguintes destaques:
  - *Remuneração do Conselho*:
    - Presidente do Conselho: Desde 2019, a remuneração do Presidente do Conselho também é composta por uma parcela baseada em ações (vide a seção 8.1.c para maiores detalhes). Com o passar dos anos, é natural que seu papel seja redesenhado e, por consequência, sua remuneração seja revisada, o que resultou em uma redução na outorga de ações de 2022 em 35% quando comparada a 2021 e em uma proposta de outorga para 2023 36% inferior quando comparada a 2022.; e
    - Demais membros do Conselho: a Companhia, com o objetivo de atrair e reter seus conselheiros, e baseada nas melhores práticas e tendências de mercado nacional e internacional, propõe a implantação de remuneração baseada em ações para os membros do seu Conselho de Administração, no valor equivalente a 20% da remuneração fixa total;
  - *Remuneração da Diretoria Estatutária*: aumento médio de 9,47% dos valores de referência a serem concedidos em ações nas outorgas de 2023 para a Diretoria Estatutária.
- Reconhecimento contábil das outorgas de anos anteriores: (i) valorização estimada em mais de 75% das ações concedidas em abril de 2020, que serão efetivamente entregues aos participantes em abril de 2023,

8.20 Outras informações relevantes

com impacto na retenção de tributos na fonte; (ii) efeito do empilhamento das 3 últimas outorgas, acumulando as concessões de 2020 (4/36 avos em 2023), 2021 (12/36 avos em 2023) e 2022 (12/36 avos em 2023). Estes fatores representam um impacto de R$2.422.726,19 (dois milhões, quatrocentos e vinte e dois mil, setecentos e vinte e seis reais e dezenove centavos) ou 9,96%.

Somados os itens, o impacto de 8,58% representa a diferença entre a proposta de 2023 e a proposta de 2022, conforme demonstrado no gráfico abaixo:

Os efeitos supracitados no reconhecimento contábil das outorgas de anos anteriores exerceram, como objetivado, seu papel essencial de alinhar os interesses dos acionistas e da Administração, visto a valorização do valor da ação da TOTVS ao longo dos últimos anos. Conforme demonstrado no gráfico abaixo, percebe-se o alto desempenho da TOTS3 frente a dois importantes índices de mercado:

1. **Ibovespa:** mais importante indicador do desempenho médio das cotações das ações negociadas na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão), formado pelas ações com maior volume negociado nos últimos meses. Desde 2020 a TOTVS faz parte deste índice.
2. **IBrX50:** indicador do desempenho médio das cotações dos 50 ativos de maior negociabilidade e representatividade do mercado de ações brasileiro. Desde 2021, a TOTVS faz parte deste índice.

8.20 Outras informações relevantes

DESEMPENHO TOTS3 RELATIVO (IBRX 50 E IBOV)

Explicamos detalhadamente a seguir os efeitos das variações dos valores da remuneração baseada em ações para o Conselho de Administração e Diretoria Estatutária, considerando o reconhecimento contábil das outorgas do ano corrente e de anos anteriores:

Remuneração Baseada Em Ações - Outorgas do Ano Corrente

O Plano de Incentivo e Retenção Baseado em Ações, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de abril de 2021 ("Plano 3"), poderá abranger até 5,68% do Capital Social da Companhia, que, atualmente, representa 35.056.005 (trinta e cinco milhões, cinquenta e seis mil e cinco) de ações em 10 (dez) anos, ou uma média de 3.505.600 (três milhões, quinhentos e cinco mil e seiscentas) ações por ano.

Para o exercício de 2023, no âmbito do Plano 3, pretende-se conceder 1.150.457 (um milhão, cento e cinquenta mil, quatrocentos e cinquenta e sete) ações restritas aos Administradores da Companhia, correspondentes a 0,19% do Capital Social nesta data, comparado com 963.243 (novecentos e sessenta e três mil, duzentos e quarenta e três) ações (0,16% do capital social em 31/12/2022) em 2022. Para efeitos desta proposta, consideramos para o cálculo da concessão referente a 2023 o preço médio correspondente a R$31,48 (trinta e um reais e quarenta e oito centavos) por ação, o que representa um valor econômico nominal de R$36.213.782,76 (trinta e seis milhões, duzentos e treze mil, setecentos e oitenta e dois reais, e setenta e seis centavos). Ressalta-se que o número de ações a ser outorgado (e por consequência, valor econômico efetivo a ser atribuído à concessão) pode variar para cima ou para baixo em virtude do cálculo do preço médio dos 60 pregões anteriores a 5 de maio de 2023, data prevista das outorgas do ano, conforme estabelecido no Plano 3, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de abril de 2021. De acordo com a legislação aplicável e as características do Plano 3, na forma do CPC 10, a contabilização desta concessão de 2023 ocorrerá ao longo de três anos para o programa ILP Performance e ao longo de 5 anos para o programa ILP Master. Em decorrência do diferimento contábil determinado pela legislação aplicável, o valor a ser contabilizado no exercício de 2023 referente às concessões de 2023 será de até R$6.746.043,01 (seis milhões, setecentos e quarenta e seis mil, quarenta e três reais e um centavo), que corresponde a 18,63% do valor econômico de R$36.213.782,76 (trinta e seis milhões, duzentos e treze mil, setecentos e oitenta e dois reais e setenta e seis centavos).

No quadro abaixo exemplificamos o efeito estimado da contabilização das outorgas de 2023 ao longo dos próximos anos:

8.20 Outras informações relevantes

REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES - OUTORGAS 2023

Ano	Outorgas 2023 Programa Ações CA (proposta)		Outorgas 2023 ILP Performance (proposta) **		Outorgas 2023 ILP Master (proposta)		Total / ano (R$)
	Valor contabilizado (R$)	Avos	Valor contabilizado (R$)	Avos	Valor contabilizado (R$)	Avos	
2023	149.301,28	8/36	4.644.545,33	8/36	1.952.196,40	8/60	**6.746.043,01**
2024	223.951,92	12/36	6.966.818,00	12/36	2.928.294,60	12/60	**10.119.064,52**
2025	223.951,92	12/36	6.966.818,00	12/36	2.928.294,60	12/60	**10.119.064,52**
2026	74.650,64	4/36	2.322.272,67	4/36	2.928.294,60	12/60	**5.325.217,91**
2027	0,00	0/36	0,00	0/36	2.928.294,60	12/60	**2.928.294,60**
2028	0,00	0/36	0,00	0/36	976.098,20	4/60	**976.098,20**
Valor econômico nominal total	**671.855,76**	**36/36**	**20.900.454,00**	**36/36**	**14.641.473,00**	**60/60**	**36.213.782,76**

* Os valores poderão sofrer alterações de acordo com a variação do valor das ações restritas no momento da efetiva entrega aos participantes, impactando na retenção de tributos na fonte, além de eventuais cancelamentos ao longo do tempo.
** inclui Diretoria Estatutária e Conselho de Administração.

Remuneração Baseada Em Ações - Outorgas de Anos Anteriores

Adicionalmente ao valor de R$6.746.043,01 (seis milhões, setecentos e quarenta e seis mil, quarenta e três reais e um centavo), em decorrência do determinado na legislação aplicável (CPC 10), à verba destinada à remuneração baseada em ações deverá ser acrescido o montante de R$ 26.751.650,11 (vinte e seis milhões, setecentos e cinquenta e um mil, seiscentos e cinquenta reais e onze centavos), referente ao reconhecimento contábil previsto para o exercício de 2023, com relação à contabilização das concessões realizadas em anos anteriores para os Administradores, em decorrência do diferimento contábil determinado pela legislação aplicável, conforme mencionado anteriormente.

O valor mencionado no parágrafo acima se refere a concessões efetuadas em exercícios anteriores, as quais foram aprovadas pelos competentes órgãos, conforme os Planos de Incentivo e Retenção Baseado em Ações, aprovados pelos acionistas em Assembleias Gerais realizadas, respectivamente, em 15/12/2015 e aditado em 05/04/2018 e 18/04/2019, sendo, portanto, já concedido aos beneficiários.

No quadro a seguir, exemplificamos o efeito estimado ao longo dos anos da contabilização das outorgas realizadas de 2020, 2021 e 2022 e que compõe o montante de R$ 26.751.650,11 (vinte e seis milhões, setecentos e cinquenta e um mil, seiscentos e cinquenta reais e onze centavos) contabilizado dentro do ano de 2023:

REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES - OUTORGAS DE 2020 A 2022

Ano	Outorgas 2020		Outorgas 2021		Outorgas 2022		Outorgas 2022 ILP Master		Total / ano (R$)
	Valor contabilizado (R$)	Avos	Valor contabilizado (R$)	Avos	Valor contabilizado (R$)	Avos	Valor contabilizado (R$)	Avos	
2020	5.489.145,00	8/36	0,00	0/36	0,00	0/36	0,00	0/60	**5.489.145,00**
2021	8.373.038,40	12/36	9.437.129,00	8/36	0,00	0/36	0,00	0/60	**17.810.167,40**
2022	8.317.310,04	12/36	14.155.693,50	12/36	4.339.940,49	8/36	1.296.527,69	8/60	**28.109.471,72**
2023	2.772.436,68	4/36	14.155.693,50	12/36	6.509.910,73	12/36	1.944.791,54	12/60	**25.382.832,46**
2024	0,00	0/36	4.718.564,50	4/36	6.509.910,73	12/36	1.944.791,54	12/60	**13.173.266,78**
2025	0,00	0/36	0,00	0/36	2.169.970,24	4/36	1.944.791,54	12/60	**4.114.761,79**
2026	0,00	0/36	0,00	0/36	0,00	0/36	1.944.791,54	12/60	**1.944.791,54**
2027	0,00	0/36	0,00	0/36	0,00	0/36	648.263,85	4/60	**648.263,85**
Valor econômico nominal total	**24.951.930,12**	**36/36**	**42.467.080,50**	**36/36**	**19.529.732,20**	**36/36**	**9.723.957,71**	**60/60**	**96.672.700,53**

* os valores futuros poderão sofrer alterações de acordo com a variação do valor das ações restritas no momento da efetiva entrega aos participantes, impactando na retenção de tributos na fonte, além de eventuais cancelamentos ao longo do tempo.
** inclui Diretoria Estatutária e Conselho de Administração.

8.20 Outras informações relevantes

Remuneração Baseada em Ações - Conclusão

Assim, conforme explicado detalhadamente ao longo deste tópico, os três únicos fatores que determinam a Remuneração Baseada em Ações são:

- A quantidade de ações outorgadas, sendo que para as outorgas de 2023 pretendemos conceder 187.214 (cento e oitenta e sete mil, duzentas e quatorze) ações a mais do que em 2022;
- O preço de referência das ações outorgadas, que corresponde à média dos 60 pregões anteriores à data da outorga, que vem sendo impactado por consequência da valorização das ações da TOTVS; e
- O fator do empilhamento das outorgas ao longo dos anos. Estimamos a manutenção do patamar de empilhamento de 2023 para os anos subsequentes, considerando a conjunção dos fatores (i) e (ii).

No quadro a seguir, detalhamos os itens (i) e (ii) referente a cada uma das outorgas reconhecidas no exercício social de 2023 para os Administradores da Companhia.

REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES - OUTORGAS DE 2020 A 2023

	Outorgas 2020	Outorgas 2021	Outorga 2022	Outorga 2023 Remuneração em ações Membros CA (proposta)*	Outorga 2023 ILP Performance (proposta)*	Outorga 2023 ILP Master (proposta)*
Prazo de carência das ações	3 anos			2 anos após término do mandato	3 anos	5 anos
Preço de referência das ações restritas outorgadas	17,00	30,58	32,87	31,48	31,48	31,48
Quantidade líquida de ações em aberto no exercício social corrente	1.520.532	1.444.950	963.243	22.476	754.535	373.446

* A quantidade de ações a ser outorgada pode variar para cima ou para baixo em virtude do cálculo do preço de referência das ações restritas a ser atribuído à concessão referente ao exercício de 2023, que considerará o preço médio dos 60 (sessenta) pregões anteriores à data de concessão, prevista para 05 de maio de 2023, conforme prevê o Plano.
Nota: Os membros do Conselho de Administração serão elegíveis a partir de 2023.

Diluição

A diluição líquida histórica acumulada do Plano de Incentivo e Retenção Baseado em Ações desde a primeira concessão até a última concessão realizada em 2022, contemplando o efeito de eventuais cancelamentos realizados ao longo do tempo antes do término do período de carência e considerando todos os participantes contemplados pelas concessões (Presidente do Conselho, Diretoria Estatutária e demais funcionários contemplados), é de 2,22%, ou seja, média de 0,318% por ano. Assim, até o presente momento, o Plano utiliza apenas 39,1% da diluição máxima permitida de 5,68% do atual capital social da Companhia durante o período de vigência do plano (10 anos), mesmo já tendo passado 70% da sua vigência. Demonstramos esse efeito nos quadros abaixo, considerando a diluição acumulada até o momento e a média anual como referência:

DILUIÇÃO ACUMULADA

Diluição acumulada	% diluição	# Ações	Quantidade de anos
Diluição máxima permitida pelo Plano	5,68%	35.056.005	10
Diluição líquida atual *	2,22%	13.723.926	7
% já utilizado	39,1%	39,1%	70,0%

**refere-se às ações restritas já concedidas aos participantes, podendo estar em período de carência ou vencidas.*

8.20 Outras informações relevantes

DILUIÇÃO MÉDIA ANUAL

Diluição média anual como referência	% diluição	# Ações	Quantidade de anos
Diluição máxima permitida pelo Plano	0,568%	3.505.600	10
Diluição média líquida anual *	0,318%	1.960.561	7
% utilizado	55,9%	55,9%	70,0%

**refere-se às ações restritas já concedidas aos participantes, podendo estar em período de carência ou vencidas.*

No quadro a seguir, demonstramos a diluição líquida acumulada e diluição líquida média anual dividido entre Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e demais funcionários contemplados por concessões do Plano de Incentivo e Retenção Baseado em Ações:

DILUIÇÃO ACUMULADA E MÉDIA ANUAL POR ÓRGÃO

Diluição acumulada *	% diluição	# Ações	% representatividade	Diluição média anual	Quantidade de anos
Conselho de Administração	0,16%	1.001.269	7,30%	0,041%	4
Diretoria Estatutária	0,96%	5.911.059	43,07%	0,137%	7
Demais	1,10%	6.811.598	49,63%	0,158%	7
Total	2,22%	13.723.926	100,00%	0,318%	7

** considerando as outorga realizadas entre 2016 e 2022*

A diluição proposta para as outorgas de 2023 é ligeiramente inferior ao patamar de diluição aprovado nos últimos três anos para o Conselho de Administração e nos anos de 2020 e 2021 para a Diretoria Estatutária, conforme demonstrado no quadro a seguir:

DILUIÇÃO ANUAL POR ÓRGÃO

	Diluição líquida outorga por ano		
Ano	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
2020	0,05%	0,20%	0,25%
2021	0,04%	0,19%	0,23%
2022	0,03%	0,13%	0,16%
Proposta 2023	0,02%	0,16%	0,19%

Nota: até o momento não houve cancelamentos de ações das outorgas de 2020, 2021 e 2022.

Acreditamos que a diluição do Plano de Incentivo e Retenção Baseado em Ações está alinhada com o contexto da indústria na qual a TOTVS está inserida no Brasil, considerando seu tamanho, estrutura de propriedade, crescimento histórico e potencial futuro, condição financeira e práticas históricas de pagamento por desempenho.

(iv) Proporção de cada elemento na remuneração total

O aumento da relação da remuneração variável frente à remuneração fixa ao longo dos anos, alinhada adequadamente à estratégia de remuneração, tem o objetivo de impulsionar o desempenho futuro da Companhia.

DIRETORIA

Elemento de Remuneração	2023	2022	2021	2020
Fixa	21%	25%	26%	27%
Variável	75%	71%	70%	68%
Benefícios	4%	4%	4%	5%

8.20 Outras informações relevantes

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Elemento de Remuneração	2023	2022	2021	2020
Fixa	48%	45%	50%	64%
Variável	51%	54%	45%	31%
Benefícios*	1%	1%	5%	5%

*Aplicável apenas ao Presidente do Conselho de Administração

CONSELHO FISCAL

Elemento de Remuneração	2023	2022	2021	2020
Fixa*	-	100%	100%	-
Variável	-	-	-	-
Benefícios	-	-	-	-

* A Companhia não possuía Conselho Fiscal instalado até abril/2021. O mandato do Conselho Fiscal se encerrou em 19/04/2022 e não foi instalado um novo Conselho para o Exercício Social de 2022

(v) Conclusão

Temos a convicção de que a proposta de remuneração da Administração para o exercício de 2023 está alinhada com o desempenho operacional e de longo prazo da Companhia, conforme demonstrado nos quadros a seguir, com o comparativo das principais métricas de desempenho do último ano *versus* o crescimento da proposta de remuneração para 2023 frente à proposta de 2022:

PRINCIPAIS INDICADORES E COMPARATIVO DE REMUNERAÇÃO

Indicador (valores em milhares)	2022	2021	Δ
Receita Líquida (Non-GAAP) (1)	4.040.064	3.175.780	27,2%
Receita Recorrente	3.255.568	2.470.920	31,8%
EBITDA Ajustado (2)	959.556	789.023	21,6%
Margem EBITDA Ajustada	23,8%	24,8%	-100 bp
Lucro Caixa (3)	579.096	444.858	30,2%
Margem Lucro Caixa	14,3%	14,0%	30 bp
Ação TOTS3	27,62	28,64	(3,6%)
Ibovespa (pts)	109.735	104.822	4,7%
IBrX 50 (pts	18.504	17.504	5,7%

(1) Receita Líquida de Funding (Non-GAAP), incorpora o conceito de Receita de Techfin líquida do custo de funding na consolidação das receitas da Companhia.

(2) EBITDA ajustado pelos itens extraordinários.

(3) Lucro líquido sem os efeitos das despesas com amortização de intangíveis oriundos de aquisições.

Remuneração	Proposta 2023	Proposta 2022	Δ
Total remuneração fixa	17.675.229	16.259.510	**8,7%**
Total remuneração fixa + variável + outros	32.403.555	23.439.840	**38,2%**
Remuneração total ano corrente (1)	39.149.598	29.961.318	**30,7%**
Remuneração baseada em ações - reconhecimento contábil anos anteriores	26.751.650	24.328.924	**10,0%**
Remuneração Global Total	65.901.248	54.290.242	**21,4%**
Proporção da remuneração variável total sobre a remuneração global total (2)	72%	69%	**3 p.p.**
Quantidade de ações - outorga ano corrente	1.150.457	1.119.748	**2,7%**
Diluição outorga do ano	0,19%	0,19%	**0%**

(1) Remuneração fixa + variável + outros + remuneração baseada em ações do ano corrente

(2) Remuneração variável engloba bônus + remuneração baseada em ações

9.1/9.2 Identificação e Remuneração

Código CVM do Auditor	**004189**		
Razão Social		**Tipo Auditor**	**CPF/CNPJ**
KPMG AUDITORES INDEPENDENTES LTDA		Juridica	57.755.217/0001-29
Data de contratação do serviço		**Data de início da prestação de serviço**	
01/01/2022		12/04/2022	

Descrição dos serviços prestados

A Companhia contratou os serviços de seus Auditores Independentes em 01/01/2022 para a realização, a partir de 12/04/2022, dos seguintes serviços de auditoria independente para a Companhia e suas controladas: (i) auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; (ii) revisão e emissão de relatório sobre as Informações Trimestrais (ITRs) individuais e consolidadas da Companhia para os períodos findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2022 (iii) Due diligence em processo de aquisição de empresa; (iv) ISAE – Revisão do ambiente de controle do desenvolvimento de software; e (v) Treinamento Anticorrupção e; (vi) Asseguração do Relato Integrado.

Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, os serviços se dividem entre: (a) Serviços de Auditoria e despesas adicionais relacionadas aos itens de auditoria financeira das (i) demonstrações financeiras e (ii) ITRs, que perfazem um montante de R$2.315.615,01 e equivalem a 82,2% do total de recursos empenhados pela Companhia; (b) Serviços extra-auditoria Financeira, que contemplam outros serviços além daqueles relacionados à auditoria das demonstrações financeiras, tais como (i) Due diligence (R$323.100,06), (ii) ISAE - Revisão do ambiente de controle do desenvolvimento de software (R$103.180,00), (iii) Asseguração do Relato Integrado (R $61.808,00) e Treinamento Anticorrupção (R$13.994,17) somaram 17,8% do total de recursos investidos.

Justificativa da substituição

Não aplicável, tendo em vista que não houve substituição dos auditores independentes.

Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa

Não aplicável, tendo em vista que não houve substituição dos auditores independentes.

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

Caso os auditores ou pessoas a eles ligadas, segundo as normas de independência do Conselho Federal de Contabilidade, tenham sido contratados pelo emissor ou pessoas de seu grupo econômico, para prestar outros serviços além da auditoria, descrever a política ou procedimentos adotados pelo emissor para evitar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes

Além dos serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras, ao longo do exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, a KPMG Auditores Independentes Ltda. foi contratada para prestar serviços de (i) asseguração do Relato Integrado da Companhia de 2022, (ii) due diligence em processo de aquisição de empresa; (iii) ISAE – revisão do ambiente de controle do desenvolvimento de software; e (iv) treinamento anticorrupção. A Companhia mantém uma Política de Contratação e Relacionamento com Auditoria Independente, que foi aprovada pelo Conselho de Administração em 28 de junho de 2021, disponível no site de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.totvs.com/esg/estatuto-politicas-e-regimento/), a fim de suportar o processo de contratação de serviços de auditoria independente e eventuais serviços extra auditoria, prestados pela Auditoria Independente ou por Parte Relacionada do Auditor Independente.

A contratação dos auditores independentes para serviços extra auditoria fundamenta-se nos princípios que preservam sua independência. Esses princípios consistem nas seguintes condições: (i) que os serviços não impactem a sua independência; (ii) que sejam previamente avaliados e recomendados pelo Comitê de Auditoria Estatutário e aprovados pelo Conselho de Administração; e (iii) que os serviços estejam dentro do escopo de sua competência profissional.

Previamente à contratação de outros serviços profissionais, que não os relacionados à auditoria contábil externa, a Companhia e suas controladas adotam como procedimento formal, consultar os auditores independentes, no sentido de assegurar- se que a realização da prestação destes outros serviços não venha a afetar sua independência e objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria independente.

A Política de Contratação e Relacionamento com Auditoria Independente está disponível no site de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.totvs.com/esg/estatuto-politicas-e-regimento/).

Importante destacar o processo de avaliação anual da auditoria independente realizado pelo Comitê de Auditoria Estatutário, com o objetivo de aprimoramento e evolução contínua do processo. Durante a vigência do contrato, o Comitê de Auditoria Estatutário mantém reuniões periódicas com os Auditores Independentes, com o objetivo de definir o plano de trabalho e monitorar o desenvolvimento do mesmo ao longo do ano, de acordo com o calendário anual das reuniões estabelecido conforme Regimento Interno do Conselho de Administração e Comitês de Assessoramento. Anualmente, o Comitê de Auditoria Estatutário e a Administração da Empresa, realizam uma avaliação formal dos trabalhos dos auditores independentes. O resultado desta avaliação determinará a necessidade de realização de um novo processo de seleção com outras empresas (Auditor Pessoa Jurídica) ou Auditores Pessoa Física, ou apenas de trâmites para renovação do contrato para o próximo exercício fiscal, respeitando o limite máximo de 5 anos fiscais auditados pela mesma empresa ou pessoa física, sendo permitido estender até 10 (dez) exercícios sociais consecutivos desde que esteja de acordo com a Resolução CVM 23/21. Após transcorrido o período citado, a recontratação da mesma empresa de auditoria independente só é possível após superado um intervalo mínimo de 3 (três) exercícios sociais. O Comitê de Auditoria Estatutário deverá receber, anualmente, dos Auditores Independentes declaração formal confirmando a sua independência durante toda a execução dos trabalhos. Não obstante, o monitoramento dos aspectos de independência deve ser permanente, assim como sua estrutura e governança, adequação dos processos de controles internos de qualidade, capacitação e dedicação da equipe designada para os trabalhos, honorários compatíveis com o porte e a complexidade da Companhia.

9.4 Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes, além daquelas apresentadas nos itens acima.

10.1A Descrição dos recursos humanos

Quantidade de empregados por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Liderança	564	965	0	0	0
Não-liderança	3338	5564	0	0	0
TOTAL = 10.431	**3902**	**6529**	**0**	**0**	**0**

Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Liderança	14	1178	35	192	0	0	110
Não-liderança	113	5785	491	1903	17	0	593
TOTAL = 10.431	**127**	**6963**	**526**	**2095**	**17**	**0**	**703**

Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Liderança	81	1337	111
Não-liderança	2836	5584	482
TOTAL = 10.431	**2917**	**6921**	**593**

Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Liderança	0	27	37	1057	361	47
Não-liderança	1	222	293	5947	2208	231
TOTAL = 10.431	**1**	**249**	**330**	**7004**	**2569**	**278**

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Norte	0	1	0	0	0
Nordeste	80	169	0	0	0
Centro-Oeste	109	221	0	0	0
Sudeste	2528	4476	0	0	0
Sul	1086	1483	0	0	0
Exterior	99	179	0	0	0
TOTAL = 10.431	**3902**	**6529**	**0**	**0**	**0**

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Norte	0	0	0	0	1	0	0
Nordeste	0	112	26	109	0	0	2
Centro-Oeste	2	189	16	122	0	0	1
Sudeste	95	4592	385	1604	11	0	317
Sul	30	2070	99	260	5	0	105
Exterior	0	0	0	0	0	0	278
TOTAL = 10.431	**127**	**6963**	**526**	**2095**	**17**	**0**	**703**

Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	1	0	0
Nordeste	80	149	20
Centro-Oeste	57	268	5
Sudeste	1842	4718	444
Sul	882	1590	97
Exterior	55	196	27
TOTAL = 10.431	**2917**	**6921**	**593**

10.1 Descrição dos recursos humanos

(b) número de terceirizados (total e por grupos, com base na atividade desempenhada e na localização geográfica)

Informamos abaixo o número de terceirizados da Companhia e suas controladas, por grupo de atividades desempenhadas na Companhia e por localização geográficas, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022:

Atividade	**Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022**	
	Brasil	**Total**
Segurança, limpeza e recepção	166	166
Representantes Comerciais	-	-
Outras Atividades	60	60
Total	**226**	**226**

(c) índice de rotatividade

	Em 31 de dezembro de 2022
Índice de Rotatividade (*Turn-over*[1])	22,10%

[1] *Turn-over* = [(Admitidos + Demitidos) / 2] / Ativos

10.2 Alterações relevantes

O aumento do número de empregados no exercício social encerrado em 2022 é reflexo de uma absorção inorgânica das empresas adquiridas (Gesplan, Inovamind e Mobile2you) no consolidado TOTVS.

A média móvel do *attrition* voluntário teve uma queda no último ano, atingindo menor índice desde maio de 2021, destacando-se positivamente em relação à mediana do mercado *high tech*. Isto demonstra consistência nas ações da empresa no plano de retenção de seus talentos.

A Companhia continua com o foco em sinergia nas áreas Administrativas, onde vêm apresentando maior ganho de eficiência operacional nos últimos anos, e integração das empresas adquiridas.

Em 2022, a Companhia adotou a prática de trabalho híbrido para suas unidades. Destaca-se que, desde o início da pandemia, o Grupo TOTVS não adotou medidas de redução salarial e de jornada dos seus colaboradores, nem promoveu reduções de equipes fora do curso normal de suas operações.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

(a) política de salários e remuneração variável

A Política de Relações Humanas e Remuneração da Companhia, cuja versão vigente foi aprovada pelo Conselho de Administração em 05 de maio de 2023, prevê que a remuneração seja estabelecida conforme os padrões de mercado para cargos com atividades e responsabilidades semelhantes, objetivando manter a capacidade de atração e retenção dos participantes.

A estrutura de remuneração é aprovada pelo Comitê de Gente e Remuneração e as alterações necessárias são levadas para sua análise. A Companhia organiza os cargos dentro de uma mesma natureza de função, conforme hierarquia, contribuição estratégica, amplitude, maturidade técnica-profissional, complexidade das atribuições e a responsabilidade inerente. Cada cargo tem sua remuneração estabelecida conforme as responsabilidades e qualificações necessárias para o desempenho da função, sendo a remuneração total dividida entre fixa e variável.

A remuneração fixa refere-se ao valor recebido mensalmente pelo profissional, pago na folha de pagamentos, que visa remunerá-lo pelas atribuições e responsabilidades pertinentes ao cargo exercido, também denominado como “salário nominal”.

A remuneração variável refere-se aos valores recebidos periodicamente pelo profissional, remunerando-o pelo atingimento de metas estabelecidas em um determinado período.

(b) política de benefícios

A Companhia oferece um pacote de benefícios amplo e atrativo aos seus profissionais e também dependentes, objetivando proporcionar uma melhor qualidade de vida, sendo uma das estratégias de atração e retenção de talentos. Os principais benefícios oferecidos pela Companhia são: (i) plano de saúde com acomodação em apartamento que proporciona atendimento médico, laboratorial e hospitalar a todos os beneficiários e seus dependentes diretos; (ii) plano odontológico oferecido aos beneficiários e seus dependentes diretos; (iii) licença maternidade de 180 dias (60 dias adicionais ao previsto em lei) e paternidade de 40 dias (20 dias adicionais ao previsto em lei); (iv) fornecimento de cartão de benefícios para compra de refeição (supermercado e restaurantes); (v) cobertura de seguro de vida (titular, cônjuges e filhos); (vi) plano de previdência privada (contribuição definida), em parceria com uma instituição financeira, sendo parte da contribuição realizada pela Companhia e parte pelo participante; (vii) ajuda de custo para os profissionais em teletrabalho; (viii) fornecimento de vale-transporte; (ix) programa de qualidade de vida, +Saudáveis; (x) empréstimos consignados com taxas menores, se comparado ao mercado; (xi) auxílio-creche e auxílio filhos com deficiência de acordo com a convenção coletiva de cada localidade.

(c) características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores

i. grupos de beneficiários

São elegíveis para participar do plano os atuais e futuros empregados e administradores da Companhia e/ou das sociedades controladas ou subsidiárias da Companhia indicados pelo Comitê de Gente e Remuneração e eleitos pelo Conselho de Administração para participarem do plano, conforme “Plano 2” indicado no item 8.4 deste Formulário de Referência.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

ii. condições para exercício

Não aplicável, pois o plano não contempla opções de ações a serem exercidas, apenas ações restritas que serão entregues aos participantes nos termos e condições estabelecidos no plano, conforme indicado no item 8.4 deste Formulário de Referência.

iii. preços de exercício

Não aplicável, pois o plano não contempla opções de ações a serem exercidas, apenas ações restritas que serão entregues aos participantes nos termos e condições estabelecidos no plano, conforme indicado no item 8.4 deste Formulário de Referência.

iv. prazos de exercício

Não aplicável, pois o plano não contempla opções de ações a serem exercidas, apenas ações restritas que serão entregues aos participantes nos termos e condições estabelecidos no plano, conforme indicado no item 8.4 deste Formulário de Referência.

v. quantidade de ações comprometidas pelo plano

A quantidade total de ações não poderá ultrapassar a 5,68% (cinco vírgula sessenta e oito por cento) do capital social da Companhia, considerando: (i) um período de 10 anos contados da data de aprovação do plano; e (ii) ações restritas concedidas a administradores e funcionários, conforme “Plano 2” e “Plano 3” indicado no item 8.4 deste Formulário de Referência.

(d) razão entre (i) a maior remuneração individual (considerando a composição da remuneração com todos os itens descritos no campo 8.2.d) reconhecida no resultado do emissor no último exercício social, incluindo a remuneração de administrador estatutário, se for o caso; e (ii) a mediana da remuneração individual dos empregados do emissor no Brasil, desconsiderando-se a maior remuneração individual, conforme reconhecida em seu resultado no último exercício social

Para o cálculo da razão, foi considerada a maior remuneração individual reconhecida no resultado do último exercício social, conforme item 8.2.d, dividido pela mediana da remuneração individual dos empregados no Brasil:

	Remuneração Fixa	**Remuneração Total***
Maior remuneração individual	1.924.261,00	12.245.789,42
Mediana da remuneração	88.074,35	94.151,05
Razão	21,85	130,07

* Remuneração Total: Considera remuneração fixa, remuneração variável, PLR/bônus e incentivos de longo prazo. Não considera benefícios, pois não é possível quantificar os benefícios para todos os empregados.

Conforme observado na tabela acima, quando considerada apenas a remuneração fixa, temos uma razão de 21,85 vezes, porém quando incluímos a remuneração variável, PLR/Bônus e incentivos de longo prazo, a razão passa para 130,07 vezes, por conta de um maior foco da TOTVS na parcela da remuneração variável, conforme exemplificado nas práticas de remuneração do item 8.1.

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

A Companhia mantém um processo permanente de negociação para a construção de soluções com as Entidades Sindicais. Realizamos reuniões para estruturação de acordos coletivos específicos, tais como: Participação nos Lucros e Resultados, Banco de Horas, entre outros, sempre buscando atender aos interesses das partes envolvidas.

As relações de trabalho da Companhia, individuais e coletivas, são realizadas de forma direta, sendo pautadas no respeito e na ética, visando o fiel cumprimento da legislação trabalhista vigente. Na TOTVS, todos os participantes são cobertos por convenções coletivas de trabalho.

Nos últimos três exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, não houve greve de empregados, funcionários e/ou colaboradores.

Para garantir o cumprimento das normas trabalhistas vigentes, a Companhia mantém na sua estrutura um time focado em relações trabalhistas e sindicais, buscando sempre a sinergia dos *stakeholders* para manter o relacionamento harmônico e amistoso das partes.

10.5 Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes, além daquelas apresentadas nos itens acima.

11.1 Regras, políticas e práticas

As transações com partes relacionadas são sempre realizadas com a observância da Lei das Sociedades por Ações e das melhores práticas de governança corporativa, sendo contratadas em preços e condições usuais de mercado e em consonância com as recomendações do Código Brasileiro de Governança Corporativa. Além disso, as operações realizadas pela Companhia, inclusive aquelas contratadas com partes relacionadas, são sempre amparadas pelas devidas análises prévias de suas condições e do estrito interesse da Companhia em sua realização. Nesse sentido, a Companhia negocia individualmente os contratos a serem celebrados com partes relacionadas, analisando seus termos em relação às condições praticadas no mercado, bem como as particularidades de cada operação (tais como prazos, valores, atendimento a padrões de qualidade etc.). Participam das referidas negociações indivíduos sem interesses pessoais nas matérias negociadas.

A Companhia possui uma Política de Transações com Partes Relacionadas ("**Política de Transações entre Partes Relacionadas**") que estabelece as regras, procedimentos, princípios e metodologia para identificação e aprovação de transações com partes relacionadas e a administração de situações de potencial conflito de interesses. A versão atual da política foi aprovada pelo Conselho de Administração em 22 de dezembro de 2021, e está disponível no site de Relações com Investidores da Companhia, em (https://ri.totvs.com/esg/estatuto-politicas-e-regimento/) e no site da CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br).

Dentre os principais pontos dessa Política, destacam-se os seguintes:

- A área de Controles Internos, Riscos e Compliance da Companhia manterá um cadastro atualizado com a identificação das pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades de qualquer entidade da Companhia, subsidiárias e/ou suas coligadas, direta ou indiretamente, bem como os membros do Conselho de Administração, dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária de quaisquer das empresas da Companhia, subsidiárias e/ou suas coligadas ("**Pessoal-Chave da Administração**"), ou pessoa com Influência Significativa nos termos da Política, bem como as suas partes relacionadas, que deverá ser consultado pelos responsáveis por transações antes da sua conclusão, para verificar se a respectiva transação se enquadrar como uma transação com parte relacionada nos termos da legislação aplicável.
- Cada pessoa chave da Administração ou pessoa com Influência Significativa deve preencher e atualizar no mínimo anualmente um questionário destinado à coleta de informações sobre as partes a ela relacionadas, de acordo com as definições da referida política, e sobre quaisquer transações entre elas e a Companhia de que tenha ciência, cabendo-lhe informar os membros próximos da família e administradores de suas entidades relacionadas, se for o caso.
- O Pessoal-Chave da Administração da Companhia ou com Influência Significativa será instruído e periodicamente orientado sobre a obrigação de informar à área de Controles Internos, Riscos e Compliance sobre qualquer potencial transação da Companhia com partes relacionadas de que tenha conhecimento.
- Qualquer transação que, eventualmente, possa se enquadrar como uma transação com parte relacionada deve ser reportada à área de Controles Internos, Riscos e Compliance, responsável por emitir parecer, em conjunto com o Departamento Jurídico, para determinar se a transação de fato constitui uma Transação com Parte Relacionada submetida aos procedimentos de referida política.
- As referidas transações devem ser instruídas com as informações necessárias à sua análise, além de evidências e opinião do gestor responsável pela condução da transação de que (a) há motivos claramente demonstráveis, do ponto de vista dos negócios da Companhia, para que seja realizada a transação com a parte Relacionada, e (b) a transação é realizada em condições de mercado ou em termos oferecidos a, ou por um, terceiro não relacionado com a Companhia, no mínimo, em circunstâncias equivalentes, tendo em conta ainda o seu custo de monitoramento pela Companhia.
- Toda transação com parte relacionada deve ser submetida à aprovação do Conselho de Administração, conforme Estatuto Social da Companhia, exceto (i) se a transação for relacionada a (a) remuneração fixa, variável, baseada em ações e outros benefícios fornecidos aos membros do Conselho de Administração e aos Diretores Estatutários da Companhia, desde que o seu montante global tenha sido aprovado em Assembleia Geral, nos termos da Lei nº 6.404/76 ou em Conselho de Administração, conforme o caso, e

11.1 Regras, políticas e práticas

(b) transações realizadas entre a Companhia e qualquer sociedade cujo capital, direta ou indiretamente, seja integralmente detido pela Companhia; (ii) na hipótese da transação, ou conjunto de transações correlatas, cujo valor total seja inferior a R$1.000.000,00 (um milhão de reais), em uma única transação ou diversas consecutivas com o mesmo objeto e partes, dentro do período de 12 (doze) meses.

- As transações submetidas ao Conselho de Administração devem ser previamente apreciadas pelo Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia, instruídas por parecer da área de Controles Internos, Riscos e Compliance e do Departamento Jurídico, responsáveis por avaliar se as diretrizes da referida política foram observadas na instrução do processo sobre a transação em análise, bem como do parecer técnico da área responsável pela condução da transação.
- As transações com partes relacionadas devem ser celebradas por escrito, especificando-se suas principais características e condições, tais como preço, prazos, garantias, condições de rescisão, responsabilidade pelo recolhimento de tributos e obtenções de licenças, entre outras. Dentre essas características também deverá constar expressamente a possibilidade de resilição pela Companhia, de qualquer transação com parte relacionada que seja de caráter contínuo, em condições equivalentes àquelas disponíveis nos contratos com partes não relacionadas.
- O Conselho de Administração, assim como o Comitê de Auditoria Estatutário e seus respectivos membros, a seu critério, terão acesso a todos os documentos relacionados às transações com partes relacionadas, incluindo quaisquer pareceres ou opiniões técnicas relativas às transações, podendo solicitar pareceres adicionais, se necessário.
- O Conselho de Administração pode definir o conteúdo e o formato das informações consideradas necessárias para sua deliberação a respeito de uma transação com parte relacionada, as quais serão distribuídas juntamente com a convocação da reunião em que a transação será submetida à análise.

O Conselho de Administração poderá aprovar a transação com parte relacionada caso conclua, de boa-fé, que a transação obedece às condições de mercado, bem como, a seu critério, condicionar a aprovação da referida transação às alterações que julgar necessárias para que a transação cumpra as condições de mercado.

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Biosolvit Soluções em Biotecnologia S/A	28/12/2020	59.432,72	-	11.886,54	Indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Contrato celebrado entre a Wealth System Informatica Ltda e a Biosolvit Soluções em Biotecnologia S/A, onde Laercio José de Lucena Cosentino possui, indiretamente, 20,00% do capital social da Biosolvit através da MCLC4 Participações e empreendimentos Ltda.					
Objeto contrato	Contratos de serviço de software (TOTVS CRM MASTER e EXECUTIVE). O contrato em vigência para o CRM MASTER é reajustado anualmente de acordo com a variação do IGP-M/FGV, enquanto o CRM EXECUTIVE é reajustado anualmente de acordo com a variação positiva do IPCA/IBGE.					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	Para o CRM MASTER, qualquer uma das partes poderá rescindir o contrato a qualquer tempo sem multa ou indenização, se a outra Parte inadimplir qualquer de suas obrigações e não sanar tal inadimplemento em até 30 dias da notificação recebida nesse sentido. Para o CRM EXECUTIVE o cliente poderá extinguir o contrato mediante notificação prévia por escrito de 180 dias. Caso o prazo não seja respeitado pelo cliente, este pagará à Wealth System o valor correspondente a 100% dos valores remanescentes até o fim do prazo de aviso prévio. Caso a rescisão dos Contratos se dê por infração à propriedade intelectual da TOTVS, o Cliente pagará multa igual a 6 vezes o valor recorrente mensal devido, sem prejuízo da apuração de perdas e danos.					
Natureza e razão para a operação	Prestação de serviços de software					
Posição contratual do emissor	Credor					
Biosolvit Soluções em Biotecnologia S/A	28/12/2020	106.604,57	-	21.320,91	Indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Contrato celebrado entre a Companhia e a Biosolvit Soluções em Biotecnologia S/A, onde Laercio José de Lucena Cosentino possui, indiretamente, 20,00% do capital social da Biosolvit através da MCLC4 Participações e Empreendimentos Ltda.					
Objeto contrato	Contratos de serviços de softwares (licenças, suporte e manutenção) e aluguel de Cloud. Os contratos em vigência são reajustados anualmente de acordo com a variação do IGP-M/FGV ou IPCA/IBGE.					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	As partes podem rescindir o contrato com aviso prévio sem aplicação de penalidades, ou ainda pelo não pagamento por parte do cliente e a não prestação de serviços/acessos pela Companhia. Os serviços de Hosting Cloud podem ser cancelados imotivadamente, a qualquer tempo, mediante notificação prévia por escrito de 90 (noventa) dias e pagamento, pelo Cliente a TOTVS, de multa equivalente a 50% do total das mensalidades remanescentes até o término do prazo de vigência.					
Natureza e razão para a operação	Prestação de serviços de software					
Posição contratual do emissor	Credor					
BR-ME NEGOCIOS SA	28/01/2021	70.767,12	-	15.568,77	Indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Contrato celebrado entre a Companhia e a BR-ME Negócios SA, onde Laercio José de Lucena Cosentino possui, indiretamente, 22% do capital social através da MCLC4 Participações e Empreendimentos Ltda					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Contratos de serviço de software (TOTVS APP - Conector, Cloud e Totvs Transmite). O contrato em vigência do Conector é reajustado anualmente de acordo com a variação do IGP-M/FGV e os contratos de Cloud e Totvs Transmite são reajustados anualmente de acordo com a variação positiva do IPCA/IBGE.					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	Renovação anual automática, sendo que as partes podem rescindir o contrato com aviso prévio sem aplicação de penalidades, ou ainda pelo não pagamento por parte do cliente e a não prestação de serviços/acessos pela Companhia. Os serviços de Hosting Cloud podem ser cancelados imotivadamente, a qualquer tempo, mediante notificação prévia por escrito de 90 (noventa) dias e pagamento, pelo Cliente a TOTVS, de multa equivalente a 50% do total das mensalidades remanescentes até o término do prazo de vigência.					
Natureza e razão para a operação	Prestação de serviços de software					
Posição contratual do emissor	Credor					
BR-ME NEGOCIOS SA	28/01/2021	24.991,19	-	5.498,06	Indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Contrato celebrado entre a VT COMERCIO DIGITAL SA e a BR-ME Negócios SA, onde Laercio José de Lucena Cosentino possui, indiretamente, 22% do capital social através da MCLC4 Participações e Empreendimentos Ltda. A Companhia detém 50% do capital social da VT COMERCIO DIGITAL S.A.					
Objeto contrato	Contrato de serviço de software (Plataforma de E-commerce). O contrato em vigência é reajustado anualmente de acordo com a variação do IPCA/IBGE.					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	Renovação anual automática, sendo que as partes podem rescindir o contrato com aviso prévio sem aplicação de penalidades, ou ainda pelo não pagamento por parte do cliente e a não prestação de serviços/acessos pela Companhia.					
Natureza e razão para a operação	Prestação de serviços de software					
Posição contratual do emissor	Credor					
GHT4 - REAL ESTATE S.A.	01/01/2020	6.001,69	-	6.001,69	Indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Contrato celebrado entre a Companhia e a GHT4 - REAL ESTATE S.A (antiga Inovalli Administração de Obras, Engenharia e Empreendimentos Imobiliários Ltda), onde Laercio José de Lucena Cosentino possui, diretamente, 4% do capital social e, indiretamente, 96% através da MCLC4 Participações e Empreendimentos Ltda. Em janeiro/2022 houve pedido por parte do cliente para transferência de contrato, onde essa proposta passou a ser faturada para a GHT4 EMPREENDIMENTOS SERVICOS E PARTICIPACOES S.A.					
Objeto contrato	Contratos de serviços de softwares (licenças, suporte e manutenção) e aluguel de Cloud. Os contratos em vigência são reajustados anualmente de acordo com a variação do IGP-M.					
Garantia e seguros	N/A					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	As partes podem rescindir o contrato com aviso prévio sem aplicação de penalidades, ou ainda pelo não pagamento por parte do cliente e a não prestação de serviços/acessos pela Companhia.					
Natureza e razão para a operação	N/A					
Posição contratual do emissor	Credor					
GoodData Corporation	11/06/2013	44.778.179,57	-	2.355.332,25	Indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Contratos celebrados entre a Companhia e a GoodData Corporation, onde a Companhia detém, por meio de sua subsidiária TOTVS, Inc., aproximadamente 5,26% do capital social total da GoodData. A TOTVS, Inc. é parte do Stockholders' Voting Agreement da GoodData, que lhe confere direito de indicação de membros para participação no board da GoodData. Com base nas análises de acordo de acionistas, foi identificado o enquadramento da transação como uma transação entre partes relacionadas, de modo que passamos a divulgar os contratos firmados com esta parte relacionada na apresentação anual deste Formulário de Referência e submetemos a transação ao nosso Conselho de Administração, para ratificação dos seus termos, conforme previsto no item 5.5 da nossa Política de Transações entre Partes Relacionadas.					
Objeto contrato	Contratos de serviços de softwares (licenças, suporte e manutenção) e de distribuição da Plataforma GoodData. O fornecedor, após o primeiro ano de contrato, reserva o direito de modificar anualmente os valores para refletir mudanças de preços comercialmente razoáveis.					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	Renovação anual automática, sendo que as partes podem rescindir o contrato com aviso prévio de 30 dias sem aplicação de penalidades.					
Natureza e razão para a operação	Prestação de serviços de software e distribuição da Plataforma GoodData.					
Posição contratual do emissor	Devedor					
GTH4 EMPREEENDIMENTOS SERVICOS E PARTICIPACOES AS	27/01/2022	29.983,48	-	7.402,92	Indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Contrato celebrado entre a Companhia e a GHT4 Empreendimentos Servicos e Participacoes S.A., onde Laércio José de Lucena Cosentino possui 24,69% do capital social.					
Objeto contrato	Contratos de serviços de softwares (licenças, suporte e manutenção) e contratos de serviços de Cloud Computing. Os contratos em vigência são reajustados anualmente de acordo com a variação positiva do IPCA/IBGE.					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	As partes podem rescindir o contrato com aviso prévio sem aplicação de penalidades, ou ainda pelo não pagamento por parte do cliente e a não prestação de serviços/acessos pela Companhia.					
Natureza e razão para a operação	N/A					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Instituto da Oportunidade Social	19/02/2018	23.879.533,89	-	-	Indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	A Companhia é a principal mantenedora do Instituto da Oportunidade Social (IOS), onde é responsável por mais de 50% do aporte do seu orçamento anual. Em linha com a decisão do Colegiado da Comissão de Valores Mobiliários, no âmbito do Processo Administrativo 19957.001316/2020-08, proferida em 7 de julho de 2020, passamos, ao avaliar a natureza da parceria com o IOS, a divulgar a relação com a referida entidade sem fins lucrativos como uma transação com parte relacionada da Companhia, na apresentação anual deste Formulário de Referência e submetemos as contribuições ao nosso Conselho de Administração, para ratificação dos seus termos, conforme previsto no item 5.5 da nossa Política de Transações entre Partes Relacionadas.					
Objeto contrato	Os recursos aportados na IOS se dão através de patrocínios e doações, podendo ser por meio da concessão de recursos financeiros, de bens materiais e do direito de uso de licenças e soluções desenvolvidas e comercializadas pela Companhia.					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	A Companhia, alinhada a sua estratégia social, apoia voluntariamente o IOS desde sua fundação, em 1998, e centraliza seu investimento social anual em projetos desenvolvidos pelo IOS.					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Mendelics Análise Genômica S.A	23/07/2021	43.724,84	-	12.614,62	24/36 meses	0,000000
Relação com o emissor	Contrato celebrado entre a Companhia e a Mendelics Analise Genomica S.A., onde Laercio José de Lucena Cosentino possui 28,85% do capital social da Mendelics Análise Genômica S.A.					
Objeto contrato	-					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	O cliente pode cancelar os Serviços de Cloud imotivadamente, a qualquer tempo, mediante notificação prévia por escrito de 90 (noventa) dias e pagamento, pelo Cliente à TOTVS, de multa equivalente a 50% do total das mensalidades remanescentes até o término do prazo de vigência.					
Natureza e razão para a operação	Prestação de serviço de Cloud Computing					
Posição contratual do emissor	Credor					
SHIPAY TECNOLOGIA S/A	26/02/2021	412.511,00	-	99.002,64	36 meses	0,000000
Relação com o emissor	Contrato celebrado entre a Companhia e a SHIPAY TECNOLOGIA S/A, onde Laercio José de Lucena Cosentino possui, indiretamente, 59,93% do capital social através da MCLC4 Participações e empreendimentos Ltda					
Objeto contrato	Contrato de parceria entre TOTVS S.A. e SHIPAY TECNOLOGIA S/A para a comercialização da solução “TOTVS Pagamento Digital”.					
Garantia e seguros	N/A					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	As Partes poderão rescindir imotivadamente o contrato, a qualquer tempo, bastando que informe à outra Parte com 180 (cento e oitenta) dias de antecedência.					
Natureza e razão para a operação	Contrato de parceria para comercialização de software					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Supplier Administradora de Cartões de Crédito S.A.	15/07/2020	249.181,48	-	249.181,48	Indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Contrato celebrado entre a Companhia e a Supplier Administradora de Cartões de Crédito S.A., onde a Supplier Administradora faz parte da transação envolvendo a criação da JV com o Itaú. De acordo com o CPC31 / IFRS5, a transação envolvendo a criação da Joint Venture com o Itaú atende aos critérios de ativos mantidos para venda.					
Objeto contrato	Contratos de serviços de softwares (licenças, suporte e manutenção). Os contratos em vigência são reajustados anualmente de acordo com a variação do IPCA.					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	As partes podem rescindir o contrato com aviso prévio de 90 dias sem aplicação de penalidades, ou ainda pelo não pagamento por parte do cliente e a não prestação de serviços/acessos pela Companhia.					
Natureza e razão para a operação	N/A					
Posição contratual do emissor	Credor					
Supplier Administradora de Cartões de Crédito S.A.	01/01/2021	796.961,67	-	796.961,67	Indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Contrato celebrado entre a Companhia e a Supplier Administradora de Cartões de Crédito S.A., onde a Supplier Administradora faz parte da transação envolvendo a criação da JV com o Itaú. De acordo com o CPC31 / IFRS5, a transação envolvendo a criação da Joint Venture com o Itaú atende aos critérios de ativos mantidos para venda.					
Objeto contrato	Contrato de compartilhamento de custos e despesas.					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	As partes podem rescindir o contrato com aviso prévio de 30 dias sem aplicação de penalidades, ou se deixarem de pertencer ao mesmo grupo societário.					
Natureza e razão para a operação	Aproveitar sinergias e aumentar a eficiência administrativa de seus negócios.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Supplier Administradora de Cartões de Crédito S.A.	22/12/2020	6.926.370,44	-	6.926.370,44	36 meses com renovação automática por prazo indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Contrato celebrado entre a Companhia e a Supplier Administradora de Cartões de Crédito S.A., onde a Supplier Administradora faz parte da transação envolvendo a criação da JV com o Itaú. De acordo com o CPC31 / IFRS5, a transação envolvendo a criação da Joint Venture com o Itaú atende aos critérios de ativos mantidos para venda.					
Objeto contrato	Contrato para emissão de cartões de compra sistema Supplier.					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	As partes podem rescindir o contrato com aviso prévio escrito de 90 dias.					
Natureza e razão para a operação	Antecipação de recebíveis de clientes através do cartão de compra sistemas Supplier.					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Supplier Administradora de Cartões de Crédito S.A.	27/12/2021	187.500,00	-	187.500,00	Indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Contrato celebrado entre a Companhia e a Supplier Administradora de Cartões de Crédito S.A., onde a Companhia possui, indiretamente, 100,00% do capital social da Supplier Administradora de Cartões de Crédito S.A.					
Objeto contrato	Contrato de atuação da TOTVS como garantidora de todas as obrigações da SUPPLIER no Contrato para Emissão de Cartões de Compra Sistema Supplier com a BRASKEM.					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	O contrato pode ser rescindido se: (i) se houver pedido de dissolução da Parte ou se esta vier a sofrer qualquer medida judicial preparatória ou condenação que impeça a continuidade de suas transações comerciais de forma normal, ou que afete seu patrimônio e/ou seu fundo de comércio de forma irreparável; (ii) descumprimento do presente Instrumento por parte da SUPPLIER; (iii) mudança no controle acionário da SUPPLIER que não tenha sido prévia e expressamente autorizada, exceto se for entre empresas do mesmo grupo econômico; (iv) imediatamente em caso de rescisão ou término por qualquer motivo do Contrato com a BRASKEM.					
Natureza e razão para a operação	N/A					
Posição contratual do emissor	Credor					
TOTVS TECHFIN S.A.	01/08/2022	608.019,97	-	608.019,97	Indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Contrato celebrado entre a Companhia e a TOTVS TECHFIN S.A., onde a TOTVS TECHFIN faz parte da transação envolvendo a criação da JV com o Itaú. De acordo com o CPC31 / IFRS5, a transação envolvendo a criação da Joint Venture com o Itaú atende aos critérios de ativos mantidos para venda.					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Contrato de compartilhamento de custos e despesas					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	As partes podem rescindir o contrato com aviso prévio de 30 dias sem aplicação de penalidades, ou se deixarem de pertencer ao mesmo grupo societário					
Natureza e razão para a operação	N/A					
Posição contratual do emissor	Credor					
VIP IV Empreendimentos e Participações Ltda.	01/06/2019	5.461.778,12	643.432,45	2.155.763,82	31/05/2023	0,000000
Relação com o emissor	Contrato celebrado entre a Companhia e a VIP IV Empreendimentos e Participações Ltda. (“VIP IV”), detida, indiretamente, por Laércio José de Lucena Cosentino, titular de 39,47% do capital da VIP IV					
Objeto contrato	Contrato de Locação Comercial do imóvel localizado na Av. Braz Leme, n.º 1793, São Paulo/SP, para a locação do datacenter da Companhia, com área construída de 422m² e do imóvel localizado na Rua Sóror Angélica, n.º 269, Casa Verde, São Paulo/SP, com área total construída de 1.722 m². O reajuste do contrato é anual de acordo com a variação do IGP-M no período.					
Garantia e seguros	N/A quanto à garantia. Obrigação da Companhia de contratar seguro contra incêndio para os imóveis, pelo valor atualizado do imóvel.					
Rescisão ou extinção	No caso de infração contratual, multa correspondente ao valor mensal de três aluguéis					
Natureza e razão para a operação	Locação do datacenter da Companhia.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (R$)	Saldo existente (R$)	Montante (R$)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Mendelics Análise Genômica S.A	23/07/2021	43.724,84	-	12.614,62	24/36 meses	Não	0,000000
n) Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses	A transação é submetida a aprovação das alçadas comerciais competentes de acordo com o estabelecido nos controles internos e na Política de Transação entre Partes Relacionadas. A área de Compliance é notificada previamente e verifica em seus controles de partes relacionadas a existência de eventual conflito de interesses envolvendo os aprovadores, para assegurar que não haverá aprovação por pessoa vinculada à parte relacionada.						
o) Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado	A transação segue os critérios e regras comerciais adotadas em uma venda para uma parte não relacionada, observando, portanto, as condições de mercado.						

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (R$)	Saldo existente (R$)	Montante (R$)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Instituto da Oportunidade Social	19/02/2018	23.879.533,89	-	-	Indeterminado	Não	0,000000
n) Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses	O processo para avaliação sobre eventuais conflitos de interesse na transação ocorreu seguindo as seguintes etapas: (i) Detalhamento das características da transação pela área proponente, com base nos critérios estabelecidos na Política de Transações entre Partes Relacionadas; (ii) avaliação independente da transação pelas áreas de Compliance e Jurídico, responsáveis por verificar o atendimento aos requisitos da Política e submetê-la à avaliação do Comitê de Auditoria Estatutário (CAE); (iii) Análise e recomendação da transação pelo CAE; e (iv) análise e aprovação da transação pelo Conselho de Administração. Além disso, conforme estabelecido na Política, qualquer pessoa envolvida no processo de aprovação que possa ter um potencial benefício particular ou conflito de interesses com a decisão a ser tomada declara-se impedida, explicando seu envolvimento na transação e abstendo-se de participar das discussões e deliberações.						
o) Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado	A TOTVS é a principal mantenedora do IOS e tem por diretriz centralizar as suas ações de investimento social nessa Instituição, a fim de realizar ações impacto social voltadas aos jovens em condição de vulnerabilidade social. Tendo em vista os objetivos da parceria, conclui-se que a transação se estabeleceu em bases comutativas.						

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (R$)	Saldo existente (R$)	Montante (R$)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
GoodData Corporation	11/06/2013	44.778.179,57	0,00	2.355.332,25	Indeterminado	NAO	0,000000
n) Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses	O processo para avaliação sobre eventuais conflitos de interesse na transação ocorreu seguindo as seguintes etapas: (i) Detalhamento das características da transação pela área proponente, com base nos critérios estabelecidos na Política de Transações entre Partes Relacionadas; (ii) avaliação independente da transação pelas áreas de Compliance e Jurídico, responsáveis por verificar o atendimento aos requisitos da Política e submetê-la à avaliação do Comitê de Auditoria Estatutário (CAE); (iii) Análise e recomendação da transação pelo CAE; e (iv) análise e aprovação da transação pelo Conselho de Administração. Além disso, conforme estabelecido na Política, qualquer pessoa envolvida no processo de aprovação que possa ter um potencial benefício particular ou conflito de interesses com a decisão a ser tomada declara-se impedida, explicando seu envolvimento na transação e abstendo-se de participar das discussões e deliberações.						
o) Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado	O processo passou pela análise das áreas de Compliance e Jurídico, e todas as informações foram submetidas à avaliação do Comitê de Auditoria Estatutário e Conselho de Administração seguindo o processo estabelecido em política, sendo o Contrato de Distribuição e o Contrato de Licenciamento firmados em bases comutativas e dentro de condições de mercado.						

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (R$)	Saldo existente (R$)	Montante (R$)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Supplier Administradora de Cartões de Crédito S.A.	15/07/2020	249.181,48	-	249.181,48	Indeterminado	NAO	0,000000
n) Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses	O processo para avaliação sobre eventuais conflitos de interesse na transação ocorreu seguindo as seguintes etapas: (i) Detalhamento das características da transação pela área proponente, com base nos critérios estabelecidos na Política de Transações entre Partes Relacionadas; (ii) avaliação independente da transação pelas áreas de Compliance e Jurídico, responsáveis por verificar o atendimento aos requisitos da Política e submetê-la à avaliação do Comitê de Auditoria Estatutário (CAE); (iii) Análise e recomendação da transação pelo CAE; e (iv) análise e aprovação da transação pelo Conselho de Administração. Além disso, conforme estabelecido na Política, qualquer pessoa envolvida no processo de aprovação que possa ter um potencial benefício particular ou conflito de interesses com a decisão a ser tomada declara-se impedida, explicando seu envolvimento na transação e abstendo-se de participar das discussões e deliberações.						
o) Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado	O processo passou pela análise das áreas de Compliance e Jurídico, e todas as informações foram submetidas à avaliação do Comitê de Auditoria Estatutário e Conselho de Administração seguindo as atividades estabelecidas em política. A transação foi firmada em bases comutativas e dentro de valores de mercado, considerando ainda, a Supplier como parceira estratégica dentro do desenvolvimento do pilar de Techfin.						

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (R$)	Saldo existente (R$)	Montante (R$)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Supplier Administradora de Cartões de Crédito S.A.	27/12/2021	187.500,00	-	187.500,00	Indeterminado	NAO	0,000000
n) Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses	O processo para avaliação sobre eventuais conflitos de interesse na transação ocorreu seguindo as seguintes etapas: (i) Detalhamento das características da transação pela área proponente, com base nos critérios estabelecidos na Política de Transações entre Partes Relacionadas; (ii) avaliação independente da transação pelas áreas de Compliance e Jurídico, responsáveis por verificar o atendimento aos requisitos da Política e submetê-la à avaliação do Comitê de Auditoria Estatutário (CAE); (iii) Análise e recomendação da transação pelo CAE; e (iv) análise e aprovação da transação pelo Conselho de Administração. Além disso, conforme estabelecido na Política, qualquer pessoa envolvida no processo de aprovação que possa ter um potencial benefício particular ou conflito de interesses com a decisão a ser tomada declara-se impedida, explicando seu envolvimento na transação e abstendo-se de participar das discussões e deliberações.						
o) Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado	O processo passou pela análise das áreas de Compliance e Jurídico, e todas as informações foram submetidas à avaliação do Comitê de Auditoria Estatutário e Conselho de Administração seguindo as atividades estabelecidas em política. A transação foi firmada em bases comutativas e dentro de valores de mercado, considerando ainda, a Supplier como parceira estratégica dentro do desenvolvimento do pilar de Techfin.						

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (R$)	Saldo existente (R$)	Montante (R$)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
VIP IV Empreendimentos e Participações Ltda.	01/06/2019	5.461.778,12	643.432,45	2.155.763,82	31/05/2023	NAO	0,000000
n) Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses	O processo para avaliação sobre eventuais conflitos de interesse na transação ocorreu seguindo as seguintes etapas: (i) Detalhamento das características da transação pela área proponente, com base nos critérios estabelecidos na Política de Transações entre Partes Relacionadas; (ii) avaliação independente da transação pelas áreas de Compliance e Jurídico, responsáveis por verificar o atendimento aos requisitos da Política e submetê-la à avaliação do Comitê de Auditoria Estatutário (CAE); (iii) Análise e recomendação da transação pelo CAE; e (iv) análise e aprovação da transação pelo Conselho de Administração. Além disso, conforme estabelecido na Política, qualquer pessoa envolvida no processo de aprovação que possa ter um potencial benefício particular ou conflito de interesses com a decisão a ser tomada declara-se impedida, explicando seu envolvimento na transação e abstendo-se de participar das discussões e deliberações.						
o) Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado	O processo passou pela análise das áreas de Compliance e Jurídico, e todas as informações foram submetidas à avaliação do Comitê de Auditoria Estatutário e Conselho de Administração seguindo as atividades estabelecidas em política. A transação foi firmada em bases comutativas e dentro de valores de mercado, considerando os custos totais envolvidos em comparação com cotação realizada junto a outros players de mercado.						

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (R$)	Saldo existente (R$)	Montante (R$)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Supplier Administradora de Cartões de Crédito S.A.	01/01/2021	796.961,67	-	796.961,67	Indeterminado	NAO	0,000000
n) Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses	O processo para avaliação sobre eventuais conflitos de interesse na transação ocorreu seguindo as seguintes etapas: (i) Detalhamento das características da transação pela área proponente, com base nos critérios estabelecidos na Política de Transações entre Partes Relacionadas; (ii) avaliação independente da transação pelas áreas de Compliance e Jurídico, responsáveis por verificar o atendimento aos requisitos da Política e submetê-la à avaliação do Comitê de Auditoria Estatutário (CAE); (iii) Análise e recomendação da transação pelo CAE; e (iv) análise e aprovação da transação pelo Conselho de Administração. Além disso, conforme estabelecido na Política, qualquer pessoa envolvida no processo de aprovação que possa ter um potencial benefício particular ou conflito de interesses com a decisão a ser tomada declara-se impedida, explicando seu envolvimento na transação e abstendo-se de participar das discussões e deliberações.						
o) Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado	O processo passou pela análise das áreas de Compliance e Jurídico, e todas as informações foram submetidas à avaliação do Comitê de Auditoria Estatutário e Conselho de Administração seguindo as atividades estabelecidas em política. A transação foi firmada em bases comutativas e dentro de valores de mercado, considerando ainda, o contexto de integração entre as empresas em função da aquisição da Supplier pela TOTVS.						

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (R$)	Saldo existente (R$)	Montante (R$)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Supplier Administradora de Cartões de Crédito S.A.	22/12/2020	6.926.370,44	-	6.926.370,44	36 meses com renovação automática por prazo indeterminado	NAO	0,000000
n) Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses	O processo para avaliação sobre eventuais conflitos de interesse na transação ocorreu seguindo as seguintes etapas: (i) Detalhamento das características da transação pela área proponente, com base nos critérios estabelecidos na Política de Transações entre Partes Relacionadas; (ii) avaliação independente da transação pelas áreas de Compliance e Jurídico, responsáveis por verificar o atendimento aos requisitos da Política e submetê-la à avaliação do Comitê de Auditoria Estatutário (CAE); (iii) Análise e recomendação da transação pelo CAE; e (iv) análise e aprovação da transação pelo Conselho de Administração. Além disso, conforme estabelecido na Política, qualquer pessoa envolvida no processo de aprovação que possa ter um potencial benefício particular ou conflito de interesses com a decisão a ser tomada declara-se impedida, explicando seu envolvimento na transação e abstendo-se de participar das discussões e deliberações.						
o) Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado	O processo passou pela análise das áreas de Compliance e Jurídico, e todas as informações foram submetidas à avaliação do Comitê de Auditoria Estatutário e Conselho de Administração seguindo as atividades estabelecidas em política. A transação foi firmada em bases comutativas e dentro de valores de mercado, considerando ainda, a Supplier como parceira estratégica dentro do desenvolvimento do pilar de Techfin.						

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (R$)	Saldo existente (R$)	Montante (R$)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Biosolvit Soluções em Biotecnologia S/A	28/12/2020	59.432,72	-	11.886,54	Indeterminado	NAO	0,000000
n) Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses	A transação foi submetida a aprovação das alçadas comerciais competentes de acordo com o estabelecido nas políticas internas. A área de Compliance é notificada previamente e verifica em seus controles de partes relacionadas a existência de eventual conflito de interesses envolvendo os aprovadores, para assegurar que não haverá aprovação por pessoa vinculada à parte relacionada.						
o) Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado	A transação seguiu os critérios e regras comerciais adotadas em uma venda para uma parte não relacionada, observando, portanto, as condições de mercado.						

Parte Relacionada	Data da transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante (reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrada
SHIPAY TECNOLOGIA S/A	26/02/2021	412.511,00	-	99.002,64	36 meses	NÃO	0,000000
n) Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses	O processo para avaliação sobre eventuais conflitos de interesse na transação ocorreu seguindo as seguintes etapas: (i) Detalhamento das características da transação pela área proponente, com base nos critérios estabelecidos na Política de Transações entre Partes Relacionadas; (ii) avaliação independente da transação pelas áreas de Compliance e Jurídico, responsáveis por verificar o atendimento aos requisitos da Política e submetê-la à avaliação do Comitê de Auditoria Estatutário (CAE); (iii) Análise e recomendação da transação pelo CAE; e (iv) análise e aprovação da transação pelo Conselho de Administração. Além disso, conforme estabelecido na Política, qualquer pessoa envolvida no processo de aprovação que possa ter um potencial benefício particular ou conflito de interesses com a decisão a ser tomada declara-se impedida, explicando seu envolvimento na transação e abstendo-se de participar das discussões e deliberações.						
o) Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado	O processo passou pela análise das áreas de Compliance e Jurídico, e todas as informações foram submetidas à avaliação do Comitê de Auditoria Estatutário e Conselho de Administração seguindo as atividades estabelecidas em política. O Contrato de Parceria foi firmado em bases comutativas e dentro de valores de mercado conforme as análises.						

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (R$)	Saldo existente (R$)	Montante (R$)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Biosolvit Soluções em Biotecnologia S/A	28/12/2020	106.604,57	-	21.320,91	Indeterminado	NAO	0,000000
n) Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses	A transação foi submetida a aprovação das alçadas comerciais competentes de acordo com o estabelecido nas políticas internas. A área de Compliance é notificada previamente e verifica em seus controles de partes relacionadas a existência de eventual conflito de interesses envolvendo os aprovadores, para assegurar que não haverá aprovação por pessoa vinculada à parte relacionada.						
o) Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado	A transação seguiu os critérios e regras comerciais adotadas em uma venda para uma parte não relacionada, observando, portanto, as condições de mercado.						

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (R$)	Saldo existente (R$)	Montante (R$)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
GHT4 - REAL ESTATE S.A.	01/01/2020	6.001,69	-	6.001,69	Indeterminado	NAO	0,000000
n) Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses	A transação foi submetida a aprovação das alçadas comerciais competentes de acordo com o estabelecido nas políticas internas. A área de Compliance é notificada previamente e verifica em seus controles de partes relacionadas a existência de eventual conflito de interesses envolvendo os aprovadores, para assegurar que não haverá aprovação por pessoa vinculada à parte relacionada.						
o) Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado	A transação seguiu os critérios e regras comerciais adotadas em uma venda para uma parte não relacionada, observando, portanto, as condições de mercado.						

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (R$)	Saldo existente (R$)	Montante (R$)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
GTH4 EMPREEENDIMENTOS SERVICOS E PARTICIPACOES SA	27/01/2022	29.983,48	-	7.402,92	Indeterminado	NAO	0,000000
n) Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses	A transação foi submetida a aprovação das alçadas comerciais competentes de acordo com o estabelecido nas políticas internas. A área de Compliance é notificada previamente e verifica em seus controles de partes relacionadas a existência de eventual conflito de interesses envolvendo os aprovadores, para assegurar que não haverá aprovação por pessoa vinculada à parte relacionada.						
o) Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado	A transação seguiu os critérios e regras comerciais adotadas em uma venda para uma parte não relacionada, observando, portanto, as condições de mercado.						

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (R$)	Saldo existente (R$)	Montante (R$)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
BR-ME NEGOCIOS SA	28/01/2021	70.767,12	-	15.568,77	Indeterminado	NAO	0,000000
n) Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses	A transação foi submetida a aprovação das alçadas comerciais competentes de acordo com o estabelecido nas políticas internas. A área de Compliance é notificada previamente e verifica em seus controles de partes relacionadas a existência de eventual conflito de interesses envolvendo os aprovadores, para assegurar que não haverá aprovação por pessoa vinculada à parte relacionada.						
o) Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado	A transação seguiu os critérios e regras comerciais adotadas em uma venda para uma parte não relacionada, observando, portanto, as condições de mercado.						

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (R$)	Saldo existente (R$)	Montante (R$)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
BR-ME NEGOCIOS SA	28/01/2021	24.991,19	-	5.498,06	Indeterminado	Não	0,000000
n) Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses	A transação foi submetida a aprovação das alçadas comerciais competentes de acordo com o estabelecido nas políticas internas. A área de Compliance é notificada previamente e verifica em seus controles de partes relacionadas a existência de eventual conflito de interesses envolvendo os aprovadores, para assegurar que não haverá aprovação por pessoa vinculada à parte relacionada.						
o) Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado	A transação seguiu os critérios e regras comerciais adotadas em uma venda para uma parte não relacionada, observando, portanto, as condições de mercado.						

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (R$)	Saldo existente (R$)	Montante (R$)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
TOTVS TECHFIN S.A.	01/08/2022	608.019,97	-	608.019,97	Indeterminado	Não	0,000000
n) Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses	A transação foi prevista junto as demais condições do acordo firmado com o Itaú para a criação da Joint Venture da TOTVS TECHFIN, sendo observados os aspectos relacionados a potenciais conflitos de interesses no *signing* da operação.						
o) Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado	Foram observados os parâmetros base para estabelecimento dos custos operacionais envolvidos na prestação de serviços à TOTVS Techfin.						

11.3 Outras informações relevantes

A Companhia não identificou outras informações relevantes relacionadas a este item.

12.1 Informações sobre o capital social

Tipo Capital	Capital Emitido	
Data da autorização ou aprovação	**Prazo de integralização**	**Valor do capital**
21/09/2021		2.962.584.687,27
Quantidade de ações ordinárias	**Quantidade de ações preferenciais**	**Quantidade total de ações**
617.183.181	0	617.183.181

Tipo Capital	Capital Subscrito	
Data da autorização ou aprovação	**Prazo de integralização**	**Valor do capital**
21/09/2021		2.962.584.687,27
Quantidade de ações ordinárias	**Quantidade de ações preferenciais**	**Quantidade total de ações**
617.183.181	0	617.183.181

Tipo Capital	Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	**Prazo de integralização**	**Valor do capital**
21/09/2021		2.962.584.687,27
Quantidade de ações ordinárias	**Quantidade de ações preferenciais**	**Quantidade total de ações**
617.183.181	0	617.183.181

Tipo Capital	Capital Autorizado	
Data da autorização ou aprovação	**Prazo de integralização**	**Valor do capital**
20/04/2021		4.000.000.000,00
Quantidade de ações ordinárias	**Quantidade de ações preferenciais**	**Quantidade total de ações**
617.183.181	0	617.183.181

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é emissora estrangeira.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	**Debêntures**
Identificação do valor mobiliário	4ª Emissão de Debêntures Simples - TOTVS
Data de emissão	12/09/2022
Data de vencimento	12/09/2027
Quantidade Unidade	1.500.000
Valor total R$	1.500.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	1.500.000.000,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo, realizar oferta de resgate antecipado da totalidade das Debêntures, endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, em uma ou mais vezes, assegurando a todos os Debenturistas igualdade de condições para aceitar ou não o resgate das Debêntures de que forem titulares. O valor a ser pago aos Debenturistas no âmbito da Oferta de Resgate Antecipado será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures objeto de resgate, acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis, a partir da Primeira Data de Integralização até a data do seu efetivo pagamento, e de eventual prêmio que tenha sido oferecido pela Companhia. As Debêntures resgatadas pela Companhia, conforme previsto nesta Cláusula, serão obrigatoriamente canceladas.
Características dos valores mobiliários de dívida	Refere-se à 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, no montante de R$ 1.500.000.000,00, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, realizada em 12 de setembro de 2022 com vencimento em 12 de setembro de 2027, sendo o agente fiduciário a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não há repactuação programada de debêntures.
Outras características relevantes	Vide item 12.9 para informações sobre taxa de juros, garantias e hipóteses de vencimento antecipado.

12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Debêntures	0	0	2

12.5 Mercados de negociação no Brasil

As ações ordinárias da Companhia são admitidas à negociação no Brasil. Especificamente as ações da Companhia são negociadas na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, sob o código (ticker) “TOTS3”, na categoria de maior nível de governança corporativa, o “Novo Mercado”. As debêntures emitidas pela Companhia são negociadas na B3 e CETIP sob o código de negociação TOTS14.

12.6 Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Inexistem valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

12.7 Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Inexistem títulos emitidos no exterior

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

2ª Emissão de Debêntures

a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Os recursos captados com a 2° emissão pública de debêntures foram integralmente utilizados para liquidação programada de R$200.000 mil correspondente às debêntures da 1ª (primeira) emissão da Companhia, que venceram em 15 de setembro de 2020, e, em preparação para o pagamento de R$458.405 mil pela aquisição de ações, correspondentes a 88,8% do capital social da SUPPLIER PARTICIPAÇÕES S.A.

b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não houve desvios entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas divulgadas.

c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável, uma vez que não houve desvios

3ª Emissão de Debêntures

a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Os recursos captados com a 3° emissão pública de debêntures foram integralmente utilizados na consecução do Plano Estratégico e do objeto social da Companhia.

b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não houve desvios entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas divulgadas.

c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável, uma vez que não houve desvios

4ª Emissão de Debêntures

a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a 4ª Emissão serão integralmente utilizados para o resgate antecipado da totalidade das debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, da 3ª (terceira) emissão da Companhia.

b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável, uma vez que os fatos que gerarão a utilização dos recursos ainda não ocorreram em sua totalidade.

c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável, uma vez que os fatos que gerarão a utilização dos recursos ainda não ocorreram em sua totalidade.

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

Oferta Pública de Ações com Esforços Restritos de Colocação 2021

a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Os recursos obtidos no âmbito da oferta pública com esforços restritos de colocação de ações ordinárias de emissão da Companhia serão destinados especialmente em potenciais aquisições de empresas que possam contribuir para a execução da estratégia da Companhia e construção de um ecossistema de tecnologia em 3 dimensões (Gestão, Techfin e Business Performance), sendo que quaisquer recursos líquidos remanescentes serão utilizados para reforço de capital da Companhia e para consecução de seu objeto social.

Na data deste Formulário de referência, ainda não há uma posição definida sobre quais empresas serão adquiridas pela Companhia e nem quanto tempo tais potenciais negociações levarão para serem finalizadas.

A destinação dos recursos da Oferta será influenciada pelas condições futuras dos mercados em que a Companhia atua, bem como pelas oportunidades de investimento que forem identificadas pela Companhia, além de outros fatores que não se pode antecipar. Enquanto os investimentos acima descritos não forem realizados, no curso regular dos negócios da Companhia, os recursos captados na Oferta poderão ser investidos em aplicações financeiras que a administração da Companhia acredita estarem dentro da sua política de investimento, visando a preservação do capital e investimentos da Companhia com perfil de alta liquidez, tais como títulos de dívida pública e aplicações financeiras de renda fixa contratados ou emitidos por instituições financeiras de primeira linha, que poderá incluir os Coordenadores.

A destinação dos recursos acima descrita é baseada em análises, estimativas e perspectivas atuais sobre eventos futuros e tendências. Mudanças nas condições de mercado e do momento da destinação dos recursos podem obrigar a Companhia a rever a destinação dos recursos líquidos da Oferta quando de sua efetiva utilização, visando ao melhor interesse da Companhia. A aplicação dos recursos captados com a Oferta depende de vários fatores que a Companhia não pode garantir que venham a se concretizar, dentre os quais, o comportamento do mercado em que a Companhia atua, a habilidade de dar continuidade às atividades regulares da Companhia, desenvolver novos projetos.

Caso os recursos provenientes da Oferta não sejam suficientes para custear a Destinação de Recursos acima descrita, a Companhia poderá buscar recursos adicionais, inclusive por meio de instituições financeiras, mediante a contratação de empréstimos ou financiamentos diretos, realização de oferta de títulos e valores mobiliários representativos de dívida nos mercados local e internacional ou mesmo mediante a realização de outra oferta pública de ações de emissão da Companhia. A forma de obtenção desses recursos será definida pela Companhia à época da respectiva captação, dependendo inclusive das condições de mercado.

b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável, uma vez que os fatos que gerarão a utilização dos recursos ainda não ocorreram em sua totalidade

c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável, uma vez que os recursos foram utilizados conforme a proposta.

12.9 Outras informações relevantes

4ª Emissão de Debêntures

Remuneração: Sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures, incidirão juros remuneratórios correspondentes a variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extra grupo, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, no informativo diário disponível em sua página na internet (http://www.b3.com.br) acrescida exponencialmente de spread (sobretaxa) de 1,35% (um inteiro e trinta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis.

Garantias: Não há.

Hipóteses de Vencimento Antecipado: Constituem Eventos de Vencimento Antecipado Automático que acarretam o vencimento automático das obrigações decorrentes da Escritura de Emissão: (i) não pagamento, pela Companhia, no prazo e na forma previstos, de qualquer obrigação pecuniária devida aos Debenturistas, não sanado no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contado da data do respectivo vencimento; (ii) decisão em primeira instância prolatada por juiz ou tribunal declarando a invalidade, nulidade ou inexequibilidade da Escritura de Emissão; (iii) (a) decretação de falência da Companhia e/ou de qualquer de suas controladas que represente 15% (quinze por cento) da receita líquida consolidada da Companhia, conforme verificado por meio das demonstrações financeiras mais recentes da Companhia; (b) pedido de autofalência formulado pela Companhia e/ou suas Controladas Relevantes; (c) pedido de falência da Companhia e/ou suas Controladas Relevantes formulado por terceiros não elidido no prazo legal, (d) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Companhia e/ou suas Controladas Relevantes, independentemente do deferimento do respectivo pedido; ou (e) liquidação, dissolução ou extinção da Companhia e/ou suas Controladas Relevantes, exceto se a liquidação, dissolução ou extinção decorrer de uma reorganização societária envolvendo as Controladas Relevantes da Companhia observado o item (viii) abaixo e que não constitua um Evento de Vencimento Antecipado; (iv) transformação da forma societária da Companhia de modo que ela deixe de ser uma sociedade por ações, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações; (v) qualquer forma de transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, no todo ou em parte, pela Companhia das obrigações assumidas, sem a prévia anuência dos Debenturistas; (vi) não pagamento na data de vencimento, observado o prazo de cura aplicável, de qualquer obrigação financeira da Companhia em montante unitário ou agregado superior a R$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), ou o seu equivalente em outras moedas (sendo que este valor deverá ser atualizado mensalmente pelo Índice Geral de Preços-Mercado divulgado pela Fundação Getúlio Vargas a partir da Data de Emissão), obrigação financeira essa decorrente de captação de recursos realizada pela Companhia no mercado financeiro ou de capitais, no Brasil ou no exterior, salvo se a Companhia comprovar, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do não pagamento, ou até o final do período de cura aplicável (se o período for superior ao referido prazo de 5 Dias Úteis) que referido não pagamento: (i) foi sanado pela Companhia, ou (ii) teve seus efeitos suspensos por meio de qualquer medida judicial ou arbitral; (vii) aplicação dos recursos oriundos da Emissão em destinação diversa da prevista na Escritura de Emissão; (viii) cisão, fusão, incorporação (somente quando a Companhia for incorporada) ou incorporação de ações ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Companhia que implique mudança na estrutura de controle (conforme a definição prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações), exceto se (a) não tiver sido obtida a anuência prévia dos Debenturistas; ou (b) tais operações envolverem a Companhia e Controladas Relevantes da Companhia.

13.0 Identificação

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Gilsomar Maia Sebastião**
Cargo do responsável	Diretor de Relações com Investidores

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Dennis Herszkowicz**
Cargo do responsável	Diretor Presidente

13.1 Declaração do diretor presidente

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ITEM 13.1. DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

DENNIS HERSZKOWICZ, brasileiro, casado, com formação em propaganda e marketing, portador da Cédula de Identidade RG nº20.310.061 SSP/SP, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda ("**CPF/MF**") sob o nº. 165.783.068-38, na qualidade de Diretor Presidente da TOTVS S.A., sociedade por ações, com sede na Avenida Braz Leme, 1000, Casa Verde, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 02511-000, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia ("**CNPJ/MF**") sob o nº 53.113.791/0001-22 ("**Companhia**"), vem, nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("**Resolução CVM nº 80**"), declarar que: (i) reviu o formulário de referência; (ii) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Resolução CVM 80, em especial aos arts. 15 a 20; e (iii) as informações nele contidas retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades da Companhia e os riscos inerentes às suas atividades.

13.2 Declaração do diretor de relações com investidores

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ITEM 13.2. DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

GILSOMAR MAIA SEBASTIÃO, brasileiro, casado, bacharel em ciências contábeis, portador da Cédula de Identidade RG nº 24.733.092-9 SSP/SP, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda ("**CPF/MF**") sob o nº. 174.189.288-07, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores da TOTVS S.A., sociedade por ações, com sede na Avenida Braz Leme, 1000, Casa Verde, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 02511-000, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia ("**CNPJ/MF**") sob o nº 53.113.791/0001-22 ("**Companhia**"), vem, nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("**Resolução CVM nº 80**"), declarar que: (i) reviu o formulário de referência; (ii) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Resolução CVM 80, em especial aos arts. 15 a 20; e (iii) as informações nele contidas retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades da Companhia e os riscos inerentes às suas atividades.

13.3 Declaração do diretor presidente/relações com investidores

Não se aplica.